

CULTURA E POLÍTICA NO BRASIL ATUAL

Antonio Albino Canelas Rubim e Márcio Tavares (organizadores)

Carlos Paiva • Céli Regina Jardim Pinto • Christiane Ramírez •
Eliane Costa • Gaudêncio Fidelis • Jackson Raymundo • João Guerreiro
• João Roberto Peixe • Leandro Colling • Lia Calabre • Marcia Sant'anna
• Marcia Tiburi • Márcio Meira • Miguel Jost • Sérgio Mamberti •
Tony Teófilo • Valter Pomar • Venício A. de Lima



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

O livro *Cultura e Política no Brasil atual* nos apresenta análises da situação do país a partir do Golpe de 2016, com as faces da tirania, do fascismo e do retrocesso político e social. Encontramo-nos em um momento no qual lutamos novamente pela democracia, pela liberdade de expressão artística e pelos direitos e garantias individuais. Lutamos pela identidade característica de um povo bravo e lutador, batalhamos pela estrutura do Estado com o dever de garantir e defender a soberania do povo brasileiro e do nosso território.

Para conhecer nossa história é preciso desbravar o Brasil quilombola e a cultura popular, os conhecimentos dos povos originários, a construção social do nosso país. Transitar no encanto do cinema e da literatura, com os poemas e contos, histórias e memórias, identificar em cada traço, em cada cena, em cada nota, um pedaço do nosso país. Tratar de cultura e política é celebrar o conhecimento, a criação, as artes, os fazeres, as expressões, os traços, as cantigas, a música, o artesanato, a dança, a moda, o *design*, o teatro e a existência.

Em um momento de tantos desafios, nós temos o dever e a missão de defender o Brasil Indígena, o Brasil Amazônico, o Brasil das Fronteiras, os Pampas, o Pantanal, a Caatinga, o Cerrado, a Mata Atlântica, características de um país em construção e fusão. É aprender com as florestas, que possuem sua própria cultura desenhada pelos rios, pelas matas, pelo mar, pelos animais e pelos povos guardiões que, na terra e com o céu, encontram seus modos de vida e selam o fazer cultural brasileiro.

São tantos saberes, tanta arte, tantas expressões, heranças e ancestralidade, tantos artistas, tantas profissões e fazeres de um Brasil em permanente descoberta, que passamos a compreender que a cultura é o pilar para o desenvolvimento social, econômico e cidadão. A cultura somada à educação, à saúde e à reestruturação sanitária do país possibilitará o avanço social tão esperado.

Devemos proteger nossa cultura e defender os direitos culturais, nosso patrimônio histórico, princípios fundamentais garantidos pelo Estado Democrático de Direito. Afirmar a cada passo e se posicionar diariamente para a construção de uma sociedade mais igualitária, mais justa, antirracista, solidária e livre. Sim, nós podemos transformar o mundo em que vivemos, podemos garantir a soberania como nação, pois cultura é o que somos. Cultura é vida!

Benedita da Silva
Deputada Federal (PT-RJ)

CULTURA E POLÍTICA NO BRASIL ATUAL

CULTURA E POLÍTICA NO BRASIL ATUAL

**Antonio Albino Canelas Rubim
Márcio Tavares**
(organizadores)

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria:

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidente: Vivian Farias

Elen Coutinho
Jéssica Italoema
Alberto Cantalice
Artur Henrique
Carlos Henrique Árabe
Jorge Bittar
Márcio Jardim
Valter Pomar

Conselho editorial:

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Costa

Revisão

Angélica Ramacciotti

Claudia Andreotti

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica

Antonio Kehl

Secretário Nacional de Cultura do PT

Márcio Tavares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C968 Cultura política no Brasil atual / Antonio Albino Canelas Rubim, Márcio Tavares (organizadores). – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2021.

351 p. : il. ; 29 cm.

Inclui bibliografia e glossário.

ISBN 978-65-5626-024-2

1. Cultura - Brasil. 2. Brasil - Política e governo - 2019-. 3. Política cultural - Brasil. 4. Pandemia. I. Rubim, Antonio Canelas. II. Tavares, Márcio.

CDU 323.2(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
CEP 04117-091 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 5571-4299
www.fpabramo.org.br

Sumário

Introdução.....	7
<i>Antonio Albino Canelas Rubim e Márcio Tavares (orgs.)</i>	
Prefácio.....	11
<i>Sérgio Mamberti</i>	
Apresentação – A cultura precisa respirar para continuarmos vivos!.....	25
<i>João Roberto Peixe</i>	
Balanço político-cultural do governo Bolsonaro	37
<i>Antonio Albino Canelas Rubim</i>	
Guerra cultural: das origens a Bolsonaro.....	57
<i>Márcio Tavares</i>	
A gestão cultural no Brasil (2003-2010): um paradigma para a relação entre Estado e setor cultural no século XXI	79
<i>Miguel Jost</i>	
A ascensão fascista no Brasil	95
<i>Marcia Tiburi</i>	
Notas sobre “política quântica” e tradicionalismo: cultura, política e comunicação em tempos de Bolsonaro.....	109
<i>Venício A. de Lima</i>	
Cultura, política e universidades	131
<i>Valter Pomar</i>	

Gênero, cultura e democracia.....	143
<i>Céli Regina Jardim Pinto</i>	
Política, cultura e comunidades LGBTQI+	155
<i>Leandro Colling</i>	
Povos indígenas no Brasil: quatro perguntas e um pesadelo.....	167
<i>Márcio Meira</i>	
Cultura, política e periferia.....	185
<i>João Guerreiro</i>	
Cultura, política pública e patrimônio.....	199
<i>Marcia Sant'anna</i>	
Pandemia e pandemônio: impactos sobre o campo da cultura	213
<i>Lia Calabre</i>	
Nossa cultura em pandemia.....	227
<i>Christiane Ramírez</i>	
Ativismo e movimentos artísticos culturais.....	237
<i>Tony Teófilo</i>	
Política e culturas digitais.....	255
<i>Eliane Costa</i>	
Não é só folia: culturas populares, festas populares e o carnaval na pandemia	273
<i>Jackson Raymundo</i>	
Uma abordagem comportamental dos museus e das instituições como plataformas para a democracia em situações de emergência cultural	285
<i>Gaudêncio Fidelis</i>	
Políticas culturais, financiamento e asfixia da cultura	303
<i>Carlos B. Paiva Neto</i>	
Um glossário para as políticas culturais brasileiras.....	329
<i>Antonio Albino Canelas Rubim e Márcio Tavares</i>	
Sobre os autores e autoras.....	345

Introdução

*Antonio Albino Canelas Rubim
e Márcio Tavares (orgs.)*

Na atualidade, o cenário político-cultural, internacional e nacional, conjuga muitos desafios e perplexidades, a começar por uma pandemia que, virótica, atingiu todo o planeta. Contaminou milhões, matou quase um milhão e meio de pessoas e paralisou cidades e países. Cenas inusitadas de espaços urbanos desertos invadiram as telas. A pandemia causou imenso impacto na vida dos seres humanos: desemprego, fome, doenças físicas, transtornos emocionais e mentais, angústias, medo, isolamento e ampliou as interações e os espaços em rede: trabalho remoto, ensino a distância e reuniões virtuais. Suas ambiguidades, contradições e tensões deixaram uma certeza: a incapacidade do mercado neoliberal em substituir os estados no cuidado do bem-estar da parcela da população que mais sofre com a pandemia.

No Brasil, a pandemia se une com o pandemônio, ocasionado pelo governo nacional, que combina inúmeras crises: econômica, anterior à pandemia, com sua tentativa de implantar um (ultra)neoliberalismo, que destrói direitos e não produz nenhum desenvolvimento; ambiental, com recordes de desmatamento, incêndios e outros desastres ecológicos; social, com um dos maiores índices de desemprego na história do país e o aumento da violência contra mulheres, negros, comunidades LGBTQ+, povos originários, pobres, sem-terra, sem-teto etc.; política, com a presença das milícias nas cenas políticas

nacional, estaduais e municipais; ética, por meio da ampliação dos privilégios e da corrupção; nacional, com a degradação da soberania nacional e a submissão vergonhosa do país aos Estados Unidos; e cultural, com ataques às liberdades de criação e expressão, retorno da censura, agressões aos criadores culturais e asfixia deliberada da cultura, das artes, das ciências, da educação e das universidades públicas. A combinação entre pandemia e pandemônio impõe um cenário de grande complexidade, que exige uma atuação política resiliente, persistente e imaginativa, propondo modos de luta e programas de atuação capazes de enfrentar e superar a gravidade da situação atual.

Nessa complexa e desafiadora conjuntura, a Secretaria Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores (PT), em parceria com a Fundação Perseu Abramo (FPA), propôs a construção coletiva e a publicação deste livro, intitulado *Cultura e política no Brasil atual*. A obra busca discutir o contexto político-cultural brasileiro da atualidade a partir de análises realizadas por pesquisadores e ativistas culturais convidados para escrever sobre diversos temas político-culturais pertinentes à conjuntura. O âmbito de discussão do livro se pautou por um conceito ampliado de cultura, como sempre reiterou o ex-ministro Gilberto Gil. Nessa perspectiva, são tratados inúmeros temas, a exemplo de: guerra cultural, políticas culturais, artes, patrimônio, culturas populares, culturas digitais, ativismos culturais, financiamento à cultura, museus, culturas identitárias (gênero, povos originários, LGBTIQ+) e áreas afins à cultura, como educação e comunicação. Infelizmente, apesar dos esforços dos organizadores da coletânea, o capítulo específico sobre culturas afro-brasileiras não se concretizou, mesmo depois de tentativas de solicitação a autores diferentes.

Para discutir as vitais relações entre cultura e política na atualidade brasileira, com amplo leque de temáticas e diversas angulações, os organizadores do livro convidaram autores qualificados, politicamente afinados com o horizonte democrático de esquerda e com grande envolvimento, existencial e/ou acadêmico e/ou político, com os temas específicos a serem analisados. A opção por autores com sintonia de concepções de mundo democráticas de esquerda se justifica pelo compromisso, assumido pelo projeto do livro, com a construção de visões contra-hegemônicas em uma circunstância nacional e internacional de presença dominante da ideologia neoliberal, a exemplo do que ocorre na chamada grande mídia brasileira. Os organizadores trabalharam

com um leque plural de autores inscritos no campo democrático de esquerda, garantindo plena liberdade em suas abordagens. O diálogo realizado com os autores buscou tão somente que os textos focassem os temas propostos pelo plano editorial do livro. Cremos que na grande maioria dos casos tal balizamento se efetivou de modo adequado.

O livro, por outro lado, objetiva colocar na cena política o tema da cultura, muitas vezes subestimado e mesmo esquecido por setores democráticos de esquerda. No mundo e no Brasil de hoje o tema está agendado pela extrema-direita e pelos fundamentalistas religiosos sob o rótulo de guerra cultural. Ela tem como inimigos a destruir o inventado marxismo cultural, a teoria crítica, o pensamento radical, os ideários mais emancipatórios e progressistas, as teorias vinculadas aos movimentos contra o racismo, o machismo, a homofobia etc. A guerra cultural, como o nome denuncia, não é um embate político-cultural democrático, pois pretende acionar culturais autoritárias visando fabricar o ódio, legitimar a violência e aniquilar os adversários, tornando-os inimigos a serem destruídos, simbólica e fisicamente. Em tudo, a guerra cultural se nutre do pensamento autoritário e tem por objetivos criar e matar inimigos e implantar a ditadura e o totalitarismo. Nesse horizonte, a cultura adquire uma relevância política notável para a defesa e o aprofundamento da democracia substantiva, aquela que luta contra a desigualdade, produz o reconhecimento dos grupos oprimidos e explorados e assegura e amplia direitos, sejam eles econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais.

Portanto, o objetivo pretendido pela Secretaria Nacional de Cultura do PT foi elaborar um livro que reunisse significativas reflexões acerca da atualidade brasileira, em especial sobre os enlaces entre cultura e política hoje, e que contribuísse vivamente para a construção de um Brasil mais justo, democrático, soberano, livre e criativo. Acreditamos que o livro deve colaborar na interpretação das dramáticas circunstâncias político-culturais que vivemos e na luta pela superação dos atuais tempos sombrios que se abatem sobre o país nos dias em que vivemos.

Prefácio

Sérgio Mamberti

*A coragem é muitas vezes invisível. Contudo é a soma de pequenos atos de bravura que assegura a sobrevivência da dignidade de todo um povo – ainda que a maioria jamais se manifeste. ...
A poesia, como o sonho e o humor, é transgressora irreverente e indomável.*

José Eduardo Agualusa

No momento que estamos passando, de profunda crise social, econômica e política, em que uma crise sanitária de proporções planetárias se sobrepõe a esse conjunto de fatores, escancarando as desigualdades históricas do nosso país, nos seus múltiplos e dolorosos aspectos, torna-se fundamental recolocarmos e discutirmos a cultura como elemento estratégico para a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

O princípio enunciado no parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal de 1988, assegurando que todo o poder emana do povo, introduz, em nosso país, o Estado de Direito, que combina procedimentos da democracia representativa através do voto e da democracia participativa.

Foi sob essa inspiração que artistas, gestores, conselheiros, empresários, patrocinadores, pensadores e ativistas da cultura e a sociedade civil em geral, constituindo um fórum participativo dessa amplitude, estiveram unidos na valorização da diversidade das expressões culturais e no pluralismo das opiniões, fortalecendo a cultura como centro propulsor do desenvolvimento sustentável.

Universalizamos, assim, o pleno acesso, a todos os brasileiros, à produção e a fruição dos bens culturais, consolidando a participação e o controle social na gestão das políticas públicas de cultura, durante nossos governos populares de 2003 a 2014, como legitimadores de toda essa elaboração.

As três Conferências Nacionais de Cultura, realizadas durante nossa gestão, se pautaram, sempre, em promover uma ampla discussão, em todas as instâncias, para avaliação do conjunto de medidas que estavam sendo implementadas, corrigindo rumos e acatando sugestões, num processo participativo sem precedentes, voltado para a democratização e institucionalização do projeto cultural brasileiro.

Ademais da plenária, essas conferências compreenderam a realização de conferências estaduais, municipais e intermunicipais, inclusive no Distrito Federal, bem como pré-conferências setoriais, conferência virtual e conferências livres.

Com poder de deliberação, esses encontros visaram estimular a criação e o fortalecimento de redes de agentes e instituições culturais em nível nacional, para dar prosseguimento, em caráter permanente, a essas discussões e articulações.

A proposta de pautar a política cultural do governo, a partir dessa abrangência, foi o critério determinante que fundamentou a concepção dos três grandes eixos que nortearam todas as ações da nossa gestão, compreendendo a cultura em suas três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica. Constatamos, sobretudo, um projeto de cultura, que considerou a multiplicidade de expressões como referência institucional, compreendendo as especificidades de cada uma delas, identificando suas carências e potencialidades. Para isso se concretizar, foram formuladas e desenvolvidas políticas de fomento, investimento e financiamento, que pudessem garantir a sustentação dos processos de criação, produção, distribuição e acesso, bem como mecanismos de proteção e promoção da diversidade dessas expressões culturais.

No mundo contemporâneo, onde a cultura e as identidades culturais estão na base de conflitos, como os que estamos observando acontecer a todo momento, aqui e internacionalmente, o respeito à diversidade cultural significa, antes de tudo, a garantia da paz, da segurança e, até mesmo, a preservação da nossa sobrevivência. Para tanto, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada pela UNESCO em 2005 e

ratificada pelo Brasil, convoca povos e nações ao diálogo e à cooperação, o que infelizmente não tem sido respeitado pelo governo federal desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, particularmente na atual gestão. O diálogo intercultural só será eficaz se tiver como ponto de partida o respeito mútuo e o reconhecimento da dignidade inerente a todas as culturas.

O Brasil, por sua diversidade e tradição diplomática, conforme o princípio constitucional (art. 4^a, VI e VII), deveria, por isso mesmo, ter papel relevante na promoção desse diálogo, contribuindo para a solução desses conflitos, que temos visto eclodir a todo momento em nosso país e no mundo, agravados pela dimensão da pandemia e de consequências incalculáveis e significativas, tanto no plano econômico como nas perdas sociais.

Independentemente dos inúmeros problemas ecológicos e do dramático crescimento das desigualdades que estamos enfrentando, fica evidenciada cada vez mais a fragilidade dessa cruel engrenagem a que estamos submetidos. Como resultado do excludente modelo de desenvolvimento e do sistema econômico vigente, sofreremos a perda de importantes funções do ecossistema e da biodiversidade, graças à desastrosa política ambiental do atual governo, que provocou um brutal crescimento do desmatamento ilegal e das queimadas na Amazônia, no Pantanal e até mesmo em outras regiões como o cerrado e a Mata Atlântica, com enorme repercussão nacional e internacional.

Diante disso, o potencial de enfermidades como a COVID-19 se proliferar rapidamente, como temos observado, adquire contornos dramáticos se não houver uma mudança drástica no menor tempo possível, em busca de soluções mais justas, saudáveis e persistentes de coexistência e desenvolvimento. Ou seja, uma transformação de caráter eminente cultural, nos modos de viver e de valores, práticas e sentidos, com que nos defrontamos de imediato nesses últimos tempos, com reflexos profundos na nossa convivência cotidiana.

Essa nova realidade e a consciência dos obstáculos que temos pela frente, nos faz constatar que é somente no plano cultural que se encontra a possibilidade maior de superação da barbárie e de constituição de uma outra ordem democrática, mais justa e pluralista entre nós. Um país como o nosso, com uma experiência autoritária tão longa e questão cultural complexa pela própria natureza, exige um esforço permanente de análise e reflexão. É fundamental, por isso mesmo, o fomento e a criação de espaços democráticos para que a cul-

tura possa se consumir plenamente, com a presença efetiva de todos os atores sociais e culturais envolvidos diretamente no processo para garantir direitos constitucionais já existentes, criar novos direitos, eliminar privilégios.

A Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, em boa hora, veio reafirmar esse compromisso, que se originou a partir de um Projeto de Lei (PL) da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, com relatoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB) e do senador Jacques Wagner (PT), no Senado, além de algumas importantes colaborações, como as de Célio Turino, responsável pela criação dos pontos de cultura.

Em um dia que entrou para a história da cultura brasileira, seis anos depois da aprovação da Lei Cultura Viva, o Congresso Nacional aprovou, em votação consagrada, essa lei que recebeu sanção presidencial e está em processo de execução. Para viabilizar o repasse, ficou estabelecida a descentralização desses recursos para estados e municípios, cada qual com suas atribuições, que farão chegar, a quem de direito, os 3 bilhões de reais do FNC, que estavam contingenciados, numa ação promovida pela Articulação Nacional de Emergência Cultural e sob controle do Observatório, constituído para este fim.

A aprovação dessa lei foi resultado de semanas de mobilização dos mais diversos segmentos artísticos e culturais, com dezenas de webconferências pelo país, reconectados por meio do ambiente virtual. Milhares de pessoas participaram e se manifestaram, com sugestões, torceram e compartilharam dessa construção, cobrando parlamentares de seus estados para que fizessem uma intervenção favorável no Congresso, fazendo valer a sua voz.

A Lei Aldir Blanc, uma justa homenagem ao ilustre poeta morto pela COVID-19, superou barreiras ideológicas e fronteiras partidárias, fazendo da defesa da cultura uma pauta cívica de interesse maior para todo país, acima das disputas e das divergências, constituindo-se numa vitória consagrada dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura do Brasil, uma vitória do povo brasileiro e uma reafirmação da nossa democracia.

No entanto, todo esse conjunto de medidas ainda é insuficiente se pensarmos nos próximos passos a serem dados, tendo em vista os entraves burocráticos, colocados certamente com intuito de dificultar a execução final desses repasses no prazo determinado, que é bem reduzido.

Na verdade, diante do estado de perplexidade em que nos encontramos nesse atual desgoverno, acrescido da eclosão da pandemia, temos que refletir sobre os diferentes cenários possíveis, para tentar entender com mais clareza, o que será o *after* que se desenha após a COVID-19. O ‘novo normal’ que sucederá essa grave crise sanitária que estamos atravessando passou a ser uma grande interrogação para todos nós, diante de tantos desafios a serem vencidos.

São inúmeras as perguntas que nos assomam diariamente, diante do inusitado das situações que se apresentam a partir do isolamento social, assim como o planejamento de um futuro pós-COVID. Isso sem falar das consequências econômicas, políticas e sociais de ampla repercussão que nos assolam e que serão determinantes nesse novo momento.

Para conseguirmos visualizar quais e como serão os próximos passos, após o relaxamento das medidas restritivas, temos que imaginar também os cenários possíveis para cada cidade, região e país como um todo, especificamente para a futura reabertura dos espaços culturais no Brasil, profundamente atingidos com o advento da pandemia, sob o risco de um inevitável colapso dos vários segmentos que atuam em todas as etapas e elos da cadeia produtiva da cultura. Somos instigados cada vez mais a inovar sem tentar copiar padrões europeus ou de qualquer outro lugar que não tenham transposição com a nossa realidade, segundo considerações de Beth Ponte, no seu artigo “Reabertura cultural além dos protocolos”.

É fato conhecido que essa crise já vem sendo observada desde a última década, sobretudo a partir do governo Temer, com o desmantelamento do Ministério da Cultura e de suas políticas públicas.

É recorrente o discurso de que a cultura é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento social e econômico, bem como a importância estratégica e a relevância do setor cultural, para o país, em todas suas dimensões.

No contexto atual, seu valor simbólico e sua importância para a vida das pessoas deveriam ser mais que suficientes para garantir a priorização de investimentos na agenda de políticas públicas. No entanto, o novo governo federal, desde o primeiro momento, extinguiu o Ministério da Cultura, reduzido hoje a uma mera secretaria, subordinada ao Ministério do Turismo e despojada das conquistas históricas no plano institucional, a partir de ampla participação social, durante os governos populares.

Segundo o IBGE, estamos falando de um universo 5,2 milhões de trabalhadores e de cerca de 325 mil organizações, ou seja 5,7% da força de trabalho do país. Porém, o subaproveitamento do universo da cultura acaba por sufocar seu intrínseco e respeitável potencial, colocando-o em patamares impróprios, o que não pode ser considerado como aspecto isolado ou menos prioritário no âmbito dos debates envolvendo políticas culturais.

Importante componente no conceito e na maneira de conduzi-las, estruturá-las e operá-las, a gestão também é fator fundamental nessa equação, sugerindo engendramento de soluções organizacionais, que precisam absorver formas múltiplas e os diferentes atores, que manejam essas políticas.

A literatura costuma tomar mais tempo do que as outras artes para refletir sobre o tempo presente. Escritores têm explorado formatos variados em busca de registrar esse momento da pandemia, em que os dias não se diferem, a favor de uma narrativa que privilegie uma fusão completa entre forma e conteúdo. A ausência do contato físico, a situação do país e do mundo, a população de baixa renda sem condições de cumprir o isolamento, bem como a incerteza do dia seguinte, trazem novas reflexões, transformando olhares.

Segundo Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, neste momento de globalização do vírus, a ausência de lideranças no mundo mais rico prejudicou uma coordenação conjunta de políticas comuns para combater a pandemia com a urgência que seria necessária, nos preservando, num gesto solidário de amor à vida.

Os efeitos rápidos e devastadores da COVID-19 aprofundaram ainda mais essa crise, em todas as suas dimensões, cujas consequências imprevisíveis se abateram sobre o planeta, nos fazendo indagar como será o mundo após todas essas transformações.

Uma coisa, porém, tem ficado evidente: a essência do poder já não está mais na representação dos governos eleitos pelo voto popular, mas na fenomenal concentração de riqueza, que domina tudo e, ao que parece, não está sendo questionada como deveria, como podemos observar.

Essa constatação, aliás, tem sido objeto de grande preocupação de todos, sobre a necessidade de uma reestruturação da ordem econômica, em nível nacional e internacional, um novo modelo de desenvolvimento que privilegie a inclusão social.

A emergência dessa crise deixou bem evidente que o dilema entre optar por um Estado forte, como o modelo soviético e chinês, ou o Estado mínimo, das doutrinas neoliberais, tornou-se obsoleto.

Diante da crise que o mundo está enfrentando hoje, uma coisa certamente fica bem clara: a impossibilidade de renunciarmos à presença do Estado, para a garantia de direitos fundamentais.

As sociedades contemporâneas são cada vez mais complexas. Como não se trata de uma crise passageira, temos que estar cada vez mais preparados para superar esses enormes desafios e nos movermos como coletividade, pois é uma unanimidade que no pós-COVID-19 o mundo não será mais o mesmo.

Além de uma redistribuição das riquezas, teremos que respeitar e preservar cada vez mais o meio ambiente e nos preocuparmos com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

De acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), o isolamento é a melhor medida que temos disponível para enfrentar a pandemia, evitando a disseminação da doença e o colapso do sistema hospitalar.

No entanto, é muito importante outro aspecto fundamental: o apoio do Estado às populações vulneráveis, para que possam cumprir o distanciamento social, particularmente os que dependem do trabalho informal ou precário. E às pequenas empresas que geram a maioria dos empregos e estão sujeitas a sofrer maior impacto durante a sua duração, especialmente no campo da cultura.

Diante disso, é necessária a valorização, por parte da sociedade e do Estado, do reconhecimento da nossa interdependência, da importância da ciência para orientar as políticas sanitárias e de convivência, da defesa dos direitos dos cidadãos e da igualdade de condições, objetivos que devem ser perseguidos, mas que não estão dados.

E aí entramos no terreno da política. O impacto social, econômico e existencial na vida das pessoas, em uma pandemia de grande letalidade como essa, aponta para um problema de saúde pública de longa duração. É claro que temos hoje um Sistema Universal de Saúde (SUS), instituições mais robustas, institutos de pesquisa e universidades. Porém, enquanto não tivermos uma vacina ou um percentual alto de imunidade da população, não resolveremos o problema.

Além de um prazo longo para o desenvolvimento de uma vacina confiável, ela terá que ser acessível a todos, para superarmos essa crise. Os estudos apontam para um quadro de mutações, características do vírus e as manifestações clínicas relacionadas a ele, o que implica estabelecer correlações entre esses dois fatores. Estamos, portanto, diante de um grande desconhecido, que apenas começamos a nos relacionar.

Segundo Nisia Trindade, presidente da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o combate à pandemia não é um esforço de guerra, mas um grande esforço de paz. O trabalho da ciência voltado para a saúde sempre gera conflitos. Há muitas incompreensões, muitos interesses envolvidos. Historicamente, elas têm papel fundamental nas mudanças sociais.

Não tenho dúvida, afirma ela, que a COVID-19 é o grande marco que inaugura o século XXI, como preconizava Eric Hobsbawm, em relação a fenômenos dessa magnitude, evidenciando a vulnerabilidade do nosso modelo de desenvolvimento, da globalização e do turismo massivo, sem cuidado com as populações. No entanto, ainda não é possível pensar, como seria desejável, que teremos um mundo mais solidário ao emergirmos dessa crise. Nos deparamos com a fragilidade da civilização, mesmo no caso das nações mais ricas, e sobretudo num país tão desigual como o nosso.

Por outro lado, o processo que envolveu a comunidade cultural, junto ao governo federal, de concessão do auxílio emergencial, e se consolidou na Lei Aldir Blanc, jogou luz sobre um enorme contingente da população, aproximadamente 70 milhões de brasileiros, que apesar de não ser elegível para as políticas assistenciais existentes, tampouco pode contar com a rede de proteção ao trabalhador, pois – em sua maioria – se trata de trabalhadores informais.

Como a precariedade da situação coloca-os constantemente sob o risco de cruzar a linha da pobreza, seu único anteparo no momento é o auxílio de 600 reais, aprovado pelo Congresso, que, até o presente momento, permanece em vigência, cumprindo sua função social de apoio emergencial, porém não constitui solução para os problemas estruturais tão graves que enfrentamos.

O Brasil tem a segunda maior concentração de renda no mundo, segundo a ONU. Vivemos no país onde o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total. Esse é o tamanho do nosso fosso social, o qual será ainda mais aprofundado por essa pandemia, que está escancarando nossas múltiplas desigualdades,

evidenciando a necessidade de políticas mais robustas, especialmente para os trabalhadores da área da cultura.

Entre tantos setores da economia afetados pela paralisação decorrente do isolamento social, os produtores de cultura vivem situação dramática. Músicos, DJs, artistas de teatro e produtores de eventos foram os primeiros a parar e certamente serão os últimos a retomar suas atividades, e não se sabe em que circunstâncias.

Por outro lado, de acordo também com o IBGE, no período de 2017-2018, publicado em 2019, a participação do setor, no total de gastos públicos, caiu de 0,28% em 2011, para 0,21% em 2018, queda observada nas esferas federal, estadual e municipal. Em termos percentuais, são os municípios os que mais investem em cultura, seguido dos estados e, por fim, da União. Importante destacar que a maior fatia desses investimentos tem sido direcionada para a difusão, compreendendo atividades que hoje estão inviabilizadas pelas medidas de distanciamento social, segundo constata Ana Maria Fialho em sua análise da situação do setor cultural durante a pandemia.

Além disso, o impacto da crise na economia implica redução da arrecadação de impostos e medidas de contingenciamento, que muito provavelmente atingirão também os orçamentos da cultura, frequentemente considerados como não prioritários. A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, por exemplo, já efetuou um corte de quase 8% em seu orçamento de 2020, que era de 876,5 milhões, levando a reduções salariais e eventualmente demissões, afetando instituições e corpos artísticos.

Por isso, a aprovação da Lei Aldir Blanc foi tão importante para o setor, possibilitando inclusive a reestruturação entre os governos estaduais e municípios e de suas secretarias, com a atualização dos cadastros.

Diante da da grandeza e amplitude da nossa diversidade cultural, a descentralização do repasse dos recursos vai possibilitar, inclusive, uma análise muito mais precisa da realidade de cada cidade e de cada estado.

Em relação a quem poderá ter acesso a esses benefícios, o critério básico comporta todos os critérios do auxílio emergencial, de forma geral, associados aos critérios de comprovação de atividades artísticas, de acordo com suas especificidades. Porém, tem que comprovar ser artista, basicamente, há pelo menos dois anos e ter uma faixa de renda limite, para estar devidamente habi-

litado. Como não pode ser cumulativo, quem já recebe qualquer outro auxílio não poderá dar entrada neste.

O texto da lei privilegiou ainda espaços e organizações culturais comunitárias, micro e pequenas empresas dos setores de vídeo, música, teatro, circo e dança. Todas as expressões individuais também estão incluídas, desde os artistas de rua aos que trabalham nas festas regionais, como os forrozeiros. Para o fomento, foi destinado um percentual mínimo de 8%, por meio de editais, chamadas públicas e de prêmios.

Há também destinação para aquisição antecipada de ingressos, livros e produções audiovisuais, que serão posteriormente apresentadas, embora pagas antecipadamente. Finalmente foi ampliado o prazo para quem já tenha sido contemplado em edital nacional ou para quem captou pela Lei Rouanet, assim como a abertura de linha de crédito em instituições federais para quem se interessar, com condições bem especiais: carência, taxa Selic e três anos para pagar.

O valor médio da importância que cada beneficiário terá direito a receber varia muito. Podem ser dois por família; e quando a mulher for monoparental, receberá os 1.200 reais. A importância não é grande, mas, como diz o nome, é um auxílio emergencial, que quando houver prorrogação do auxílio geral, o da cultura será automaticamente prorrogado.

A construção da Lei Aldir Blanc teve uma imensa contribuição dos estados, através de 18 reuniões nacionais, um processo colaborativo do qual todo Brasil participou. A Confederação Nacional de Municípios, os Fóruns de Secretários Estaduais e Municipais de Cultura, artistas de todas as linguagens, dos mais conhecidos aos menos conhecidos.

Até mesmo artistas que têm suas reservas financeiras, atuaram para ajudar quem não tem.

A unanimidade que se construiu em torno dessa lei foi enorme, constituindo-se num marco da mobilização da área cultural, proporcionando um processo de rearticulação, que foi considerado como a constituição de uma Conferência Nacional de Cultura, de caráter permanente.

Isso vai fazer ressurgir no país uma reorganização entre estados e municípios, como há muito tempo não se realizava, podendo criar uma nova agenda para o futuro.

O grave momento que passamos em nosso país, em que um governo autoritário se sobrepõe à ordem democrática, extinguindo os conselhos de participação da sociedade civil, restabelecendo a prática da censura em todas as áreas da gestão cultural, alterações radicais nas leis de fomento, desmonte do projeto audiovisual brasileiro, a cultura mais uma vez é relegada a um papel subalterno e irrelevante, diante de sua importância estratégica nas transformações sociais, promoção e proteção da nossa rica diversidade cultural.

A redução drástica dos recursos destinados à pasta inviabilizou a continuidade das políticas tão arduamente conquistadas nos últimos anos a partir de uma ampla participação da sociedade na sua elaboração, deixando de cumprir a sua função social e afetando dramaticamente a produção cultural de nosso país.

A sociedade tem como imperativo zelar pelo seu desenvolvimento cultural. O debate da questão tem, por si só, uma função transformadora. Não há progresso material, não existem conquistas efetivas, não há verdadeira liberdade, sem a evolução do espírito imanente ao conceito de cultura, compreendido como única forma, diante da crise social e política que enfrentamos hoje, de se construir um novo projeto de país e de nação, que leve em conta o respeito à diversidade e à diferença, deslocando a cultura para o centro do conceito de desenvolvimento sustentável, humano e solidário.

Aparentemente, a Holanda é o país que está assumindo o desafio de reestruturar sua economia com base nos desafios que temos que enfrentar no momento. Nesse contexto, 170 acadêmicos holandeses redigiram um manifesto de cinco pontos para as transformações necessárias, pós-COVID-19, com base nos princípios do decrescimento.

1) Sair de uma economia focada no crescimento do PIB para uma diferenciada, entre setores que podem crescer e exigir investimentos (setores públicos críticos, energia limpa, educação, saúde) e setores que devem ser reduzidos radicalmente (petróleo, gás, mineração, publicidade etc.).

2) Desenvolver uma política econômica de redistribuição, que preveja uma renda básica universal, integrada a uma política social sólida, um sistema universal de serviços públicos, um forte imposto sobre renda, lucro e riqueza, redução de horas de trabalho e empregos compartilhados, e o reconhecimento do valor dos serviços públicos essenciais, como educação e saúde.

3) Transição para uma agricultura regenerativa, baseada na conservação da biodiversidade, produção sustentável de alimentos, principalmente local e vegetariana, redução da produção de carne e emprego com condições de trabalhos mais justas.

4) Reduzir o consumo e viagens, com uma mudança drástica no turismo de luxo, rumo a um modelo sustentável e significativo, de viagens básicas e necessárias.

5) Cancelamento da dívida pública, especialmente para trabalhadores autônomos, e proprietários de pequenas e micro empresas, como também para países em desenvolvimento, junto aos mais ricos e organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Segundo seus signatários, cientistas e cidadãos comprometidos com o bem-estar social afirmam estar convencidos de que passos como esses contribuirão definitivamente para a constituição de sociedades mais sustentáveis e igualitárias, mais resistentes aos próximos choques e pandemias que poderão ocorrer.

A questão, portanto, não é mais se devemos tomar essas medidas, mas como vamos fazê-lo. Não podemos ignorar o fato de que esta crise está afetando algumas pessoas mais do que outras, mas levar justiça aos grupos mais severamente afetados. Essas medidas tornarão as crises futuras menos difíceis e com menos medo para esses grupos e para todos nós ou, quem sabe, mesmo impedir outras crises. Instamos fortemente os políticos, os formuladores de políticas e nossos concidadãos a contribuírem efetivamente para alcançarmos essa transição, segundo eles.

• • •

Referência mundial no debate sobre a ascensão dos líderes populistas, que chegaram ao poder surfando nas ondas de revolta contra o sistema político vigente, como Viktor Orban, na Hungria, Donald Trump, nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro, no Brasil, o cientista político alemão Jan Werner Muller observa que eles se valem dos efeitos da pandemia para concentrar poderes e reforçar o autoritarismo.

No Brasil, o atual governo derrubou conquistas históricas da legislação trabalhista, da luta pelo meio ambiente e adotou um projeto econômico ultraliberal, deflagrando um processo de destruição cultural, sem precedentes, para consolidar seu poder.

É necessário, observa Muller, estarmos muito atentos às instituições que desde o século XIX foram cruciais para fazer funcionar a democracia representativa: partidos e imprensa livre, ambos em crise, necessitando de urgente revigoração. Para governantes como o nosso, o povo não é constituído democraticamente pelas minorias consideradas indesejadas, como a população indígena, afrodescendentes ou militantes políticos da esquerda, que são preferencialmente excluídos, dividindo a população e marcando fronteiras, colonizando a administração do Estado e usando a economia discricionariamente para exercer o poder, por meio de redes clientelistas.

A guerra cultural é realmente muito importante, mas por si só não vence eleições. Portanto, uma oposição inteligente deverá se unir, para defender as bases da democracia, respeitando e mantendo as diferenças ideológicas e reconhecendo os contrastes entre elas.

Os cidadãos, por sua vez, devem ser levados a conferir a precisão e a autenticidade das informações recebidas, bem como a necessidade de reinventar o financiamento dessas instituições para torná-las mais abertas a todos, com ênfase no jornalismo independente, exercendo pressão política para novas regulamentações, particularmente no ambiente digital, como tributação do Google e do Facebook, para garantir que os noticiários, de forma geral, sejam subsidiados de forma adequada e transparente.

Não devemos, porém, ser pessimistas a ponto de considerar que as redes sociais ou que partidos políticos baseados em plataformas de internet signifiquem, por si só, uma ameaça à democracia.

Por outro lado, não teremos democracia no Brasil enquanto continuarmos racistas. Por que será que um evento como esse que aconteceu nos Estados Unidos, com o assassinato de George Floyd, um negro vítima da violência policial, causa muito mais comoção lá do que aqui no Brasil? Não é certamente porque a população negra daqui não se manifesta. Por que será, então, que a sociedade brasileira e a mídia local, de uma forma geral, não cobrem esses eventos com a devida responsabilidade? Sem dúvida, é uma questão de cegueira cultural. Nos Estados Unidos, essa linguagem dos direitos civis é um ganho do século XX. Democracia é sim projeto inconcluso, mas é certo que nos só chegamos nessa linguagem dos direitos civis como nação, no final da década de 1970. Então eu acho que o que está acontecendo aqui no Brasil, no mundo também, é essa ideia de prestar aten-

ção às nossas invisibilidades, prestar atenção para os nossos tantos silêncios. E os silêncios em relação às questões raciais, são silêncios muitos profundos... e dizer eu quero ser antirracista. É abrir espaços nas redações de jornais, para mais editores negros e prepará-los; abrir espaços nas universidades para mais negros, não só na graduação, mas na pós-graduação, nos nossos consultórios. Se a sociedade brasileira se mobilizar nesse sentido, quem sabe nós teremos um aprimoramento da nossa sociabilidade e não exatamente uma guerra (Lília M. Schwarcz, 14 jun. 2020).

Os espaços construídos pela relação entre política e cultura sempre foram atravessados por tensões, que as duas perspectivas emitem quando entrelaçadas historicamente. Se a política postula construir um espaço autônomo para a ação humana, mobilizando elementos como liberdade e igualdade, o polo da cultura não é menos ambicioso, projetando a possibilidade de emancipação por meio da arte e do conhecimento, evidenciando a difícil relação entre política e cultura no Brasil (Telmo Antonio Dinelli Estevinho).

Referências

- ESTEVINHO, Telmo Antonio Dinelli. Doutor em Ciência Política pela PUC-SP, professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFMT e pesquisador do Neamp – Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP. “A difícil relação entre política e cultura no Brasil”. Texto disponível em <<https://www5.pucsp.br/neamp/downloads/dificil-relacao-politica-cultura-brasil.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2021.
- EVELIN, Guilherme. Entrevista (*O Estado de São Paulo*, 16/08/2020).
- MÜLLER, Jan-Werner. Cientista político alemão, professor da Universidade Princeton (EUA).
- PONTE, Beth. Gestora Cultural, Pesquisadora e Consultora. Membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Organizações Sociais da Cultura (ABRAOSC) e do Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA).
- SCHWARCZ, Lília M. Historiadora e Antropóloga. Entrevista concedida a *O Estado de São Paulo*. “Não teremos democracia enquanto continuarmos racistas”. Disponível em <<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/nao-teremos-democracia-enquanto-continuarmos-racistas/amp/>>. Acesso em 22 fev. 2021.

Apresentação

A cultura precisa respirar para continuarmos vivos!

João Roberto Peixe

Por sua história, nestes 40 anos de existência, o Partido dos Trabalhadores (PT) desde a sua fundação, no ano de 1980, mantém profundos laços com a cultura brasileira que foi lindamente representada naquele ato, realizado no dia 10 de fevereiro no Colégio Sion, em São Paulo, pelas figuras emblemáticas de Mário Pedrosa e Sérgio Buarque de Holanda, que juntos adentraram o auditório sob intensos aplausos e foram os primeiros a assinar suas fichas de filiação ao PT. Certamente, foi o momento mais carregado de emoção daquele dia histórico e ficou marcado, definitivamente, na minha memória.

Ao longo dos anos, essa relação se aprofundou, com o crescimento e fortalecimento do PT na sociedade e a progressiva conquista de governos municipais e estaduais e, por fim, do governo federal. Tendo como referência o documento *A Imaginação a Serviço do Brasil*, apresentado na campanha presidencial vitoriosa de 2002, foi possível, nos governos Lula e Dilma, tendo a frente do Ministério da Cultura os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira e as ministras Ana de Holanda e Marta Suplicy, formular e implementar políticas públicas em todas as áreas da cultura, com amplo alcance em todo o país, culminando com a criação e inserção na Constituição Federal do Sistema Nacional de Cultura.

Após 13 anos de avanços e sucessivas conquistas nos governos petistas, a partir do golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (PT), o

quadro mudou radicalmente: veio o retrocesso e as políticas culturais foram duramente atingidas pelos governos Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente sem partido).

A resposta da área cultural ao governo Temer foi imediata. Algumas das suas investidas, a começar pela tentativa de extinção do Ministério da Cultura, foram detidas pela intensa reação da área cultural e da sociedade, com significativas mobilizações e muitas ocupações de espaços e instalações do MINC, em vários estados brasileiros.

A manutenção do Ministério da Cultura no governo Temer foi uma importante vitória dos movimentos culturais e da sociedade brasileira. No entanto, ao longo do tempo se revelou uma vitória apenas simbólica, pois, na prática, apesar de continuar existindo, o MINC sofreu um grande esvaziamento político e financeiro, que provocou a paralisação dos seus principais programas e projetos. Além disso, foi uma marca do governo Temer a grande instabilidade política do MINC com a mudança frequente de ministros, e, em decorrência, da equipe responsável pela gestão da pasta. Foi o início da desconstrução.

Construir é difícil e demorado, destruir é fácil e rápido.

Com o governo Bolsonaro, o processo de desmonte e descaracterização das políticas públicas e das principais instituições culturais do país toma outra dimensão e avança rapidamente, começando pela imediata extinção do Ministério da Cultura, que passa a ser uma Secretaria vinculada, inicialmente, ao Ministério da Cidadania e, posteriormente, ao Ministério do Turismo.

ANCINE, Fundação Palmares, FUNARTE, Fundação Casa de Rui Barbosa, Biblioteca Nacional, IBRAM, IPHAN, Cinemateca Brasileira, Representações Regionais do MINC, são alvo dos ataques da política bolsonarista, seja por posicionamentos e atitudes fascistas dos novos dirigentes, desqualificação técnica das gestões ocupadas por pessoas totalmente despreparadas, cujo único objetivo é promover a guerra ideológica, o desmonte da estrutura administrativa da gestão cultural com a descaracterização de finalidades das instituições, cortes orçamentários e de pessoal, ameaças de fechamento dos órgãos, enfim, o terror e o caos são institucionalizados.

O presidente Jair Bolsonaro instaura o ódio, a estupidez e a mentira como método de gestão e busca, com ameaças e divulgação massiva de *fake news*

pelo denominado “gabinete do ódio”, desqualificar, desmoralizar, intimidar e calar seus opositores.

Elege a cultura como um dos seus alvos prioritários.

Declara guerra ao que denomina de “marxismo cultural”, atacando de todas as formas aqueles que fazem cultura no nosso país por considerá-los seus inimigos e, por esta razão, sua meta é eliminá-los. Seu grande objetivo é desconstruir a estrutura administrativa e todas as políticas públicas de cultura resultantes do amplo processo de participação social, ocorrido nas gestões petistas e que culminou nas três conferências nacionais, realizadas em 2005, 2010 e 2013, cujas deliberações foram consolidadas no Plano Nacional de Cultura.

Nessa guerra permanente instaurada contra a cultura, dirigentes se sucedem no comando da Secretaria e dos demais órgãos da cultura no governo federal, todos com posicionamentos retrógrados, cada um deles cometendo mais absurdos que o outro, num verdadeiro circo dos horrores, sob os aplausos do presidente Bolsonaro que rege a tropa e quando lhe convém, troca os atores para o que o espetáculo possa continuar...

Henrique Pires, Ricardo Braga, Roberto Alvim, Regina Duarte, Mário Frias... Já estamos no quinto Secretário Especial de Cultura do governo Bolsonaro...

Quem lembra deles? Quem será o próximo?

Em meio a esse furacão no Planalto Central, vem a pandemia da COVID-19 e o quadro se agrava ainda mais, tornando-se terrível. Os tempos difíceis se tornam ainda mais cruéis. A omissão deliberada, o boicote criminoso às medidas preventivas e o desgoverno do presidente Jair Bolsonaro impulsionam a COVID-19 e as mortes no Brasil. A pandemia torna visível, de forma contundente, as desigualdades sociais e econômicas do nosso país, fazendo dos mais excluídos, especialmente os pobres, os negros, os indígenas, as maiores vítimas da cruel pandemia.

No momento em que este livro é lançado, em maio de 2021, já ultrapassamos 400 mil mortes no Brasil. Quantos ainda morrerão?

De repente, fomos impelidos a trocar o chamamento “ninguém larga a mão de ninguém” para “ninguém pega a mão de ninguém”. O abraço, o beijo, o afeto, a proximidade, o grupo, o coletivo, a multidão, dão lugar ao distanciamento social, ao isolamento, à quarentena, ao medo, à morte.

A cultura, que é o espaço da liberdade, dos grandes encontros, da alegria, da festa, cede lugar para o desencontro, o isolamento, a solidão, o luto, a dor. A pandemia nos atinge frontalmente.

Tristes tempos, tempos sombrios os que hoje vivemos.

Mas a cultura é o alimento vital da alma humana. Não se rende, não se cala, resiste e encontra forças para continuar viva e nos deixar vivos. Reinventa-se, encontra novas formas de se expressar, nos traz a luz, mesmo nas trevas.

Nesse contexto, além dos riscos à vida decorrentes da pandemia da COVID-19, as medidas de isolamento social necessárias para sua contenção atingem frontalmente todos os setores da cultura, paralisando totalmente as suas atividades e deixando os que fazem e vivem da cultura numa situação crítica, com a própria sobrevivência comprometida.

Nesse quadro terrível, artistas, produtores culturais, ativistas, cidadãos, gestores municipais e estaduais, encontram forças e se articulam com parlamentares da Comissão de Cultura da Câmara de Deputados, tendo à frente a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), e conseguem formular e aprovar no Congresso Nacional a Lei 14.017/2020 de Emergência Cultural, a denominada Lei Aldir Blanc, em homenagem a um dos mais importantes compositores da música popular brasileira, símbolo da resistência à ditadura militar na luta pela anistia, e que faleceu em 2020, vítima da COVID-19.

A mobilização ampla no processo de formulação da Lei, mesmo com as dificuldades desse momento de pandemia, além da sua importância política, foi, também, determinante no aspecto técnico, possibilitando a elaboração de uma proposta consistente e viável. Ao reunir pessoas qualificadas com experiências diversas, como o conhecimento do orçamento da União e o funcionamento do Sistema Nacional de Cultura (SNC), tornou possível criar um desenho bem estruturado num tempo curtíssimo. Uma inteligente formulação tornou os recursos do Fundo Nacional de Cultura, oriundos da baixa execução orçamentária nos últimos anos, a fonte orçamentária para viabilização financeira da proposta e a estrutura federativa do Sistema Nacional de Cultura o mecanismo capaz de viabilizar a sua execução descentralizada.

Contando com a importante relatoria de Jandira Feghalli (PCdoB-RJ) na Câmara dos Deputados e de Jaques Wagner (PT-BA), no Senado, o Projeto de Lei foi aprovado, por ampla maioria, nas duas Casas. Após uma angustiante

espera, terminou sendo sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, apesar do seu posicionamento sistemático e radical contra a cultura.

Surge a questão: Qual a razão que o levou a sancionar a Lei?

Terá ele sancionado a Lei Aldir Blanc por conta da pressão exercida pela área cultural e pelo Congresso Nacional?

Terá ele sancionado por saber das fragilidades da gestão cultural e apostar que a Lei fracassará na sua execução e, então, poderá responsabilizar os estados e municípios, desgastando politicamente os governadores, prefeitos, gestores culturais e o próprio SNC? E, ainda, onde a execução for bem-sucedida, buscar encontrar falhas burocráticas para criminalizar os gestores públicos e os beneficiados pelo auxílio emergencial?

Será por essas duas razões simultaneamente?

Ou por outra razão que a própria razão desconhece?

O fato é que, no atual contexto político, a aprovação e o sancionamento da Lei Aldir Blanc representaram uma extraordinária vitória da área cultural e um grande estímulo a um movimento nacional dos que fazem a cultura no Brasil e, no processo de execução da Lei, rapidamente se espalhou por todos os recantos do país, provocando uma importante retomada do processo de implantação do Sistema Nacional de Cultura.

Neste cenário, só cabe aos gestores culturais e aos que fazem e vivem da cultura, com a máxima agilidade possível, buscar cumprir o seu papel e utilizar criteriosamente todos os recursos disponibilizados pela Lei Aldir Blanc para cada estado e cada município, considerando todos os dispositivos previstos na Lei e na sua regulamentação, com competência, transparência, honestidade e respeito ao erário público. O bom uso desses recursos será vital para a cultura brasileira e para a credibilidade dos gestores públicos da área cultural. É, sem dúvida, uma grande responsabilidade e um enorme e difícil desafio que necessita ser vencido.

É importante lembrar que uma das maiores dificuldades para o SNC decolar sempre foi a falta de recursos do Fundo Nacional de Cultura para viabilizar as chamadas transferências fundo a fundo. Fato esse agravado pelo governo federal ao não executar os parcos recursos do FNC, previstos no orçamento da União. Paradoxalmente, são esses recursos não executados nos últimos anos que, acumulados, somam os três bilhões de reais disponibilizados pela

Lei Aldir Blanc e representam os maiores recursos anuais para a cultura já realizados via transferência da União para estados e municípios.

Constitui-se, portanto, numa excelente oportunidade, mesmo tratando-se de uma situação emergencial de, na prática, fazer funcionar o Sistema Nacional de Cultura.

No entanto, é importante entender que esta é uma circunstância pontual e eventual enquanto o SNC consiste em um processo contínuo e permanente, que dá às políticas públicas de cultura o caráter de política de Estado. Daí ser imprescindível continuar a luta pós-pandemia para que o Fundo Nacional de Cultura tenha mais recursos e que, além de compatíveis com as necessidades e a importância da cultura, sejam assegurados de forma continuada.

Sem dúvida, é imprescindível se ter mais recursos para a cultura. No entanto, o SNC não pode ser reduzido a um mecanismo de repasse de recursos financeiros para estados e municípios, mas entendido como um modelo de gestão democrático, sistêmico e permanente que incorpora a complexidade e diversidade da cultura brasileira e assegura a continuidade das políticas culturais como políticas de Estado. Os seus componentes não devem ser vistos isoladamente, mas compreendidos como um conjunto articulado, integrado e que interage permanentemente.

Sabemos da força política do Sistema Nacional de Cultura na sociedade e da sua importância para a participação social e a qualificação da gestão cultural, mas também temos consciência das suas dificuldades e fragilidades, fruto da descontinuidade no seu processo de construção nos governos petistas, ora avançando ora ficando na paralisia e, em algumas situações, mesmo retrocedendo, o que resultou, por um lado, conquistas importantes como o amplo apoio da sociedade e dos gestores culturais municipais e estaduais e a sua inserção no texto constitucional e, por outro, derrotas como o fato de não ter ainda a sua regulamentação institucionalizada por lei federal.

A inserção do Art. 216-A, na Constituição Federal, criando o Sistema Nacional de Cultura, foi determinante e nestes tempos sombrios tem se mostrado fundamental, constituindo-se na base legal para várias iniciativas parlamentares na defesa da cultura e da democracia, impedindo retrocessos do governo Bolsonaro, como foi o caso da tentativa de extinção do Conselho Nacional de Política Cultural.

O fato mais importante é que apesar de todos os retrocessos ocorridos nos governos Temer e Bolsonaro, o processo de construção dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura, no geral, têm tido continuidade e em algumas situações avançado, o que se constitui num fator positivo e favorável para a execução da Lei Aldir Blanc e, ao mesmo tempo, essa experiência, sendo bem-sucedida, será um fator de fortalecimento dos Sistemas Estaduais e Municipais e, especialmente, do Sistema Nacional de Cultura.

No entanto, não podemos ter a ilusão que a execução da Lei Aldir Blanc será bem-sucedida na totalidade dos estados e municípios brasileiros. Em especial, aqueles que não implantaram, minimamente, os seus sistemas de cultura terão maiores dificuldades na execução e chances reduzidas de sucesso.

Nesse quadro terrível da pandemia da COVID-19, o Sistema Único de Saúde (SUS), apesar das suas dificuldades e limitações, tem se mostrado imprescindível para os brasileiros. Com atendimento universal e rede articulada federativamente, está presente em todo país e tem sido determinante para o atendimento das vítimas da pandemia, especialmente dentre as populações mais pobres das periferias dos grandes centros urbanos e das pequenas cidades do interior do país, sendo responsável por evitar uma catástrofe ainda maior com um número ainda mais elevado de mortes.

Apesar de ser um sistema em construção e ainda limitado no seu alcance, o SNC, a exemplo do SUS, pode ter um papel relevante neste momento crítico para a cultura brasileira, principalmente para os que fazem e vivem das atividades culturais, se fortalecendo nesse processo e se materializando como um modelo de gestão eficaz e democrático.

Estamos em plena tempestade e todas as nossas forças estão voltadas para atravessá-la e sairmos dela vivos. No entanto, temos que, simultaneamente a essa batalha imediata, ampliar o nosso olhar para vermos os possíveis cenários que poderão vir depois que a tempestade passar e nos prepararmos para os novos desafios que virão.

Nesse contexto difícil e tumultuado que estamos vivendo, surgem novos questionamentos e desafios que exigem novas reflexões e posicionamentos de todos nós que atuamos no campo da cultura e enfrentamos, além da luta contra a COVID-19, a difícil batalha contra o fascismo, o autoritarismo e a

violência que marcam o retrocesso bolsonarista e se constituem numa ameaça concreta e constante à nossa cultura, à nossa liberdade e à nossa democracia.

Com pandemia ou sem pandemia, a guerra cultural deflagrada pelos bolsonaristas não vai parar, pois se trata de uma guerra permanente. Este quadro exige que as forças de esquerda, partidárias e não partidárias, os movimentos sociais, as instituições democráticas e os cidadãos que defendem os valores democráticos, se articulem, se unam e se organizem num grande movimento antifascista para poder ter força e capacidade de enfrentá-los e vencê-los.

Para possibilitar uma atuação mais potente e eficaz na defesa das políticas públicas de cultura no cenário atual extremamente adverso no que toca ao governo federal, é imprescindível uma grande mobilização da sociedade, especialmente dos atores do campo da cultura e uma efetiva articulação com o campo político, envolvendo os parlamentares federais da Câmara dos Deputados e do Senado, com atenção especial à Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, bem como o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura dos Estados, o Fórum Nacional de Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados, a Frente Nacional de Prefeitos, a Confederação Nacional de Municípios e a Associação Brasileira de Municípios. Também é estratégica a articulação com o Consórcio dos Governos dos Estados do Nordeste e respectivos Secretários de Cultura.

Ao Partido dos Trabalhadores e, em especial, aos seus militantes da cultura cabe refletir sobre o seu papel e o legado deixado por suas gestões, bem como o que fazer para preservar, ao máximo possível, as conquistas neste cenário de terra arrasada e, ainda, quais estratégias adotar para superar a atual situação e retomar o seu protagonismo político, se fortalecer, reconquistar o apoio popular, voltar a dirigir o país e, então, poder, de fato, junto com as demais forças de esquerda, reativar os processos interrompidos pelo bolsonarismo em todos os campos da gestão pública, particularmente na área da cultura.

Além de ampla atuação na sociedade, é imprescindível se trabalhar internamente para que o conjunto do PT compreenda que a cultura é estratégica para um verdadeiro projeto de desenvolvimento do país, assim como é decisiva na luta contra o fascismo bolsonarista, em defesa de valores estruturantes da nossa democracia, tais como, diversidade cultural, direitos culturais, liberdade de expressão, igualdade racial e de gênero, direitos humanos, di-

reitos sociais, cidadania plena, respeito aos povos indígenas e quilombolas e defesa do meio ambiente.

A polarização ideológica, em todo o mundo, torna-se cada dia mais acirrada e, neste cenário dividido, valores como a solidariedade, a igualdade, o amor, a verdade e a paz, se contrapõem frontalmente ao individualismo, à desigualdade, ao ódio, ao preconceito, à mentira e à violência. O fascismo e o nazismo ressurgem e ameaçam as democracias. O neoliberalismo assume o autoritarismo para implantar suas políticas antipopulares de ultraexploração dos trabalhadores.

O Brasil é parte desse cenário global complexo e polarizado. O governo Bolsonaro é fruto da conjugação das forças conservadoras do nosso país e do plano internacional. Está, desde o primeiro momento, alinhado incondicionalmente ao bloco mais retrógrado da extrema-direita, liderado pelo presidente norte-americano Donald Trump.

A postura ativa e independente dos governos Lula e Dilma, respeitada no cenário internacional, deu lugar à subserviência humilhante e à dependência vergonhosa do governo Bolsonaro. É um retrocesso inimaginável.

A pandemia da COVID-19 paralisou literalmente o mundo e escancarou as desigualdades e as diferenças sociais e econômicas. Tornou visível o que era camuflado e as visões dos governantes surgiram com total nitidez na hora do enfrentamento da pandemia: enquanto um lado prioriza a vida humana e a ciência, o outro deixa em segundo plano a defesa da vida, nega a ciência e prioriza os interesses econômicos do mercado.

Os preconceitos afloram e deixam à mostra a estupidez e a violência contra os negros, os pobres, os jovens, os favelados, as mulheres e a comunidade LGBTQI+. A morte, por sufocamento, do cidadão negro George Floyd por um policial branco, na cidade de Minneapolis, no noroeste dos EUA, causa indignação e revolta em todo o mundo e provoca inúmeras manifestações públicas em plena pandemia sob o lema “Vidas Negras Importam”, onde os manifestantes repetiam coletivamente a última frase gritada por George Floyd “não consigo respirar”.

Basta! O mundo precisa respirar! Todos nós queremos respirar!

Fatos como esse, de extrema violência das forças policiais, se repetem diariamente no Brasil, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos e

nas áreas rurais. No entanto, eles são tratados como “normais” e estimulados por setores da mídia e até mesmo por governantes. Em consequência, terminam por não provocar a indignação e a revolta dos cidadãos brasileiros na intensidade que era de se esperar.

É urgente reagir e parar o massacre de negros, jovens, favelados, mulheres, comunidade LGBTQI+, trabalhadores rurais e povos indígenas!

No cenário internacional, a pandemia tem provocado novas e inéditas situações e suas consequências políticas, sociais, econômicas, culturais e sanitárias são imprevisíveis, mas com certeza provocarão muitas mudanças.

No Brasil, a crise sanitária é utilizada descaradamente pelo governo Bolsonaro para “passar a boiada”, como propôs, cnicamente, o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles na vergonhosa reunião ministerial de 22 de abril de 2020. Na verdade, “passar todas as boiadas”, aproveitando o momento em que a imprensa e a sociedade estão preocupadas com a COVID-19 para aprofundar o retrocesso em todas as áreas do governo federal.

Na área da cultura, com a política sistemática de cortes orçamentários e do desmonte da estrutura administrativa, se intensificam o estado de abandono e as ameaças ao patrimônio e à memória nacional, numa tentativa criminosa de apagamento da nossa história e da nossa cultura. Acervos valiosíssimos como os da Cinemateca Brasileira, da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e de muitas outras instituições culturais brasileiras correm o risco de desaparecerem ou ter o mesmo destino do Museu Nacional, consumido pelas chamas em setembro de 2018. O total desvirtuamento do papel da Fundação Palmares representa uma séria ameaça de apagamento da memória da cultura afro-brasileira e a paralisação da demarcação de terras quilombolas, da mesma forma que o governo Bolsonaro está procedendo com relação à demarcação das terras indígenas.

As florestas da Amazônia estão sendo destruídas pelas queimadas e invadidas por grileiros e garimpeiros ilegais com cobertura do governo Bolsonaro. Os povos indígenas estão sendo abandonados e submetidos a um verdadeiro genocídio pelos invasores de suas terras e com a contaminação da COVID-19. As ricas e múltiplas culturas dos povos indígenas tendem a desaparecer junto com eles e as suas florestas, num processo criminoso de destruição da nossa Amazônia e dos povos amazônicos.

O Pantanal também está em chamas com as suas riquíssimas fauna e flora sendo impiedosamente dizimadas e destruídas por incêndios criminosos em proporções nunca vistas e, mais uma vez, contando com a omissão do governo federal.

O Brasil está literalmente em chamas. É prioritário e urgente a luta em defesa do nosso meio ambiente e dos povos das florestas. O Brasil e o mundo gritam bem alto:

Salvemos a Amazônia! Fora Bolsonaro!

Além de denunciar os descasos e retrocessos do governo Bolsonaro, é fundamental que se retome, em todo país, um amplo debate sobre o futuro das políticas públicas em todos os campos da cultura e que, de baixo para cima, a partir dos municípios e estados, se avance na implementação do Sistema Nacional de Cultura e na luta por sua regulamentação pelo Congresso Nacional.

É imprescindível mobilizar todos os setores da cultura e da sociedade para que os Conselhos e Conferências voltem a acontecer, que Fóruns presenciais e virtuais se multipliquem e que se assegure desta forma a plena participação social na elaboração, execução e acompanhamento dos Planos de Cultura Municipais, Estaduais e Nacional.

É fundamental lutar para que a cultura ocupe um espaço relevante na formulação dos futuros programas de governo dos nossos candidatos e candidatas e tenha papel estratégico nos governos petistas. Que seja um dos componentes centrais do projeto de desenvolvimento que queremos para o nosso Brasil.

Para isso, é necessário aprofundarmos a avaliação crítica das nossas experiências e compreendermos melhor as transformações culturais, tecnológicas, políticas, sociais, econômicas e ambientais que ocorrem, hoje, no Brasil e no mundo e quais as suas conexões e desdobramentos futuros, para que possamos entender o papel da cultura nesse contexto e, assim, podermos formular novas e consistentes propostas de políticas públicas de cultura.

Este livro representa um esforço coletivo nesta direção, com análise, reflexão e busca de respostas para os desafios atuais e futuros com um olhar abrangente sobre os mais diversos aspectos das políticas culturais do nosso país.

É, antes de tudo, uma provocação a um grande debate sobre o Brasil atual, a nossa cultura e as nossas políticas culturais.

Sinto muito orgulho de fazer parte dessa provocação.

Balanço político-cultural do governo Bolsonaro

Antonio Albino Canelas Rubim

O golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016 e as eleições antidemocráticas de 2018 instalaram, no Brasil, um estado de exceção com repercussões em toda a sociedade e com retrocessos nas políticas públicas. O texto trata do impacto da nova conjuntura no campo cultural, por meio de observações iniciais sobre a atuação da gestão Messias Bolsonaro [eleito pelo PSL, atualmente sem partido]. A análise de processo em andamento implica no recurso tanto a experiência vivida, quanto à utilização de informações de jornais, revistas e *sites*, além de acionar a pequena bibliografia já existente sobre os acontecimentos em estudo.

O Brasil viveu entre 2003 e 2016 um momento singular. Nesse período histórico, as classes dominantes não dominavam o governo nacional, como aconteceu durante séculos, mas continuavam no poder no Brasil. Com limitações, devido às circunstâncias, alianças e conciliações, o governo desenvolveu políticas de distribuição para combater a enorme desigualdade social existente e políticas de reconhecimento, buscando tornar visíveis e dotar de legitimidade os setores oprimidos, sempre excluídos na vida nacional, além de buscar uma política internacional soberana e independente.

Entre 2003 e 2016, com acertos e erros, ocorreram políticas voltadas às diversidades social e cultural brasileiras, ainda que elas assumissem tons desi-

guais nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016), ambos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Dois momentos diferenciados foram, então, vivenciados pelos brasileiros: o período do presidente Lula e dos ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira, com uma atuação político-cultural potente e o governo da presidenta Dilma e suas ministras da cultura, Ana de Holanda e Marta Suplicy, com um patamar de intervenção político-cultural rebaixado (RUBIM, 2015; CALABRE, 2015).

Apesar das ambiguidades e contradições, a inovação de políticas culturais, a criatividade de programas e projetos e a amplitude da participação de agentes culturais colocaram o Ministério da Cultura em um horizonte político nunca alcançado na história da nação, com destaque para o governo Lula e a gestão ministerial de Gilberto Gil. O Brasil, entre 2003-2008, viveu o período mais brilhante das políticas culturais no país, seja por meio do desenvolvimento de múltiplas experiências criativas, seja pela ampliação dos estudos sobre políticas culturais. Não parece exagero afirmar que o Ministério da Cultura foi reinventado naqueles anos.

Ainda que em ritmos desiguais, marcados por avanços e retrocessos, ambiguidades e posicionamentos, o Brasil recente (2003-2016) colocou na agenda o tema da cultura e das políticas culturais. A riqueza dessa atuação teve repercussão, posteriormente, na atitude majoritária do campo cultural contrária ao golpe (2016), à gestão Temer (2016-2018) e aos desdobramentos políticos, decorrentes da fraudulenta eleição de 2018, que impôs a extrema-direita no governo federal. A maior parte do campo cultural teve posições claras em relação à candidatura presidencial de Lula, à sua prisão escandalosamente política, ao seu afastamento arbitrário da disputa presidencial e sua substituição pelo candidato Fernando Haddad. A campanha “Lula Livre”, por exemplo, obteve apoio e participação de parcela significativa e representativa da comunidade cultural brasileira.

A gestão Messias Bolsonaro e a intervenção na cultura

Os governos do estado de exceção, Temer e Bolsonaro, compartilharam a animosidade contra a cultura, com explícitos episódios de censura e agressões aos produtores culturais, e a intenção de dismantlar as políticas, programas

e projetos culturais inaugurados no período 2003-2016. Entretanto, cabe assinalar a distinta envergadura de tais processos. Temer tentou extinguir o Ministério da Cultura e não conseguiu, devido ao movimento desencadeado pelo campo cultural de ocupar as sedes do Ministério em todo país (BARBALHO, 2017; 2018). Bolsonaro, desde o início de seu mandato, em janeiro de 2020, aprofundou o ímpeto de desmantelamento da institucionalidade do setor cultural com a extinção do Ministério da Cultura e sua redução a uma mera secretaria especial, vinculada, aleatoriamente, ao Ministério da Cidadania e depois, em novembro de 2019, ao Ministério do Turismo. Além disso, em pouco mais de um ano de gestão, os responsáveis institucionais pela área federal da cultura já totalizaram cinco nomes: Henrique Pires (até agosto de 2019), Ricardo Braga (agosto/setembro de 2019), Roberto Alvim (setembro de 2019/janeiro de 2020), Regina Duarte (março/maio de 2020) e Mário Frias (junho de 2020 em diante).

A gestão Messias Bolsonaro elegeu a cultura como inimiga, em conjunto com educação, ciências, artes, universidades públicas e temas relativos às mal denominadas minorias, em especial às suas manifestações de gênero, afro-brasileiras, LGBT e dos povos originários. No caso da cultura, o governo se caracteriza por agressões às liberdades de criação e de expressão, pelo retorno da censura; pelo desmonte das instituições culturais; pela demonização da cultura e das artes e pela deliberada atuação no sentido de asfixiar financeiramente a cultura.

Os atentados nesse horizonte se avolumam. Impossível enumerar todos eles. A título de exemplo, cabe apenas lembrar algumas intervenções públicas de Roberto Alvim, por sua presença emblemática e extremada na cena político-cultural do atual governo. Após insultar verbalmente Fernanda Montenegro, chamando a reconhecida atriz de “mentirosa” e “sórdida”, ele deixou a direção do Centro de Artes Cênicas da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE) para ser promovido por Messias Bolsonaro a secretário de Cultura. A agressão à atriz teve enorme repercussão negativa no país e no estrangeiro. Cabe lembrar que Fernanda Montenegro é uma das atrizes brasileiras mais conhecidas e respeitadas no país e no exterior; uma espécie de primeira-dama das artes e do teatro nacional.

Já no cargo de secretário de Cultura, Roberto Alvim fez, na reunião anual da UNESCO, um duro ataque às artes brasileiras nos últimos vinte anos, sur-

preendendo, pelo inusitado da atitude, em ambiente marcado por delicadas regras diplomáticas vigentes, às delegações estrangeiras presentes ao evento e causando grande constrangimento internacional para o Brasil.

Ricardo Alvim, em diversas ocasiões, afirmou que o país vive um momento crucial de guerra cultural. Ele anunciou que estava formando um exército combatente de artistas espiritualmente comprometidos com o presidente de extrema-direita para redefinir a história cultural nacional. O exército para a guerra cultural no dia 02 de dezembro passou a contar com dois novos membros nomeados por Messias Bolsonaro. O maestro e *youtuber* Sante Mantovani, indicado para presidente da FUNARTE, logo mostrou suas credenciais, afirmando que o rock incentiva o sexo, leva ao aborto e ao satanismo e que os Beatles surgiram para implantar o comunismo. Rafael Nogueira, monarquista, professor e *youtuber*, seguidor do astrólogo/ideólogo-mor do governo, Olavo de Carvalho, designado para a Biblioteca Nacional, também assumiu tom belicoso ao associar, sem mais, o cantor Caetano Veloso, a banda Legião Urbana e o cantor Gabriel Pensador, ao analfabetismo. Outro membro do exército cultural teve sua nomeação retardada, mas depois tomou posse. Trata-se de Sérgio Nascimento de Camargo, filho de um ativista do movimento negro e nomeado para a Fundação Cultural Palmares, entidade nacional voltada para as culturas negras. Ele declarou, dentre outras pérolas, que a escravidão foi benéfica para aos africanos e que o Brasil tem um racismo “Nutella”.

A *Carta Capital*, única revista semanal de efetivo jornalismo entre a grande imprensa brasileira, na edição de 11 de dezembro de 2019, dedicou sua capa e reportagem principal ao tema. Na capa, fotografias de Wagner Moura, Chico Buarque, Fernanda Montenegro, Gilberto Gil e Caetano Veloso têm suas bocas rasgadas e interdadas por uma faixa de fundo em vermelho. Abaixo, na imagem, a manchete: “Calem-se. O governo Bolsonaro amplia a ‘guerra cultural’ contra os artistas”. O título dado à reportagem de Eduardo Nuno-moura, Jotabê Medeiros e Pedro Alexandre Sanches é contundente: “A guerra cultural a todo vapor. O bolsonarismo amplia o cerco aos artistas brasileiros e elege a classe como o inimigo a ser aniquilado”. A reportagem, que ocupa as páginas 14 a 19, traça um panorama das inúmeras atitudes que o governo vem tomando para ferir a área cultural, relatando diversos episódios que demonstram a continuada e deliberada guerra contra os mais diferentes setores

e personalidades do campo cultural brasileiro. Diversos destes acontecimentos estão relatados anteriormente neste texto.

A edição brasileira do jornal espanhol *El País*, outro exemplo de bom jornalismo, publicou na sua área de cultura, no dia 27 de dezembro de 2019, artigo de Joana Oliveira, intitulado: “Sob ataque de Bolsonaro, Cultura defende seu impacto na economia com receita de 170 bilhões de reais”. A reportagem demonstra o papel econômico da cultura no Brasil, afirmando que o “Setor emprega cerca de 5 milhões de pessoas, entre formais e informais, ou quase 6% de toda a mão de obra brasileira” e que a “Lei Rouanet dá suporte a 73% das produções culturais do país”. A chamada Lei Rouanet é a legislação brasileira de incentivos fiscais à cultura. Em suma, apesar dos expressivos números da dimensão econômica da cultura, com evidente impacto no desenvolvimento do Brasil, a cultura está sob bombardeio cerrado e constante do governo.

Em 17 de janeiro de 2020, em discurso sobre o edital do Prêmio Nacional das Artes, ao som de Richard Wagner, compositor favorito de Adolf Hitler, o secretário de Cultura Roberto Alvim plagiou trechos do discurso de Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista. No vídeo, Roberto Alvim afirma: “A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa [...] ou então não será nada”. O líder nazista havia dito: “A arte alemã da próxima década será heroica, [...], será nacional com grande *páthos* e igualmente imperativa [...] ou então não será nada”. A repercussão política de tal atitude ideológica explícita foi intensa. Variados segmentos sociais e políticos reagiram, inclusive setores judaicos que haviam apoiado a candidatura de extrema-direita, o que ocasionou a demissão do secretário por Messias Bolsonaro.

Para além do episódio encenado parafraseando o nazismo, a queda de Roberto Alvim da Secretaria de Cultura parece sugerir também que sua ambiciosa movimentação, buscando ocupar papel de protagonista principal na guerra cultural contra as esquerdas, não agradou aos setores ideológicos do regime, submetido ao guru Olavo de Carvalho e dispersos em vários órgãos relevantes do governo, a exemplo do Ministério da Educação e Ministério das Relações Exteriores, bem como associados aos setores evangélicos fundamentalistas, que procuram impor uma agenda dos valores conservadores. Olavo de Carvalho, que indicou Roberto Alvim para o cargo, por exemplo, escreveu no

Facebook: “É cedo para julgar, mas o Roberto Alvim talvez não esteja muito bem da cabeça. Veremos.” Além de sua falta de articulação e base política no interior do governo, a atitude de Roberto Alvim, de tornar tão escancarado os valores fascistas que comandam o regime, parece não ter agradado o governo e seus mentores ideológicos, que possivelmente preferem não ser tão explícitos.

Para seu lugar, foi convidada a atriz, ligada às telenovelas e aos seriados da Rede Globo, Regina Duarte. Em 1979, ela ganhou fama protagonizando a série *Malu Mulher*, que discutia e afirmava um novo lugar da mulher na sociedade. Sua trajetória posterior se tornou cada vez mais de direita, com posições sempre contrárias aos setores de esquerda e, em especial, ao Partido dos Trabalhadores (PT). Na eleição de 2018, declarou seu voto em Messias Bolsonaro, caso relativamente raro entre artistas e membros mais conhecidos do campo cultural.

Sua posse aconteceu no dia 04 de março de 2020. A cerimônia foi marcada pela fraca presença dos setores culturais e artísticos. Seu discurso tratou, entre trejeitos e gracejos, a cultura como algo engraçado, como uma espécie de “peido de palhaço”, metáfora acionada de modo explícito por ela. Conforme a Revista *Fórum*, ela literalmente disse: “Cultura é aquele pum produzido com talco espirrando do traseiro do palhaço. A cultura é assim, é feita de palhaçada”. No discurso de apenas 15 minutos, além deste trecho que ganhou muita notoriedade pelo grotesco, a Secretaria de Cultura lembrou que teria carta branca do presidente para escolher sua equipe.

No dia anterior, quando não havia ainda tomado posse, Regina Duarte demitiu sete membros de órgãos ligados à Secretaria, dentre eles os presidentes da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE) e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), todos eles indicados pelo ideólogo mor de Messias Bolsonaro e família, Olavo de Carvalho. Tal atitude foi encarada pela ala olavista do governo como uma declaração de guerra. Logo, autoridades e *sites* reagiram tecendo ferozes críticas à nova secretária, inclusive o próprio Olavo de Carvalho, que enviou pelas redes sociais palavras de baixo calão contra Regina Duarte.

Pouco depois, o *blog* de Lauro Jardim hospedado em *O Globo* destacava que oito nomes indicados por ela para ocupar cargos na Secretaria de Cultura haviam sido vetados pelo Palácio do Planalto. Um exemplo foi a tentativa mal-sucedida de nomear Maria do Carmo Brant de Carvalho para a Secretaria da

Diversidade. Outro exemplo, ainda mais grave: ela não conseguiu se livrar de Sérgio Camargo na Fundação Cultural Palmares, e teve que ler uma resposta dele ao *link* no qual Regina Duarte acusa Sérgio Camargo de “ativista”. Ele, em seu Twitter, mandou um recado à chefe: “Não levo esquerdistas para o governo Bolsonaro. Ao contrário, estou tirando”.

Em resumo, a secretária teve de se locomover, com uma habilidade que não possuía, tanto em relação à postura majoritariamente crítica da comunidade cultural à gestão Messias Bolsonaro e sua agressiva atuação contra a cultura, quanto no próprio interior do governo, atacada por suas frações ainda mais fundamentalistas e ideológicas de extrema-direita. Suas possibilidades de atuação se mostraram bastante limitadas por sua falta de consistência, formulação e experiência, bem como pelo comportamento do governo, que insiste em agredir a cultura, e pelas arestas e disputas no interior da própria gestão federal. Em sua seção de notícias da semana, na página 12, a revista *Carta Capital*, de 18 de março de 2020, escreveu: “A participação especial de Regina Duarte nessa *soap opera* pode ser mais curta do que imaginava, apostam os políticos da capital federal”.

As apostas se comprovaram verdadeiras. Em 20 de maio de 2020, 78 dias depois de sua posse, Regina Duarte e Messias Bolsonaro protagonizaram um constrangedor vídeo de despedida em frente ao palácio. Entre sorrisos amargos, falsos e forçados, ela foi capaz de afirmar que ganhou um presente, “um sonho de qualquer pessoa de comunicação, de audiovisual, de cinema, de teatro, um convite para fazer Cinemateca”. A farsa esqueceu dois aspectos essenciais: a instituição, dedicada ao acervo das imagens em movimento brasileiras, passa pela maior crise da sua história, devido à total falta de apoio do governo federal, e nela não existia nenhum cargo disponível para tornar real o presente para Regina Duarte. De sua fugaz passagem pela Secretaria nada restou a não ser vergonhosas atitudes, como não tornar público nenhuma moção de pesar pela morte de grandes artistas no período, a exemplo de João Gilberto, Aldir Blanc e Moraes Moreira, além de algumas entrevistas desastrosas, como a concedida à CNN Brasil, em 07 de maio, na qual minimizou a ditadura civil-militar, e fugiu da entrevista antes de seu término. A revista *Carta Capital*, de 27 de maio de 2020, publicou um artigo intitulado “O pum da palhaça”, relatando sua passagem e seu grotesco ato de demissão.

Quase um mês depois, tomou posse na Secretaria Especial de Cultura, o ator Mário Frias, de 48 anos, com aparições em telenovelas na Rede Globo e na TV Record. Seu ato de posse foi fechado e informado pelo Ministério do Turismo em uma rede social na noite de 23 de junho, após já ter ocorrido. Não houve a presença de convidados ou da imprensa. O ato aconteceu no gabinete do ministro Marcelo Álvaro Antonio, diferente da cerimônia de posse de Regina Duarte, aberta a convidados e com a presença de Messias Bolsonaro. Desde que assumiu, a ação mais visível do novo secretário foi acusar o PT, mais uma vez, de utilização política da lei Rouanet de incentivo fiscal, demonstrando desconhecimento de seus procedimentos de seleção e o desejo de agradar o novo chefe. A Secretaria Nacional de Cultura do PT, em nota, repudiou a atitude do “novo” Secretário Especial de Cultura.

No atual cenário da gestão Messias Bolsonaro, parece que a Secretaria de Cultura está destinada a ocupar um lugar secundário, dado que a guerra cultural, tão cara aos atos e falas do governo, já tem seus protagonistas definidos. A Secretaria de Cultura, agora com Mário Frias à frente, deve continuar marginalizada, podendo assumir inclusive um papel claramente ornamental no seio da gestão, quando não pitoresco e exótico.

O dismantelamento e a depressão da área institucional da cultura articulam-se com os ataques cotidianos ao campo cultural. Dois textos recentes denunciam que esses processos continuam a ocorrer, em paralelo à total paralisia da Secretaria Especial de Cultura. O “Manifesto das Servidores Federais de Cultura”, do Fórum da Cultura, que reúne diversas associações, e o artigo “Cultura e barbárie”, assinado por Juca Ferreira e Alfredo Manevy e publicado na *Folha de S.Paulo*, reiteram a situação dramática da cultura.

Guerra cultural

A atuação anticultural, comum a todos os regimes autoritários, como o estado de exceção que oprime hoje o Brasil, não contempla toda atuação da gestão Messias Bolsonaro na área da cultura. Ela não se limita à postura destrutiva apontada, por mais que ela tenha se intensificado após a gestão Temer. Simultâneo à perseguição e ao dismantelamento, como aqueles que aconteceram entre 2016-2018, agora emergem novos fatores político-culturais expressivos para distinguir entre a situa-

ção anterior (Temer) e a atual (Bolsonaro), bem como para demarcar com maior nitidez a singularidade do momento que hoje vive o país. De imediato, cabe reafirmar a brutal radicalização do viés destrutivo empreendida pela atual gestão.

Entretanto, a política da gestão Messias Bolsonaro parece não pretender somente destruir, por mais que essa seja sua imagem mais visível. A radicalidade do desmonte, em muitas áreas e na cultura, encobre outro aspecto nada desprezível da atuação da atual gestão. Nessa perspectiva, fica difícil acompanhar, sem mais, a proposição de que o país passou de um estado cultural, com destaque ao governo Lula e às gestões Gil/Juca, para um estado anticultural atual, como sugerem Guilherme Varela e João Brandt (2020). Por mais que a gestão Messias Bolsonaro, com seu caráter fortemente destrutivo, fira com brutalidade inúmeros campos culturais, não parece dado que ele não pretenda e nem consiga impor uma cultura autoritária, que exacerbe a intolerância e aniquile os valores democráticos, em lugar da cultura hoje existente, na qual ainda convivem elementos contrastantes e mesmo antagônicos. Este é o embate fundamental, que se vive no Brasil. Melhor não descartar esse dado de antemão. Cabe mesmo buscar superar seus horizontes com uma disputa em favor da hegemonia de uma cultura, em que predominem valores emancipatórios e libertários.

Em lugar da mera perseguição à cultura, emerge uma orientação precisa de guerra, ou melhor de cruzada ideológica contra o “marxismo cultural” e tudo que cabe nesta noção elástica. Iná Camargo Costa, em seu livro intitulado *Dialética do marxismo cultural*, assinala que a expressão provém do início da década de 1990, tendo como primeiros usuários cristãos fundamentalistas, ultraconservadores e de extrema-direita dos Estados Unidos (COSTA, 2020, p.37-38). O pensamento de Olavo de Carvalho, guru da família Bolsonaro, aparece como ponte provável entre a extrema-direita norte-americana e introdução da guerra cultural no país, como sugere, por exemplo, a entrevista intitulada “O Napoleão do sanatório”, publicada nas páginas 30-34 da revista *Carta Capital* de 14 de novembro de 2018.

A discussão acerca da guerra cultural e suas singularidades nacionais ainda dispõe de poucos estudos no país. Mas algumas pesquisas começam a emergir. João Cezar de Castro Rocha, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em entrevista (ROCHA, 2020a) e em introdução (ROCHA, 2020b) prioriza como fonte inspiradora da guerra cultural, em sua versão bra-

sileira, o livro *Orvil*, anagrama mimético criado pelos militares para inverter completamente as interpretações contidas no livro *Brasil: nunca mais* (1985), publicação que denunciou as arbitrariedades e violências da ditadura civil-militar brasileira. Conforme o autor, a guerra cultural bolsonarista, apesar de ter relações com o que ocorre hoje no mundo, possui certas características peculiares: a fonte de sua concepção de mundo deriva do *Orvil* (ROCHA, 2020a, p.7) e sua técnica discursiva se inspira na “retórica do ódio, ensinada nas últimas décadas por Olavo de Carvalho” (ROCHA, 2020b, p.2). Não resta dúvida que importa buscar as raízes nacionais da guerra cultural bolsonarista, mas parece precipitado desconsiderar ou mesmo depreciar potentes ideários internacionais, que circulam e envolvem com grande sintonia com os tempos sombrios, que se vive no mundo.

A atuação, inspirada em tais concepções ideológicas, não busca o mero desenvolvimento da cultura, das artes, do patrimônio e de outras modalidades culturais, mesmo em viés autoritário e conversador, mas desenvolve, em conjunto, uma feroz cruzada contra todas as modalidades culturais, consideradas como contaminadas pelo “marxismo cultural”. Claudio Oliveira observa, de modo perspicaz, que “por trás da denominação ‘marxismo cultural’ está presente a ideia não só que o marxismo se torna cultural (...), mas também a ideia de que a cultura se torna marxista” (OLIVEIRA, 2020, p.5).

A cruzada está organizada a partir do núcleo duro ideológico de extrema-direita da gestão Messias Bolsonaro, instalado em determinados setores do aparelho estatal nacional, com destaque para as relações internacionais e a educação, com a estrita colaboração de órgãos estatais controlados pelo fundamentalismo religioso. Assim, trata-se não só de destruição, mas da colocação em seu lugar de outra cultura, visceralmente autoritária e conservadora, terraplanista, com traços de intransigente fundamentalismo religioso e moral. A novidade do atual cenário político-cultural nacional não pode, nem deve ser menosprezada. Cabe levar a sério tal pretensão, por mais alucinações e inverdades que mobilize. Ela indica o perigoso patamar da guerra cultural desfechada pela gestão Messias Bolsonaro.

A cruzada não tem como polo principal ou mesmo está centralizada na Secretaria Especial de Cultura. O processo efetivo de descentramento da localização institucional da guerra cultural aponta para a singularidade adquirida

pela cruzada político-cultural-ideológica em andamento. Diferente da situação anterior, na qual a direita no poder na gestão Temer se concentrou em destruir o legado político-cultural das gestões anteriores no governo federal (2003-2016), agora a extrema-direita, que tomou o poder, não apenas continua de modo mais brutal a destruição das liberdades, das políticas culturais e mesmo do campo da cultura existente, como pretende colocar em lugar da cultura cidadã, crítica e laica, uma cultura autoritária, conservadora e fundamentalista, em termos políticos, morais e religiosos.

O descentramento institucional do *locus* formulador da luta político-cultural-ideológica, agora em curso, desvela outra peculiaridade da situação política vivenciada hoje pelo país. A rigor, a empreitada está organizada sob as ordens da fração ideológica do governo, comandada por seu astrólogo-mor, Olavo de Carvalho, e assumida em plenitude pelo presidente, pela família Bolsonaro e por dirigentes governamentais. Ou seja, a guerra político-cultural-ideológica não está restrita a uma área específica do governo, como a Secretaria de Cultura, mas perpassa estrategicamente o próprio governo, disseminada por vários de seus organismos e aceita totalmente por seu núcleo central, instalado no Palácio do Planalto. Desse modo, se a cultura não está inscrita como estratégica do modelo de desenvolvimento do país, a rigor até hoje inexistente para além da feroz imposição do (ultra)neoliberalismo, ela foi plenamente inserida como estratégica na luta de classes em curso no Brasil, na qual se defrontam modelos econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais distintos de país.

Nesse contexto, por adesão ou omissão, o estímulo às culturas contrárias às liberdades individuais e coletivas, à democracia, à cidadania e às diversidades social e cultural, em especial aquelas relacionadas às culturas identitárias, associadas aos negros, povos originários, mulheres e comunidades LGBT, não apenas é implementada de maneira estratégica pelo governo, mas é reforçada por setores dominantes e sua grande mídia. Em suma, essa convergência política visa conjugar a destruição de culturas democráticas, emancipatórias, laicas e republicanas, e a criação em seu lugar de culturas autoritárias, fundamentalistas, terraplanista, elitistas e moralistas do novo velho Brasil.

O papel destinado às “políticas culturais”, afins à gestão Messias Bolsonaro, precisa ser discutido nesse cenário. Qualquer intenção de análise de algo mesmo próximo às políticas culturais só parece adquirir sentido nesse contexto. Nele,

a cultura está instrumentalizada e operada dentro de objetivos político-ideológicos bastante delimitados. Ela não possui quase nenhum resquício de autonomia, mesmo relativa. O acionamento eminentemente instrumental da cultura dificulta e mesmo inibe a conformação de uma política que busque desenvolver a cultura, inclusive aquela sintonizada com os valores da extrema-direita. Nessa circunstância, o governo não conseguiu articular até o momento uma efetiva política cultural no sentido rigoroso do termo. A construção de política cultural requer um conjunto de requisitos muitos deles não alcançados e diversos outros até contraditados pela atuação político-cultural da gestão Bolsonaro.

O conceito de política cultural indicado a seguir, elaborado a partir e em diálogo com a famosa noção de Nestór García Canclini (1987 e 2001), pode ser um bom balizador da distância que precisa ser percorrida entre a situação atual e condições necessárias para se falar em política cultural, mesmo orientada pelas formulações autoritárias, conservadoras e fundamentalistas da atual gestão federal. Nesse texto, política cultural é entendida como: um conjunto articulado, consciente, continuado, deliberado, sistemático e planejado de intervenções, formulações e/ou atuações, de diversos entes culturais (estado, sociedade, comunidades e instituições culturais etc.) com o objetivo de: atender demandas e necessidades culturais da população; estimular o desenvolvimento simbólico; construir hegemonias para conservar ou transformar a sociedade e a cultura; e garantir cidadania e direitos culturais. Ela aciona recursos de variados tipos: institucionais, infraestruturais, normativos, financeiros e de pessoal. Ela destina especial atenção às dimensões organizativas da dinâmica cultural. Para que exista, a política cultural exige superar a instrumentalização da cultura pela política e inaugurar uma nova relação, na qual a política é instrumento e a cultura finalidade (RUBIM, 2019a). Por contraposição a tudo isso, a cultura na gestão Messias Bolsonaro, mais uma vez, está sendo instrumentalizada como finalidades expressamente político-ideológicas e, além disso, muitos dos outros requisitos inscritos na definição acima não estão sendo contemplados.

Guerra cultural, violência e luta democrática

Mas é preciso estar atento a um aspecto crucial dessa nova circunstância político-cultural. A colocação da cultura na centralidade da disputa político-

-ideológica na sociedade, paradoxalmente nunca formulada e realizada pelos governos de Lula ou de Dilma no seu projeto de transformação democrática do Brasil, não significa, de modo algum, a aceitação da disputa pela hegemonia intelectual e moral em ambiência democrática, como imaginou Antonio Gramsci¹, quando fez a distinção entre dominação via coerção e outra, de tipo diferente, efetivada por meio do acionamento da coesão. O apelo à centralidade político-ideológica atribuída à cultura pela gestão Messias Bolsonaro não implica a aceitação de uma arena legítima de disputa política democrática de valores e de concepções político-culturais diferenciadas que, por conseguinte, deve ser, em princípio, respeitada como tal por todos os cidadãos e agentes políticos.

A postura da gestão Messias Bolsonaro configura algo bastante perigoso, o acionamento prévio da luta político-cultural, não para desenvolver a democrática e a legítima disputa pelo poder político, como se poderia supor ingênua e apressadamente. Antes, significa a utilização antecipada e instrumental de tais dispositivos culturais-ideológicos para viabilizar, em sequência, atos de violência não só simbólica, mas também física, contra instituições, coletivos e pessoas, que não se submetem à sua pregação autoritária e fundamentalista. Enfim, não se trata de um projeto de disputa de hegemonia cultural (intelectual e moral, como diria Antonio Gramsci), posto que a competição não se limita ao confronto para esclarecer, sensibilizar e subsidiar tomadas de decisões políticas de modo pacífico sobre o tema, com base em procedimentos legais, pactuados e legitimados pela sociedade brasileira.

Em verdade, o acionamento da visão estratégica da cultura busca viabilizar violência simbólica e física contra todos os adversários político-culturais, tomados como inimigos a destruir. Não parece mera coincidência que, em falas de intelectuais bolsonaristas, “o verbo dominante é eliminar. E o substantivo dominante é limpeza”, conforme constatou o estudo de João Cezar de Castro Rocha (2020a, p.4). Tais expressões remetem, de acordo com o mesmo autor, ao universo semântico do golpe civil-militar de 1964.

¹ Antonio Gramsci (1891-1937), filósofo marxista, jornalista, crítico literário, linguista, historiador e político italiano. Membro do Partido Comunista Italiano, autor de várias obras, entre elas, *Cadernos do Cárcere*, um conjunto de 29 cadernos de tipo escolar escritos por Gramsci no período em que esteve prisioneiro na Itália, entre 1926 e 1937. [N.E.]

Desse modo, a utilização da expressão guerra cultural em lugar de disputa pela hegemonia político-cultural desnuda todo seu sentido, inclusive porque não se vive hoje um ambiente democrático no Brasil, mas um estado de exceção com todo autoritarismo, violação às leis e violência que ele promove. Fundamental a distinção entre estas duas concepções, posto que uma ocorre e torna possível o aprofundamento da democracia com a busca de transição de uma democracia meramente formal para uma democracia substantiva, na qual os requisitos formais imprescindíveis à democracia estejam contemplados, mas sejam igualmente assegurados direitos (econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais) à maioria da população. A outra opção, assumida pelo atual governo, pode levar a um regime não só autoritário, mas totalitário. Aliás, se a gestão Messias Bolsonaro persegue algum plano para o país, este projeto é a implantação da ditadura no Brasil.

A existência do estado de exceção e a tentação ditatorial colocam a questão democrática como vital para a superação do retrocesso imposto ao país, inclusive na esfera cultural. Não se trata apenas de lutar por uma democracia formal de verniz liberal-eleitoral, mas de aprofundar a luta por uma democracia substantiva, que garanta todas as regras formais necessárias ao ambiente de liberdades democráticas, e, mais que isso, assegure cidadania e direitos para todos, inclusive a cidadania cultural e os direitos culturais. No contexto (hiper)politizado do Brasil atual, mais que nunca, o destino da cultura e das políticas culturais é perpassado e está associado à questão da democracia, de sua afirmação ou negação plena, com a instalação de algum dos futuros possíveis. Dentre eles: um estado radicalmente democrático; uma democracia sem densidade, que mantém o caráter excludente da sociedade brasileira, ou um regime declaradamente ditatorial.

A luta pela democracia requer assumir a cultura como momento fundamental desta luta. Primeiro porque a disputa democrática exige a configuração de uma cultura política democrática, que se contraponha vigorosamente à cultura autoritária e fundamentalista, que o governo e as classes dominantes tentam impor ao Brasil. Sem a hegemonia dos valores democráticos, não existe a possibilidade de uma efetiva democracia no país. Tal processo de disputa é vital para a construção de um Brasil plenamente democrático. Segundo porque majoritariamente o campo cultural tem sido agente ativo do processo de luta democrática no país desde 2016, atuando contra o golpe midiático-jurídico-parlamentar; contestando a ges-

tão Temer entre 2016-2018; apoiando, em 2018, a candidatura presidencial de Lula e, após sua interdição arbitrária, a candidatura de Fernando Haddad; fazendo oposição ao candidato (2019) e, depois, à gestão Messias Bolsonaro (2019 em diante) e participando de modo criativo da campanha Lula livre, pela liberdade de Luiz Inácio Lula da Silva, preso político entre 2018-2019.

Aliás, a atual cena político-cultural brasileira está marcada por significativa politização do campo cultural ocasionada, dentre outros fatores, pela singular presença das políticas culturais nos anos 2003-2016, como observou Alexandre Barbalho nos textos já referidos. A politização dos desfiles das escolas de samba no Rio de Janeiro e em São Paulo nos recentes carnavais pode ser tomada como emblemática. Pedro Alexandre Sanches, no artigo “Das cinzas às cinzas”, publicado na *Carta Capital* de 04 de março de 2020, discute a atitude rebelde das escolas de samba, mas aponta também os limites espaço-temporais de tais protestos. Ele lembra das atitudes bastante críticas de escolas como: Paraíso da Tuiuti; Mangueira; São Clemente; Águia de Ouro; e Gaviões da Fiel.

A politização, combinada e desigual, de determinados segmentos culturais merece ser estudada, pois ela não parece ter grau similar a depender do setor cultural analisado: artistas independentes, culturas digitais, culturas eruditas, culturas identitárias, culturas populares, culturas universitárias, indústria cultural, dentre outros. Tais áreas da cultura têm inserções políticas, sociais e econômicas bem distintas, ocasionando possibilidades desiguais de politização e atuação no atual cenário de disputas no Brasil. Por exemplo: os segmentos oriundos das comunidades universitárias, em especial públicas, vinculados à educação, ciências, artes e cultura, têm posições abertamente críticas do governo federal. Parece acontecer algo semelhante com os agentes culturais conectados com as culturas identitárias, atacadas no dia a dia por membros e apoiadores da gestão federal. Na área das culturas populares, os ativistas que tiveram mais vínculos com os programas culturais, a exemplo do Cultura Viva, têm postura mais definida de oposição ao governo, enquanto outros permanecem omissos e distantes das disputas políticas, por vezes presas de relações paternalistas de assistencialismos e clientelismo, devido às precariedades de suas condições sociais. Nas chamadas culturas eruditas, a omissão parece ser ainda maior, quando não algum apoio ao governo. Algumas atitudes da gestão Messias Bolsonaro, no entanto, parecem incomodar parte

de seus membros. No âmbito da indústria cultural, com todos seus padrões aliados e submetidos às ordens do governo, com rusgas secundárias e mesmo alimentadas por atitudes agressivas da Presidência, muitas celebridades se opõem expressamente a Messias Bolsonaro e uma fração minoritária o apoia, a exemplo de artistas ligados à música sertaneja, uma música mercantilizada associada ao mundo rural, em especial aquele ligado ao agronegócio. Nos artistas independentes, a atitude crítica ao governo também parece predominante, bem como entre os jovens próximos às culturas digitais, ainda que existam também entre eles apoiadores do governo e militantes da extrema-direita. O estudo de atitudes, comportamentos e pensamentos dos agentes e as comunidades culturais torna-se fundamental para uma melhor compreensão do cenário político-cultural brasileiro contemporâneo.

Tais desafios ligados ao campo cultural implicam na luta pela preservação crítica das experiências de políticas democráticas de cultura acontecidas entre 2003 e 2016, que as gestões Temer e Bolsonaro tentam, de modo sistemático, apagar, destruir e silenciar. Como apontou Walter Benjamin, o passado corre perigo, pois ele está em contínua disputa no tempo presente. Nas suas famosas teses sobre a filosofia da história, Walter Benjamin escreveu poético: “Articular historicamente o passado não significa ‘conhecê-lo como realmente foi’, mas sim apoderar-se dele. Uma memória como a que pisca em um momento de perigo.”* (BENJAMIN, 1967, p.45).

O risco se torna ainda maior pela situação autoritária vivida após o golpe de 2016 e pela ascensão da extrema-direita ao poder federal. A disputa político-cultural da memória se apresenta como um dos desafios mais vitais a ser enfrentado. O estudo e a reflexão crítica acerca das políticas culturais desenvolvidas naquilo que elas tenham de acertadas, equivocadas e/ou insatisfatórias aparecem como outro desafio, a ser realizado mesmo nos atuais tempos sombrios.

Por fim, torna-se essencial o aprofundamento e o avanço de experimentos radicalmente democráticos e inovadores em políticas culturais onde for possível, dado que o Brasil é um país de organização constitucional federativa, com governos estaduais e municipais, com certa autonomia, dirigidos inclusive por

* “Articular históricamente el pasado no significa conocerlo ‘como verdaderamente ha sido’. Significa adueñarse de un recuerdo tal cual éste relampaguea en un instante de peligro”. (N. E.)

setores democráticos e de esquerda. O enfrentamento da pandemia no país, que muitas vezes contrapôs a irresponsabilidade da gestão federal de Messias Bolsonaro à atitude responsável de governadores e prefeitos, amparados nas medidas sanitárias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), serviu, de maneira dramática, para reafirmar que o país tem estrutura organizacional federativa, o que significa que os governos estaduais e as prefeituras municipais detêm certa autonomia para implementar políticas públicas, ainda que balizadas pelas limitações orçamentárias, dada a concentração dos recursos públicos na União. Outro exemplo federativo: o Consórcio Nordeste, que está sendo construído pelos governadores dos nove estados do Nordeste, todos eles de oposição à Messias Bolsonaro. Ele é emblemático neste sentido. O Consórcio deve ser acionado pela área da cultura.

O amplo processo de luta pela democratização substantiva do Brasil necessita aglutinar muitos agentes e comunidades em lugares e papéis diferenciados e complementares de atuação. Os agentes e comunidades culturais devem ser base essencial desta mobilização, colocando cultura, bem como educação, ciência e comunicação, com centralidade na luta democrática. O campo cultural precisa associar suas demandas de políticas culturais às reivindicações democráticas de cidadania e de direitos da sociedade, fortalecendo seu processo de politização e de compreensão que a vida da cultura depende da conquista da democracia e da sociedade mais justa, livre e criativa no Brasil.

Necessário sensibilizar entidades da sociedade civil, movimentos sociais e sociedade política, com suas lideranças e partidos, especialmente os democráticos e de esquerda, para que percebam a importância da cultura e para que lutem conjuntamente por ela e pelas suas áreas afins. Os estudiosos e as instituições universitárias, científicas e culturais também têm atuação destacada nesse processo de luta, seja pela manutenção da memória crítica das experiências político-culturais expressivas acontecidas no Brasil e no mundo, seja pela capacidade de analisar o presente e imaginar novas modalidades de atuação político-cultural, em diálogo constante com a sociedade, os agentes e as comunidades culturais. Os governos democráticos, progressistas e de esquerda devem colocar as políticas culturais entre suas prioridades políticas, garantindo clima de liberdade de criação e expressão, promoção e preservação da diversidade cultural, respeito à diferença e viabilizando, inclusive em ter-

mos financeiros, o desenvolvimento de experimentos criativos e inovadores, que se contraponham às culturas autoritárias e fundamentalistas. A atitude e a atuação colaborativa de todos estes agentes político-culturais, em conjunto com todas as forças democráticas e de esquerda da sociedade brasileira, são hoje vitais para resistir ao autoritarismo, reconquistar a democracia e construir o Brasil inclusivo, soberano, diverso, plural e criativo.

As palavras acima estavam escritas antes do belo processo de construção e conquista da Lei Aldir Blanc de emergência para os setores culturais atingidos pela pandemia. A notável capacidade de aglutinação, mobilização e formulação demonstrada na invenção da lei por agentes e comunidades culturais em conjunto com setores políticos instalados no parlamento, em especial seus membros e partidos democráticos e progressistas, abrem boas possibilidades de futuro em tempos tão sombrios. O movimento viabilizou vitórias admiráveis nas votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e impossibilitou o poder de veto da Presidência. O movimento animou, organizou e politizou o campo cultural. Colocou a cultura na agenda política do país e carrou um expressivo volume de recursos para a área da cultura. Na contramão de todas as atitudes da gestão, a Lei Aldir Blanc, em poucas semanas, estimulou a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) de 570 cidades brasileiras. A execução da lei se torna um enorme desafio para o prosseguimento da luta e para a consolidação da conquista e da vitória.

Referências

- ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise. O MNC e a politização do campo cultural brasileiro. In: *Políticas Culturais em Revista*. Salvador, 10 (1):23-46, jan./jun. 2017.
- _____. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. In: *Revista de Políticas Públicas*. São Luiz, 22 (1): 239-260, 2018.
- BENJAMIN, Walter. Tesis de filosofía de la historia. In: *Ensayos escogidos*. Buenos Aires, Sur, 1967, p. 43-52.
- CANCLINI, Néstor García. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor García (org.) *Políticas Culturales en América Latina*. Buenos Aires, Grijalbo, 1987, p.13-59.
- _____. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.) *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización*. Buenos Aires, Clacso, 2001, 57-67.

- CALABRE, Lia. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos de 2011-2014. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre e CALABRE, Lia (orgs.) *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador, Editora da UFBA, 2015, p.33-48.
- COSTA, Iná Camargo. *Dialética do marxismo cultural*. São Paulo, Expressão Popular, 2020.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre e CALABRE, Lia (orgs.) *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador, Editora da UFBA, 2015, p.11-31.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Por um conceito atualizado de política cultural (texto inédito, 2019a)
- RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim. Políticas culturais pós-golpe de 2016 (texto inédito, 2019b)
- RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim. Desafios das políticas culturais no Brasil atual (texto inédito, 2020)
- VARELLA, Guilherme e BRANT, João. Do Estado da Cultura ao Estado anticultural. In: CASTRO, Jorge Abrahão de e POCHMANN, Marcio (orgs.) *Brasil: Estado social contra barbárie*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2020, p.523- 538.

Jornais e revistas

Carta Capital.

São Paulo, (1029):30-34, 14 de novembro de 2019.

São Paulo, (1084):14-19, 11 de dezembro de 2019.

São Paulo, (1095):44-45, 04 de março de 2020.

São Paulo, (1097):12, 18 de março de 2020.

São Paulo, (1107):40-41, 27 de maio de 2020.

El País

<https://brasil.elpais.com/cultura/2019-12-27/sob-ataque-de-bolsonaro-cultura-defende-seu-impacto-na-economia-com-receita-de-170-bilhoes-de-reais.html>

Estado da Arte. Revista de cultura, artes e ideias

ROCHA, João Cezar de Castro. Guerra cultural bolsonaristas – A retórica do ódio. In: <https://estado-da-arte.estadao.com.br/guerra-cultural-bolsonarista-retorica-do-odio/>

Jornal Opção

ROCHA, João Cezar de Castro. O verbo dominante nos vídeos dos intelectuais bolsonaristas é eliminar. E o substantivo é limpeza (entrevista). In: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-verbo-dominante-nos-ideos-dos-intelectuais-bolsonaristas-e-eliminar-e-o-substantivo-e-limpeza>.

Revista Cult

OLIVEIRA, Claudio. Regina Duarte e o marxismo cultural. In: <https://revistacult.uol.com.br/home/regina-duarte-marxismo-cultural>.

Revista Fórum – Revistaforum.com.br (04.03.2020)

Globo – blogs.oglobo.globo.com

Guerra cultural: das origens a Bolsonaro

Márcio Tavares

A “guerra cultural” não nasceu com Jair Bolsonaro. Ela nasce das contradições sociais e culturais pelas quais o mundo e o Brasil passaram, pelo menos, desde os anos 1960. As lutas políticas pelos direitos civis, pelos direitos das mulheres, pela livre expressão das sexualidades, em favor da proteção ao meio ambiente transformaram a ação política de forma profunda em todo o mundo. Os processos de descolonização também alteraram dramaticamente o conteúdo das políticas progressistas e de esquerda, incorporando novos movimentos, novos agentes políticos e fazendo emergir novas subjetividades na cena pública. Quando a política muda, as divisões políticas também mudam.

Nos últimos 50 anos, a perspectiva a respeito da igualdade ultrapassou o mundo do trabalho – onde segue sendo fundamental – e avançou sobre outras áreas da sociedade, em outros termos, o privado passou a ser público. A natureza das lutas políticas dos movimentos antirracistas, feministas, LGBTs e ambientalistas alterou a dinâmica de diversas instituições sociais, como as universidades, as famílias e até mesmo as relações interpessoais, que ganharam feições mais democráticas. Não foi nada simples a incorporação desses novos movimentos e reivindicações nas plataformas políticas de esquerda, mas paulatinamente se percebeu que essas demandas e esses sujeitos tinham vindo para ficar.

No final dos anos 1980, parecia um movimento fadado ao êxito as demandas dos novos movimentos por identidades e direitos de duas décadas antes. Sociólogos que estudavam o que se chamava de “pós-modernidade” ou “modernidade tardia” apontavam que as mudanças em nossas sociedades eram um movimento sem volta. Anthony Giddens, sociólogo muito badalado na década de 1990, publicou um livro chamado *Transformação da intimidade* em que ele apontava para uma reconfiguração completa das relações amorosas e interpessoais em curso no Ocidente. Para ele, a sexualidade, a afetividade, as amizades, as relações amorosas e entre pais e filhos ganhariam aspecto mais poroso e democrático e esse movimento renovador das subjetividades seria irresistível (GIDDENS, 1993). O carro das mudanças de conduta e comportamentos estava passando e quem não embarcasse, seria inevitavelmente atropelado por ele.

Entretanto, não tardou para a emergência de uma oposição encarniçada aos avanços democráticos conquistados por esses novos movimentos políticos. Nos Estados Unidos, a partir dos anos 1990, a chamada *alt-right* se organizou para combater o que encarava como um ataque frontal ao “modo de vida tradicional” estadunidense. Foi nesse momento que surge a ideia de “guerra cultural”.

Em 1991, o sociólogo James Davison Hunter lançou um livro chamado *Guerras culturais: a luta para definir a América*, cuja tese central estava calcada na ideia de que a divisão política tinha sido alterada nos Estados Unidos. Ele afirmava que se consolidava uma divisão cristalizada da sociedade estadunidense a respeito de temas como direito ao aborto, porte de armas, participação das igrejas no Estado, legalização do uso de entorpecentes, direito de casamento para os LGBTs, sobretudo. Assim, a polarização ideológica havia transformado os horizontes sociais e culturais, fazendo com que os posicionamentos ideológicos com relação a temas sensíveis ganhassem o protagonismo na disputa dos rumos do país. Se, em 1992, o marqueteiro de Bill Clinton, James Carville, podia dizer que a razão do seu candidato vencer as eleições era “a economia, estúpido”, dali para diante de acordo com Hunter as coisas não seriam mais exatamente assim.

A partir da leitura proposta por James D. Hunter, os temas econômicos, que dominaram a disputa política por muito tempo, agora não possuíam a

mesma predominância no debate público como outrora. Outros elementos de divisão de opiniões seriam de importância equivalente aos temas econômicos para a clivagem. O que definiria a disputa política estadunidense seria uma batalha crescente pelo controle das instituições sociais e culturais entre conservadores e progressistas. A análise do sociólogo pouco a pouco converteu-se em plataforma política para os setores retrógrados, que consideravam estar em curso efetivamente uma “guerra cultural” no país.

Houve uma apropriação política do livro de James D. Hunter pela direita neoconservadora e isso passou a instrumentalizar não apenas sua visão de mundo, mas também suas estratégias de ação política. A leitura dos conflitos políticos é simplificada no uso político da “guerra cultural” como método de ativismo. Para eles, cada demanda progressista precisava ser combatida em nome das tradições que definiam a sociedade estadunidense. Preservar a família tradicional, o casamento heterossexual, a hierarquia patriarcal, a desigualdade racial, dentre outras posições de retaguarda, seriam as tarefas políticas primordiais desses grupos. Isto significava também um combate às instituições que para os reacionários fomentavam as perspectivas progressistas na sociedade como as universidades, a imprensa e Hollywood, por exemplo.

Em termos culturais, esse debate passou a ter maior visibilidade quando, no ano de 1989, a Universidade de Stanford deu início a uma revisão dos currículos de seus cursos de humanidades. A intenção era apresentar uma visão mais plural com a incorporação de produções intelectuais e artísticas diversas na análise dos cânones ocidentais. O currículo de estudos culturais em Stanford se tornaria mais inclusivo com a alteração no *corpus* de autores a partir da inclusão da produção de Frantz Fanon, Chinua Achebe e Rigoberta Menchú em suas bibliografias obrigatórias. A discussão, que normalmente ficaria no interior dos muros da universidade, ganhou a sociedade chegando até o Congresso dos Estados Unidos, onde os representantes mais conservadores do Partido Republicano acusavam a Stanford de tentar subverter e conspirar contra a tradição cultural ocidental (SCHNEIDER, 1997).

No mesmo momento em que o currículo dos cursos de humanidades de Stanford ganhavam a cena pública, uma exposição retrospectiva do artista Robert Mapplethorpe também causava furor e dividia opiniões. O artista, falecido no final dos anos 1980, trabalhava com o corpo humano e o nu masculino

em suas fotografias e obras. A exposição que seria um tributo à carreira exitosa de Mapplethorpe tornou-se alvo da fúria dos conservadores, que organizaram protestos e impetraram processos contra a exibição pública da mostra. Muitas instituições se negaram a receber a itinerância da retrospectiva e houve um debate a respeito da censura à arte nos Estados Unidos naquele período. Para muitos, esses dois casos marcam definitivamente o início das “guerras culturais” naquele país.

Progressivamente, a “guerra cultural” avançou para se converter em uma estratégia política dos reacionários para a conquista do poder nos Estados Unidos. Isto é, o silenciamento do outro, e o desenvolvimento de mecanismos para tornar isso possível é um instrumento de ação política concreto. Nessa receita retrógrada, soma-se um contexto que a favorece: o aumento exponencial das desigualdades sociais, operado pelo neoliberalismo. Em um país onde o fosso entre pobres e ricos aumenta drasticamente, a narrativa que responsabiliza os intelectuais, políticas de igualdade de gênero, racial pelos males dos trabalhadores tornou-se apelativa e ganha capacidade de capturar adeptos, até mesmo em parte da classe trabalhadora. Uma vez que as forças políticas progressistas fracassaram, nos Estados Unidos, em organizar um programa que unisse igualdade social e progressismo de valores.

É evidente que não se pode tratar o que acontece no Brasil como simples superposição daquilo que ocorre nos Estados Unidos. Porém, a “guerra cultural” tornou-se um instrumento de luta política empregado pelos reacionários no mundo todo nos últimos anos partindo de uma tecnologia gerada em solo norte-americano. Apesar disso, as ideias que organizam a “guerra cultural” em cada lugar ganham tintas e cores locais. A “guerra cultural” nos Estados e no Brasil não são totalmente iguais.

Primeiramente, a concepção de “guerra cultural” foi importada e difundida no Brasil ao mesmo tempo em que se desenvolvia e ganhava adeptos nos Estados Unidos. As discussões sobre o tema se moldam no debate público nacional a partir de elementos próprios de nossa história e de nossa conjuntura. Porém, há um esforço de divulgadores das ideias dos neoconservadores estadunidenses para adaptar essa plataforma e formular uma “guerra cultural” tingida de verde e amarelo. Nesse processo, é fundamental observar a atuação de Olavo de Carvalho para a difusão para um público ampliado dos debates

a respeito dos conflitos culturais no país. Não pela qualidade de sua reflexão, mas pela possibilidade ímpar que teve para divulgar e normalizar suas ideias.

Nos anos 1990, o ideólogo começou a ficar mais conhecido ao tornar-se colunista de jornais de grande circulação no país, como *Zero Hora*, *O Globo* e *Folha de S.Paulo*. Ali, Olavo de Carvalho começou a divulgar suas teses, que em princípio pareciam exóticas, estravagantes e até tresloucadas, como a da inexistência da direita política no Brasil. Para ele, o PT, o PSDB, o DEM e o PCdoB eram parte de um mesmo plano para a imposição de um governo socialista no país. A partir de espaços privilegiados na mídia tradicional, como as colunas dominicais de opinião dos principais jornais do país, Olavo de Carvalho tornou-se conhecido e iniciou a ganhar adeptos para sua tese de que a esquerda teria um plano de dominação da sociedade, que partia das ideias de Gramsci a respeito da hegemonia cultural. Com o auxílio da mídia tradicional e o fomento dos institutos para a difusão do pensamento neoliberal, entre os anos 1990 e o início dos anos 2000, Olavo de Carvalho divulga uma série de teorias reelaboradas a partir dos debates nos Estados Unidos que formaria boa parte do conteúdo reacionário da “guerra cultural” no Brasil.

A versão da ideia de “guerra cultural” difundida por Olavo de Carvalho é de um reducionismo a toda prova. Na embalagem raivosa e rasteira do ideólogo, a disputa de valores ganha sentido exclusivamente como teoria conspiratória. Ideias complexas são embaladas em um pacote de tons ridículos, mas com fácil capacidade de compreensão por quem não é afeito aos debates acadêmicos. Há pouco conteúdo, mas uma estratégia comunicacional eficiente. Tudo se resume a simplificar ao máximo as ideias e normalizar a ignorância e o discurso de ódio através de uma linguagem fácil e de *slogan* capazes de captar a atenção pelo medo e pela repulsa.

Nesse contexto, emerge um espantinho que funciona, nos termos de Ernesto Laclau, como um “significante vazio” para as ideias reacionárias: o “marxismo cultural”. Essa expressão serve de amálgama para as mais disparatadas teorias conspiratórias da extrema-direita. Em linhas gerais, essa teoria conspiratória advoga que o trabalho de artistas, jornalistas, professores e cientistas estaria paulatinamente afastando o mundo ocidental de suas “bases tradicionais cristãs” com vistas a implantar o comunismo sem a necessidade de uma revolução armada. Trata-se de uma apropriação rasteira da ideia de

hegemonia, conforme elaborada por Antonio Gramsci, um dos grandes vilões do “panteão do mal” dos reacionários, unido aos filósofos alinhados à chamada Escola de Frankfurt.

Para eles, o “marxismo cultural” seria equivalente direto ao “politicamente correto”, por exemplo. Compreendido pelos reacionários como uma interdição da liberdade de emissão pública de opiniões sexistas, homofóbicas e racistas e uma estratégia para a imposição das concepções progressistas na sociedade o “politicamente correto” vira um espantalho a ser combatido. Emitir opiniões racistas, sexistas e homofóbicas é convertido em ato de rebeldia.

Há um outro espantalho criado pelos ideólogos conservadores que deita origem no “marxismo cultural”, a ideia de “ideologia de gênero”. De acordo com os reacionários, a “ideologia de gênero” seria um instrumento dos progressistas para afirmar a inexistência do sexo biológico e, finalmente, para induzir a homossexualidade entre as crianças. É um delírio que nada tem a ver com os estudos de gênero, mas que tem sido uma arma ideológica poderosa para o fundamentalismo religioso, principalmente cristão.

A partir de concepções distorcidas como “marxismo cultural” e seus subprodutos como a “ideologia de gênero” os grupos reacionários avançam contra os estudos culturais e científicos em uma luta que se trava para tutelar as pesquisas nas universidades, o ensino nas escolas e o repertório das exposições artísticas. Há uma crescente criminalização de pesquisas que investigam os temas de desigualdades de gênero, raça e sexualidade como estruturantes de nossa sociedade. Como um ato contínuo, conforme esses grupos ganham representação política, essas teorias ganham materialidade como políticas públicas que buscam cercear a livre expressão e as diversas identidades.

A ideia de “marxismo cultural” não é exatamente uma novidade no repertório da extrema-direita mundial. Possui uma história mais longa que a concepção de “guerra cultural”. Nos anos 1920, Adolf Hitler já incluiu no léxico da extrema-direita a expressão “bolchevismo cultural”, que contém o mesmo conteúdo da sua versão contemporânea. Hitler bebe de uma vertente conservadora que identificava na produção modernista uma perspectiva de decadência cultural. A Revolução Russa, em 1917, agregou um novo elemento nesse caldeirão de ideias radical-conservadoras: a ameaça de uma revolução comunista com sua subsequente abertura para experimentação social, cultural

e artística típicas do modernismo, tal como se acompanhava na União Soviética no início dos anos 1920.

Rapidamente os setores mais reacionários passaram, nos anos 1920, a associar a arte moderna como sendo a arte dos socialistas. Foi justamente no livro-testamento *Mein Kampf* [Minha Luta], de Adolf Hitler, que essa junção entre socialismo e arte moderna foi delineada com contornos mais definidos. Ali, o ditador afirma que as obras modernistas seriam fruto de “gente degenerada”, de “artistas desvairados” que estariam “consumidos pelas ideias do marxismo” – que ele denomina “bolchevismo” em uma tentativa de associação direta com os soviéticos. O corolário das ideias nazistas era uma mistura de racismo e anticomunismo em que um suposto predomínio das ideias marxistas – produzidas por judeus – era responsabilizado pelo declínio da Alemanha, inclusive por sua derrota na Primeira Guerra Mundial. A produção artística modernista seria, desse modo, a expressão cultural do predomínio do “bolchevismo” na Alemanha. Sendo que a tarefa dos nazistas seria a aniquilação total do marxismo e, à vista disso, a destruição da cultura modernista estaria entre um dos objetivos centrais do hitlerismo.

O corolário da versão nazista de “marxismo cultural” pouco difere da atual. A concepção nazista de que o progressismo na cultura e na arte consiste em uma tentativa de desgastar os valores tradicionais da sociedade alemã, é basicamente a mesma que os grupos mais reacionários cultivam na atualidade a respeito do mundo das atividades culturais, jornalísticas e acadêmicas. O anti-intelectualismo, uma versão completamente irrealística a respeito dos acontecimentos e uma concepção normalizadora das desigualdades, conformam o imaginário da extrema-direita desde muito tempo e acoplados na embalagem de “marxismo cultural” se convertem em uma potente teoria da conspiração que capacita esses grupos para o desenvolvimento de uma “guerra cultural” de aniquilação simbólica dos que pensam e agem de forma diversa.

No Brasil, essas visões retrógradas que unem a extrema-direita mundo afora têm um terreno fértil em uma sociedade marcada pela desigualdade, pelo privilégio e pela hierarquia. Assim, quando aterrissaram por aqui as ideias que organizam a concepção de “guerra cultural”, alhures se combinam com um caldo histórico de autoritarismo e desequilíbrio de acesso aos direitos básicos pelo povo, que tem raízes profundas. Lilia Moritz Schwarcz afirma que a

história nacional é marcada pelo autoritarismo, violência e por contradições socioculturais nunca resolvidas:

‘O passado nunca foi, o passado continua’. Afirmou o então deputado Gilberto Freyre no plenário da Constituinte de 1946, nesse caso fazendo um elogio nostálgico aos tempos de outrora. Mas é esse passado que vira e mexe vem nos assombrar, não como mérito e sim como fantasma perdido, sem rumo certo. O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira. (SCHWARCZ, 2019, p. 224).

Assim, a emergência do reacionarismo como uma força política de peso no país está ligada a dois movimentos, pelo menos: externamente, conectada com o avanço político da extrema-direita pelo mundo; internamente, como uma reação concreta aos avanços democráticos pelos quais o país passou desde a redemocratização, principalmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015). Na associação entre os fatores externos e internos que se conforma o pensamento reacionário contemporâneo e a versão de “guerra cultural” implementada pelo bolsonarismo.

Desde a redemocratização e a adoção da Constituição de 1988, o país passou por mudanças que, embora bastante tímidas para alterar com profundidade suas estruturas, alteraram dramaticamente sua configuração social. Dentre as mudanças com maior alcance democratizante estão a extensão do voto popular para os analfabetos, a universalização do acesso ao ensino básico e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). São medidas que abriram espaço para a criação de um limitado Estado de bem-estar social. Até esse período, jamais se viu como responsabilidade fundamental do Estado brasileiro a garantia de mínimas condições de dignidade para a totalidade da população.

A partir de 2003, o processo democratizante pelo qual o Brasil passou se aprofundou com a chegada de Lula à Presidência da República. Mais uma vez, as transformações foram bastante insuficientes para transformações estruturantes, mas suficientes para gerar uma reação virulenta dos setores his-

toricamente privilegiados. Reação essa que culmina em um golpe de Estado aplicado contra Dilma Rousseff em 2016 e que abriria as portas da política para a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

As políticas públicas desenvolvidas em alguns setores como educação, cultura e direitos humanos foram particularmente sensíveis para os setores mais reacionários. No âmbito da educação, por exemplo, o governo Lula traz um investimento inédito na escola pública, com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), bem como nas chamadas escolas técnicas, que ganharam nova concepção e tornaram-se Institutos Federais de Educação, que foram instalados *campi* em todo o país.

As universidades federais receberam um volume inédito de investimentos. Foram criadas inúmeras novas universidades e um sem número de novos *campi* de universidades já existentes. A rede federal de ensino superior chegou com força no interior do país, tornando o acesso aos bancos universitários públicos possível para um vasto contingente populacional que antes não via condições de almejar a formação acadêmica. Finalmente, a adoção das políticas de ação afirmativa transformou o perfil social e racial dos estudantes universitários. Mais negros e mais alunos provenientes da escola pública chegaram às universidades federais. Em 2019, por exemplo, a Universidade de Brasília (UNB) pela primeira vez tem uma maioria de estudantes não brancos, resultado das políticas de cotas adotadas pela UNB ainda em 2006.

Esse novo grupo de estudantes com origem nas camadas populares trouxe consigo uma série de novos questionamentos acadêmicos e perguntas científicas, alterando sensivelmente a produção intelectual do país. Evidentemente, a maior presença de negros e negras nos bancos acadêmicos, de estudantes de escola pública, de sujeitos oriundos das periferias nos bancos universitários e na produção científica sofreu imensa resistência da direita nacional, particularmente de uma parte das classes médias, que concebia (e concebe) a democratização das universidades como um risco ao seu predomínio como elite intelectual detentora exclusiva do direito à educação superior de qualidade no país (SOUZA, 2018).

Nos direitos humanos, o Brasil realizou importantes avanços nos 13 anos de administração petista. Em áreas diversas, na defesa e proteção dos direitos das pessoas, o país viu ser organizada, pela primeira vez, uma arquitetura de

proteção. O trabalho análogo à escravidão recebeu duro combate, desde o ponto de vista legislativo até o domínio criminal, com a liberação de inúmeros trabalhadores e a responsabilização de empregadores. A violência contra a mulher foi tratada como sério problema social. A Lei Maria da Penha foi criada e as polícias, por meio das delegacias de atendimento à mulher, instrumentalizadas para a proteção das mulheres vitimadas. Na área de igualdade racial, foram implementadas políticas importantes como o Estatuto da Igualdade Racial e adotou-se políticas de ação afirmativa em diversos domínios da administração pública e no mundo do trabalho. Avanços importantes, embora limitados, e que tratavam de problemas históricos do país e que reforçavam desigualdades.

Algumas áreas avançaram timidamente, sobretudo porque sofreram imensa resistência dos setores mais conservadores. Foi o caso das políticas para a comunidade LGBT e de memória, verdade e justiça com relação ao terrorismo de Estado cometido pela ditadura militar. O governo criou um importante programa para a proteção dos LGBTs, o “Brasil sem homofobia”. Contudo, o Congresso Nacional jamais permitiu a aprovação da criminalização da LGBTfobia. Foi o poder judiciário que garantiu o casamento homoafetivo, o maior avanço em igualdade de direitos conquistado pela comunidade no país. A respeito dos crimes cometidos pela ditadura militar, a presidenta Dilma Rousseff autorizou a organização da Comissão Nacional da Verdade, que elencou os crimes cometidos pelos agentes militares e civis do governo ditatorial. No entanto, não foi possível, principalmente por pressão da corporação militar, a revisão da Lei de Anistia de 1979 e a subsequente responsabilização criminal dos violadores de direitos humanos.

No mundo da cultura aconteceram mudanças importantes também. A gestão de Gilberto Gil a frente do Ministério da Cultura significou a superação de uma política cultural omissa e exclusivamente voltada ao mercado que caracterizou o governo de Fernando Henrique Cardoso. A política ativa do MINC encarava a cultura como um direito social. O novo posicionamento da gestão cultural ensinou a organização de programas relevantes como o Cultura Viva, tornado lei durante o governo de Dilma Rousseff, que organizou uma política inovadora nos territórios, dando protagonismo aos agentes e fazedores culturais.

Não apenas os Pontos de Cultura foram inovações, como também ensinaram a formação de uma nova leva de agentes culturais pelo país, dinamizando

o setor e aumentando o escopo de demandas das políticas estatais. Houve um aumento expressivo do investimento do governamental na cultural entre 2003 e 2015, mesmo assim longe dos parâmetros mínimos recomendados pela Unesco para o fomento à cultura. Houve uma acolhida da diversidade e das identidades culturais, com uma ação mais proativa do ministério junto aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, por exemplo. Em um país que jamais havia desenvolvido políticas culturais voltadas à cidadania com grande intensidade, a ação desenvolvida no período foi de muita importância.

Nesse período, o IPHAN, fazendo valer o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, desenvolveu o mais amplo processo de reconhecimento de bens culturais imateriais como patrimônio da história da instituição criada em 1934, reconhecendo, entre outros, as matrizes tradicionais do samba, o jongo e o tambor de crioula como patrimônios. Além das igrejas cristãs, terreiros de religiões de matriz africana foram objeto do tombamento pelo Instituto. Essas iniciativas possuem imensa força simbólica em um país em que a memória das comunidades negras sempre foi relegada ao esquecimento pelo poder público.

De forma mais sistêmica, a formulação e integração do Sistema Nacional de Cultura no art. 216-A da Constituição Federal e a irrigação orçamentária que permitiu maior dinâmica para as políticas culturais deu novo impulso para a cadeia do setor nas suas distintas vertentes. Na esfera do audiovisual, a extensão das políticas públicas desenvolvidas, inclusive com o fomento em volumes financeiros inéditos para o setor permitiu a emergência de novas linguagens e de novos realizadores, que ganharam (e ganham) visibilidade mundial para as narrativas sobre os distintos brasis que levam para as telas.

Assim sendo, mesmo que se pontue como insuficientes em muitas dimensões as experiências dos governos de Lula e Dilma, é inegável que seus governos provocaram mudanças democratizantes consideráveis. As políticas elencadas brevemente aqui dão conta da emergência de novos sujeitos que ganharam voz e vez na cena pública nacional. As obras de arte ou as pesquisas acadêmicas desenvolvidas por essa nova geração que se beneficiou das políticas públicas desenvolvidas entre 2003 e 2015 trazem novas perguntas, questionamento, bem como respostas para as contradições e dilemas da sociedade brasileira.

É bastante previsível que mudanças dessa envergadura tragam consigo resistências, ainda mais em um país com profundas marcas deixadas pela de-

sigualdade crônica. As elites econômicas buscaram, desde o começo dos governos de esquerda, uma guerra ideológica. O objetivo era o convencimento de que as políticas neoliberais seriam a única saída para o país e que políticas sociais e de bem-estar eram gastos desnecessários. Ao fim e ao cabo, trata-se de uma luta pelo orçamento público em que os mais ricos não aceitavam a mínima divisão do bolo com os pobres. A fim de desestabilizar os governos progressistas de Lula e Dilma, foram mobilizadas forças no judiciário e na imprensa, mas também foram organizados centros de difusão das ideias neoliberais. Esses centros, como o Instituto Millenium e os institutos liberais financiaram pessoas como Paulo Guedes, Rodrigo Constantino e Olavo de Carvalho que se tornam responsáveis diretos por disseminar ideias econômicas neoliberais unidas com o reacionarismo moral (Calheiros Casemiro, 2018), junção que caracteriza a ideologia reacionária e a “guerra cultural” no Brasil contemporâneo.

Para além disso, houve a emergência de uma nova força política no país: as igrejas neopentecostais. Não se trata de uma novidade histórica a interferência da igreja católica nos assuntos políticos no Brasil. Desde os tempos coloniais, há uma interferência relativa da Igreja nos assuntos políticos. Contudo, com as igrejas evangélicas há um processo estruturado de avanço sobre a política com a ocupação de cargos eleitorais e, como resultado disso, das estruturas do Estado. Desde 2010, a bancada evangélica na Câmara dos Deputados é uma força com imensa influência e que busca cada vez mais definir o tom das políticas públicas desenvolvidas, principalmente na esfera dos costumes.

De acordo com Julio Cordova Villazón, a experiência da fé predominante entre os evangélicos é diferente das demais denominações religiosas, inclusive cristãs. A fé dos evangélicos, principalmente dos neopentecostais, estaria profundamente relacionada com com a primazia de “estruturas hierárquicas tanto na família quanto nas comunidades de fé”, isto é, o núcleo familiar heterossexual é núcleo da vivência religiosa desses grupos. É a partir da família tradicional que são criadas as redes de sociabilidade e, em comunidades marcadas pela instabilidade social e pela insegurança, é onde se organiza uma rede de proteção não apenas social, mas também psíquica. Essa é uma experiência de fé que, em primeiro lugar, se enquadra muito bem com as políticas neoliberais, pois leva para o âmbito da família e da igreja as tarefas de proteção social antes reservadas

ao Estado. Além disso, faz com que esses grupos tenham um potencial imenso para a adesão de pautas conservadoras “pró-família” e “pró-vida” que se conectam com os discursos proferidos pelas elites reacionárias dos Estados Unidos, mas com bases sociais bastante distintas no Brasil. Diz ele:

Essas relações hierárquicas permitem que as pessoas reconstruam suas relações familiares afetadas pelas crises e transformações sociais. A família nuclear, heterossexual e baseada na submissão ‘benigna’ das mulheres se torna o núcleo da experiência religiosa de grandes setores evangélicos. Esse tipo de construção do cosmos sagrado evangélico das últimas décadas é a base para o desenvolvimento de predisposições contrárias às mudanças sociais e culturais que possam afetar a família tradicional-patriarcal. (VILLAZON, 2015, p. 173).

Dessa maneira, as mudanças na estrutura social do país também organizaram uma nova extrema-direita política. Ela emerge de um caldeirão de posições e interesses, às vezes até aparentemente contraditórios, mas que encontrou na conjuntura conexões e convergências, levando distintos grupos reacionários para um terreno comum: o bolsonarismo.

Uma elite (em tese liberal) fomentando ideias antipolítica e financiando figuras nitidamente ligadas a projetos antidemocráticos, com o intuito de fustigar as forças de esquerda a fim de implementar seu programa econômico a qualquer custo. Uma maioria conservadora na classe média capturada por um discurso de que o sistema político estava corrompido por inteiro. Um crescimento da influência política das igrejas evangélicas, desejosa de fazer valer concepções obscurantistas. Uma corporação militar descontente com a possibilidade de revisão de seus atos criminosos durante a ditadura de 1964-1988. Separados, esses grupos muito provavelmente não conquistariam adesão massiva, mas, unidos, formaram a coalizão ideal para o avanço de um projeto autoritário como o de Bolsonaro no país.

Além da conjuntura propícia, houve uma transformação importante na comunicação que deu impulso para a divulgação das ideias desses grupos reacionários. Antes mediados pelos meios de comunicação tradicionais, as posições políticas e as teorias conspiratórias que alimentam a visão de mundo desses grupos conseguiam uma difusão limitada na cena pública. Através da internet, especialmente das redes sociais, as ideias reacionárias e a “guerra cul-

tural” por elas proposta ganharam uma plataforma que possibilitou o convencimento em massa.

A “guerra cultural”, no Brasil, foi impulsionada no terreno digital. Jair Bolsonaro cresceu desprezando os meios de comunicação tradicionais e apelando para uma comunicação direta com seus seguidores por meio das redes. Não se trata de uma estratégia original, o cientista político Giuliano Da Empoli mostra em seu livro *Os engenheiros do caos* que os discursos da extrema-direita foram difundidos pela internet, por meio de compreensão apurada de como a comunicação política mudou a partir do advento das redes sociais. Ele mostra como os especialistas em comunicação da extrema-direita usam os algoritmos para melhor formatar seus discursos e, assim, atingir os anseios específicos de cada indivíduo. É um instrumento poderoso de convencimento de massa. Falando a respeito do plebiscito britânico, conhecido como Brexit, Da Empoli diz:

cada categoria de eleitores recebeu uma mensagem sob medida: para os animalistas, uma mensagem sobre as regulamentações europeias que ameaçam os direitos dos animais; para os caçadores, uma mensagem sobre as regulamentações europeias que, ao contrário, protegem os animais; para os libertaristas, uma mensagem sobre o peso da burocracia de Bruxelas; e para os estatistas, uma mensagem sobre os recursos desviados do Estado de bem-estar para a União. Graças a todas as versões possíveis dessas mensagens, os físicos de dados puderam identificar as mais eficazes, da formulação do texto ao aspecto gráfico. Puderam também otimizar continuamente, em função dos cliques registrados em tempo real. (2020, p. 151).

Qualquer semelhança entre o roteiro britânico e o brasileiro não é mera coincidência. Redes sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp, a despeito de suas vicissitudes, têm se tornado um potencial instrumento de fomento da alienação, solidão, divisão e polarização das sociedades e, dessa maneira, converteram-se em instrumentos de desestabilização das democracias. O que as forças reacionárias fazem é compreender o modo como os algoritmos das redes sociais funcionam e usar esse conhecimento junto com o poder econômico a favor de seu projeto autoritário. Foi com apenas oito segundos no horário eleitoral gratuito de televisão e milhões de disparos de mentiras pelo WhatsApp, financiados ilegalmente, que Bolsonaro arrebanhou 57 milhões de votos.

Isto é, a estrutura das redes sociais funciona como um trampolim gigantesco para que esses grupos reacionários disseminem teorias de conspiração que ao ganhar adeptos descredibilizam dia a dia instrumentos reconhecidos de produção da informação e do conhecimento como o jornalismo e a ciência. Aparentemente democratizadoras, as redes sociais estão presas a um “modelo de negócio” que aprofunda desigualdades e gera falsas equivalência entre informação e mentiras. A difusão de conteúdos falaciosos como “marxismo cultural” e “ideologia de gênero” são um risco à democracia, mas muito lucrativos para os donos das plataformas de redes sociais.

O custo para a democracia é altíssimo quando as plataformas digitais são usadas para a manipulação política. A “guerra cultural” baseada em mentiras não teria se manifestado da forma como se manifestou não fosse o potencial das redes para a difusão de mentiras e difamação. Há pesquisas que apontam que uma notícia falsa é difundida com seis vezes mais velocidade do que uma informação verdadeira. Os articuladores da “guerra cultural” perceberam isso e tornaram a mentira e a manipulação o instrumento preferencial de sua atuação política. Foi assim, por exemplo, que em 2017 o Santander Cultural de Porto Alegre foi levado a censurar uma exposição que a própria instituição promoveu e cujo conteúdo, que nada continha de ofensivo, aprovou. O fechamento da exposição *Querrmuseum: cartografias da diferença na arte brasileira* é um marco do uso extensivo das redes sociais para a “guerra cultural” no Brasil e o êxito dos reacionários nesse episódio antecipa o que veríamos um ano depois durante as eleições de 2018.

A exposição foi censurada pela manipulação na internet de algumas de suas obras e de seus significados. Uma mostra que buscava discutir a heteronormatividade na arte foi convertida pelos grupos retrógrados em uma plataforma de disseminação de atos como a pedofilia e a zoofilia. A condenação da liberdade artística e a homofobia uniu o Movimento Brasil Livre e os fundamentalistas religiosos. A arma política era a difamação e a negação das diferenças, sejam de pensamento ou modo de vida. A mesma confederação de forças que se reuniu em torno da censura da exposição foi a que elegeu Jair Bolsonaro presidente um ano depois. Mais importante: os mesmos métodos que propiciaram o fechamento da exposição, foram responsáveis, um ano depois, por tornar Bolsonaro um candidato palatável para a maioria do eleitorado.

Bolsonaro chegou ao poder de mão dadas com a mentira e manipulação, portanto. Ele não tem um projeto de nação, possui um projeto de poder que é instrumentalizado pela destruição moral de personalidades e da legitimidade das instituições democráticas. As intenções primordiais das forças que estão no governo são autoritárias, uma vez que a operação política do bolsonarismo implica uma narrativa maniqueísta em que todas as forças (e personalidades) que discordam das posições do “presidente” são automaticamente associadas com um mal absoluto que deve ser aniquilado. “Vamos fuzilar a petralhada”, frase emitida por Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018, é exemplar do que significa seu projeto político: a destruição completa das forças de esquerda e progressistas e, em última instância, da democracia. Por isso, a luta pelos “valores” está no centro da política bolsonarista. São as concepções de “guerra cultural” que movem esse governo.

A perspectiva política implantada pelo bolsonarismo é autoritária, pois o debate democrático não comporta a dualidade “amigo-inimigo” conforme apresentada pelo reacionarismo bolsonarista. A democracia, conforme defende Chantal Mouffe, se organiza em uma lógica adversarial (2018, p. 13-19). Isto é, a divergência de opiniões e posições é inerente ao jogo democrático, mas confronto democrático jamais concebe a destruição física ou simbólica do adversário. Inclusive, é isso que diferencia a luta pela hegemonia política, que se concebe em um campo de imposição das ideias da visão de “guerra cultural” que pressupõe a eliminação das ideias do outro, abrindo caminho para a violência política. Inicialmente, violência simbólica, mas que perigosamente abre a possibilidade da violência física.

Para sustentar uma política de extermínio do inimigo, é preciso assumir um confronto não só com as forças políticas que diferem do reacionarismo, mas também com as instituições que sustentam a política democrática. A Constituição e o Supremo Tribunal Federal, as universidades, a educação pública, a cultura e os artistas, a imprensa e o jornalismo e até mesmo o poder legislativo são fustigados em uma guerra, cujo final é a eliminação completa da diferença no espaço público. A estratégia significa reduzir a atuação e a complexidade de todas as demais instituições, partidos de esquerda e movimentos sociais incluídos, em uma grande teoria da conspiração onde cada uma dessas organizações são apresentadas como parte de uma articulação para implantar

uma “ditadura comunista anticristã” no país. Frente a esse perigo, Bolsonaro e seus comparsas são transformados no último bastião da “moral cristã” e dos “valores ocidentais”, sendo assim os únicos capazes de confrontar e derrotar o “marxismo cultural”.

A redução e a simplificação estão na base da lógica da “guerra cultural” formulada pelo reacionarismo brasileiro atual. Qualquer debate complexo é reduzido em simplificações grosseiras com sabor de guerra fria. O adjetivo “comunista” transformado em xingamento serve para atacar tanto João Doria, quanto Chico Buarque. Aquilo que é aparentemente absurdo, converte-se em funcional e aderente para parte da sociedade inundada diariamente através das redes sociais com *fake news* e visões conspiratórias a respeito da política e da cultura.

Para o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), João César de Castro Rocha, um dos pesquisadores que nesse momento tenta desenvolver uma reflexão mais estruturada sobre a “guerra cultural” no Brasil, a base dessa concepção relativamente “tosca” e virulenta da “guerra cultural”, encarnada por Bolsonaro, está baseada, sobretudo, no ressentimento dos militares pós-ditadura e no seu trabalho ideológico para construir uma narrativa alternativa a respeito da ditadura militar. Ele encontra numa publicação do final dos anos 1980, desenvolvida na saída da ditadura militar, uma espécie de resposta da caserna ao livro *Brasil: nunca mais* – que registrava os crimes da ditadura militar –, chamada projeto Orvil, a chave para a compreensão da ideologia do bolsonarismo. Para ele, a base da “guerra cultural” empreendida por Bolsonaro e seus aliados está na ideia de inimigo interno contida na Doutrina de Segurança Nacional, que embasou ideologicamente a última ditadura.

De acordo com a narrativa do projeto Orvil, os militares apresentam a história do Brasil a partir de uma versão fantasiosa em que a esquerda estaria prestes a tomar o poder no país e implantar um governo socialista, pelo menos desde a formação do Partido Comunista Brasileiro nos anos 1920. Nessa narrativa, os militares seriam o último bastião capaz de impedir a revolução comunista iminente. Depois de impedir uma tomada de poder pela força, a última delas teria acontecido em 1964, agora os militares teriam a tarefa de resistir à revolução comunista realizada a partir da ocupação pela esquerda dos aparelhos ideológicos do Estado: cultura, escolas e universidades além da imprensa.

Por certo trata-se de uma versão estapafúrdia da história nacional e que não pararia em pé diante de qualquer revisão séria da historiografia e dos próprios acontecimentos. Contudo, por mais excêntrico que isso possa parecer, os militares brasileiros foram formados nas escolas militares, mesmo durante o período democrático, de que essa explicação dos eventos históricos seriam as corretas e de que uma das funções das forças armadas seria a de restabelecer a “verdade histórica”, roubada pela hegemonia do “pensamento esquerdista” no país.

Considero que João Cezar de Castro Rocha trouxe uma contribuição fundamental ao retomar o projeto Orvil como um dos elementos estruturantes do pensamento reacionário contemporâneo no Brasil. Contudo, optaria por uma visão mais nuançada de sua influência. Primeiro, porque é incorreto considerar o pensamento dos militares como original. A ideia de Doutrina de Segurança Nacional foi desenvolvida nos Estados Unidos e disseminada na América Latina através das formações que os militares receberam na Escola das Américas. A Escola Superior de Guerra formada durante a Guerra Fria transplantou as ideias desenvolvidas nas agências de segurança estadunidenses para o contexto brasileiro, alimentando a visão de Guerra Fria e de ojeriza ao comunismo nas forças armadas (STEPAN, 1975, p. 127-155). Assim, o pensamento dos militares está diretamente relacionado com o pensamento retrógrado difundido pelos Estados Unidos para o mundo e o Orvil, antes de qualquer coisa, é uma atualização desse pensamento no contexto pós-ditadura.

A influência desse pensamento militar é bastante visível em Bolsonaro e no seu governo, dominado pelos militares. A visão positivada a respeito da ditadura militar, bem expressa por Bolsonaro em seu infame voto na sessão do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, quando louvou o torturador Brillante Ustra em seu pronunciamento de 7 de setembro de 2020 ao enumerar o golpe militar de 1964 como um dos momentos gloriosos da história nacional, demonstram que o revanchismo dos militares e a base ideológica que constituíram tem força, e provavelmente predominância, na formulação ideológica do governo Bolsonaro. Nos setores políticos reacionários essa perspectiva revisionista a respeito da ditadura militar também tem bastante força e deve ser levada em conta em qualquer análise.

Entretanto, opto por uma visão multifatorial na construção de uma percepção sobre a “guerra cultural” bolsonarista. O reacionarismo que “sai do

armário” ao menos desde 2013 é conformado por uma miríade de grupos, como pretendo apresentar. Desde aqueles que Lilia Schwarcz denomina como “vingadores”, parte significativa de uma classe média branca, heterossexual e economicamente remediada que viu seu status social ameaçado pelas políticas de inclusão social (SCHWARCZ, 2019). Passando pelo fundamentalismo religioso, sobretudo neopentecostal, que se encontra com as ideias de “guerra cultural” por outras bases formativas e encontra, em sua própria cosmologia religiosa e comunitária, ênfase no repúdio ao que chamam como “ideologia de gênero” e outros temas comportamentais. Chegando nos grupos de origem neoliberal que se encontram com o pensamento reacionário a partir do substrato ideológico que une o moralismo e a desregulamentação econômica que são sua base ideológica (MESSEMBERG, 2017).

Considero, dessa maneira, que o mais importante, porém, não seja determinar “a” origem expressa da “guerra cultural” bolsonarista, mas verificar que ela possui distintas origens cujas influências convergem na ideologia do reacionarismo bolsonarista contemporâneo e em sua “guerra cultural” deletéria. São múltiplas forças atuando juntas para sabotar a democracia e o pensamento livre. A “guerra cultural” é a cola que une um ministro do Meio Ambiente inimigo da causa ambientalista, ministros da Educação desejosos de estraçalhar com a educação pública, uma ministra dos Direitos Humanos que alinha o país com as posições obscurantistas da ditadura fundamentalista da Arábia Saudita, um ministro da Cidadania pretende desmontar as políticas sociais, um ministro das Relações Exteriores entrega a soberania nacional aos interesses estrangeiros e todos os ministros militares que agem como uma força de ocupação em seu próprio país.

O desprezo pela cultura é o vetor estruturante da política bolsonarista. Por isso, é equivocado perceber como piada ou como acessório o que acontece na área da Cultura. Há um projeto em curso para um apagamento da diversidade e da diferença no país. Isso implica a destruição das políticas públicas desenvolvidas, mas também a reconquista da memória pelas elites. Bolsonaro pretende reescrever a história nacional, excluindo o povo como agente da história e retomando o panteão dos dominantes. O vídeo patético sobre os “heróis nacionais”, protagonizado por Mário Frias, e a cópia do discurso nazista, feito Roberto Alvim, são duas versões de um mesmo projeto.

O bolsonarismo adota, no governo, diferentes operações para o apagamento simbólico da diversidade cultural: primeiramente, a asfixia financeira, desde 2016 o orçamento para a cultura vem minguando, contudo a chegada de Bolsonaro intensificou esse processo culminando com a redução de 78% do orçamento para a cultura em 2021, conforme a proposta enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional; em seguida, o desmonte institucional, iniciado pela extinção do ministério e seguida da ocupação da Secretaria de Cultura e de suas autarquias e instituições por pessoas nitidamente adversárias de suas políticas (o caso da Fundação Cultural Palmares, em que o presidente da instituição responsável pelas políticas de proteção da cultura negra emite opiniões abertamente racistas, é certamente o mais aberrante, mas longe de ser o único é a regra de ocupação de cargos no setor pelo governo); por fim, há o retorno de políticas de censura e perseguição aos artistas e fazedores de cultura.

Claramente, o objetivo é a destruição completa das estruturas capazes de desenvolver o pensamento crítico e de propor uma versão alternativa da vida conforme defendida pelo bolsonarismo. O fim da “guerra cultural” é o extermínio simbólico do outro. É uma técnica de poder, nos termos de Michel Foucault (1988), com o objetivo do domínio autoritário. Por isso, a “guerra cultural” posta em marcha pelo bolsonarismo funciona como um “carro de jagrenã”, uma divindade hindu que dirige um carro de trajetória incerta em que os seguidores se atiravam sobre as rodas para serem esmagados. É um mecanismo de liquidação sem fim certo. Quando as rodas do carro passam, resta somente a destruição e nada é construído acima dos escombros ou dos corpos. A devastação torna-se um instrumento de poder com fim em si mesmo. Para além, o carro pode mudar de direção, incluindo um número sem fim de inimigos e buscando o aniquilamento de todos os que se colocam diante de sua maquinaria de extermínio.

Referências

- CALHEIROS CASEMIRO, Flávio Henrique. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- COSTA, Iná Camargo. *Dialética do marxismo cultural*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- FRASER, Nancy. *Do neoliberalismo progressista a Trump – e além*. Política & Sociedade, Florianópolis, 2019.

- EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade (1): a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GIDDENS, Anthony. *Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.
- HUNTER, James Davison. *Culture wars: the struggle to define America*. Nova York: Basic books, 1991.
- LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011
- LILLA, Mark. *A mente naufragada: sobre o espírito reacionário*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- MESSEMBERG, Débora. *A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes brasileiros*. *Revista Sociedade e Estado* – volume 32, número 3, setembro/dezembro de 2017.
- MOUFFE, Chantall. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. São Paulo: Estação Brasil, 2018.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975
- SCHNEIDER, Alisson. *Stanford revisits the course that set off the culture wars*. The chronicle of higher education, Washington D.C., 09/05/1997, disponível em: <https://www.chronicle.com/article/stanford-revisits-the-course-that-set-off-the-culture-wars/>
- VILLAZON, Julio Cordóva. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina. In: VELASCO e CRUZ, KAYSEL & CODAS. *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

A gestão cultural no Brasil (2003-2010): um paradigma para a relação entre Estado e setor cultural no século XXI

Miguel Jost

No caso brasileiro, o exercício de debater criticamente uma perspectiva contemporânea para políticas culturais não pode se dar sem que joguemos luz sobre as balizas que foram edificadas pelo ciclo virtuoso de programas e políticas desenhadas a partir da gestão de Gilberto Gil, no Ministério da Cultura (2003). Mas é importante afirmar, desde início, que não se procura aqui, e esse é dado fundamental para construção dessa reflexão, simplesmente promover uma defesa da continuidade ou de uma retomada de programas e políticas específicas. Muito menos pretende-se construir uma perspectiva meramente saudosista sobre tais políticas. O objetivo deste artigo é criar um diálogo produtivo e autônomo com esse ciclo mas que, em nenhum sentido, seja movido por um sentimento de elo perdido ou o desejo idílico de retornar a um momento histórico muito específico da política nacional.

Hoje, ano de 2020, vivemos uma realidade totalmente reconfigurada, na qual as palavras como cultura, arte, política, identidades, direitos e tantas mais que compõe o glossário do campo cultural, estão radicalmente descoladas dos sentidos que tinham no raiar do século XX. Portanto, não seria uma boa estratégia olhar para esse ciclo virtuoso como modelo a ser repisado. Mas, por uma série de fatores que ainda precisam ser elencados e sedimentados no debate público das políticas de cultura, é absolutamente necessário

fazer a discussão em diálogo com as inovações e propostas que nortearam tal período (2003-2010).

Como esse texto não pretende esmiuçar os resultados de tal gestão, e compreendendo também que nos últimos dez anos ocorreu um crescimento substancial da bibliografia crítica que cumpre tal tarefa, cabe aqui pontuar algumas questões gerais como forma de determinar porque o desenho de cenários futuros para esse campo não pode ser feito, à pena de um enorme retrocesso conceitual, sem levar em consideração a forma como as políticas do setor foram orientadas naquele momento. A gestão de Gilberto Gil representou uma ruptura com os principais formatos que determinaram as políticas culturais formatadas ao longo do século XX, e que consolidaram alguns modelos da relação entre o Estado e o setor cultural que se sustentaram por muito tempo. É dentro dessa chave, que pensa a relação que o Estado deve ter com esse setor tão singular da área de políticas públicas, que pretende-se avançar aqui.

De forma panorâmica, sem ajustar de foco de maneira mais detalhada sobre o passado das políticas do campo da cultura, podemos definir esses modelos consolidados no século XX a partir de alguns vetores: a) o papel do Estado para preservação e salvaguarda do patrimônio cultural (sendo esse um conceito de enorme variação a partir de cada experiência nacional); b) o papel pedagógico do Estado na cultura que, a partir de uma postura autoritária de interpretar e determinar entre os múltiplos fazeres culturais um conceito de alta/boa cultura, “levaria” esta “boa” cultura para um conjunto mais amplo da população; c) o papel “geopolítico” da cultura, no qual o Estado fomenta e incentiva produtos culturais que possam funcionar como um instrumento de uma política externa expansionista ou que colaborem para o aumento das relações comerciais no plano internacional.

Analisando diversos ensaios ou relatos que dão conta da história das políticas culturais a partir de sua institucionalização nos contextos latino-americano, norte-americano ou europeu no século XX, é possível observar que quase a totalidade das políticas culturais foram construídas alternando ou fazendo convergir esses modelos elencados. Como denominador comum, percebemos que em todos os modelos podemos identificar que o Estado acaba por exercer um papel de filtro que procura determinar o que é a cultura nacional. Independentemente de coloração política ou ideológica, o Estado acabava,

assim, instituindo uma política hierárquica de atribuição de valor (alto/baixo, erudito/popular, boa/má, consciente/alienada) aos diversos e plurais fazeres culturais que constituem qualquer sociedade ou país.

Um leitor mais instrumentado ou ambientado na bibliografia crítica do campo das políticas culturais poderia reclamar, nesse desenho dos modelos indicados, a falta de um vetor específico das políticas para o setor com caráter liberal, do qual um dos exemplos mais incisivos seria, inclusive, o da Lei Rouanet implementada no Brasil. A opção por não determinar esse vetor específico está na convicção que os mecanismos de renúncia fiscal que orientam governos de perfil mais liberal atravessam muitos setores para além da cultura e são transversais às diversas áreas de políticas públicas. E também porque os modelos aqui desenhados dizem mais sobre formas como Estado interveio nas atividades fim do setor cultural, e não como ele se eximiu dessa atuação para abrir espaço para a iniciativa privada. Interessa aqui mais a ação do Estado do que sua omissão como instrumento de ativação para os fazeres culturais.

Mas o fato decisivo é que a gestão de Gilberto Gil propõe uma perspectiva original, inovadora e que redimensiona de forma radical a concepção sobre o papel do Estado na área da cultura. Basicamente, em sua gestão, Gil retira do Estado o papel de atribuir valor no campo cultural, destituindo a função do Ministério de legitimar, levar, fazer ou determinar o que é a cultura nacional, e passa a defender que o papel do Estado é o de oferecer condições estruturais para que as múltiplas expressões, fazeres e práticas culturais possam ser acolhidas, impulsionadas, fortalecidas e capilarizadas no cenário interno e internacional. Um observador, que analise isso com uma perspectiva ancorada no debate público de 2020, pode facilmente minimizar o impacto conceitual dessa transformação do papel do Estado, e até mesmo não compreender seu papel disruptivo tão valorizado por pesquisadores do campo. Mas o que não podemos perder de vista é que, dentro dos paradigmas vigentes à época, essa transformação teve um impacto absolutamente inovador, com efeitos que se prolongam até hoje nos debates contemporâneos que têm como objeto as políticas culturais.

Um dado interessante que corrobora esse sentido de originalidade da concepção desenhada nessa experiência brasileira enquanto Gilberto Gil estava à frente da pasta da cultura é como, no correr dos anos, o discurso de posse de

Gil, proferido em 02 de janeiro de 2003, adquiriu o estatuto de um ensaio crítico sobre o tema, do qual são extraídos, ainda hoje, conceitos e formulações teóricas que incidem tanto sobre os debates dos pesquisadores quanto nas ações de gestores, técnicos e formuladores de programas. Na história da nossa cultura, mesmo para além dos debates sobre políticas públicas, talvez a única ocorrência de um discurso com similar impacto no plano crítico seja o proferido por Mário de Andrade por ocasião da formatura da turma de 1935 do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, publicado posteriormente em livro com o título “Cultura Musical (Oração de Paraninfo)”. Impossível não destacar a relevância de tal similitude ao reconhecermos que, ambos, Mário de Andrade e Gilberto Gil, entraram para nossa história cultural tanto pelos criadores únicos que foram – e que no caso de Gil ainda é –, quanto pela capacidade ímpar de pensar a cultura também como gestores. E como um dado absolutamente fundamental, em relação ao discurso de posse de Gil, devemos ainda atestar que esse impacto ocorre não só no Brasil, mas em diversos países onde o tema das políticas públicas é valorizado e objeto de reflexão crítica.

Uma só passagem do discurso¹ nos serve aqui para exemplificar as duas percepções defendidas: a que indica a perspectiva inovadora dessa gestão; e a que confere a ele esse estatuto de ensaio para nossa fortuna crítica sobre o campo:

Não cabe só Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal os bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estamos tomando uma iniciativa de consequências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas – já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o

¹ Verificar discurso integral em <https://gilbertogil.com.br/lista_textos/discurso-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo>. Acesso em 22.fev.2021. [N.E.]

Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore simbólica brasileira. (GIL, 2.jan.2003).

Desse discurso, depreende-se, ainda, uma gama de temas e conceitos que tem ocupado o trabalho de pesquisadores da área na última década tanto quanto os trabalhos críticos com foco mais ajustado em mensurar a execução dos programas, editais, projetos e dos arranjos institucionais, em geral, que possibilitaram o Brasil viver esse ciclo virtuoso. A ideia das “ações do ministério como exercícios de antropologia aplicada” a dimensão ampliada dos fazeres que compõe a noção de cultura através do reconhecimento de formas não “canonizadas pelos códigos ocidentais”, a cultura, na perspectiva de suas três dimensões: simbólica, cidadã e econômica, a recusa do uso do termo folclore nos termos consagrados pela crítica cultural e acadêmica, a recusa de uma perspectiva centralizadora de recursos na qual o ministério se transforma em “mera caixa de repasses de verbas para uma clientela preferencial”, a defesa da pluralidade da nossa cultura, a perspectiva inovadora de patrimônio cultural, são todos aspectos que já estão indicados no texto proferido em sua posse e que inauguraram um novo espaço para produção de pensamento crítico nesse campo.

Na prática, o resultado dessa reorientação teórico/conceitual do papel do Ministério foi efetivado em ações e programas que tiveram como compromisso principal a democratização do acesso aos meios de produção; a descentralização da presença do Ministério, suas fundações e autarquias no território nacional; e o uso estratégico de linhas de fomento com cotas territoriais, de raça, gênero, condição socioeconômica e outros índices representativos das desigualdades históricas brasileiras.

Dois anos depois da posse, num momento em que ainda era necessário defender e afirmar essa nova perspectiva, Gil voltou a formular essa nova concepção de política cultural de forma bem objetiva e direta. Em palestra realizada, em 2005, na Universidade de Columbia (NY/EUA), apresentava, entre outras questões, o que definia o projeto “Cultura Viva”, lançado em 2004. O ministro o descrevia como um programa:

que se molda à realidade, em vez de moldar a realidade a si. Um programa que não será o que o governante pensa que é certo ou adequado, mas o que o cidadão deseja e consegue tocar adiante. Nada de grandioso, certamente. Mas sua multi-

plicação integrada, com banda larga e *sites*, emissoras de TV e rádio comunitárias, programas na TV pública e jornais comunitários, deve produzir uma revolução silenciosa no país, invertendo o fluxo dos processos históricos. Agora será da periferia à periferia, e depois ao centro.

Cabe aqui uma discussão mais criteriosa do que Gilberto Gil destaca na fala acima, de modo que possamos entender de forma bem específica essa “inversão da mão” da relação entre o Estado e o setor cultural sem correr o risco de criar uma má compreensão do que se colocou em jogo naqueles anos. Mesmo porque, quando o então ministro realçava essa perspectiva de que “um programa que não será o que o governante pensa que é certo ou adequado, mas o que o cidadão deseja e consegue tocar adiante”, ele estava apontando a direção que nortearia não só o próprio “Cultura Viva”, mas toda a concepção de trabalho de sua gestão.

Para evitar qualquer possibilidade de se entender essa afirmação num sentido que faria do Ministério um órgão que somente responderia aos anseios e demandas do setor cultural, sem construir uma postura ativa e capaz de produzir impacto efetivo no setor, é importante aprofundar os termos pelos quais se balizaram essa nova perspectiva. Não estamos falando de um mero processo de utilização dos mecanismos de escuta democrática através de conselhos, fóruns, conferências, seminários e outros formatos participativos institucionais que tradicionalmente já fazem parte da vida democrática brasileira desde a promulgação da constituição de 1988. Esse formato, apesar de efetivamente garantir que a sociedade civil tenha um papel ativo na construção de políticas públicas de maneira geral, e de merecerem ser extremamente valorizados e preservados como instrumentos de cidadania e da democracia, eram insuficientes diante o que almejava a gestão de Gil para transformação da lógica institucional vigente naqueles anos. Essa “inversão de mão” não é uma questão para ser observada pelo prisma da engenharia burocrática e pragmática que conforma o Estado em nosso país, mas sim como uma questão de ordem teórica e conceitual que, posteriormente, se mostraria absolutamente efetiva no plano prático.

Nesse sentido, era necessário recorrer a um debate mais consistente sobre a diversidade, a heterogeneidade e as dinâmicas específicas que determinaram

nossa história cultural e a interpretação da realidade brasileira em sentido lato. De modo que se pudesse explicitar como um conjunto amplo dos nossos artefatos e mentefatos culturais, que nunca foram valorizados e potencializados no espaço das políticas públicas, precisava ser dimensionado dentro de um sentido ampliado de cultura. Não à toa, se lançamos um olhar mais atento sobre os discursos, palestras e entrevistas do ministro nesse período, podemos perceber a insistência de Gil em destacar, desde sua posse, o quanto o Estado brasileiro nunca esteve à altura do que a sociedade foi capaz de produzir no campo cultural. Essa insistência era, certamente, parte de uma estratégia para sensibilizar setores mais amplos para o potencial da cultura em contribuir coma agenda de desenvolvimento econômico, social e humano, mas também provocava todos a refletirem com maior cuidado sobre a própria impossibilidade de entender a cultura a partir de uma perspectiva estrita ou essencialista que fosse determinada por uma gestão do Ministério. Em encontro para uma discussão sobre arte e política no Fórum Social de Porto Alegre em 2005, Gil colocaria esse ponto de forma bem resumida e incisiva:

Toda ação do Ministério da Cultura do Brasil, agora, baseia-se também na ideia de que a cultura não se restringe à arte, ou ao que historicamente se reconhece como arte, dentro da concepção europeia que herdamos. A cultura vai além das linguagens artísticas e suas expressões. Cultura é tudo que não é natureza.

De alguma forma, podemos dizer que Gil procurou atualizar nos termos das políticas públicas, um acúmulo de debates e formulações que em parte do campo acadêmico e da crítica cultural já vinham sendo feitos há algumas décadas. E que, em distintas escalas, e em concepções e formulações por vezes absolutamente opostas, já pautavam diversos movimentos da cultura brasileira desde o início do século XX. A título de exemplo, seja dentro da experiência do modernismo paulista, seja na ancoragem do debate pós-colonial na academia brasileira ao longo anos 1980 e 1990, seja na estética incisiva do tropicalismo, seja nas obras de intérpretes do Brasil como Darcy Ribeiro e Sergio Buarque de Holanda, ou em tantos mais momentos de fricção produtiva do campo cultural, o que definia o estatuto dos conceitos de arte e cultura sempre foi questionado e objeto de profundos debates, especialmente quando esses eram inclinados para as diferenças e aproximações entre termos problemáti-

cos como cultura brasileira, cultura popular, cultura europeia, colonialismo cultural, imperialismo cultural, folclore, cultura erudita, vanguarda, atraso, identidade nacional e outros.

É nesse sentido que se torna fundamental discutir a chamada concepção antropológica da cultura que Gilberto Gil, tantas vezes, desde sua posse, se referiu em discursos, entrevistas e textos institucionais. Uma das questões centrais dessa concepção é pensar o conceito de cultura para além da produção cultural e das linguagens artísticas, incorporando as ideias tantas vezes repetidas por Gilberto Gil de cultura como “usina de símbolos” e de “tudo aquilo que não é natureza”. Assume-se, assim, um sentido mais aberto, inclusivo e dinâmico do que são os objetos das políticas públicas do setor. De modo dialógico, com sua experiência dentro do movimento tropicalista, e com “a coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas”, como disse Caetano Veloso ainda em 1968, Gil enfatiza o sentido da cultura como um “conjunto dos signos e dos modos de ser, de pensar, de fazer e de criar do povo brasileiro (...), que precisa do estado para preservar-se e multiplicar-se”. Na mesma direção, insiste de forma incisiva em recusar o papel do Estado como filtro de um sentido único de cultura que se daria por uma hierarquia das linguagens artísticas sobre outros modos de fazer e interpretar a cultura. A cultura seria dimensionada, a partir de então, em uma larga concepção que incluiria a cibercultura, a cultura ribeirinha do Amazonas, o samba de roda, o *funk*, a cultura quilombola, a música clássica, as artes visuais e a moda brasileira dentro de uma perspectiva horizontal e sem hierarquias pré-concebidas e formatadas.

Ainda dentro dessa dita chave antropológica, é fundamental observarmos como a perspectiva do território foi compreendida como elemento decisivo para construção das ações e programas do Ministério. A partir do entendimento da heterogeneidade regional do Brasil, e da significativa pluralidade de expressões artísticas e modos de fazer cultura que um mesmo território produz, a gestão do Ministério foi toda orientada no sentido de potencializar e dar condições estruturais para que as múltiplas vocações identificadas nesses territórios pudessem emergir a partir da inclusão dos seus diversos realizadores no ecossistema da cultura nacional. Isso que Gil destacou em seu discurso de posse com o inusitado e, posteriormente, supracitado conceito do “do-in antropológico”, que precisava ser feito para ativar “pontos vitais, mas

momentaneamente desprezados ou adormecidos do corpo cultural do país” , nada mais era do que reconhecer e valorizar toda diversidade de manifestações culturais e práticas estéticas que eram marginalizadas ou por uma lógica fria da racionalidade do mercado ou por um conceito essencialista e excludente de cultura com base nos parâmetros do cânone europeu. A partir dessa ativação, a proposta do Ministério era de realmente, em sentido aplicado e efetivo, afirmar a diversidade interna da cultura brasileira como elemento definidor do nosso lugar no mundo.

O impacto dessas ações para o campo das práticas artísticas (parte da chamada dimensão simbólica da cultura) contemporâneas no Brasil é, hoje, mais que evidente. Uma mirada rápida sobre o cinema produzido no país hoje mostra que realizadores de Ceilândia (DF), Contagem (MG), Cachoeira (BA) ou de territórios populares e periféricos de grandes cidades como o Morro do Salgueiro (RJ) e Capão Redondo (SP), para citar poucos exemplos, são referências de linguagem para o audiovisual não só brasileiro mas também internacional. No espaço literário, tem se multiplicado a presença de novos autores de fora dos eixos regionais comumente privilegiados, assim como surgem cada vez mais grupos, feiras, saraus, festivais e outras ações em territórios periféricos das grandes e médias cidades. Os inúmeros coletivos de teatro que surgiram, assim como os coletivos que reúnem linguagens híbridas ou os grupos de preservação com foco no patrimônio imaterial, todos compõem uma nova geração de agentes culturais que interviram de forma contundente no campo das práticas estéticas no Brasil e redimensionaram, inclusive, a produção de nossa autoimagem, nosso debate sobre identidade e o olhar sobre nossos dilemas sociais, políticos e tantos mais.

De forma peremptória, é importante afirmar que as políticas culturais da primeira década desse século no Brasil, em profunda sinergia com as políticas afirmativas no ensino superior nesse mesmo período, foram tão efetivas no seu sentido de abrir espaço para reverberar vozes, corpos e subjetividades historicamente silenciados, que podemos falar que vivemos hoje, por conta delas, um momento de vigorosa revisão dos postulados que forjaram as noções de identidade, nação, sociedade, povo, direitos, democracia, tais quais estas nos foram legadas pela intelectualidade do século XX. Exatamente o que na citação de 2003, em passagem já destacada nesse texto, Gil chamava de “con-

seqüências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas” que essas políticas poderiam produzir.

Como já dito inicialmente neste texto, essa digressão na história não pretende defender um retorno de programas específicos ou mesmo de uma engenharia institucional que era própria do contexto daqueles anos. O que interessa aqui é afirmar de forma incisiva a relevância desse novo paradigma de relação entre Estado/poder público e setor cultural que foi instituído pela gestão que somou os seis anos de Gilberto Gil à frente da pasta com outros dois nos quais Juca Ferreira comandou o Ministério. E entender que foi a partir dele que se pôde operar esse radical processo de inclusão de novas/outras visões da realidade e da história do país.

É esse impacto, que potencializa a pluralidade de concepções sobre o Brasil, que explicita dilemas e desafios que o país ainda enfrenta – e que dificilmente pode ser aferido através de métricas tradicionais de análise de impacto de políticas públicas –, que precisa ser observado como legado decisivo que essa nova concepção do papel do Estado diante o setor cultural produziu. Se hoje observamos profundos questionamentos sobre certos paradigmas que moldaram a “interpretação do Brasil” no século XX, tais quais a ideia difusa de democracia racial, da coexistência pacífica entre diferentes, de uma sociedade vocacionada para conciliação, ou ainda a defesa de que o Brasil do século XX seria um modelo para mundo do exercício do multiculturalismo, é fundamental dizer que as políticas de cultura moldadas nesse período (2003-2010) foram fundamentais para fazer funcionar a engrenagem que promoveu um ambiente propício para o questionamento desses paradigmas.

Evidentemente não podemos, nem seria correto do ponto de vista crítico, atribuir um papel exclusivo de protagonismo das políticas de cultura para promoção desse ambiente. Movimentos da sociedade civil existentes há décadas no Brasil, assim como as políticas de democratização do acesso à universidade ou de transferência de renda, e até mesmo as tensões internas dos debates acadêmicos foram, em maior ou menor parte, elementos fundamentais para chegarmos nesse cenário. Mas é absolutamente necessário, e essa é uma tarefa que cada vez mais pesquisadores da área têm se dedicado em seus trabalhos, assinalar a assertividade que as políticas para o setor cultural desse período tiveram para a constatação da insuficiência do nosso debate público sobre as

múltiplas desigualdades – sociais, econômicas, territoriais, raciais, de gênero e tantas mais –, que ainda assolam esse país.

Nesse sentido, dentro de um processo que procura alinhar as políticas culturais com a emergência de um debate contemporâneo mais incisivo sobre os dilemas brasileiros, é importante destacar ainda algumas características singulares desse campo. Ao contrário de áreas como Educação, Saúde, Esportes ou Ciência e Tecnologia, o setor cultural exige, do ponto de vista da gestão, uma interpretação muito mais ampla do que são os elementos constituintes de políticas públicas e, especialmente, de como mensurar seus benefícios para o conjunto mais amplo da sociedade. O ecossistema cultural, de forma muito distinta de outras áreas alvos de políticas públicas, é pouco afeito aos formatos que tradicionalmente analisam os resultados de políticas públicas aplicadas por parte do poder executivo. Na área cultural, é absolutamente complexo estabelecer consensos a partir de metas, números a serem atingidos ou adotar mecanismos que possam racionalizar, do ponto de vista administrativo, esses resultados. Não existem sequer, como no exemplo da educação, índices internacionais que possam avaliar o sucesso ou insucesso de determinadas políticas de forma comparativa com outros países. Os efeitos produzidos no campo simbólico – e que se concretizam em novas práticas sociais e políticas, como esse texto, procurou enfatizar, ao destacar os exemplos do cinema e da literatura brasileira contemporânea –, são um excelente exemplo do quanto inapreensíveis são os resultados das políticas culturais se analisadas sob os critérios tradicionais de validação das políticas públicas em geral.

O fato é que a cultura é um setor de muitas variáveis, no qual sua própria heterogeneidade e diversidade se apresentam como aspectos que desafiam governos e instituições do poder público a moldarem políticas que possam ser observadas a partir dos mecanismos usuais de análise. É evidente que alguns postulados básicos, como o percentual à sua disposição, dentro do orçamento federal, o volume de recursos aplicados em suas atividades fins, o alcance territorial de seus programas, o número de agentes e grupos contemplados com os recursos do ministério e ainda outros dados dessa natureza podem, e devem, ser analisados como parte da mensuração de impacto da ação do Ministério. Mas até mesmo os resultados para essa dimensão econômica, quando observada dentro do campo cultural, extrapolam em

muito o que os parâmetros disponíveis hoje para apreender esse impacto nos permitem observar.

Um olhar mais amplo sobre essa dimensão, que incorpore, por exemplo, as dinâmicas contemporâneas que têm configurado a nova economia global, demonstram que o papel da cultura para produção de riqueza é ainda subdimensionado no seu potencial. A chamada indústria do conteúdo, que simplesmente não existe sem as práticas e fazeres culturais, é apontada hoje como um dos principais vetores estruturantes da economia do século XXI. Até mesmo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta em uma série de resoluções recentes que o desenvolvimento econômico nesse século será determinado primordialmente pelo pensamento crítico e pela inovação, atributos que são inalcançáveis sem um profundo investimento nas humanidades e com especial foco no campo da cultura. É notório também que, cada vez mais, os chamados grandes *players* da economia global procuram se posicionar de forma ativa nesse campo, tanto pelos efeitos estratégicos que isso tem para valorização de suas marcas, quanto por conta das excelentes taxas de retorno que esses investimentos proporcionam. Sob essa perspectiva, inclusive, é importante frisar que ainda não existem trabalhos no Brasil que demonstrem os desdobramentos positivos que as empresas estatais brasileiras obtiveram no período em que suas políticas de patrocínio foram orientadas para fomentar práticas culturais. A título de um único exemplo, está ainda longe de ser mensurado o quanto a PETROBRAS ganhou em ativação positiva de sua marca com seus programas com foco na cultura.

Da mesma forma, para não deixar de contemplar as chamadas três dimensões (simbólica, econômica e cidadã) das políticas culturais como definidas por Gil, vale destacar que a contribuição das políticas de cultura para consolidação e afirmação do conceito de cidadania no Brasil também produziram enormes benefícios para a nossa história recente. A cultura é um espaço privilegiado para construção daquilo que diversos pensadores contemporâneos chamam de “práticas do comum” ou “políticas do comum”. Por ser um ambiente propício para o exercício da pluralidade e da singularidade, da produção da diferença e de convergências, por promover constantemente valores como tolerância, diversidade, diálogo e tantos mais signos positivos para esfera social, a cultura pode promover impactos efetivos para um sentido pleno de cidadania. Para

citar brevemente alguns dos resultados que as políticas culturais promovem nessa dimensão, vale destacar alguns pontos.

Em territórios urbanos tais quais os das cidades médias grandes brasileiras, a existência de equipamentos de cultura ativos, ou mesmo de grupos e coletivos que produzem ações culturais contínuas, nota-se uma melhora significativa dos índices de segurança pública, do uso e valorização do espaço público e uma série de benefícios para as cadeias econômicas tangenciais presentes no território. Da mesma forma, essa presença viva da cultura no território funciona como um instrumento poderoso de auxílio aos equipamentos de educação, e, no caso de cidades com vocação para a cadeia do turismo, influem decisivamente para a qualificação desse setor. No caso brasileiro, entendendo sua grande densidade populacional dos chamados territórios populares e periféricos desassistidos de políticas públicas em geral, as atividades culturais ainda exercem o papel de um instrumento poderoso de mediador social para solução de problemas estruturais desses territórios. A cultura, justamente por aproximar pessoas de origens diversas, visões de mundo plurais, faixa etária díspares e horizontes de expectativas múltiplos, se apresenta como um campo privilegiado não só para identificar esses principais problemas como também para auxiliar o poder público – quando há interesse por parte desse –, a produzir e executar políticas que representem uma melhora da qualidade de vida para os cidadãos que ali vivem.

Um ótimo exemplo desse potencial aglutinador que a cultura promove foi publicado em recente pesquisa da Fundação Perseu Abramo sobre tendências de comportamento nas periferias da cidade de São Paulo. A pesquisa demonstra que em segundo lugar, atrás somente das igrejas, os espaços culturais são os mais procurados aos fins de semana pelos adultos desses bairros e favelas. Se pensamos no baixo número de equipamentos de cultura ante o número de templos, igrejas e demais espaços religiosos, temos uma importante dimensão do potencial que a cultura tem para ser um elemento catalisador e para funcionar como esse mediador social aqui descrito.

Por fim, ainda na perspectiva que move este texto, que é apontar para esse ciclo 2003-2010 como um ciclo paradigmático para o campo das políticas públicas na área de cultura, é fundamental afirmar, de forma incisiva, para um conjunto mais amplo da sociedade brasileira que os diversos programas

formulados e executados nesse período, sob essa nova perspectiva da relação entre o Estado e o setor cultural, são hoje referências que inspiram políticas para cultura no cenário internacional.

Nos últimos 15 anos, países como Argentina, Espanha e Suécia, entre outros, utilizaram experiências realizadas no Brasil para pensar ações e linhas de atuação do governo na área cultural. É necessário sublinhar esse fato porque até mesmo os artistas, e demais fazedores e trabalhadores desse campo, que foram os mais diretamente impactados por esses programas, desconhecem essa centralidade da experiência da gestão brasileira entre 2003 e 2010 como referência para o resto do mundo. E esse é um dado importante de se destacar porque o campo das políticas públicas, em geral, para além do tema da cultura, é um campo no qual a inovação e a construção de novos paradigmas são ações extremamente valiosas. E são raras as experiências forjadas no Brasil, ao longo de toda nossa história, que adquiriram essa centralidade e relevância. Podemos citar algumas no campo da saúde, com enorme destaque para as políticas recentes para Aids, e outras poucas que contamos nos dedos, mesmo em outras áreas. Curiosamente, no setor cultural, mais precisamente as políticas de patrimônio e missões etnográficas, como propostas por Mario de Andrade, quando este geriu o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, foram estudadas como referências para criação do primeiro ministério especificamente para cultura, criado na França em 1959.

Nesse debate da reverberação internacional que esse ciclo proporcionou, o caso da experiência argentina talvez seja hoje o mais sintomático da relevância que o Brasil ganhou nesse campo. Até porque, foi a partir dela que o hoje Papa Francisco, à época Cardeal Bergoglio, conheceu a metodologia que inspira um dos programas mais ousados do Vaticano para atuação social e cidadã da Igreja Católica: o programa “Economia de Francisco e Clara”. A metodologia usada na Argentina para o programa “Usinas Culturales”, e que era replicada diretamente da experiência dos pontos de cultura no Brasil, serve agora como fonte de inspiração para um programa mundial em favor da afirmação e do desenvolvimento de um sentido de cidadania plena.

Mas o mais fundamental e decisivo para a reflexão desenhada neste texto não são os casos específicos que podem ser extraídos desse ciclo virtuoso, seja esse último exemplo dado, ou tantos outros que formam um retrato do

impacto extremamente positivo do que foi produzido nesse período. O que procurou-se estabelecer aqui é que esse ciclo, dividido em seis anos com Gilberto Gil à frente do Ministério e outros dois com Juca Ferreira à frente da pasta, precisa ser observado antes de tudo pelo modelo que se estabeleceu para relação entre o Estado e o setor cultural. Quando o Estado abandona o papel de definir o que é cultura para ser um agente que impulsiona o setor em suas múltiplas dimensões, os resultados são realmente “brilhantes e profundos”. Gil tinha razão.

Referências

- ANDRADE, Mario. Aspectos da música brasileira. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras, 1991.
- DUNN, Christopher. Brutalidade jardim: a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos Ministros da Cultura 2003-2010. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- Fundação Perseu Abramo. Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo. Pesquisa qualitativa disponível no site da Fundação desde 2019.

A ascensão fascista no Brasil

Marcia Tiburi

É urgente compreender a ascensão ao poder do personagem Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente sem partido), maior representante atual da extrema-direita brasileira. Aspectos ideológicos envolvidos em sua ascensão precisam ser analisados. É preciso que estejamos atentos aos elementos codificados, à construção simbólica e estética que permitiram o avanço de um tipo ordinário e maníaco como Bolsonaro na cultura política brasileira e a sua tomada de poder em nível governamental, em 2018.

O primeiro aspecto a ser analisado se refere justamente ao conceito de fascismo aplicável ao caso de Bolsonaro e do que vem sendo chamado de maneira geral de “bolsonarismo”, o segundo refere-se à capitalização do grotesco, do ridículo e do machismo em uma atuação performática envolvendo violência simbólica e decorativa e, por fim, devemos nos debruçar sobre a questão da desinformação elevada à paradigma no contexto dos jogos de psicopoder que domina a mentalidade brasileira no tempo de sua fascistização. Por fim, algumas considerações sobre o fascismo à brasileira, o neoliberalismo e a pandemia talvez nos ajudem a lançar luz nas trevas que nos recobrem nesse momento histórico.

O turbofascismo brasileiro

O termo fascismo, empregado por Mussolini¹, vem sendo utilizado de modo expandido há bastante tempo. No Brasil, o fascismo em potencial, cujo cerne é o ódio contra o diferente, começou a dar sinais mais concretos em 2013, nas jornadas de junho manipuladas pela mídia que trabalhou em favor do Golpe. O fascismo é sempre uma ideologia e uma tecnologia política que se instaura na vida cotidiana e, por movimentos diversos, atinge psicossocialmente pessoas e grupos. Essa ideologia pode avançar até governos e Estados, produzindo morte e destruição em massa, como aconteceu na Europa no século XX e como vem acontecendo em vários países do mundo e, sobretudo, nesse momento histórico, no Brasil.

Podemos definir como fascismo o fenômeno envolvendo a ascensão de Jair Bolsonaro. O fascismo não é apenas uma característica do atual governo brasileiro, mundialmente famoso por sua promoção da barbárie contra mulheres, indígenas, quilombolas, LGBTQs, a esquerda e a democracia, mas o nome que podemos dar a toda a construção que levou a essa ascensão, bem como as forças que o sustentam hoje. Fascista é, portanto, o processo pelo qual a democracia entrou em estado de exceção e hoje se apresenta como significativo vazio de um regime autoritário, envolvendo o poder judiciário, o poder legislativo, o poder midiático e também o religioso. Fascista é o projeto de destruição do Brasil dentro do escopo do neoliberalismo.

¹ Benito Amilcare Andrea Mussolini (1883-1945) liderou o Partido Nacional Fascista e foi figura-chave na criação do fascismo. Tornou-se o primeiro-ministro da Itália em 1922 e começou a usar o título *Il Duce* desde 1925, onde abandonou a democracia e estabeleceu uma ditadura totalitária.

O fascismo incluía elementos de nacionalismo, corporativismo, sindicalismo nacional, expansionismo, progresso social e anticomunismo, se opondo às ideias de luta de classes e do materialismo histórico, combinado com a censura de subversivos e maciça propaganda do Estado e culto à personalidade em volta do líder.

Tornou-se uma das figuras principais das potências do Eixo e, em 10 de junho de 1940, inseriu a Itália na Segunda Guerra Mundial [1939-1945] ao lado dos alemães. Três anos depois, foi deposto pelo Grande Conselho do Fascismo, motivado pela invasão aliada. Logo depois de preso, Mussolini foi resgatado da prisão no Gran Sasso por forças especiais alemãs. Após seu resgate, Mussolini chefiou a República Social Italiana nas partes da Itália que não haviam sido ocupadas por forças aliadas. Ao final de abril de 1945, com a derrota aparente, tentou fugir para a Suíça, foi capturado e executado próximo ao lago de Como por guerrilheiros italianos. [N.E.]

Nome apropriado para falar dos extremismos de direita que retornam dos subterrâneos da história em nossos dias, o fascismo resume a tendência dominante autoritária articulada como tecnologia ou metodologia de encantamento das massas. Bolsonaro se tornou o boneco das oligarquias que administram o poder econômico, midiático e religioso no Brasil, concentradas na ala direita da política brasileira que, sem ter candidatos fortes, se utilizou dele na eleição de 2018 por seu carisma popular. Nesse sentido, podemos dizer que Bolsonaro é o legítimo representante da política “vodu”, aquela figura “louca” e capaz de tudo, que é – ao mesmo tempo – manipulado para um encantamento hipnótico da nação brasileira. A manipulação se dá pela direita brasileira a instrumentalizar a extrema-direita atrás da qual hoje ela tenta se disfarçar.

A atuação de Bolsonaro deixa espaço aberto para o projeto neoliberal de destruição do país. Bolsonaro é a fachada de um projeto infinitamente mais difícil de superar. A desmontagem do Estado democrático e o cancelamento de direitos fundamentais se desenvolvem sem limites nas mãos de ministros da Economia e do Meio Ambiente (Paulo Guedes e Ricardo Salles), responsáveis pelas privatizações e por destruir as leis de proteção ambiental, dando ao Brasil o caráter de país colonizado do qual a mão de obra barata e os recursos naturais podem ser extraídos e vilipendiados como na época da colonização.

As oligarquias brasileiras racistas, misóginas, ultraconservadoras, militares e ditatoriais criaram as condições para a ascensão de Bolsonaro. Essas oligarquias constituem o bolsonarismo, o que inclui os seus próprios traidores, políticos que, tendo colaborado com ele, hoje tentam se diferenciar até mesmo para se tornarem candidatos nas próximas eleições, como é o caso do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro. Mesmo que Jair Bolsonaro seja capaz de atacar até mesmo aqueles que o colocaram no poder e desagradar a alta burguesia que almejaria uma figura mais esteticamente correta no poder, mesmo que ele e seus secretários de Estado cometam crimes de responsabilidade, eles seguem nos cargos em nome da dominação neoliberal em curso.

Fato é que, enquanto ele for útil, continuará no poder. Nessa linha, o fascismo avança não apenas como uma fachada ou uma ideologia que acoberta o neoliberalismo, mas ele mesmo se tornou uma verdadeira indústria e um mercado. É a indústria cultural do fascismo que se desenvolve, hoje, sob novas condições históricas e microtecnológicas. Os investimentos do capital no fascismo

para gerar mais capital e a velocidade digital dos incrementos técnicos, em termos de transmissão de conteúdos, imprime uma intensidade nova ao processo de fascistização e os resultados esperados chegam muito mais rapidamente.

Podemos definir como “turbofascismo” a intensificação econômica e tecnológica digital do fascismo em nossa época. Ao contrário dos fascistas do começo do século XX, os fascistas de hoje podem fazer uso de todo tipo de tecnologia digital para agir muito mais rapidamente e tais tecnologias são administradas por empresas e investidores capitalistas em política. A questão ideológica se torna cada vez mais tecnológica e mercadológica em um sentido específico. Configura-se uma indústria e um mercado em que redes sociais, tais como o WhatsApp, são usadas pela extrema-direita para disseminar mentiras, campanhas de difamação e *fake news*². Os próprios elementos que poderiam parecer puramente ideológicos, como o ódio à esquerda, são transformados em mercadoria. A ideologia não é mais apenas um véu que acoberta interesses do mercado, ou falsa consciência, ela se tornou a própria mercadoria que, na forma de discurso de ódio e desinformação tem alto poder de compensação emocional e, até mesmo, um poder estupefaciente que é ofertado às massas.

Uma verdadeira economia política da linguagem, envolvendo produção e consumo de ódio e desinformação, faz avançar o mercado fascista que se estrutura de modo empresarial no Brasil. O chamado “Gabinete do ódio”³ usa

² Em português, notícia falsa. Presente em veículos de comunicação, com o advento das redes sociais que esse tipo de publicação tornou-se popular. A imprensa internacional começou a usar com mais frequência o termo *fake news* durante a eleição de 2016 nos Estados Unidos, na qual Donald Trump tornou-se presidente. Nessa época, empresas especializadas identificaram uma série de *sites* com conteúdo duvidoso, com a exploração de conteúdos sensacionalistas, envolvendo adversários políticos. [N.E.]

³ Ficou assim conhecido em 2019, com episódios relacionados a ataques e disseminação de *fake news* por assessores que buscam impulsionar a imagem do presidente na internet de uma forma menos oficiosa e, ao mesmo tempo, usam uma rede de *blogs* bolsonaristas e perfis em redes sociais para espalhar desinformação e ataques contra jornalistas, políticos, artistas e veículos de imprensa críticos ao presidente. Utilizam memes, vídeos e imagens que se espalham nas redes por meio de correntes virais. Cf.: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/01/18/bolsonaro-resgata-gabinete-do-odio-para-reagir-a-criticas-e-cerco-nas-redes.htm?cmpid=copiaecola>>. O gabinete do ódio não é oficial, nem tem um orçamento específico, mas suspeita-se que dinheiro público é usado para viabilizá-lo. Não se sabe exatamente quantas pessoas trabalham ou se se envolvem nas operações. Bolsonaro e seus aliados negam que exista um gabinete do ódio. Cf.: Patrícia Campos Mello no link: <<https://www.nytimes.com/pt/2020/08/04/opinion/international-world/bolsonaro-gabinete-do-odio.html>>. [N.E.]

o ódio como matéria-prima, cultiva e o distribui por vários preços para todas as classes. Assim como o McDonald's vende sanduíches com sabores variados, o mercado do ódio vende misoginia, racismo, xenofobia, capacitismo, anti-intelectualismo, culto à ditadura militar e defesa de seu retorno, subserviência aos EUA, culto à falta de direitos e as mais diversas formas de preconceito. O público-alvo são aqueles que foram esvaziados de senso político, todos os que não sabem em quem votar, todos os que se abstêm, todos os que perderam o respeito pela política, todos os que são vítimas da publicidade.

Os inimigos do regime neoliberal e do bolsonarismo também foram reduzidos à forma de mercadoria. É nesse sentido que, no Brasil, pessoas de esquerda foram objeto de um investimento político e econômico a um só tempo: ataques eram o “trabalho” que a mídia conservadora tinha para produzir enquanto o lucro era econômico e diretamente monetizado como se viu recentemente. A uma política de inimizade corresponde uma economia da inimizade. A inimizade se torna paradigmática no populismo fascista. Em sua base, a paranoia administrada é elevada a forma de um governo em guerra contra as instituições. Visa-se universidades, educação, como um todo, visa-se conhecimento, ciência e artes. No Brasil se instaurou um governo cujos membros defendem visões de mundo terraplanistas e negacionistas a influenciar massas rumo ao transe e ao êxtase.

As novas microtecnologias e, sobretudo, a tecnologia digital da internet modificaram o que chamamos de fascismo. O fascismo do século XX ainda não contava com a televisão, que surgiu em 1950, depois do fim da Segunda Guerra Mundial [1936-1945]. O fascismo atual conta com a televisão que, no Brasil, formou um tipo de cidadão comodista, prostrado diante das telas que lhe bombardeiam diariamente há décadas com altas doses de desinformação. As redes sociais apenas continuam de uma maneira acelerada aquele antigo trabalho de dessubjetivação.

Performance grotesca, machismo e cinismo

O sinal de “arminha” que Bolsonaro usava desde a sua campanha em 2018 e que vem desaparecendo desde que ele passou a ser chamado de “genocida” pelos brasileiros já era a ameaça “docilizada”, uma ameaça *cute*. Parte do código

fascista bolsonarista, a ameaça transformada em signo publicitário, conquistou milhões de pessoas. Na seqüência, o primeiro ato governamental de Bolsonaro foi liberar as armas no Brasil. Esse ato político envolveu a autorização generalizada da guerra e da matança de pessoas por meio da polícia. Hoje está claro que a falta de políticas públicas para enfrentar a pandemia de coronavírus faz parte do projeto de matança da população vulnerável em um ataque direto aos direitos humanos.

A violência que vemos, seja verbal, imagética ou física, por parte do governo, tem uma função ostentatória. A ameaça sentida é projetada na forma de um medo imposto ao outro. O fascismo é a estética do terrorismo capitalista em sua fase desesperada. Quando o sistema percebe a ameaça de sua superação intensifica ainda mais os seus métodos de produção de hegemonia. A guerra fascista implica vitória hegemônica em nível político, mas também estético, um aspecto em geral negligenciado nas análises, mas que bem analisado oferece um mapa do sistema de preconceitos que visa a eliminação do diferente.

No Brasil, foi o discurso grotesco, infame e ridículo que permitiu a ascensão fascista a partir do processo do golpe de 2016. Bolsonaro mesmo se tornou muito conhecido ao discursar em favor da tortura no dia da votação pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT). Além de Bolsonaro, os personagens que na eleição de 2018 se valeram de uma capitalização do ridículo em nível ubuesco, foram os mais votados. O discurso grotesco é tecnologia política enquanto publicidade da violência. A violência decorativa e ostentatória nas falas grotescas diárias de seus representantes lhes dá fama e capital espetacular.

Cenas de uma estético-política da brutalidade são decisivas na capitalização de Bolsonaro e de políticos assemelhados. Em seus discursos, eles investem em palavrões e cenas desagradáveis que servem para construí-los como personagens capazes de ira e raiva. O esforço é o do macho histérico a gritar com uma arma que lhe assegura o poder de atacar a qualquer momento, renovando o sentido da ameaça.

A violência decorativa está em alta na política brasileira e latino-americana. Se no México, o “capitalismo gore” encena a estética do narcotraficante, no Brasil é a estética do “miliciano”, do macho portador de armas. Os filhos de Jair Bolsonaro costumam aparecer em fotos com armas, um deles já foi armado a uma manifestação na Av. Paulista, em São Paulo, contra o PT, bem antes

de seu pai se tornar presidente e, seguidamente, aparece armado em fotos. Em um momento de fervor dessa estética da violência, Sérgio Moro, então ministro da Justiça, foi presenteado com seu retrato feito com cartuchos de balas.

Os atos de condecoração de policiais militares e milicianos também fazem parte dessa estética da violência espetacular, utilizada por Bolsonaro e seus filhos. Ficou famoso o caso da condecoração, pelo então deputado estadual Flávio Bolsonaro, de um ex-policial que depois se tornou suspeito do assassinato de Marielle Franco⁴. Esse cidadão condecorado em 2005, quando cumpria pena por assassinato, foi assassinado⁵ em 2020. Flávio Bolsonaro expôs de maneira espetacular seu cadáver nas redes sociais. A ideologia é estética e trabalha administrando o pavor de se ter o mesmo destino que o do cadáver.

Nesse cenário, a extrema-direita vem usando também a sexualidade como uma arma de guerra. No carnaval de 2019, Bolsonaro causou espanto ao postar no Twitter um vídeo de uma cena chamada *golden shower*. O objetivo explícito era o de causar estranhamento e pavor. Foi um excesso calculado para destruir o carnaval brasileiro com um discurso moralista e atacar vários setores. Bolsonaro teve que apagar o *tweet*, pois nesse dia extrapolou os limites do publicamente suportável. Não foi diferente o que o governador e um deputado do Rio de Janeiro fizeram durante a campanha de 2018, ao quebrarem uma placa de rua com o nome de Marielle Franco.

A misoginia foi a tônica nas peças publicitárias usadas contra Dilma Rousseff no processo do golpe de Estado. Associá-la à loucura, como se faz historicamente com as mulheres, foi a estratégia básica nos meios de comunicação hegemônicos. Antes do Golpe de 2016, em um requinte de perversão publi-

⁴ Marielle Franco (1979-2018), socióloga, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Defendia o feminismo e os direitos humanos, criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro e a Polícia Militar, tendo denunciado vários casos de abuso de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, no Estácio, Região Central do Rio de Janeiro, crime até então não desvendado. [N.E.]

⁵ Trata-se do ex-capitão da Polícia Militar fluminense Adriano Magalhães da Nóbrega, apontado como líder de uma milícia e do grupo criminoso, assassinos de aluguel, conhecido como Escritório do Crime. A ex-mulher e a mãe do ex-policial trabalhavam no gabinete de Flávio Bolsonaro, então deputado estadual. Foi assassinado numa operação policial em Esplanada (Bahia), em 9 de fevereiro de 2020, num episódio até então sem desfecho. [N.E.]

citária, circulavam carros com adesivos no qual o rosto de Dilma aparecia em um corpo feminino de pernas abertas e, no lugar do púbis, ficava o compartimento no qual se colocava a bomba de gasolina. A bomba de abastecimento fazia a vez de pênis. Era a apologia do estupro que trafegava pelas ruas, naturalizando a estética da violência decorativa.

Na mesma linha da violência sexual decorativa, foram criados várias *fake news* com artefatos de requintes criativos: o chamado “kit gay”, que seria um material didático para transformar crianças em homossexuais, bem como uma mamadeira com bico em forma de pênis. Segundo as *fake news*, esses objetos seriam distribuídos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas escolas. Pode parecer incrível, mas, infelizmente, a população brasileira carente e desescolarizada, hipnotizada pelo fascismo, acreditou nessas mentiras como são capazes de ainda acreditar que “comunistas comem criancinhas”. Não é por acaso que o uso do termo “pedofilia” esteja presente o tempo todo nos discursos governamentais, sobretudo nas falas da ministra dos Direitos Humanos e das Mulheres, Damara Alves, ela mesma uma pastora evangélica que tem um papel importante no governo Bolsonaro, sendo uma das maiores expoentes dos discursos grotescos relacionados ao sexo.

Psicopoder

Assim como Foucault⁶ definiu biopoder como sendo o cálculo que o poder faz sobre a vida e tanatopoder o cálculo que o poder faz sobre a morte, podemos chamar de psicopoder o cálculo que o poder faz sobre o que as pessoas pensam e sentem. É um cálculo sobre a linguagem, o cálculo ideológico por excelência. Os meios de comunicação ideológicos fazem a sua programação a partir desse cálculo.

Ao longo da história, o poder sempre calculou, tendo em vista a capacidade interna da população de perceber as manipulações contra ela, que seria a tarefa

⁶ Michel Foucault (1926-1984) foi filósofo, teórico social, filólogo, crítico literário e professor da cátedra História dos Sistemas do Pensamento, no célebre Collège de France, de 1970 até 1984. Suas teorias abordam a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados como uma forma de controle social por meio de instituições sociais. Profundamente influenciado por Nietzsche, Marx e Freud, o filósofo contemporâneo também recebeu influências do filósofo e amigo Gilles Deleuze, da medicina e da psiquiatria. [N.E.]

de intelectuais, em geral, educadores, professores e artistas. Destruir essa frente natural de resistência é uma tarefa fundamental das ideologias. Para além da perseguição, da demonização de personagens no habitual clima de caça às bruxas que rende resultados importantes, mas não resolve a questão da totalidade do pensamento único e da dominação total ao qual a ideologia almeja, surge uma arma fatal em relação aos procedimentos de linguagem. É o cinismo que vem para substituir toda a estrutura dos jogos de linguagem, patamar a partir do qual se dava a construção da esfera pública e as lutas políticas por reconhecimento e direitos. O cinismo não interrompe apenas as formas linguísticas da democracia, mas ele impede a continuidade de qualquer ordem do discurso. O cinismo é a morte da linguagem e, com ela, a morte da política.

A verdade é um valor sequestrado por toda ideologia, mas no fascismo ela é simplesmente destruída. A destruição da verdade dá lugar a uma espécie de episteme cínica na qual a desinformação é o novo paradigma. A informação distorcida, falsificada e ilusória produz um ambiente no qual se dá toda experiência, a partir do qual todos são submetidos, cognitivamente e emocionalmente, e, desse modo, levados a agir como robôs. Nesse sentido, políticos, meios de comunicação e igrejas vêm produzindo cenas espetaculares, mesmo que apenas por sua abjeção ou absurdo, com o objetivo de causar êxtase nas massas. Tais cenas são imagens, rituais, capazes de tocar as pessoas desprotegidas em instâncias subjetivas, tal como é a percepção. Chocados diariamente por informações falsas e violentas, atingidas no plano “fisioteológico” de suas experiências, as pessoas se deixam levar sem nenhuma chance de exercer o pensamento crítico e reflexivo que, desde Adorno⁷ e Horkheimer⁸ é o principal inimigo do fascismo e, justamente, vem sendo por ele destruído.

⁷ Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno (1903-1969) foi um filósofo, sociólogo, musicólogo e compositor alemão. É um dos expoentes da chamada Escola de Frankfurt, juntamente com Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, entre outros. Estudou filosofia, sociologia, psicologia e música na Universidade de Frankfurt. Considerado como um dos principais pensadores do século XX em estética e filosofia. Como crítico do fascismo e do que ele chamou de indústria cultural, seus escritos influenciaram fortemente a Nova Esquerda Europeia. [N.E.]

⁸ Max Horkheimer (1895-1973) foi um filósofo e sociólogo alemão, famoso por seu trabalho em teoria crítica como membro da Escola de Frankfurt de pesquisa social. Em suas obras, abordou o autoritarismo, o militarismo, a ruptura econômica, a crise ambiental e a pobreza da cultura de massa, usando a filosofia da história como estrutura, fundamento da teoria crítica. [N.E.]

O pensamento crítico é o que o cinismo visa aniquilar por completo. Psicopoder é, por sua vez, o conjunto dos modos pelos quais se implanta a mentira para que ela possa assumir o lugar da verdade. Não se trata de uma mentira pura e simples que poderia ser percebida por todos ou que, desmascarada, nos devolveria à verdade. Se trata de uma modificação do sentido próprio da mentira e da verdade na construção do círculo cínico, o acordo entre cínicos e otários pelo qual aqueles que estão em desacordo são transformados em inimigos, perseguidos e demonizados.

Populações inteiras são levadas a seguir a ideologia autoritária por meio de processos de psicopoder que envolvem não só os meios de comunicação tradicionais e redes sociais, mas também as igrejas do mercado (as igrejas evangélicas neopentecostais), que disseminam ideias preconceituosas e discurso de ódio, mas também de violência religiosa, até mesmo contra a igreja católica, mas sobretudo contra religiões de matriz africana.

No Brasil, pastores neopentecostais das chamadas “igrejas do mercado” enriquecem com técnicas de psicopoder, aproveitando-se das fragilidades emocionais e materiais da população mais pobre. Hoje a política brasileira está de tal modo ligada à religião que se tornou comum haver pastores eleitos para o Congresso Nacional. O batismo de Bolsonaro por um desses pastores-políticos foi um espetáculo, um ritual que demarcou seu projeto conjunto com a igreja neopentecostal. Além disso, o ódio às outras religiões anda *pari passu* com o ódio às mulheres e às feministas, ao sexo e ao gênero no cenário de uma retórica do desnorтеio em que “gênero” passou a ser tratado como ideologia em uma distorção histórica.

É muito difícil lutar contra esse tipo de guerra exercida contra tudo e todos e que não tem limites para servir ao capital. Esse é o funcionamento da ideologia neoliberal, ela mesma um grande negócio sem limites, que deve promover uma sociedade sem lei para sua própria autogarantia. Esse serviço se faz como um ritual que promove a sensação estupefaciente. O fascismo é um gozo profundo daqueles que não têm mais como se sentir vivos porque suas subjetividades foram destruídas em um processo histórico de lavagem cerebral pelas instituições ideologizadas.

Brasil, neoliberalismo e pandemia

A América Latina vem sendo vista, há tempos, como um “laboratório para a experiência das políticas neoliberais”. Neoliberalismo e neonazifascismo se reúnem no projeto de Jair Bolsonaro, levado à Presidência por milicianos (uma máfia brasileira cada vez mais poderosa), pelas oligarquias, pela burguesia e pela classe média baixa. A questão brasileira se torna ainda mais grave se lembrarmos que há, no Brasil, mais de 300 grupos neonazistas, que usam a suástica como símbolo, e esse número vem crescendo. Já podemos falar de “nazifascismo” no governo de Bolsonaro quando vemos manifestações, tais como a de um secretário⁹ de Estado a imitar ninguém menos do que Joseph Goebbels¹⁰. A associação com ideias e imagens do chamado *White Power*, ou supremacismo branco estadunidense, que deriva da *Ku Klux Klan* e tem representantes em todo o mundo, vem crescendo também, apesar dos membros latino-americanos não serem reconhecidos por supremacistas caucasianos como “brancos”. Os fascistas “pardos” brasileiros se autocompreendem como “brancos” e atacam, de modo racista, os negros. No Brasil, a imprensa de extrema-direita que trabalha com isso, tem lucrado muito.

Se levarmos em conta o que Adorno e Horkheimer afirmaram em 1947, que a racionalidade técnica é a racionalidade da dominação, entendemos o neonazifascismo atual como um empreendimento cujo sucesso está no incremento tecnológico aliado ao capital. Podemos dizer que passamos de um fascismo analógico a um nazifascismo digital. A internet é um mercado no qual as pessoas são tratadas como escravos e mercadorias ao mesmo tempo, dominadas que se pensam dominantes, mas que podem também ser agentes do ódio e do caos apenas por compensação emocional. Nas redes sociais cada cidadão é como que vendido por ele mesmo para ele mesmo. Ele se retroalimenta de seus pares em um circuito de reconhecimento espectral, de “curtições” compensatórias em que o narcisismo é a tônica. A explosão ideológica

⁹ Roberto Alvim (1973-), dramaturgo, secretário da Cultura do governo Bolsonaro, publicou um vídeo nas redes sociais descrevendo as diretrizes da cultura brasileira. Exonerado do cargo em 17 de janeiro de 2020, Alvim emulou no dia anterior um famoso discurso do alemão Joseph Goebbels, ex-ministro de Adolf Hitler. [N.E.]

¹⁰ Paul Joseph Goebbels (1897-1945) foi um político alemão e ministro da Propaganda na Alemanha Nazista entre 1933 e 1945. [N.E.]

do fascismo é uma explosão mercadológica e tecnológica que tem no ódio exposto nas redes sociais uma prova de seu alcance, mas cujo fundo é a lacuna de reconhecimento social que as redes oferecem numa imensa distorção narcísica.

Estamos diante do funcionamento tecnoespectral da guerra política com os objetivos do psicopoder, o de promover a aniquilação da subjetividade e colocar a todos na posição de robôs fascistizados, capazes de consumir ódio.

A partir disso, a ação humana é controlada. A ideologia fecha todas as portas para um outro imaginário teórico e prático. Pensar reflexivamente se torna cada vez mais um ato de resistência. Os atos linguísticos são justamente ações cuja performatividade, ou seja, os efeitos que eles causam no mundo, nós podemos compreender. Desse modo, é a natureza do ato fascista nas condições microtecnológicas e digitais de nossa época que se deve analisar na intenção de derrotar o nazifascismo atual quando ele se instaura na cultura. A derrota de Bolsonaro, contudo, dependerá também das elites que se encontram no poder.

O ato digital é o princípio de nossa robotização, ele é o gesto que define a nova forma cotidiana, mas também é o cerne de uma tática pela qual a “indústria cultural digital”, toma o todo das vidas humanas, seus pensamentos, emoções e ações. A substituição do esquematismo do pensamento pela indústria cultural já era uma forma de psicopoder. Nesse sentido, a racionalidade técnica como forma da dominação é, ela mesma, a forma fundamental do psicopoder.

Não haverá superação de qualquer tipo de fascismo se não desmontarmos as estratégias de psicopoder, que se valem da desinformação e de sua difusão em processos de dessubjetivação em massa, o que, em termos simples, significa “lavagem cerebral”, o que hoje em dia não precisa realizar-se com procedimentos de tortura, mas apenas com os “torturantes” produtos da Indústria Cultural e as falas enlouquecedoras e entorpecentes dos líderes fascistas.

Nesse contexto, Bolsonaro se tornou um pavor nacional durante a pandemia de 2020. Se em alguns países a incompetência do neoliberalismo ficou evidente para tratar de questões sociais, no Brasil, o neoliberalismo bolsonarista atuou dentro da lógica do cinismo ambiente. Não é um exagero dizer que o governo se utilizou do coronavírus para intensificar a matança da população, enquanto Bolsonaro dizia grosserias cínicas a jornalistas e a quem quisesse ouvir nas redes sociais. Ficaram famosas suas falas, afirmando que o coronavírus era apenas uma “gripezinha”. Quando o número de mortos avançou e

se tornou preocupante, ele disse “eu não sou coqueiro”. Quando foi contaminado pelo COVID-19, muitos acreditaram que ele estava apenas mostrando isso em nome da propaganda de cloroquina, uma substância contraindicada por muitas pesquisas médicas e comprada em toneladas pelo governo brasileiro. A contagem de mortos foi interrompida pelo governo e a cloroquina, no momento em que escrevo este texto, vem sendo enviada aos povos indígenas atualmente fragilizados pelo COVID-19 e abandonados pelo governo.

O abandono e o descaso fazem parte do programa do governo bolsonarista e ninguém podia pensar diferente. Para os melhores especialistas em política, era simplesmente unimaginável ver alguém como Bolsonaro na condição de presidente da República Federativa do Brasil. Eu, infelizmente, avisei porque acompanhei a ascensão fascista desde 2013 e sempre estive atenta à figura de Bolsonaro.

Mesmo quem sabia que Bolsonaro usava as mesmas estratégias de Donald Trump e se orientava com Steve Bannon¹¹ – personagem que se tornou famosa por seu projeto de publicidade de extrema-direita atuando em diversos países do mundo – não conseguia aceitar que sua vitória fosse possível. Mas a propaganda no contexto da indústria cultural do fascismo torna tudo possível, sobretudo quando ela devora o sentido da política. Bolsonaro impôs, ao Brasil, a sensação de pesadelo e distopia, incrementadas pela pandemia, e não haverá despertar enquanto ele continuar no cargo.

Se a ideologia implica uma crença sem um saber, no caso do Brasil, há uma crença que envolve uma incapacidade de acreditar no que se sabe ou de perceber o óbvio, pois nada mais está oculto no império do cinismo. O destino do país será o pior enquanto ele for governado por um projeto de ódio e ninguém pode alegar que não sabia.

¹¹ Stephen Kevin “Steve” Bannon (1953-) foi assessor político estadunidense, assistente do presidente e estrategista-chefe da Casa Branca no governo Donald Trump. Em agosto de 2018, encontrou-se com Eduardo Bolsonaro, atuando com conselheiro informal da campanha presidencial de Jair Bolsonaro para as eleições de outubro. Na ocasião, Eduardo Bolsonaro afirmou que Bannon se colocou à disposição para ajudar nas atividades de inteligência da campanha, ações na internet e análise de dados, sem qualquer pagamento. Em 20 de agosto de 2020, Steve Bannon foi preso e acusado de cometer fraude financeira através de desvio de recursos. Após pagar fiança, foi liberado. Foi anistiado por Trump em último ato de governo. [N.E.]

Notas sobre “política quântica” e tradicionalismo: cultura, política e comunicação em tempos de Bolsonaro¹

Venício A. de Lima

Steve Bannon, um dos personagens centrais de que trata este ensaio, observou em entrevista recente: “Nos anos 1960, [Marshall] McLuhan nos falou que a mídia iria se tornar parte não apenas da cultura, mas também da política. E é verdade: hoje, a política é, na realidade, uma narrativa midiática” (MELLO, 29/10/2018). De fato, em tempos de crises múltiplas e para além da pandemia do coronavírus, cultura, política e comunicação constituem campos da experiência e do conhecimento humanos que compartilham fronteiras cada vez menos rígidas. Dois fatores potencializam esse imbricamento no complexo processo sociopolítico-econômico que enfrentamos, mesmo não sendo seus únicos determinantes. Ademais, direta ou indiretamente, conectam o Brasil a governos autoritários em países tão diversos como Estados Unidos, Filipinas, Hungria, Índia, Indonésia, Inglaterra, Israel, Itália, Polônia, Rússia e Ucrânia.

O primeiro é aquele que o cientista político franco-italiano Giuliano da Empoli, em seu conhecido *Os Engenheiros do Caos* (2019), nomeia por “política quântica”. Ao contrário do que acontecia até poucos anos atrás, a disputa política, sobretudo eleitoral, não ocorre mais numa “esfera pública” na qual

¹ Alguns dos temas desenvolvidos neste ensaio foram tratados anteriormente em Lima (13/05/2020a) e Lima (16/06/2020b).

todos estão expostos às mesmas informações e onde a chamada velha mídia – impressa e/ou eletrônica – era central na formação da opinião pública. Na “política quântica”, ao contrário, “a versão do mundo que cada um de nós vê é literalmente invisível aos olhos de outros” (p. 175). A Internet e recursos como o Google, o YouTube e as redes sociais – Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp – além da atuação dos *spin doctors*², mudou radicalmente o jogo. Trata-se de um novo paradigma em tempos de partido-algoritmo. As questões de interesse comum que, em tese, poderiam ser debatidas pela cidadania na construção de uma opinião pública democrática, foram substituídas por somatórios da opinião de grupos isolados, que sequer compartilham as questões que outros grupos debatem. Como diz Da Empoli:

o jogo não consiste mais em unir as pessoas em torno de um denominador comum, mas, ao contrário, em inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los, mesmo à revelia. Para conquistar uma maioria, eles não vão convergir para o centro, e sim unir-se aos extremos (p. 21).

Para se efetivar, a união desses pequenos grupos vai exigir a construção de alguma “entidade vazia” – como “o povo” – e de um inimigo comum – como “o *establishment*” e/ou “as elites”. O resultado é a corrupção da opinião pública, a manipulação da vontade dos eleitores e a desconstrução da democracia. Algo muito diferente da ideia de soberania do “demos” da democracia liberal clássica e radicalmente oposto a epifania democratizadora que ilustres cientistas sociais profetizaram para a internet³.

O segundo fator é a (re)emergência de uma “direita religiosa”, ativa novamente no debate público, pelo menos, desde o golpe político-jurídico-midi-

² É uma das formas de descrever a atuação de um especialista em assessoria de imprensa, relações públicas e comunicação política, mas também um perito em marketing eleitoral, porta-voz de um partido político, perito em sondagens, comentarista político ou outros técnicos de comunicação ao serviço de partidos ou de governos. São também vistos como agentes políticos que, geralmente, atuam nos bastidores do poder. Foi durante a corrida eleitoral de Ronald Reagan à Casa Branca (contra Walter Mondale, em 1984, mais concretamente no dia do segundo debate televisivo, a 21 de outubro) que um colunista de política do *The New York Times*, William Safire, usou pela primeira vez o termo *spin doctor*. [N.E.].

³ Notável entre eles o sociólogo espanhol Manuel Castells, sobretudo em seu livro *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet* (2013).

ático de 2016 e, depois, na aliança eleitoral que tornou possível a improvável eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Essa subcultura religiosa conservadora extremista não nasceu com o bolsonarismo, nem é exclusiva do nosso país. No livro de referência sobre as “guerras culturais” contemporâneas⁴, James D. Hunter (1991) argumenta que as antigas divisões ecumênicas entre Católicos, Protestantes e Judeus se realinharam e passaram a ser disputas entre ortodoxos e progressistas dentro dos próprios campos religiosos, agora em torno de temas como família, educação, mídia & artes, lei e política eleitoral. Em seu *War for Eternity* (2020), por outro lado, o etnógrafo Benjamin Teitelbaum, mostra como a desconhecida doutrina do Tradicionalismo torna coerentes e articula elementos aparentemente díspares, presentes nas crises múltiplas que nos atingem.

É dentro desse amplo e complexo contexto que estas notas buscam algum entendimento das questões que interligam os campos da cultura – incluindo a religião, à la Geertz (1978) – da política e da comunicação no Brasil atual.

A guerrilha virtual como estratégia política

Da Empoli argumenta que a ascensão de Donald Trump – “o candidato mais improvável da História” (p. 90) – à Presidência dos Estados Unidos, foi viabilizada pela exploração de um sentimento difuso de insatisfação e frustração (emoções negativas) decorrente da marginalidade sociocultural e econômica de milhões de americanos. Do ponto de vista da estratégia eleitoral e a exemplo do “Movimento 5 Estrelas” italiano, no início do século, o fundamental é identificar os medos, canalizar a raiva e o ressentimento, e, sobretudo, desqualificar o adversário como a personificação de um inimigo comum.

Dirigir mensagens específicas nas redes sociais da internet para determinadas categorias de eleitores ou, até mesmo, para eleitores individuais, foi possível a partir da análise de um enorme volume de dados (Big Data), acumulados

⁴ A expressão guerra cultural, em alemão Kulturkampf, tem sua origem na disputa sobre a laicização do Estado entre o Chanceler Otto von Bismarck e a igreja católica do ultramontano Papa Pio IX. Esse foi também o pano de fundo da famosa “questão religiosa” brasileira ao final do Segundo Império. Com outro significado, a expressão reaparece ao tempo em que igrejas evangélicas explicitamente têm como projeto assumir o controle do Estado no Brasil.

ao longo do tempo, sobretudo, mas não só, no Facebook. E essas mensagens não têm qualquer compromisso com a verdade factual, ao contrário, se valem rotineiramente de *fake news* que se adequem aos perfis que se pretende atingir. Sua distribuição utiliza recursos lícitos e/ou ilícitos. Trata-se, na verdade, de uma guerrilha virtual, executada por *spin doctors* que testam mensagens indefinidamente até chegarem ao conteúdo que produza os melhores resultados. A mesma estratégia foi – e continua sendo – utilizada em vários países, com o mesmo sucesso.

No Brasil, a ação das chamadas “milícias digitais” e do “gabinete do ódio” – supostamente vinculados ao candidato Jair Bolsonaro e, depois, ao presidente eleito – é objeto de investigação pelo Tribunal Superior Eleitoral (solicitada pelo PT e pelo PDT), pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Congresso Nacional através da “CPMI das Fake News” criada em julho de 2019 e com prazo de funcionamento prorrogado até outubro de 2020 (MELLO, 2020).

Da economia para a moral religiosa: o Tradicionalismo

O tipo de estratégia político-eleitoral, descrita por Da Empoli, se espalhou simultânea a um importante deslocamento do debate público da centralidade de temas econômicos para a centralidade de temas de conteúdo moral, a partir do final da década de 1980. Na Itália, seu país de origem, a própria operação “Mãos Limpas”, diz ele, “já representava, em sua essência, uma abordagem populista: os pequenos juízes contra as elites corruptas” (p. 34). Em outros países, esse deslocamento é paralelo ao avanço neoliberal comandado por Ronald Reagan e Margareth Thatcher⁵ e expressa uma reação conservadora aos movimentos de direitos humanos, à emancipação feminina, ao movimento negro e ao multiculturalismo, além de invisibilizar questões básicas da agenda econômica. Na verdade, o deslocamento é, em boa parte, fruto de uma visão religiosa apoiada em crenças e valores morais de extrema-direita, algumas delas vinculadas ao fascismo, e vai além da política: o Tradicionalismo.

⁵ Em seu *Nas Ruínas do Neoliberalismo* (2019), Wendy Brown mostra que o neoliberalismo de Friedrich Hayek (1899-1992), em sua origem, era um projeto econômico e também moral, apoiado em ideias Tradicionalistas.

Segundo Teitelbaum, o Tradicionalismo, deve ser grafado com “T” maiúsculo para se diferenciar do simples conservadorismo, crítico do novo por acreditar que a vida era melhor no passado. Embora haja importantes diferenças entre eles, seus pais fundadores são dois pensadores da primeira metade do século XX: o francês René Guénon (1886-1951) e o italiano Julius Evola (1898-1974). O primeiro, ex-católico, ex-maçom, convertido ao islamismo sufista. O segundo, racista, misógino e ligado ao fascismo de Mussolini.

O Tradicionalismo é um “esoterismo religioso” que se “opõe à modernidade Ocidental e à ciência” (p. 137). Uma de suas características básicas é a crença – que tem sua origem no Hinduísmo – de que o tempo histórico se desenvolve em ciclos: as idades de ouro, de prata, de bronze e das trevas. Cada um desses ciclos é representado por diferentes tipos de castas, ordenadas por uma hierarquia descendente: os padres, os guerreiros, os mercadores e os escravos. É uma visão fatalista e pessimista, de vez que esses ciclos se repetirão independentemente da agência humana. Apesar disso, Tradicionalistas militam para acelerar a passagem de um ciclo para outro. Eles acreditam que estamos vivendo uma era das trevas que deve ser implodida para que se retorne ao ciclo inicial, à idade de ouro. Nela viveremos numa sociedade não massificada, não homogeneizada materialmente, onde coexistem diferentes espiritualidades sob a tutela de uma teocracia hierárquica.

A modernidade é o oposto do Tradicionalismo. É ela que caracteriza a era das trevas. Ela promove o enfraquecimento da religião em favor da razão (Iluminismo), o declínio do que não pode ser quantificado matematicamente – espírito, emoções, o supranatural – em favor do que é material. A modernidade também envolve a organização de grandes massas de pessoas com fins políticos ou de consumo. Disso resulta a padronização e a homogeneização da vida social. A modernidade acredita no progresso, na criatividade humana que pode nos conduzir a um mundo melhor. Tradicionalistas aspiram a tudo que a modernidade não é. Eles acreditam em verdades eternas, transcendentais e estilos de vida, não na busca do progresso.

A hierarquia é um dos sinais da sociedade sábia. Os inimigos da diferença são os universalismos, valores ou sistemas considerados verdadeiros para toda a humanidade e não para grupos específicos. Na modernidade, a democracia e os direitos humanos são frequentemente compreendidos nestes termos, tra-

tados até mesmo em documentos fundadores de estados-nações liberais como parte de um conjunto autoevidente de direitos emanados de Deus, simultâneos ao conceito de uma igualdade universal.

Os Tradicionalistas adotam o que René Guénon chamou de “teoria da inversão” que é uma das características da era das trevas. “Tudo que você pensa que é bom, é ruim. Toda mudança que você considera progresso, na verdade, é regressão. Toda instância aparente de justiça, na verdade, é opressão” (p. 78). O sistema de valores do mundo moderno é, portanto, o oposto da verdade. A este amplo quadro de crenças, se acrescentam, de acordo com diferentes matizes do Tradicionalismo, o racismo – a superioridade ariana – e a misoginia – os homens arianos constituem a casta dominante da idade de ouro.

Os Tradicionalistas privilegiam a “guerra cultural” – que chamam de metapolítica – como estratégia de ação, vale dizer, protagonizam o ativismo por meio da cultura – artes, entretenimento, espaços intelectuais, religião, educação – e não necessariamente por meio de instituições políticas tradicionais. Steve Bannon, o maior articulador Tradicionalista, em nível mundial, “foi um dos primeiros entre os novos populistas a entender que ‘politics is downstream from culture’ (a política deriva da cultura). Desde o começo ele luta para arrancar da *intelligentsia* liberal o espectro de hegemonia cultural” (DA EMPOLI, p. 20).

No capítulo final de *War for Eternity*, Teitelbaum adverte:

O Tradicionalismo em sua forma original não estimula preocupações com desigualdades e injustiças. Quando seu comando de arregimentar populações em torno de uma essência espiritual arcaica é combinado com uma ideologia que preserva sua própria versão apocalíptica – como o messianismo de cristãos evangélicos com a crença adicional de que a destruição terrena é necessária para uma utopia terrena e não celestial – pode existir razão para alarme. Na verdade, para vários dos Tradicionalistas, esta filosofia oferece o pretexto não para a apatia (...) mas para seu exato oposto: a ação transformadora audaciosa, na crença de que o mundo está prestes a mudar e, portanto, medidas temerárias são justificadas (2020, p. 280-281).

Sem estar se referindo especificamente a qualquer país, a advertência de Teitelbaum sobre as circunstâncias em que “pode existir razão para alarme”, certamente nos ajuda a compreender parte da dinâmica da crise brasileira atual.

A articulação Tradicionalista no Brasil

No Brasil, o deslocamento do debate público de pautas de conteúdo econômico (desemprego, salário, tarifas de ônibus, dentre outras), para pautas de conteúdo moral (corrupção, pedofilia, homossexualidade, casamento igualitário, direitos de LGBTs, legalização do aborto, legalização de drogas, escola sem partido, dentre outros), está presente pelo menos desde o processo judicial conhecido como “mensalão” (2005), antes mesmo das manifestações de junho de 2013 e do início da Operação Lava Jato (2014). Assim como nos Estados Unidos, os novos temas aparecem no debate público agrupados em jargões como combate à “ideologia de gênero” ou “defesa da família”, que estaria sendo atacada pelo “marxismo cultural” e/ou pelo multiculturalismo.

O deslocamento da pauta pública e a guerra cultural que o acompanha, se intensificam no período entre 2011-2014 e se consolidam ao longo do processo de construção do antipetismo que alimenta o golpe de 2016⁶. Na verdade, constituem parte da reação conservadora a uma série de avanços institucionais dos governos petistas, dentre eles, a instalação da Comissão Nacional da Verdade (2011), a aprovação da união homoafetiva (2012), a legalização do aborto de fetos anencefálicos (2012), a aprovação das cotas raciais para as universidades públicas (2013), a aprovação da PEC das domésticas (2013) e a alteração no ECA, conhecida como “lei da palmada” (2014) (ROCHA, 29/07/2020).

Neste contexto, a doutrina do Tradicionalismo se manifesta, explícita ou implicitamente (1) na atuação pública da “direita religiosa”, sobretudo de grupos de igrejas evangélicas neopentecostais⁷; e (2) na presença do astrólogo/filósofo Olavo de Carvalho na “guerra cultural” e na militância político-digital de seus seguidores.

⁶ Registro, embora não possa tratar do tema aqui, o papel que “*think tanks*” liberais de diferentes matizes, instalados no Brasil e em outros países da América Latina como reação aos governos progressistas eleitos na virada do século, exerceram no acirramento da guerra cultural (Rocha, 2015).

⁷ Por razões de espaço trato apenas das igrejas evangélicas, mas, como já registrado, a direita religiosa não se limita a elas.

Direita religiosa e messianismo evangélico

Jair Bolsonaro, ainda candidato, embora se declare católico, fez-se batizar nas águas do Rio Jordão em Israel pelo pastor Everaldo Dias Pereira da igreja evangélica Assembleia de Deus e ex-presidente do PSC, em maio de 2016 (MELO, 02/11/2018a). Já presidente da República, foi “abençoado” pelo bispo Edir Macedo em cerimônia no monumental “Templo de Salomão” da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), São Paulo, em setembro de 2019 (SAMPAIO, 02/09/2019). Ele próprio e alguns de seus apoiadores passaram a considerá-lo ungido por Deus e portador de uma missão divina⁸. Na campanha eleitoral, comprometeu-se a transferir para Jerusalém a Embaixada do Brasil em Israel. E apoiadores desfraldam a bandeira do Estado de Israel (ao lado da bandeira dos Estados Unidos) em manifestações de extrema-direita de apoio ao seu governo. Como esses fatos se articulam?

Desde pelo menos o início do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) temos assistido a manifestações de “sionismo cristão”, patrocinadas por grupos evangélicos em defesa de ações políticas e militares do governo de Benjamin Netanyahu, em Israel. Esses grupos se mobilizam através de entidades como a Associação Cristã de Homens e Mulheres de Negócio e a Comunidade Brasil-Israel. Numa dessas ocasiões, foi entregue ao Itamaraty um documento que criticava o governo Dilma por ter condenado os ataques de Israel à Faixa de Gaza e não ter censurado as ações do grupo Hamas. Um dos organizadores do ato afirmou: “Quando o governo (brasileiro) fala mal de Israel, fala mal de nosso Jesus. E Israel tem o direito de se defender” (FELLER, 06/08/2014). A transferência da Embaixada brasileira em Israel, de Tel Aviv para Jerusalém era “demanda prioritária de lideranças evangélicas que entendem que o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel atende preceitos bíblicos” (SCHREIBER, 09/01/2019).

O jornalista Yan Boechat (14/12/2018) observa que “A aproximação com Israel tem como base e razão a teologia apocalíptica pentecostal, que defende:

⁸ Em jantar na residência do Embaixador Brasileiro em Washington, DC, (17/03/2019), Jair Bolsonaro afirmou em discurso transcrito no *Poder 360*: “O nosso Brasil caminhava para o socialismo, para o comunismo, e quis a vontade de Deus, entendo desta maneira, que dois milagres acontecessem: um é a minha vida, e o outro é a eleição. E nessa missão que nos foi dada, eu tenho certeza que Ele sempre estará do nosso lado”.

a segunda vinda de Jesus Cristo à Terra, o Armagedon e o conseqüente Juízo Final só se concretizarão quando os judeus finalmente retomarem Jerusalém e toda a Terra Santa. Para líderes religiosos como Edir Macedo, Silas Malafaia, Marco Feliciano e os quase 200 deputados da Frente Parlamentar Evangélica, defender Israel e lutar para que os judeus controlem a Palestina há de garantir bênçãos terrenas e acelerar as promessas divinas de uma vida eterna no paraíso após o fim dos tempos. É uma visão de mundo, em que os judeus estão no centro da realização de todas as profecias bíblicas”.

Por trás dessa postura de igrejas neopentecostais está a visão escatológica do “dispensacionalismo”. Recorro a esclarecedor estudo da pesquisadora Marta Francisca Topel (maio de 2011). Vale a longa citação. Diz ela:

O dispensacionalismo, em graus e modos diversos, tem influenciado a maioria das igrejas pentecostais e neopentecostais brasileiras. Formulado nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX, o dispensacionalismo parte da premissa que, do mesmo modo que a primeira vinda de Jesus teve como objetivo salvar o povo judeu, sua volta terá a mesma função. Mais precisamente: na segunda vinda, Jesus se manifestará em Jerusalém e dessa cidade iniciará seu reinado messiânico. Em poucas palavras: o ponto de partida já não se encontra em Roma, mas tem retornado a Jerusalém. O dispensacionalismo, cujo componente milenarista é primordial, baseia-se numa hermenêutica bíblica particular que divide o tempo em diferentes eras (ou dispensações) nas quais Deus se relaciona com os humanos através de alianças singulares, a exemplo da aliança feita com Abraão, com Moisés, com a Igreja e, por último, com o sionismo. Esta visão se relaciona diretamente com o conceito de revelação progressiva. Por sua vez, os dispensacionalistas partem da premissa de que, embora a nação de Israel se diferencie da Igreja, esta distinção não é mutuamente exclusiva. Assim, Deus cumprirá as promessas feitas aos israelitas; entre elas, o restabelecimento do reinado davídico em Jerusalém, lugar do qual Cristo governará o mundo. À diferença do pregado pelas igrejas católica, ortodoxa e anglicana, entre outras, os dispensacionalistas não acreditam numa cisão entre a nação de Israel e a igreja, isto é, o cristianismo: ambas constituem o povo de Deus e ambas serão salvas (p. 39-40).

Nem todo Tradicionalista é adepto da doutrina dispensacionalista e vice-versa. Todavia, boa parte dos líderes evangélicos brasileiros, com presença política ativa, compartilha das duas crenças. Decorre daí, não só a identidade de

evangélicos brasileiros com evangélicos sionistas dos Estados Unidos, como o alinhamento político do governo Bolsonaro com o governo de extrema-direita de Benjamin Netanyahu, em Israel.

Evangélicos no Poder

O projeto de conquista do poder político por parte de igrejas neopentecostais é fato público e tem sido historicamente muito bem-sucedido. Uma parte desse projeto compreende a ocupação de espaços em emissoras de rádio e televisão, diretamente como concessionários ou indiretamente pelo arrendamento de partes da programação na radiodifusão privada (FIGUEREDO FILHO, 2010). Igrejas evangélicas controlam também um número significativo de rádios comunitárias, legalizadas ou não, ignorando que a legislação proíbe sua utilização para proselitismo religioso (LIMA E LOPES, 2011).

No caso da IURD, o bispo Edir Macedo é coautor do livro *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política* (2008). “A obra destaca a importância de os fiéis participarem do poder e influenciar nas decisões. Anuncia que Deus tem um plano político para os seguidores da Universal e os evangélicos aliados a Macedo: governar o Brasil”. (NASCIMENTO, 2019, p. 282). Para Christina Vital da UFF, a candidatura vitoriosa do bispo Marcelo Crivella do PRB (partido ligado à IURD) na Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2016, constituiu “um passo fundamental da estratégia do segmento evangélico de ocupar o Executivo para chegar ao Judiciário [...] e barrar no STF temas de minorias – como a pauta gay – que travam embate com esses religiosos”⁹ (BILENKY, 31/10/2016). Por outro lado, inúmeros pastores, de diferentes denominações evangélicas, ocupam cargos nos legislativos e executivos municipais, nos governos e nas assembleias estaduais e pertencem à numerosa e atuante Bancada Evangélica – ou Bancada da Bíblia – no Congresso Nacional (MACHADO, 2006). O próprio pastor que batizou Bolsonaro no rio Jordão foi candidato à Presidência da República em 2014 (CUNHA *et al.*, 2017) e é grande o número de evangélicos que ocupa cargos no alto escalão do Poder Executivo (PACHECO, 05/02/2020,

⁹ Vale lembrar que o Procurador da República e coordenador da Força Tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol (Igreja Batista) e o juiz Marcelo Bretas (Comunidade Evangélica Internacional Zona Sul), que julga os casos da Operação no Rio são, ambos, evangélicos praticantes.

BARBOSA JÚNIOR, 11/07/2020 e CARRANZA, 02/05/2020). Diante desses fatos, logo após a eleição de 2018, o *Portal GaúchaZH* publicou matéria com o sugestivo título “Com Bolsonaro, o evangelho sobe a rampa do Palácio do Planalto” (MELO, 02/11/2018b).

Olavo de Carvalho e seus discípulos

Olavo de Carvalho é um dos destacados personagens do Tradicionalismo. Na primeira manifestação do presidente eleito Jair Bolsonaro, por meio de uma *live* caseira, Teitelbaum observou que havia quatro livros estrategicamente colocados na mesa à sua frente: *a Bíblia*; *a Constituição Brasileira de 1988*; *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, de Winston Churchill; e *O Mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, de Olavo de Carvalho.

A estreita ligação com Olavo de Carvalho, anterior às eleições de 2018, foi reconfirmada em sua primeira viagem como presidente eleito no já mencionado jantar oferecido a um seletivo grupo de Tradicionalistas americanos, inclusive Steve Bannon, na casa do embaixador do Brasil em Washington, em 17 de março de 2019. Na sua fala, Bolsonaro, embora claramente tenha confundido “ter admiração” por “ser admirado por” declarou: “O que sempre sonhei foi libertar o Brasil da influência nefasta da esquerda. Um dos grandes admiradores meus está aqui à minha direita: o professor Olavo de Carvalho, que é admirador de muitos jovens no Brasil” [...] Ele é “em grande parte, responsável pela revolução que estamos vivendo” (MARIN, 18/03/2019). Pouco tempo depois, em 1º de maio de 2019, o governo Bolsonaro concedeu a Olavo de Carvalho o mais alto grau da Ordem de Rio Branco, criada para “distinguir serviços meritórios e virtudes cívicas, estimular a prática de ações e feitos dignos de honrosa menção” (DELLA COLETTA, 1/05/2019).

Desde a década de 1970 ele tem contato com a obra de René Guénon – um dos pais fundadores do Tradicionalismo – a quem considera *crazy*, mas julga que “escreveu muita coisa verdadeira” (p. 169). Nos anos 1980 esteve envolvido numa estranhíssima celebração *Maryamiyya tariqa* (uma ordem sufista), liderada por Frithjof Schuon que se considerava o herdeiro de René Guénon (p. 129-136), em Bloomington, Indiana. Nessa época havia se convertido ao sufismo e se tornou *muqaddam* (facilitador) de uma tariqa em São Paulo.

Olavo de Carvalho é um Tradicionalista “excêntrico” (p. 128) à sua própria maneira, embora compartilhe pontos fundamentais com os pilares da doutrina. “Despreza a mídia e as universidades” (p. 128). Acredita que “esquerdistas se infiltraram no sistema educacional brasileiro em preparação para uma revolução comunista” (p. 168). Afirma literalmente: “se eu fosse mostrar a você fotografias das universidades brasileiras, você veria somente pessoas nuas fazendo sexo. Eles vão para a universidade para fazer sexo e se você tenta pará-los eles se revoltam, começam a chorar, te veem como um opressor” (p. 254-255).

Ele se alinha com Steve Bannon “na condenação da China e na urgência de resistir à sua influência global” (p. 166). Perguntado se temia a China ou o Islã, respondeu: “Eu acredito que a China é mais perigosa. Eles não têm um senso real de humanidade. Eles pensam que pessoas são coisas [...]. Eles pensam que você pode substituir uma pessoa por outra. Eles não são boas pessoas” (p. 257). Ademais, a partir da análise que faz de um debate público que Olavo de Carvalho travou com o Tradicionalista russo Aleksandr Dugin em 2011, Teitelbaum pergunta e responde: “O que, afinal, Olavo apoia? Primeiro e acima de tudo, cristãos de todos os países, Israel e nacionalistas conservadores americanos” (p. 182).

Morando numa zona rural do estado de Virgínia, nos Estados Unidos, desde 2005, o agora católico Olavo de Carvalho – uma forma de intensificar sua oposição ao comunismo (p. 176) – passou a oferecer cursos pela internet (Youtube, Facebook) e pelo rádio. Obteve sucesso e “formou” vários quadros que ocuparam ou ocupam posições fundamentais no governo de Jair Bolsonaro. Restrinjo-me aqui a dois exemplos, ambos ligados à formulação da política externa brasileira: Filipe Martins, Chefe da Assessoria Internacional do presidente da República e Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores.

Sobre Filipe Martins escreveu a jornalista Thais Oyama, em seu livro *Tormenta*, que trata dos primeiros meses do governo Bolsonaro:

No Palácio do Planalto, o chefe da “turminha das redes” é Filipe Martins, de 31 anos, assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais. Olavista desde os dezesseis, Martins é o discípulo que superou o mestre. (...) Sua principal ideia política, porém — a da guerra cultural como instrumento de propaganda e manipulação da esquerda —, vicejou no terreno fértil do “bolsonarismo raiz”, vertente da qual

Martins passou a ser o principal porta-bandeira. Foi em meados dos anos 2000 que Olavo de Carvalho começou a popularizar, nas redes, o conceito da batalha que não se trava com armas nem embates entre concepções políticas, mas na esfera da produção cultural. O professor de filosofia *on-line* passou as últimas décadas insistindo que o partido do ex-presidente Lula só fincara suas garras no poder por ter inoculado nas escolas e universidades, nos mercados editorial e artístico e nos veículos de comunicação uma visão cultural que incluía pontos de vista sobre sexo, sexualidade, religião, questões raciais e ambientais. Martins lamentava que a direita brasileira continuasse “cega” para esse estratagema da esquerda, de colonização de espaços estratégicos, enquanto gastava suas energias na defesa da “pauta única” do livre mercado. Dizia que só um candidato com a coragem de livrar seu discurso do primado econômico e atacar a esquerda pelo flanco dos costumes teria condições de derrotá-la. Nesse sentido, a ascensão e a vitória de Bolsonaro – com sua pauta pró-armas, antimínorias e “em defesa da família e da religião” – foi vista pelos seguidores de Olavo de Carvalho como a concretização de uma profecia. (p. 184-185)

Já o chanceler Ernesto Araújo, domina o pensamento de René Guénon e Julius Evola e os debate fluentemente e “mais do que o próprio Olavo, é um Tradicionalista” (p. 165). Em artigo publicado em 2017, com o título “Trump e o Ocidente” – que mereceu elogios rasgados de Olavo de Carvalho e ao qual muitos atribuem sua escolha para Chanceler – defende que somente Donald Trump “pode salvar o Ocidente” e que ele tem “uma visão de mundo que ultrapassa em muitas léguas, em profundidade e extensão, as visões da elite hiperintelectualizada e cosmopolita que o despreza”, além de criticar o que chama de “globalismo” (ARAÚJO, 2017). No seu *blog* “Metapolítica 17 – Contra o Globalismo”, assim se apresenta:

Sou Ernesto Araújo. Tenho 28 anos de serviço público e sou também escritor. Quero ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista. Globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural. Essencialmente é um sistema anti-humano e anticristão. A fé em Cristo significa, hoje, lutar contra o globalismo, cujo objetivo último é romper a conexão entre Deus e o homem, tornado o homem escravo e Deus irrelevante. O projeto metapolítico significa, essencialmente, abrir-se para a presença de Deus na política e na história.

Direita religiosa e olavistas: a associação entre pedofilia e esquerda¹⁰

Direita religiosa e ação política se confundem na guerra cultural permanente que o tipo de governo bolsonarista exige e promove. Um caso recente ilustra o recurso recorrente a um tema que necessariamente provoca justo “pânico moral” e quase sempre carrega junto a ele um amplo leque de outras questões morais: a associação entre pedofilia e esquerda política.

No dia 14 de julho, o presidente Jair Bolsonaro usou a apresentação de um Projeto de Lei que aumenta a pena para pedófilos na Câmara dos Deputados, para afirmar em seu Twitter: “a esquerda busca meios de descriminalizar a pedofilia, transformando-a em uma mera doença ou opção sexual”. A afirmação carece de qualquer fundamento sendo, portanto, um caso típico de disseminação deliberada de *fake news*. Na verdade, Bolsonaro apenas repetiu o que o maior portal de notícias evangélicas do país, o Gospel Prime – listado pela CPMI das Fake News – havia publicado em maio. A falsa notícia circulou em grupos de WhatsApp da direita religiosa e foi amplamente compartilhada por evangélicos nas redes sociais no começo de julho. Políticos e personalidades cristãs conservadoras como a deputada estadual Janaína Paschoal (PSL-SP), que é católica, o pastor e deputado estadual Léo Portela (PSL-MG) – mais de 20 mil seguidores no Twitter – e o lutador de MMA evangélico Vitor Belfort, repercutiram a informação falsa. Da mesma forma, o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ).

O tema da pedofilia foi apropriado politicamente pela direita e pelas bancadas religiosas há alguns anos: “Desde a CPI da pedofilia no Senado (2008-2010). Todos os membros da CPI eram homens. Muitos ligados à chamada bancada evangélica e tinham perfil conservador e punitivista. O presidente da CPI era o ex-senador Magno Malta, que é pastor evangélico”, lembra o sociólogo Herbert Rodrigues, autor do livro *Pedofilia e suas narrativas*. Em 2016, o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e colunista do site Gospel Mais, afirmou em vídeo que pedofilia é ideologia de gênero, e

¹⁰ Boa parte das informações deste subitem e suas fontes estão na reportagem “Grupos evangélicos e olavistas ajudaram a espalhar *fake news* de Bolsonaro sobre esquerda e pedofilia” de Ethel Rudnitzki e Mariama Correia da agência Pública (Rudnitzki e Correia, 17/07/2020). Tomei a liberdade de editar, completar e reproduzir alguns dos parágrafos da matéria original.

que “é um jogo dos esquerdotapas”. Em 2018, uma postagem que afirmava que Fernando Haddad, na época candidato à Presidência da República pelo PT, era autor de um projeto pró-pedofilia, viralizou nas redes sociais. A *fake news* fazia referência ao Projeto de Lei (PL) 236/2010, que não era de autoria de Haddad, nem tratava de legalização da pedofilia. Apesar disso, no começo deste ano, a pastora evangélica e atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves, fez referência ao mesmo PL em entrevista em que afirmou haver risco de legalização da pedofilia no país.

A associação entre pedofilia e esquerda no Brasil, todavia, foi na verdade iniciada por Olavo de Carvalho. No texto *Cem anos de pedofilia* (2002), ele elenca uma série de elementos que estariam por trás do que chama de “movimento de indução à pedofilia”. Entre eles estão as teorias de Sigmund Freud, o movimento feminista, e até o advento da pílula anticoncepcional e da camisinha. Para Olavo de Carvalho, “por toda parte onde a prática da pedofilia recuou, foi a influência do cristianismo – e praticamente ela só – que libertou as crianças desse jugo temível”.

Depois desse texto, ele continuou propagando sua falsa teoria e portais de desinformação liderados por seus seguidores a ressuscitam em momentos oportunos. Uma das aulas de seu curso *on-line* de filosofia sobre “Poder e Pedofilia – um breve resumo” foi lembrado por seu aluno e youtuber, Bernardo Küster, na ocasião da polêmica a respeito da mostra *Queermuseu* no Santander Cultural de Porto Alegre. Em vídeo, o olavista argumenta que a exposição faz parte do grande projeto da esquerda de legalizar a pedofilia, como já dizia seu mestre. Aliás, Bernardo Küster também repercutiu a falsa postagem de Jair Bolsonaro de 14 de julho. No dia seguinte a ela, o site Estudos Nacionais, do aluno Cristian Derosa, publicou um texto que buscava legitimar a postagem: “Esquerda quer descriminalizar a pedofilia? Entenda a declaração de Bolsonaro e sua repercussão”.

Para além de tentar vincular a pedofilia com a esquerda, o tema continua prioritário na agenda bolsonarista. O jornalista do UOL, Rubens Valente, informa que

a Máquina Soluções, empresa que já colaborou com a CPI das Fake News no Congresso, identificou uma mudança de foco em redes bolsonaristas no WhatsApp

a partir de julho de 2020. Os grupos passaram a dar destaque, compartilhar e desenvolver mensagens voltadas ao combate à pedofilia ao mesmo tempo em que atacam, com falsas alegações, personalidades como o youtuber Felipe Neto e a apresentadora de TV Xuxa. A estratégia seria (...) desviar o foco em conversas de redes sociais sobre as graves crises nos campos econômico e sanitário no Brasil. (...) Os autores do relatório apontam ainda uma técnica de apresentar “problema e solução”, quando o problema seria a pedofilia, e a solução, a ministra Damare Alves. (VALENTE, 06/08/2020)

Velha mídia em tempos de Bolsonaro

Pensar as relações entre cultura, política e comunicação dentro do novo paradigma da “política quântica” e do Tradicionalismo não significa ignorar o papel que os oligopólios da chamada velha mídia tiveram e continuam tendo em todo o complexo processo de crise que vivemos. Em outra oportunidade, argumentei sobre o viés político direitista dessa mídia em torno de quatro exemplos: o apoio ao golpe civil militar de 1964; a permanente desqualificação da política e dos políticos; o boicote às propostas de regulação democrática da própria mídia e a responsabilidade na construção de uma linguagem de ódio e intolerância no país. Escrito à época das eleições de 2014, o texto antecipa, sobretudo em sua parte final, o protagonismo da velha mídia na construção político-jurídico-midiática do antipetismo que se consolida no processo do golpe de 2016 e serve de ponto de convergência e coesão da extrema-direita e de seu candidato Jair Bolsonaro para definição do inimigo comum a ser vencido nas eleições de 2018 e depois dela (LIMA, 2015).

Com ou sem ministério próprio para as Comunicações e independentemente da localização administrativa da SECOM-PR, o governo Bolsonaro se caracteriza pela continuidade da utilização prioritária das redes sociais para sua comunicação com a sociedade, em ritmo permanente de “campanha eleitoral”. Por outro lado, os grupos da velha mídia que se alinham politicamente com o governo (Record, ligado à IURD e SBT), recebem tratamento diferenciado, inclusive no que se refere à distribuição de recursos públicos de publicidade. Já aqueles que o governo entende como sendo de oposição (Grupo Globo, *Folha de S. Paulo*), sofrem de hostilidade explícita na distribuição de

verbas publicitárias, no trato público ofensivo a seus jornalistas – alguns sujeitos a violentas campanhas difamatórias nas redes sociais¹¹ – e em ameaças de cassação de concessões de emissoras de televisão. Na verdade, os oligopólios midiáticos considerados como opositores – Grupo Globo, em particular – comportam-se de forma ambígua: continuam a excluir e a discriminar os atores classificados como “esquerda” na cobertura política, mas resistem em abandonar inteiramente o governo, em função do comprometimento deles com o projeto econômico ultraneoliberal de Bolsonaro.

A experiência de comunicação pública, iniciada em 2008 em cumprimento ao artigo 223 da Constituição com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), desfigurada no período Michel Temer (MDB), está sendo desconstruída no governo Jair Bolsonaro. Em maio passado, a empresa foi qualificada no programa de desestatização, o PPI. Enquanto aguarda sua privatização, a EBC incorporou a NBr e se transformou, de fato, numa empresa estatal, aparelhada por dirigentes militares, que não faz comunicação pública, mas propaganda de governo (BARBOSA, 25/03/2020). Tudo isso sob o ensurdecido silêncio dos oligopólios privados de mídia que, desde a criação da EBC a ela se opunham sob a acusação de servir aos interesses dos governos petistas.

Há de se registrar também a prioridade que o governo Bolsonaro tem atribuído às autorizações de rádios comunitárias: entre março e abril deste ano, 440 foram enviados para apreciação do Congresso Nacional. Um recorde. Segundo levantamento do jornal *O Estado de S. Paulo*,

entre os representantes formais dessas rádios (estão) pessoas que são ou foram filiadas a partidos e já concorreram ou se elegeram para cargos de vereador e prefeito por legendas do Centrão, como Republicanos, Progressistas, PSD e PL. Há também dirigentes dessas rádios em siglas menores, entre as quais o PSC, o PROS e o Patriota. (FRAZÃO e VALFRÉ, 26/07/2020)

¹¹ Um caso exemplar é a tentativa de difamação contra a jornalista Patrícia Campos Mello, após a publicação da reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”, na da *Folha de São Paulo* em 18/10/2018. Ela move processos por danos morais na Justiça contra Hans River do Rio Nascimento, contra o deputado estadual André Fernandes, à época do PSL-CE, e contra o presidente Jair Bolsonaro. Em Mello (2020), ela descreve detalhadamente a violência de que foi vítima.

Como já mencionado, a lei das rádios comunitárias proíbe explicitamente o proselitismo político. Os dados disponíveis, no entanto, revelam que pelo menos 50% das rádios legalizadas fazem o proselitismo político proibido por lei (LIMA E LOPES, 2011).

O ponto de ruptura se aproxima?

No último capítulo de *Os Engenheiros do Caos*, da Empoli afirma que o problema da “política quântica” é que ela fica cada vez mais instável e pergunta: “até quando será possível governar sociedades atravessadas por impulsos de instabilidade cada vez mais frequentes?” Ele mesmo responde:

No plano econômico, a desagregação começou há 30 anos, quando a dinâmica combinada da inovação tecnológica e da abertura dos mercados começou a aumentar a desigualdade entre os indivíduos. No plano da informação, o processo é mais recente, mas já bastante adiantado. Hoje, a ideia de uma esfera pública na qual todos são expostos às mesmas informações, como era antes com a leitura de jornais e o ritual do noticiário televisivo, praticamente não existe mais. A política segue hoje o mesmo percurso. Ela passa da lógica centrípeta (...) a uma estratégia centrífuga que galvaniza e depois adiciona os extremismos. O ponto de ruptura se aproxima perigosamente. (p. 163-164)

Talvez fosse necessário agregar aos “impulsos de instabilidade” diagnosticados por Da Empoli o messianismo religioso mobilizado pela espiritualidade arcaica do Tradicionalismo e por doutrinas apocalípticas que nunca se realizam, mas se tornam fontes permanentes de intolerância e ódio. Assim, no contexto das crises múltiplas que o Brasil atual enfrenta, esses impulsos frequentes – na economia, para além da cultura, da política e da comunicação – parecem indicar que a condição de ingovernabilidade se acelera na sociedade. Será que “o ponto de ruptura” de fato se aproxima? E o que virá depois dele?

Referências

ARAÚJO, Ernesto (2º semestre de 2017). “Trump e o Ocidente”. *Cadernos de Política Exterior*, Ano III, número 6, p. 325-357. Disponível em <http://funag.gov.br/biblioteca/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>.

- _____. Blog “Metapolítica 17 – Contra o Globalismo” <https://www.metapoliticabrasil.com/blog/>
- BARBOSA Júnior, José (11/07/2020). “O novo ministro da Educação é a face oculta dos fundamentalistas”. *Revista Fórum*. Disponível em <https://revistaforum.com.br/debates/o-novo-ministro-da-educacao-e-a-face-oculta-dos-fundamentalistas-por-jose-barbosa-junior/>
- BARBOSA, Bia (25/03/2020). “Comunicação Pública perto do fim” in: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em <https://diplomatique.org.br/comunicacao-publica-perto-do-fim/>
- BILENKY, Thais (31/10/2016). “Estratégia evangélica é ocupar o Executivo para chegar ao Judiciário, diz pesquisadora”. Portal UOL. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml>
- BOECHAT, Yan (14/12/2018). “A fé que move o Planalto e até embaixadas”. *Valor Econômico*. Disponível em <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2018/12/14/a-fe-que-move-o-planalto-e-ate-embaxadas.ghtml>
- BOLSONARO, Jair. (18/03/2019). “Jantar de Bolsonaro em Washington teve Olavo de Carvalho e Steve Bannon” (Transcrição de discurso). *Poder 360*. Disponível em <https://www.poder360.com.br/governo/jantar-de-bolsonaro-em-washington-teve-olavo-de-carvalho-e-steve-bannon/>
- BROWN, Wendy (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo – A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Politéia.
- CASTELLS, Manuel. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- CUNHA, Christina Vital da et alii (2017). *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. ISER/Fundação Heinrich Boll Brasil.
- DA EMPOLI, Giuliano (2019). *Os engenheiros do caos – Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. Vestígio.
- DELLA COLETTA, Ricardo (01/05/2019). “Bolsonaro concede a Olavo de Carvalho condecoração igual à de Mourão e Moro” in: *Folha de S.Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/bolsonaro-concede-a-olavo-de-carvalho-condecoracao-igual-a-de-mourao-e-moro.shtml>
- FELLET, João. (06/08/2014). “Líderes evangélicos saem em defesa de Israel e criticam Dilma”. BBC News Brasil. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140806_evangelicos_israel_dilma_jf_kb
- FIGUEREDO FILHO, Valdemar (2010). *Coronelismo eletrônico evangélico*. Publit.
- FRAZÃO, Felipe e VALFRÉ, Vinícius (20/07/2020). “Bolsonaro libera recorde de rádios comunitárias desde o governo Lula” in: *O Estado de São Paulo*. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-libera-recorde-de-radios-comunitarias-desde-o-governo-lula,70003376580>
- GEERTZ, Clifford (1978). “A religião como sistema cultural” in: *A interpretação das culturas*. Zahar.
- HUNTER, James D. (1991). *Culture wars: The struggle to define America*. HarperCollins.

- LIMA, Venício A. de (15/06/2020). “Tradicionalismo: a extrema direita no poder”. *Portal Carta Maior*. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Leituras/Tradicionalismo-a-extrema-direita-no-poder/58/47832>
- _____. (13/5/2020). “Perplexidade”. *Portal Carta Maior*. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Perplexidade/4/47490>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- _____. (2015). “A direita e os meios de comunicação” in: VELASCO e CRUZ, Sebastião et alii (orgs.). *Direita, volver!* – O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____. e LOPES, Cristiano A. (2011). “Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)” in: LIMA, Venício A. de. *Regulação das comunicações*. História, Poder e Direitos. Paulus; p. 103-148.
- MACHADO, Maria das Dores Campos (2006). *Política e religião – A participação dos evangélicos nas eleições*. FGV.
- MARIN, Denise Chrispim (18/03/2019). “Temos de desconstruir muita coisa’, diz Bolsonaro a americanos de direita”. *Veja*. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/>
- MELLO, Patrícia Campos (2020). *A máquina do ódio – Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. Cia. das Letras.
- _____. (29/10/2018). “Capitalismo esclarecido e populismo de Bolsonaro aproximarão o Brasil dos EUA, diz Steve Bannon”; *Folha de S.Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/capitalismo-esclarecido-e-populismo-de-bolsonaro-aproximarao-o-brasil-dos-eua-diz-steve-bannon.shtml>
- MELO, Itamar (02/11/2018a). “Novo batismo deu impulso à ligação de Bolsonaro com evangélicos”. *Portal GaúchaZH*. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/11/novo-batismo-deu-impulso-a-ligacao-de-bolsonaro-com-os-evangelicos-cjo0m3ed50axn01pi6b3nd76w.html>
- _____. (02/11/2018b). “Com eleição de Bolsonaro, o evangelho sobe a rampa do Palácio do Planalto”. *Portal GaúchaZH*. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/11/com-eleicao-de-bolsonaro-o-evangelho-sobe-a-rampa-do-palacio-do-planalto-cjo0kijz00axz01rxji6zhj15.html>
- NASCIMENTO, Gilberto (2019). *O Reino – A história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal*. Cia. das Letras.
- OYAMA, Thais (2020). *Tormenta – O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. Cia das Letras.
- PACHECO, Ronilso (05/02/2020). “A direita calvinista e sua ligação com Bolsonaro.” *The Intercept Brasil*. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-direita-calvinista-e-sua-ligacao-com-bolsonaro/>
- ROCHA, Camila (2015). “Direitas em Rede: think tanks de direita na América Latina” in: VELASCO e CRUZ, Sebastião et alii (orgs.). *Direita, volver!* – O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____. (29/7/2020). “Direitas contemporâneas e esfera pública”. *III Encontro de Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro*. Mesa 6. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZHDxLo24hJg&t=3547s>

- RUDNITZKI, Ethel e CORREIA, Mariama (17/07/2020). “Grupos evangélicos e olavistas ajudaram a espalhar fake news de Bolsonaro sobre esquerda e pedofilia”. *Pública*. Agência de Jornalismo Investigativo. Disponível em <https://apublica.org/2020/07/grupos-evangelicos-e-olavistas-ajudaram-a-espalhar-fake-news-de-bolsonaro-sobre-esquerda-e-pedofilia/>
- SAMPAIO, Inaldo. “Edir Macedo ‘batiza’ Bolsonaro pela terceira vez”. *Portal CBN Recife*. Disponível em <https://www.cbnrecife.com/inaldosampaio/artigo/edir-macedo-batiza-bolsonaro-pela-terceira-vez>
- SCHREIBER, Mariana. (09/01/2019), “Como o apoio evangélico ajudou a aproximar Israel e governo Bolsonaro”. *BBC News Brasil*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46790185>.
- TEITELBAUM, Benjamin R. (2020). *War for eternity – Inside Bannon’s far-right circle of global power brokers*. Dey St./HarperCollins.
- TOPEL, Marta Francisca (maio, 2011). “A inusitada incorporação do judaísmo em vertentes cristãs brasileiras: algumas reflexões”, *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano IV, número 10.
- VALENTE, Rubens. (06/08/2020). “Grupos bolsonaristas miram pedofilia e põem Damares como saída, diz empresa”. *UOL*. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/08/06/redes-sociais-bolsonaristas-estrategia.htm?cmpid=copiaecola>

Cultura, política e universidades

Valter Pomar

Qual deve ser a atitude da esquerda, em geral, e do petismo, em particular, para enfrentar e derrotar a operação desencadeada pelo governo cavernícola, contra a educação, em geral, e contra a educação superior, em particular?

Entendo que essa operação possui três motivações fundamentais: a comercial, a política e a programática. A motivação comercial está relacionada aos interesses do empresariado da educação (remota ou não). A motivação política vincula-se ao desejo de derrotar a oposição, muito forte em toda a comunidade educacional. A motivação programática decorre do Brasil que a classe dominante quer construir.

Que Brasil é esse? Uma economia primário-exportadora; alinhada com os interesses dos Estados Unidos e do grande capital internacional; com muita “ordem” privada e pouco “progresso” público. Uma parte da esquerda brasileira e uma parte do próprio PT reagem ao “projeto de país” descrito anteriormente como se ele fosse um “equivoco”, um “erro”, uma construção intelectual mal feita, um pesadelo do qual, mais cedo ou mais tarde, vamos acordar. Mas não é nada disso. Nem se trata apenas de um projeto reacionário, embora o futuro que ele construa seja distópico.

Esse “projeto de país” não é apenas bolsonarista. Compartilham dele, em maior ou menor grau, os que acusaram a Constituição Federal de 1988 de

deixar o país ingovernável (José Sarney); os protagonistas da primeira e da segunda onda neoliberais (Fernando Collor, Fernando Henrique); os que fizeram de tudo para enquadrar os governos Lula e Dilma num figurino social-liberal (Palocci e seus aliados); os construtores da “ponte para o futuro” (Temer *et caterva*) e do tríplice golpe iniciado em 2016 (os partidos e parlamentares que implementaram o *impeachment*; o sistema judiciário responsável pela condenação-prisão-interdição de Lula; o oligopólio da mídia, o fundamentalismo, a extrema-direita e a coxinhada, assim como as forças armadas, que construíram a fraudulenta vitória de Bolsonaro em 2018). Mas, acima de tudo, compartilha aquele “projeto de país” o grande empresariado capitalista, em particular o setor financeiro, o agronegócio, o setor minerador, os grandes exportadores e importadores.

Lembremos que a formação social brasileira exhibe uma notável continuidade: o latifúndio é uma instituição mais antiga que a nação, a independência foi um arranjo familiar, a abolição da escravidão foi adiada até o limite, a proclamação da República foi uma operação oligárquica, nossas liberdades democráticas seguem tuteladas pelas forças armadas, nossa modernização foi conservadora, nosso capitalismo nunca foi disfuncional às potências hegemônicas, nossa classe trabalhadora é uma das mais exploradas do mundo e... apesar disso, nunca a classe dominante brasileira foi ameaçada por uma revolução popular. Noutras palavras, nossa classe dominante é, sob todos os aspectos, abjeta, mas sabe o que quer e, principalmente, sabe como manter o poder. E o que eles querem? Essencialmente, manter as taxas de lucro. Fazer isso, num grande país há séculos em condição periférica, implica um grande esforço: trata-se de manter taxas de lucro capazes de atender aos interesses da classe dominante local e aos interesses do capital internacional. Isto é mais fácil de fazer, radicalizando na opção primário-exportadora, do que apostando em soluções mais ou menos desenvolvimentistas, que implicariam emparelhar, em termos de competitividade sistêmica, com outras grandes economias.

O cálculo é muito simples: a questão central do capitalismo não é o investimento, nem é o crescimento; a questão central é o lucro. Desde o final dos anos 1960 está em curso um movimento mundial de queda nas taxas médias de lucro. Os capitalistas compensaram isto com uma brutal ofensiva sobre o trabalho, com uma brutal ofensiva contra a periferia do mundo e,

também, com uma crescente aposta na acumulação financeira especulativa. No caso do Brasil, a ofensiva incluiu a crise da dívida externa nos anos 1980; incluiu as reformas neoliberais tucanas, nos anos 1990; e incluiu o ultraliberalismo, que começou golpista em 2014 e que não teme se aliar ao neofascismo. De conjunto, a ofensiva capitalista pretende desfazer o que o desenvolvimentismo conservador fez entre 1930 e 1980, nos convertendo, novamente, em uma nação extrativista-primário-exportadora e, claro, importadora de produtos industrializados.

É importante reiterar que, do ponto de vista da classe dominante, essa opção extrativista-primário-exportadora é a mais lógica e a mais lucrativa. Para começo de conversa, o Brasil possui extensas reservas de tudo que é demandado pelas potências industriais. Ganhe quem ganhar, a batalha geopolítica em curso no mundo, o Brasil pode fornecer seus minerais, seus vegetais, suas proteínas etc. Em segundo lugar, já existe um excesso de capacidade produtiva no mundo e, se a pandemia produzir um miniciclo de “substituição de importações” naquelas potências que descobriram que não conseguem produzir nem mesmo máscaras, esse excesso de capacidade produtiva vai crescer ainda mais. Neste cenário, a reindustrialização do Brasil exigiria altas doses de protecionismo, muito investimento e muita disposição para brigar com as grandes potências industriais já instaladas. Exigiria, também, ampliar a capacidade de consumo da classe trabalhadora brasileira. E investir pesado na integração regional. Ou seja, a classe dominante brasileira – que usa nossos baixos salários como vantagem comparativa – teria que abrir mão de parte dos seus lucros e correr riscos num imenso conflito geopolítico e geoeconômico.

Cabe lembrar, ainda, que as grandes mudanças de rumo do Brasil aproveitaram das “janelas históricas” abertas por crises mundiais. Dois exemplos: a independência, quando a Europa experimentava as ondas de choque da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas; e o ciclo de industrialização, iniciado quando o mundo estava às voltas com a grande crise sistêmica ocorrida na primeira metade do século XX. Pois bem, desde 2008 estamos em meio a uma dessas crises mundiais. Não se trata de uma crise qualquer, mas de uma “crise sistêmica”, a conjugação orgânica de inúmeras crises: ambiental, sanitária, social, econômica, política, nacional, geopolítica, cultural. No plano estrutural, trata-se da crise sistêmica de uma sociedade capitalista; no plano

geopolítico, trata-se de uma disputa pela hegemonia do mundo, entre um bloco liderado pelos Estados Unidos e um bloco liderado pela China. A derrota dos Estados Unidos para a China pode abrir uma nova janela para o Brasil (e para a região). Claro que o “tamanho” e a natureza desta janela dependeriam do tamanho e do conteúdo da derrota. Mas, mesmo derrotado, passado certo tempo, os EUA se reerguerão. E, salvo na hipótese de uma revolução nos Estados Unidos, que altere sua conduta imperialista, mais cedo ou mais tarde a “janela” será fechada. Portanto, uma questão é o que fazer se e quando a janela se abrir (de novo) e enquanto ela se mantiver aberta.

A nossa resposta deve ser: converter o Brasil e a região na quarta grande oficina & laboratório do mundo. Ou seja, superar as bases objetivas do hiato e da subordinação estruturais (perante os três outros polos: EUA, China e Alemanha). A pergunta de sempre é: a classe dominante tem ou poderia vir a ter o interesse e a capacidade necessárias para dar conta deste desafio? A resposta é: não. Por um lado, a classe dominante local nunca teve, ao menos hegemonicamente, vocação de dirigente de uma potência. A postura do atual presidente do Brasil é, neste sentido, a regra, não a exceção. Por outro lado, os prazos e as condições de um processo de reindustrialização de novo tipo (a saber, aquele capaz de nos converter na quarta oficina & laboratório do mundo) exigiriam um grau de engajamento popular similar ao de uma guerra; e não há engajamento sem coesão social; e não há coesão social, sem algum nível de distribuição de riqueza, renda e poder; e isso nunca foi, nem será aceito por uma classe dominante como a nossa.

Portanto, no melhor dos cenários, o de uma derrota dos Estados Unidos no conflito com a China, teríamos que aproveitar a janela para nos converter em uma das grandes oficinas & laboratórios do mundo, apesar e contra os “instintos animais” da classe dominante. E um problema é: ganhe quem ganhar a disputa geopolítica mundial, o desfecho “natural-espontâneo” da situação será o de manter o Brasil na condição de fornecedor de produtos primários, minerais e vegetais. E importador de produtos industriais. Portanto, caso a presente crise mundial abra uma “janela histórica”, é possível que seja uma fresta estreita e, além disso, aberta por pouco tempo.

Tudo isso considerado, reitera-se que é muito mais cômodo para a classe dominante aceitar a posição de gestora de um entreposto extrativista-primá-

rio-exportador, abastecendo-se com produtos industriais comprados nas grandes oficinas & laboratórios do mundo, sejam os Estados Unidos, a Alemanha ou a China.

Uma das consequências desta prioridade primário-exportadora é a contada na fábula de Procusto: é preciso amarrar o Brasil na cama e cortar tudo que fique para fora. Dito de outro jeito, fazer o Brasil de 2020 caber nas roupas do Brasil de 1920. Até porque um país extrativista-primário-exportador não conseguirá oferecer saúde, educação, moradia, trabalho e salários para 210 milhões de brasileiros. Aliás, do ponto de vista da lógica dominante, um país primário-exportador não precisa oferecer nada disto. Em consequência do apagão de políticas sociais, a classe dominante precisa tratar a chamada questão social como “caso de polícia”, reduzindo substancialmente as liberdades democráticas, os espaços institucionais e de auto-organização do povo. No limite, trata-se de um padrão de desenvolvimento capitalista cujo reflexo político é uma espécie de hegemonia negativa, baseada em altas doses de coerção e medo: da parte da classe dominante e dos chamados setores médios tradicionais, um imenso medo do povo; e, da parte de grandes parcelas do povo, a tensão permanente da sobrevivência em condições de brutalidade social. Não é de se admirar, portanto, o crescimento da violência policial – um verdadeiro terrorismo de Estado, contra a população jovem, negra e periférica; nem causa espanto a opção genocida do governo Bolsonaro, pela política de imunização de rebanho no caso da pandemia de COVID-19, uma política que atingiu os objetivos desejados: mais de 150 mil mortos até agora, um dos países mais letais do mundo.

Nisto reside, portanto, a causa última das múltiplas crises que vive o nosso país: a classe dominante decidiu retomar o fio das reformas neoliberais dos anos 1990 e reafirmar a subordinação do país ao projeto global encabeçado pelos Estados Unidos. Para eles, o caminho do desenvolvimento é um investimento custoso, politicamente arriscado e que pode (ou não) gerar lucros no médio prazo, lucros menores do que os atuais; já o caminho primário exportador exige menos investimentos, é politicamente menos arriscado e gera mais lucros certos no curto prazo. Quanto ao longo prazo, bom, nisto a classe dominante é “keynesiana”, ou seja, supõe que a longo prazo estaremos todos mortos. E na dúvida, prefere garantir seu “paraíso” aqui e agora.

Uma questão é: no passado, opções similares por parte da classe dominante impediram o desenvolvimento sistêmico, mas não impediram o crescimento deformado. E tal crescimento deformado, ao mesmo tempo que mantinha a grande maioria do povo em condições degradantes, permitiu que setores da classe trabalhadora conseguissem arrancar direitos sociais e políticas públicas. Um dos exemplos é, exatamente, o ocorrido no Brasil durante o segundo governo Lula. Agora, entretanto, parece que não estamos diante de uma “modernização conservadora”; mas sim de uma regressão conservadora. Se o que foi exposto até agora é verdade, qual deve ser a postura da classe trabalhadora brasileira, da esquerda e do Partido dos Trabalhadores? E, em particular, qual deve ser a postura dos trabalhadores da cultura e da educação?

Certamente devemos resistir, devemos lutar por reduzir os danos. Mas parece óbvio que se reduziu muito o espaço para mediações realmente aceitáveis. Há vários motivos para isto, entre os quais um que precisa ser enfatizado: o extremo enfraquecimento do setor capitalista industrial, em particular daqueles que teriam eventual interesse numa política de desenvolvimento do chamado mercado interno. Noutras palavras, mais do que nunca, as possibilidades de “desenvolvimento” (e de democracia) dependem das classes trabalhadoras.

Mas qual desenvolvimento? O dos anos 1930 a 1980? Dependente, desigual, conservador da renda, da riqueza e poder dos de sempre? E qual democracia? A mesma democracia liberal cujas instituições sacramentaram o golpe de 2016, a condenação e prisão de Lula, a fraude de 2018 e a eleição do cavernícola? Há quem diga que a correlação de forças nos sugere sermos realistas; mas o realismo implica reconhecer que o desenvolvimentismo conservador e a democracia liberal são objetivos utópicos. Isto porque a classe dominante não está disposta a isto. Na atual situação interna e internacional, a única chance do Brasil trilhar um caminho de desenvolvimento & democracia, é se a classe dominante for derrotada e for substituída, no comando do país, pela classe trabalhadora.

Se conseguirmos fazer isso, nosso objetivo deve ser, como já foi dito, converter o Brasil e a região num dos polos produtivos e tecnológicos do mundo. Isso exigirá colocar o oligopólio financeiro privado sob controle público; consolidar a pequena e a média propriedade rurais, como base de nossa soberania alimentar; integrar todo o Brasil com energia elétrica, cabeamento

ótico, ferrovias e hidrovias; reurbanizar nossas cidades, atendendo 100% das necessidades de saneamento, moradia, transporte e equipamentos públicos de educação, saúde, cultura, esportes e lazer. É a produção destes bens públicos, combinada com a ampliação do consumo de bens privados, que se converterá no carro-chefe da indispensável reindustrialização nacional de novo tipo.

Tudo isto exigirá outro tipo de Estado, dirigido por outra classe social. Que para se tornar efetivamente dominante, terá que enfrentar e derrotar a democracia seletiva, o racismo, a mentalidade colonial, a tutela militar, a ditadura comunicacional, o judiciário partidarizado, o parlamento oligárquico, a polícia militarizada, a misoginia, a LGBTfobia etc. É apenas em novos marcos que será realmente possível edificar um Estado de bem-estar social que mereça esse nome, que efetivamente garanta saúde e educação pública, universal e gratuita; emprego com direitos trabalhistas; salário mínimo valorizado; aposentadoria digna. Que sustente políticas especiais voltadas para as mulheres, negros e negras, para a juventude, setores majoritários da classe trabalhadora, que recebem menos e trabalham mais. Que implemente políticas especiais destinadas às populações originárias, aos amplos setores sociais vítimas de histórica exclusão e desigualdade, às regiões submetidas a décadas e séculos de desenvolvimento desigual. Medidas que visam, ao mesmo tempo, elevar a produtividade, aumentar a igualdade, combater todas as formas de opressão e dominação, ampliar a coesão social, sem as quais não derrotaremos o imperialismo, que inevitavelmente virá contra nós.

Com maior ou menor radicalidade, com maiores ou menores detalhes, os objetivos relacionados são compartilhados por grande parte, senão pela totalidade da esquerda brasileira. Acontece que um pedaço da esquerda brasileira acredita ser possível alcançar esses objetivos socialmente revolucionários, mas sem precisar lançar mão de métodos politicamente revolucionários. E sem falar da palavra proibida: socialismo.

Claro que, em tese, parte daqueles objetivos podem ser alcançados, mesmo dentro do capitalismo e sob o Estado atual, bastando para isso mudar o governo. Mas se olharmos tudo o que fizemos desde 1988 – por exemplo, do SUS até a previdência pública, da política de empregos ao Bolsa Família – qual a conclusão? Primeiro: a classe capitalista odeia, sabota e busca destruir cotidianamente tudo isto. Segundo: dadas as restrições impostas pelos capita-

listas, o máximo que conseguimos é produzir ilhas de bem-estar num oceano de desigualdade. Nem saneamento existe na maior parte das casas brasileiras. Terceiro, que os governos minimamente comprometidos com os interesses populares são, mais cedo ou mais tarde, golpeados. Vargas, em 1954; Jango, em 1964; Dilma, em 2014; e Lula, preso em 2018.

Portanto, para cumprir globalmente um programa democrático e popular, construir um país verdadeiramente soberano, desenvolvido, igualitário e com liberdades, fazer algo similar a uma “modernização” que nos equipare aos “centros”, é preciso enfrentar o tema do poder de Estado. A defesa de uma Assembleia Constituinte se relaciona a essa necessidade: construir outro tipo de Estado, que não seja instrumento das “forças de mercado”, que não seja títere de poderes estrangeiros, que não seja agente ativo e passivo do mal-estar da maioria do povo brasileiro, que seja capaz de dirigir a conversão do Brasil numa potência científico, tecnológica e produtiva que emparelhe com as economias atualmente hegemônicas.

Evidentemente, este não é o tipo de raciocínio que prevalece nas principais expressões políticas da classe trabalhadora brasileira. Na economia, segue predominando uma lógica de parceria público-privada, em que caberia aos governos adotar políticas que supostamente estimulariam o “espírito animal” do setor privado. Defendem esta postura desde social-liberais até desenvolvimentistas. Com as diferenças conhecidas, todos dão aos capitalistas um protagonismo simplesmente bizarro, incompatível com o porte e a dinâmica do capitalismo realmente existente no Brasil.

Na política, segue predominando uma lógica segundo a qual as instituições atualmente existentes seriam capazes de construir o futuro do país. Notem que tal lógica inclui desde os social-democratas liberais (para quem os “consensos” serão produzidos pelo voto), incluindo ainda muitos socialistas (que geralmente combinam voto com algum tipo de movimento e participação social). As principais expressões políticas do povo parecem supor que o atual Estado brasileiro, remendado para cá ou para lá, seria capaz de protagonizar um processo de reconstrução e transformação. Na geopolítica, predomina uma lógica segundo a qual a derrota dos Estados Unidos não é uma variável decisiva de nossa estratégia. Finalmente, considerando o problema no plano da teoria, nas principais expressões políticas da classe trabalhadora brasileira, segue pre-

dominando o *mainstream* keynesiano e democrático-liberal. Aliás, durante o primeiro quinto do século XXI, o pensamento de esquerda no Brasil foi hegemônico pelo desenvolvimentismo e pelo liberal-democratismo.

Isto cobrou seu preço no período 2003-2016. No plano da economia, nos mantivemos nos limites determinados pela economia capitalista dependente, pela hegemonia financeira, pelo setor primário-exportador. No plano da política, não apenas não atacamos as casamatas do poder, como majoritariamente não consideramos, nem nos preparamos para reagir a um golpe de Estado de novo tipo. Hoje, alguns pensam que os atuais governos mexicano e argentino seriam prova de que, apesar dos golpes, o ciclo de governos progressistas e de esquerda continua, ou pode voltar. Crença que contribui para manter “no respirador” a mesma estratégia adotada no período anterior; cabendo perguntar por qual motivo, repetido o mesmo filme, o desfecho agora seria distinto. Mas cabe antes disso fazer outra pergunta: as condições internas e externas que possibilitaram o ciclo anterior seguem existindo ou se alteraram profundamente?

Uma parte da esquerda acredita que sim, que a crise sistêmica pode ter como resposta um “momento social-democrata”, com a elevação dos níveis de bem-estar, de liberdades democráticas e de relações civilizadas, claro que tudo isso dentro do capitalismo. É por conta disto que há tanta gente agitando a bandeira do “progressismo”, mas não fala de socialismo. Acontece que, quando olhamos para o mundo e para as internas do Brasil e de outros países da região, vemos que a situação se alterou profundamente. Por um lado, impactos na situação global que afetaram, para pior, as possibilidades das economias dependentes latino-americanas. Por outro lado, mudou a atitude da classe capitalista diante da esquerda; e a extrema-direita militante ganhou protagonismo. Nada disso sugere que aquele tipo de “governos progressistas e de esquerda” possa voltar. O que pode ocorrer, aliás o que precisa ocorrer, é um “ciclo de governos de esquerda”, dispostos a alterar muito mais profundamente o *status quo*.

Está claro que isso suporá uma imensa elevação do nível cultural e técnico das classes trabalhadoras, da imensa maioria do povo brasileiro. Suporá, também, um salto científico tecnológico ciclópico, que só pode ocorrer através de um maciço investimento público e através de estruturas públicas de pesquisa. Portanto, haverá necessidade de ampliar todo o setor público, em todos os

níveis, além de realizar mudanças qualitativas profundas. Não se tratará de preparar os estudantes para a cidadania, nem para o mercado, mas sim para as necessidades de uma imensa revolução econômica, social, política e cultural. O que geralmente não se diz é que uma parcela dos setores médios resiste a isto, pois os efeitos sistêmicos deste tipo de revolução implicarão perdas relativas, não apenas para o empresariado capitalista, mas também para os trabalhadores que contratam outros trabalhadores (por exemplo, serviços domésticos), para os que têm na educação superior e no serviço público um mecanismo de ascensão e privilégio social. Aliás, parte da resistência a determinadas políticas de ampliação do acesso às universidades, embora venham travestidas de argumentos críticos de ultraesquerda, brotam, na verdade, da mesquinhez típica da chamada classe média.

Vale lembrar que a chamada classe média, ou seja, o setor melhor remunerado da classe trabalhadora, é uma das principais fontes de recrutamento de “capitães do mato” pela classe dominante, os administradores do processo produtivo, assim como os administradores dos aparatos de Estado e paraestatais indispensáveis à dominação. Mas, ao mesmo tempo, é também desses setores médios que brota parte importante da vanguarda da esquerda democrática, popular e socialista.

Particularmente, os professores e professoras constituem, junto com os trabalhadores da cultura e da comunicação, o núcleo fundamental da intelectualidade orgânica da classe trabalhadora brasileira. E os docentes universitários constituem a “elite” desta intelectualidade orgânica. Hoje, esta “elite” está dividida sobre como proceder. Há um bom número que nunca se comprometeu com os interesses da classe trabalhadora; consciente ou inconscientemente, está a serviço de um tipo de universidade que se limita a fornecer insumos tecnológicos e a formar mão de obra para o capital. Mas, também, há um bom número que se percebe como sendo parte da classe trabalhadora, resiste às políticas iniciadas por Temer e aprofundadas por Bolsonaro, se divide em relação às mudanças ocorridas nos governos Lula e Dilma, mas principalmente se divide sobre como proceder diante da ofensiva bolsonarista. Uma parte se concentra na defesa do *status quo*, chegando no limite a se encastelar na famosa torre de marfim, de onde discursa em nome dos interesses “da classe”, mas sem com ela fazer contato real. Outra parte percebe que a defesa do legado

acumulado até aqui pela educação brasileira, ensino superior incluído, exige dar um salto de qualidade, exige ir além do que foi feito nos governos nacionais petistas, por exemplo reduzindo ao mínimo as concessões ao setor privado e radicalizando ao máximo as políticas que garantam, à classe trabalhadora, ter acesso a uma educação de boa qualidade. Do desfecho desta disputa, em curso na “intelectualidade orgânica” da classe trabalhadora, dependerá uma parte importante dos rumos da luta de classes no país; embora, é claro, a parte mais importante vá depender do que façam as grandes massas do proletariado. Para os que desejam um país realmente transformado, nada é mais crucial do que a politização e a mobilização radicalizadas dos setores mais explorados e oprimidos. Se uma parte da comunidade acadêmica, não apenas compreender estas questões, mas principalmente se colocar, na prática, a serviço dessas transformações, um grande passo poderá ser dado.

Gênero, cultura e democracia

Céli Regina Jardim Pinto

O avanço de ideologias de direita no mundo do pós-Segunda Guerra Mundial não é exatamente uma novidade, mesmo se considerarmos países com longa tradição democrática: em 1979, as vitórias de Margareth Thatcher e, um ano depois, de Ronald Reagan, traziam programas de governo que preconizavam uma radical economia neoliberal, políticas anti-imigração e agressivos programas de privatização dos serviços públicos, principalmente no Reino Unido. Entretanto, entre os primeiros anos da década de 1980 e a realidade de hoje, ao findar da segunda década do século XXI, a trajetória de um projeto de direita não foi linear, não se expandiu para todos os espaços sociais: ao contrário, teve de enfrentar cenários políticos e econômicos bastante adversos. Houve avanços e retrocessos. Durante o período, também houve experiências de esquerda e centro-esquerda promissoras ao redor do mundo. Isto é fundamental que se tenha em mente para entendermos as vitórias da extrema-direita no mundo atual, com seu mantra repetido em muitas partes do planeta: liberal na economia, conservador nos costumes. O presente capítulo tratará de introduzir uma reflexão sobre o crescimento e enfrentamento destas duas expressões políticas ideológicas no Brasil, buscando o lugar das questões de gênero, da cultura e da democracia nesse embate.

Ao longo dos últimos 50 anos, observa-se duas trajetórias opostas: se tomarmos apenas a América Latina, foi no subcontinente que ditaduras militares sanguinárias chegaram ao poder, através de violentos golpes de Estado, mas foi também nela que floresceram promissoras experiências de democracias com forte cunho social.

Para além da América Latina, movimentos mundiais reagiram ao neoliberalismo e às políticas antissociais através de um vasto número de movimentos sociais de todos os quadrantes e posturas, que se reuniram em várias edições do Fórum Social Mundial sob a consigna de “um outro mundo é possível”.

Paralelamente, cresciam as primeiras manifestações da extrema-direita na Europa pós-Segunda Guerra, o Front Nacional na França e a Liga Norte na Itália são bons exemplos. Enquanto isso, os partidos de esquerda e centro-esquerda perdiam popularidade e, principalmente, a militância jovem no velho continente. Envolveram-se em escândalos e suas propostas envelheceram. Ao mesmo tempo, há um avanço espetacular das igrejas pentecostais no hemisfério sul, que ocuparam um espaço público fragilizado. As camadas populares não encontravam mais guarida nos partidos, para construir uma posicionalidade cidadã, que lhe inspirasse confiança na possibilidade de mudança através da política.

Esses dois caminhos devem ser entendidos com muito cuidado no Brasil para que se possa analisar o fenômeno do bolsonarismo não como um acidente, mas como efeito de processos contraditórios que ocorreram nestes últimos 50 anos. Jair Bolsonaro [eleito pelo PSL, atualmente sem partido], como figura pública que chegou à Presidência, é mais do que um acidente, é uma catástrofe, mas o que estou tratando de focar é que as condições que possibilitaram a sua chegada ao poder não foram acidentais.

Com um caldo de cultura favorável com as vitórias do Partido dos Trabalhadores (PT) para a Presidência, a chamada onda rosa no Brasil foi além do tolerável pelas forças dominantes do capitalismo e também pela privilegiada classe média do país. Os governos de centro-esquerda no Brasil foram pouco radicais e se envolveram com corrupção, mas foram muito mais suas qualidades do que seus limites e malfeitos que provocaram o bolsonarismo.

No Brasil, instituições democráticas se organizam e se estabilizam a partir da Constituição Federal de 1988, que garantiu um amplo conjunto de direitos, tornando homens e mulheres iguais perante a lei, garantindo a liberdade

de culto e manifestações culturais, artísticas, científicas e de comunicação “independente de censura e licença” (art. 5, IX)

Para além de direitos básicos, a constituição abriu possibilidades reais do alastramento da participação democrática da população, principalmente no que concerne a administração e o controle das questões inerentes à ordem social. No capítulo da seguridade social, afirma que a organização da seguridade ocorrerá em “caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial, trabalhadores empresários e aposentados” (art. 194, VII). Na sessão da assistência social, lê-se “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (art. 204, II). Além disto, foi uma constituição que deu muita atenção aos direitos humanos. Segundo Adorno, na constituição “os direitos humanos transitaram de uma questão restrita à órbita da resistência à ditadura militar para uma questão pública, incorporada à agenda política nacional” (ADORNO, 2008, p. 197).

Concomitante à institucionalização de um regime democrático, a partir da década de 1980 o Brasil viveu um momento de grande expansão dos movimentos sociais; o MST certamente foi o de maior visibilidade, mas também marcantes foram os movimentos populares de mulheres e de comunidades. Com o mesmo vigor, se afirmavam o movimento negro em suas várias manifestações, os dos povos indígenas e os movimentos que enfrentam as questões de gênero, como o movimento feminista e os movimentos LGBTIA+.

O movimento feminista da chamada segunda onda, a partir da década de 1970, no Brasil nasceu político, pois suas primeiras manifestações ocorreram em plena ditadura militar, quer no interior do território brasileiro, quer entre as mulheres exiladas em outros países do mundo. Desde o primeiro momento, ser feminista era ser contra a ditadura militar e os militares não toleraram suas manifestações. Para eles, as feministas ameaçavam a família tradicional e o papel natural das mulheres. Mas estas manifestações também não eram bem-vistas por largos setores da esquerda: os marxistas tradicionais achavam que as mulheres estavam se desviando da luta de classe e a esquerda que se renovava no país, muito ligada às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, associou o feminismo à ameaça à família e a posições favoráveis à descriminalização do aborto.

O feminismo assustava muito, desequilibrava a estrutura patriarcal da modernidade, que dava suporte ao capitalismo, mas isto não era bem entendido pelas forças de esquerda. O mundo público, reacionário ou revolucionário, preferia a mulher no seu papel tradicional, mesmo que se tenha de reconhecer que os partidos progressistas toleravam melhor o movimento feminista.

Apesar das resistências, o feminismo brasileiro foi muito atuante a partir da redemocratização no Brasil e teve papel central na política brasileira. Já nos primeiros momentos da redemocratização, antes mesmo da Constituição, o movimento conseguiu a promessa de Tancredo Neves de criar o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. Com sua morte, José Sarney foi pressionado a cumprir a promessa do antecessor e criou o órgão em 1985. Este conselho, junto com o movimento social organizado, teve um papel preponderante na constituinte para assegurar direitos às mulheres na Constituição de 1988.

Com a chegada do Partido do Trabalhadores (PT) à Presidência, frações importantes e históricas do feminismo brasileiro incorporaram-se ao governo e temos o que poderíamos chamar de um feminismo de Estado. Isto é importante para se entender a atual dimensão da perseguição aos movimentos sociais, em geral, e ao feminismo, em particular. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, foi criada a Secretaria de Política para as Mulheres com *status* de ministério, que durou até 2016, quando Dilma Rousseff a fundiu com a Secretaria de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Juventude.

Durante sua existência, a Secretaria foi um importante impulsionador de políticas públicas de proteção das mulheres, com foco nas mulheres mais vulneráveis, mais pobres e vítimas de violência. Também foi atuante nas questões referentes aos direitos reprodutivos, no que pese nunca ter proposto qualquer ação no sentido de legalização ou descriminalização do aborto. Entre 2004 e 2016 aconteceram quatro Conferências Nacionais de Política para as Mulheres que elaboraram dois Planos Nacionais de Política para as Mulheres.

O movimento feminista, junto com o movimento negro e o movimento LGBTIA+, abriu espaços importantes nas práticas estruturantes patriarcais e escravocratas fossilizadas que davam, secularmente, forma ao Brasil. Eram movimentos que tinham uma dimensão globalizada, mas que adquiriram, no Brasil, contornos próprios. No entanto, o país era marcadamente conservador e partidos de diferentes ideologias políticas reproduziam o poder de homens

brancos autodeclarados heterossexuais. Estes determinavam comportamentos, faziam as leis, escreviam nos jornais e reproduziam uma cultura machista, misógina, excludente, mesmo que estivessem na vanguarda intelectual, como foi o caso do escandalosamente misógino *Pasquim*, que tanto sucesso fez entre a esquerda, ainda durante a ditadura, na década de 1970.

O movimento feminista teve uma atuação muito forte na luta contra a violência sofrida pelas mulheres, rompendo com o senso comum de que as relações no interior da casa eram tema privado, o que dava uma espécie de direito aos homens à violência psicológica, e mesmo física, contra as mulheres. Leis como a Maria da Penha e a Lei do Feminicídio foram vitórias importantes.

O politicamente correto, tão criticado pelo mundo dominado pelo conservadorismo, inibe os preconceitos de serem propagandeados na linguagem cotidiana e na mídia, principalmente na TV. Nas universidades, se criam núcleos de estudos de gênero, surgem disciplinas específicas sobre a história das mulheres, sobre teoria feminista, sobre a igualdade de gênero. Também nas universidades públicas, as cotas raciais começam a ser adotadas, primeiro por iniciativa de cada instituição e depois por força de lei. Criaram-se núcleos de estudos afro-brasileiros e a história da África passou a ser obrigatória no Ensino Fundamental e indispensável nos currículos universitários.

O avanço do neoliberalismo vinha acompanhado por uma forte reação aos movimentos sociais e à uma nova esquerda, que se libertava dos cânones conservadores e totalitários soviéticos e abria espaços para pôr em xeque as práticas estruturantes capitalistas, patriarcais e racistas. Um dos grupos mais atacados foi o movimento feminista e, conseqüentemente, as questões de gênero. A reação não nasceu especialmente de dentro dos governos, mas de dentro da Igreja Católica, já nos escritos do cardeal Ratzinger antes de se tornar papa. Entretanto, a primeira vez que a Igreja usa oficialmente a expressão “ideologia de gênero” foi em um documento da Conferência Episcopal Peruana de 1998 sob o título de *La ideologia de género: sus peligros y alcances*¹. Muito do que se fala, hoje, contra o conceito de gênero já estava presente neste documento. A questão foi associada à 4ª Conferência Mundial da Mulher em Pequim, em 1995 e ao chamado feminismo de gênero que, segundo

¹ Cf.: <https://www.aciprensa.com/controversias/genero.htm>. Acesso em: 20 fev. 2021.

o documento da Igreja, rompia com a distinção natural entre homens e mulheres e seus respectivos papéis na sociedade. O documento também tem uma central preocupação com a sexualidade humana, apontando o perigo do que chama de “opções sexuais”. É interessante que não se trata de um documento que fale de homens e mulheres, mas do perigo que as mulheres feministas representavam. E neste sentido, o pensamento ultraconservador que invade a Igreja Católica tinha razão, pois são os movimentos feministas e os movimentos LGBTIA+ que na última década têm reagido muito fortemente contra o obscurantismo de extrema-direita que invade o mundo, em geral, e o Brasil, em particular.

A década de 2010 foi o período de confronto do neoliberalismo e do avanço de um catolicismo de extrema-direita, com a onda rosa dos governos progressistas na América Latina, dos movimentos feministas, negro, LGBTIA+ e dos movimentos ambientalistas. No Brasil, essa foi também a década das jornadas de junho 2013, quando surgiram movimentos jovens, defendendo pautas conservadoras na política e na vida social. O Movimento Brasil Livre (MBL), que surge nestas jornadas, publica um programa em 2015, no qual propõe militarização de escolas públicas em áreas de risco, privatizações, abertura ao capital estrangeiro e fim do Sistema Único de Saúde (SUS), que deveria ser substituído por um programa à semelhança do sistema alemão².

Esse quadro proporciona, ao longo de décadas, as condições de emergência para o bolsonarismo, ponta do *iceberg* de uma nova cultura ultraconservadora e violenta que interpela setores significativos da população brasileira.

A vitória da extrema-direita, com a eleição de Jair Bolsonaro, foi um duro golpe para as lutas feministas. Os esforços, desde o primeiro dia de governo, são constantes para minar as conquistas, criminalizar os movimentos, perseguir militantes e fazer terra arrasada de todo o espaço público de discussão de ideias e de expressões culturais e artísticas que se aproximem do tema de gênero e sexualidade. Seria por demais enfadonho descrever as repetidas manifestações de desinformação, incultura, superstições e pura estultice dos membros do governo, que deveriam se ocupar da educação, da cultura e das relações exteriores.

² Cf.: <https://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>.

É fundamental, para a continuidade de projeto obscurantista, que os movimentos sociais não se manifestem, que as produções culturais sejam amordaçadas e ministros usem sua autoridade para expor teorias terraplanistas, alucinações religiosas, preconceitos contra a ciência, a universidade e as artes. Mas o que é preciso pontuar é que há uma constante e disseminada preocupação do governo com questões de gênero. Em declarações, os representantes do governo envolvem, sempre, uma conotação sexual, cujo tom dado é de sexo como perversão. Já no segundo mês de governo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, postou em seu Twitter uma cena de sexo entre dois homens para criminalizar o carnaval. Na Bienal do livro de 2019, no Rio de Janeiro, o prefeito, um pastor evangélico ligado a Bolsonaro, mandou sua polícia recolher um livro de quadrinhos infanto-juvenil porque havia uma cena em que dois jovens homens se beijavam. Esta é a primeira medida explícita e pretensamente legal da volta da censura à cultura no país. Anteriormente, ainda em 2017, a exposição *Queermuseu* foi censurada por um banco privado que mantém um espaço de exposição de arte na cidade de Porto Alegre, sob a acusação de desrespeitar símbolos cristãos e fazer apologia à zoofilia e à pedofilia.

O então ministro da Educação, Abraham Weintraub, quando convocado a falar na Câmara de Deputados, em dezembro de 2019, declarou³ que estava acontecendo “a maior revolução na área de ensino” e que “o símbolo máximo é que sai o kit gay, e entra (*sic*) livros para as crianças lerem com os pais”.

Como é de conhecimento público, o kit gay nunca existiu, mas foi a forma que a extrema-direita chamou uma cartilha que seria distribuída nas escolas com o título de “Escola sem Homofobia”. A associação deste material à pornografia e a invenção da existência de uma prosaica mamadeira infantil, com o bico em forma de pênis, foram mantra nas redes sociais durante a campanha presidencial de 2018. A extrema-direita associava ambas ao candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad.

O então ministro da Educação (sucessor de Weintraub), o pastor presbiteriano Milton Ribeiro, em uma de suas pregações, afirmou: “Depois daquilo

³ Cf.: <https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-repete-que-ha-plantacoes-de-maconhas-universidades/>.

que chamam de revolução sexual dos anos 1960, com a chegada da pílula e de uma liberdade maior nessa área sexual, o mundo perdeu a referência do que é certo e do que é errado em termos de conduta sexual”⁴.

Já o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, manifestou-se sobre a condição da mulher, defendendo o patriarcado, em termos muito parecidos aos do pastor Ribeiro: “Todas essas bandeiras se conjugam sob o conceito do antinatalismo. A esquerda se define, hoje, como a corrente política que quer fazer tudo para que as pessoas não nasçam. Aborto, criminalização do desejo do homem pela mulher, contestação do ‘patriarcado’ e da diferenciação entre os sexos, desmerecimento da reprodução, sexualização das crianças e dessexualização ou androginização dos adultos, demonização de qualquer defesa da família ou do direito à vida do feto como ‘fundamentalismo religioso’, desvalorização da capacidade gestativa da mulher, tudo isso aponta num único sentido: não nascer”⁵.

Este conjunto de manifestações oficiais não foram feitas por acaso, nem servem, apenas, como exemplo do pouco preparo intelectual dos membros do governo. Há uma racionalidade muito concreta nos ataques às manifestações culturais, à ciência, às humanidades, às artes e aos movimentos feminista e LGBTIA+. Não há nenhum acaso ou descontrole emocional nas manifestações. Deve-se prestar atenção à tentativa de concretização, no Brasil, de um projeto capitalista neoliberal, que não se realiza mantendo uma democracia razoavelmente estável, que garanta a liberdade de expressão em todas as suas gamas. Há a necessidade de ser conservador nos costumes e isto quer dizer censurar todas as manifestações políticas e culturais que ameacem o poder patriarcal, racista e homofóbico.

Os experimentos democráticos, pelos quais o Brasil passou, nunca foram suficientemente fortes para colocar em xeque a estrutura desigual que embasa as relações de poder no país. Mesmo durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), quando houve uma sensível melhora nas condições das camadas mais pobres da população, não houve uma significativa diminuição

⁴ Cf.: <https://revistaforum.com.br/politica/video-novo-ministro-da-educacao-relacionava-sexo-sem-limites-com-o-que-e-ensinado-nas-universidades>.

⁵ Cf.: <https://exame.com/brasil/as-opinioes-polemicas-do-novo-chanceler-sobre-raca-fake-news-e-8-temas/>.

da desigualdade social. Se a democracia brasileira atingiu, em alguns momentos, níveis de liberdade razoáveis, foi sempre limitada pela desigualdade. Mas, por outro lado, é a liberdade de organização de movimentos sociais e partidos políticos, de opinião, de manifestação artística, de cátedra, que permitiram, nas últimas décadas no Brasil, que as lutas por igualdade, por mais democracia e por mais direitos se avolumassem. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) conseguiu uma popularidade nacional; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se transformou, além de um movimento de luta, no grande produtor de alimentação de orgânicos no país; o movimento negro, em suas várias manifestações, foi fundamental para as políticas de cotas que se estenderam, a partir deles, inclusive a outros grupos, assim como, também, foram fortes na luta pelo cumprimento das leis que criminalizam o racismo. A população LGBTIA+ obteve vitórias importantes em relação ao direito ao casamento e ao direito, por parte da comunidade trans, da mudança no registro civil.

Todas essas questões refletem, também, um novo vigor cultural, em que o cinema explode com filmes como *Bacurau*. As artes visuais se expressam nas ruas, por intermédio de artistas que, vindos da periferia, se tornam ícones do grafitismo. As elites não podem mais criminalizar a seu bel prazer a música negra, a música rap, vinda das quebradas com uma poesia inovadora e socialmente desafiadora. Cantoras e cantores trans tornam-se sucesso. Mulheres negras escrevem literatura, são filósofas, são cantoras que gritam sua negritude.

Esse fenômeno complexo e múltiplo só tem espaço em uma democracia, e cada uma das manifestações luta por mais reconhecimento, por mais participação, por um espaço mais igualitário. Esse movimento vem na contramão do capitalismo neoliberal e sua necessidade de excluir e calar lutas libertárias para se reproduzir. Este tem sido o grande confronto.

Se examinarmos o Brasil de 2020, teremos de reconhecer que, pelo menos momentaneamente, este confronto foi perdido pelos que queriam mais democracia e igualdade. O que é mais grave, foi perdido através de uma eleição que elegeu um presidente de extrema-direita, com 56 milhões de votos. E a pergunta que não quer calar é: por que uma grande quantidade de brasileiros abriu mão de lutar por melhores condições de vida para votar em um projeto que tem como fim último o aumento da desigualdade?

O neoliberalismo necessita desconstruir o cidadão de direito, o cidadão político, aquele que acredita na solução coletiva para seus problemas. Wendy Brown qualifica muito bem este novo ator necessário para a acumulação capitalista, chamando-o de *homo economicus* e conclui que “então um importante efeito do neoliberalismo é a derrota do já anêmico *homo politicus* na democracia liberal, a derrota com enormes consequências para as instituições democráticas, culturais e imaginárias” (BROWN, 2015).

Brown mostra como este *homo economicus* torna-se um vetor do mercado, em que derrotas e possíveis vitórias devem ser entendidas sempre em termos de suas capacidades individuais e isto vale para todos os aspectos da vida. Daí o esforço, muito bem-sucedido no Brasil, de destruir a esfera política como uma arena de disputa de interesses e resolução de conflitos. De transformá-la em um obscuro local onde o construído “cidadão de bem”, uma forma brasileira de falar do *homo economicus*, deve se manter longe. Onde o coletivo, a ideia de pertencimento a um movimento ou partido, perde sentido e ganha força a ideia do investidor individual, da teologia da prosperidade, onde fracasso ou sucesso passa a ser efeito da capacidade de resiliência pessoal.

Mas a história do Brasil, a história do planeta, não terminam aí. Estamos, no momento, vivendo o pior dos mundos, uma fase crítica do capitalismo, que tenta cimentar todas as frestas por onde a luta democrática acontece, somada a uma crise sanitária que deixou tímidas as audaciosas distopias, tão em moda na literatura do século XXI.

Tais questões fazem com que tenhamos muito mais perguntas do que respostas. Talvez a primeira delas seja se o projeto neoliberal excludente, injusto e antidemocrático se sustenta em um mundo pós-pandemia? Segundo, e em consequência, o capitalismo tal como conhecemos hoje tem força para se reinventar? Se sim, em que termos? Mantendo largas parcelas da população na condição de excluídos e aumentando ainda mais a concentração de renda? Poderá fazer isto mantendo, minimamente, um regime democrático?

Minha aposta, mais do que hipótese, é que há duas saídas possíveis. A primeira é a do fechamento político, no qual excluídos serão incluídos como párias, até algumas vezes recompensados, em uma ordem neofascista, militarizada, com a consequente criminalização dos movimentos sociais, das artes, da cultura, das humanidades, que serão condenadas ao silêncio, senão ao cárcere.

A segunda, é a rearticulação das forças progressistas em um novo pacto que reúna forças políticas, movimentos sociais, movimentos culturais, em um esforço de radicalização da democracia, defendendo um projeto pós-capitalista.

Referências

- ADORNO, Sergio. Direitos Humanos, in: OLIVEN, G. e RIDENTI, M, e BRANDÃO, G. *S Constituição de 1988*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Editora Saraiva, 1988.
- BROWN, Wendy. *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- CALEIRO, João Pedro. As opiniões polêmicas do novo chanceler sobre raça, fake news e 8 temas. *Revista Exame*, São Paulo, 14 de novembro de 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/as-opinioes-polemicas-do-novo-chanceler-sobre-raca-fake-news-e-8-temas/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- DAMASCENO, Vitória. Weintraub repete acusações contra universidades com base em reportagens. *Revista Exame*, São Paulo, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-repete-que-ha-plantacoes-de-maconha-nas-universidades/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- LA IDEOLOGIA de Género. Sus Peligros y Alcances. Aciprensa, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.aciprensa.com/controversias/genero.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- PROPOSTAS aprovadas no primeiro congresso nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015. Movimento Brasil Livre, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- ROCHA, Lucas. Novo ministro da Educação relacionava “sexo sem limites” com o que é “ensinado nas universidades”. *Revista Fórum*, [s.l.], 10 de julho de 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/video-novo-ministro-da-educacao-relacionava-sexo-sem-limites-com-o-que-e-ensinado-nas-universidades>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Política, cultura e comunidades LGBTQI+

Leandro Colling

O que nós, dos estudos e movimentos feministas e LGBTQI+¹, temos a dizer sobre a atual crise e conjuntura brasileiras? Quais as saídas que pensamos para a reconstrução da democracia? Quais são os caminhos para um Brasil democrático e plural no século XXI? Essas são questões importantes, necessárias e difíceis de responder. Mas precisamos enfrentá-las, ainda que parcialmente. Sem a pretensão de dar conta de todos os aspectos que as rondam, penso que elas colaboram para a interpretação das dramáticas circunstâncias político-culturais pelas quais vivemos nos últimos anos no Brasil.

Penso que os movimentos sociais, em especial os feministas e LGBTQI+, têm muito a dizer sobre a atual crise política pela qual passa o Brasil. Há pelo menos dez anos estamos escrevendo e protestando contra a nova onda do avanço do fundamentalismo e do conservadorismo no país. Na minha leitura, isso nos parecia mais nítido porque esses setores voltaram a nos eleger, na virada da década de 2010, como inimigos número um. Como isso aconteceu e por quê?

Começemos por algumas das razões: o aumento significativo da visibilidade das temáticas feministas e LGBTQI+ nos meios de comunicação de

¹ Sigla que corresponde a pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo, queer. O + corresponde a outras formas de identificação.

massa e nas chamadas novas mídias e redes sociais, a proliferação de paradas de orgulho LGBTIQ+ em todo o país, a emergência de centenas de coletivos, grupos de pesquisa e publicações sobre essas temáticas dentro e fora das universidades, junto com o desenvolvimento de algumas políticas públicas para o respeito à diversidade sexual e de gênero. Além disso, no dia 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu as uniões entre pessoas no mesmo sexo e depois, em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução 175, que garantiu aos homossexuais o direito de se casarem no civil.

Tudo isso não iria acontecer sem reação dos conservadores e fundamentalistas. E eles passaram a se (re)articular em âmbito nacional, com apoio de organizações estrangeiras, como veremos a seguir, para ocupar espaços e tentar destruir essas poucas conquistas. E a resposta veio rápida, pois em 25 de maio do mesmo ano, 20 dias após a histórica vitória do movimento LGBTIQ+ no STF, os fundamentalistas pressionaram a então presidenta Dilma Rousseff (PT) e ela suspendeu o maior programa de combate a homofobia que um governo federal já criou no país: o Programa Escola sem Homofobia². Christina Vital e Paulo Victor Leite Lopes (2013) analisaram a atuação de parlamentares evangélicos no combate ao projeto Escola sem Homofobia e defendem que a Frente Parlamentar Evangélica se articulou contra o material do Ministério da Educação seis dias após a decisão histórica do STF.

Sabemos que nunca fomos queridos(as) e acolhidos(as) por esses grupos conservadores e fundamentalistas religiosos. Pelo contrário, a perseguição é longa e histórica, mas ocorreu uma rearticulação desses setores no final da década passada. Por exemplo: os evangélicos, em certo período, escolheram os católicos como inimigos. O chute na santa, em 1995³, repercutiu muito mal e novos alvos, pretensamente mais frágeis, foram escolhidos: em especial pessoas LGBTIQ+, feministas e praticantes de religiões de matriz africana. Ou seja,

² Disponível em: <https://www.geledes.org.br/presidente-dilma-derruba-o-kit-gay-do-mec/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

³ Em 1995, o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Sérgio Von Helder, chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecia na TV, em pleno feriado em comemoração à Padroeira do Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VpPwWEsk0OY>. Acesso em: 04 ago. 2020.

a escolha recaiu para pautas de ordem moral, em especial aquelas que tratam de questões de gênero e sexualidade, direitos das mulheres, como o aborto. Desse modo, os neopentecostais acabaram por se aliar com os setores mais conservadores da própria Igreja Católica. Hoje, vários bispos e políticos católicos pensam e agem em sintonia com evangélicos nesses e em outros temas. No dia 14 de setembro de 2014, por exemplo, em artigo publicado em sua coluna dominical no jornal *A Tarde*, de Salvador, Dom Murilo Krieger, então arcebispo primaz do Brasil, escreveu um texto no qual tentou desautorizar o que chamou de “teoria do gênero”⁴.

Outro momento marcante dessa tendência foi o dia em que o pastor Marco Feliciano (PSC, seu partido à época) foi escolhido para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Isso ocorreu dia 7 de março de 2013. Mas a cruzada do parlamentar contra homossexuais já estava explícita antes disso. Ele chegou a publicar o seguinte em sua rede social: “a podridão dos sentimentos dos homoafetivos leva ao ódio, ao crime e à rejeição”.⁵ Nesses dois momentos, com Feliciano como presidente da Comissão e a suspensão do Escola sem Homofobia, o movimento LGBTQI+ organizou protestos em várias cidades do país. O que estava em jogo não era apenas uma controvérsia em torno de uma política pública, mas um atentado ao Estado laico, base de qualquer democracia. Enfim, não fomos ouvidos e isso gerou o caldo necessário para que os ataques contra as pautas feministas e LGBTQI+ só aumentasse e, anos depois, até se transformasse em um dos principais assuntos da campanha presidencial que levou Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto.

E como aconteceu essa articulação nacional entre os conservadores e fundamentalistas religiosos? Obviamente isso foi possível através de vários caminhos, mas vou destacar apenas dois. Ambos têm a ver com a produção de um discurso homogêneo em torno do combate às questões de gênero e sexualidade. Nesse sentido, o lançamento do livro *A estratégia, o plano dos homossexuais para transformar a sociedade*, do reverendo Louis P. Sheldon, publicado no Brasil em 2012 pela Editora Central Gospel, cumpriu um papel importante. A primeira edição desse livro, em inglês, foi lançada em 2005.

⁴ Para ler minha crítica ao texto de Dom Murilo, ver Colling (2017a).

⁵ Disponível em: encurtador.com.br/eqyKZ Acesso em: 04 ago. 2020.

O livro tem servido para fomentar o ódio, a discriminação, a intolerância para com qualquer pessoa que não viva dentro de um conjunto bem rígido de normas ligadas com gênero e sexualidade. Na obra, Sheldon tem o explícito objetivo de convocar os religiosos do mundo para lutar contra os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ou qualquer outra pessoa que não viva dentro de um modelo muito restrito de heterossexualidade, que pressupõe, por exemplo, o sexo apenas depois do casamento. Para tentar atingir o seu objetivo, recorre a algumas controversas ideias religiosas, distorce uma série de dados e, principalmente, ignora evidências históricas amplamente estudadas e conhecidas pela sociedade. Tudo isso é feito para atingir o seu grande objetivo:

não são apenas os terroristas estrangeiros que devemos temer hoje. Os radicais mais perigosos que ameaçam nosso estilo de vida são aqueles que vivem entre nós [...] e você pode ter certeza de que eles nos destruirão se não tomarmos medidas para derrotar o movimento radical deles agora. (SHELDON, 2012, p. 6).

Sheldon defende que a homossexualidade volte a ser considerada uma doença, revela que ele próprio já realizou “terapias recuperadoras” em sua igreja nos Estados Unidos. Para o reverendo, as pessoas LGBTIQ+ são um risco à sociedade porque desejam “destruir a família”. Para provocar o ódio para com os gays, defende que os homossexuais disseminam o que ele chama de uma “cultura de morte” ou “estilo de morte” e não “estilo de vida”. Para ele, as doenças sexualmente transmissíveis, a depressão e até o número de suicídios de jovens homossexuais comprovariam a sua “tese”. Para isso, ele usa de uma série de dados estatísticos que informam que o vírus HIV e os suicídios atingem mais os gays do que os heterossexuais, em especial os monogâmicos. Para Sheldon, os homossexuais é que são culpados por serem vítimas do HIV e por cometerem suicídios.

Outra ideia recorrente no livro ataca toda e qualquer ação nas escolas e universidades que vise o respeito à diversidade sexual e de gênero. Sheldon diz que essas ações teriam o objetivo de ensinar os estudantes a serem homossexuais e de promover a homossexualidade. Diz que as universidades “estão tomadas por uma epidemia da diversidade” (SHELDON, 2012, p. 176).

Em vários trechos, Sheldon também ataca e conclama as pessoas a se unir contra o Estado laico. Na página 89, defende explicitamente um Estado com

religião. Diz que “a separação entre Igreja e Estado é uma mentira”, mas defende que o Estado não interfira na religião e que os professores deveriam ter liberdade de ensinar religião aos seus estudantes. Além de atacar todas as pessoas que vivem em famílias diferentes da nuclear burguesa, vincula a decadência da sociedade com as conquistas das mulheres (p. 39), ataca os adeptos do “amor livre” (p. 69) e, ao tratar de promiscuidade, diz que as jovens usam roupas muito curtas e estimulam os homens (p. 190). Por fim, ainda critica duramente os negros “de esquerda” (p. 224) que defendem os direitos de pessoas LGBTQI+.

Por causa dessas características, escrevi o texto *Desconstruindo as ideias do livro de cabeceira dos fundamentalistas religiosos*⁶, mas talvez o mais apropriado seria modificar o título para: *A verdadeira Bíblia dos fundamentalistas*. Se analisarmos o que aconteceu com mais intensidade a partir de 2011, em relação a questões LGBTQI+ e feministas, verificaremos que, no mínimo, existe uma total aderência entre as ideias e propostas do reverendo Sheldon e as ações dos fundamentalistas religiosos do Brasil nesses últimos anos.

O livro do reverendo Sheldon e a cruzada dos fundamentalistas evangélicos contra pautas LGBTQI+ e das mulheres se casam perfeitamente com outro livro que também ajudou a produzir um discurso homogêneo entre os opositores das questões de gênero e sexualidade, desta vez produzido por pessoas ligadas à Igreja Católica. Trata-se do livro do advogado Jorge Scala, *La ideología del género. O el género como herramienta de poder*, lançado na Argentina em 2010 e, no ano seguinte, traduzido e publicado no Brasil⁷. Mas não é nesse texto que aparece pela primeira vez a expressão “ideologia de gênero”. Segundo o pesquisador Rogério Junqueira, as reflexões católicas que acabaram

⁶ O texto foi publicado, em versão revisada, em Colling, 2017b.

⁷ No Brasil, o livro foi lançado com um prefácio do jurista Ives Gandra da Silva Martins, o mesmo que escreveu um texto em que defende que o “cidadão comum e branco é agressivamente discriminado pelas autoridades governamentais constituídas e pela legislação infraconstitucional, a favor de outros cidadãos, desde que eles sejam índios, afrodescendentes, sem-terra, homossexuais ou se autodeclarem pertencentes a minorias submetidas a possíveis preconceitos”. Mais uma vez, fica evidente que raramente o preconceito contra uma determinada identidade subalterna aparece isolada. Texto inicialmente foi publicado no portal do jornal *O Povo*, mas foi retirado e agora pode ser lido aqui: encurtador.com.br/rxBGT. Acesso em: 04 ago. 2020.

por gerar essa categoria são anteriores e remontam os papados de João Paulo II (Karol Wojtyła) e Bento XVI (Joseph Ratzinger).

“Ideologia de gênero” é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000. Trata-se de um sintagma urdido no âmbito da formulação de uma retórica reacionária antifeminista, sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła. A matriz dessa retórica é católica – mais precisamente, neofundamentalista católica, contrária inclusive a disposições do Concílio Vaticano II.

Lembremos que, ao longo do pontificado do papa polaco, houve uma importante mudança no registro discursivo da Igreja sobre a ordem sexual. A “Teologia do Corpo”, apresentada por ele com a colaboração de Joseph Ratzinger e reafirmada por seus sucessores, postula que as disposições da mulher (como o amor materno, por exemplo) são naturais e próprias dela e que derivam da sua anatomia e da sua psicologia “particular”. A mulher deixou aí de ser representada como meramente subordinada ao homem para tornar-se sua complementar. Ora, isso não implicava um arrefecimento na doutrina. Pelo contrário. (LOWENKRON & MORA, 2017, s/p).

No entanto, explica Junqueira, em abril de 1998 a expressão “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez em um documento eclesiástico católico. Segundo o pesquisador, isso ocorreu em uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, produzida pelo ultraconservador monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, marianista, Bispo Auxiliar de Lima.

Esse documento, que se tornou uma referência na construção do discurso antigênero vaticano, é baseado em um artigo de O’Leary, figura importantíssima nesse inteiro processo. Ligada à Opus Dei e representante do *lobby* católico Family Research Council e da National Association for Research & Therapy of Homosexuality (que promove terapias reparadoras da homossexualidade), ela mantinha relações diretas com a Santa Sé, inclusive com Ratzinger. Seu livro *The Gender Agenda*, de 1997, traduzido em várias de línguas, tornou-se uma das bíblias do movimento antigênero. (LOWENKRON & MORA, 2017, s/p).

Os ataques dos fundamentalistas, voltados para a tal “ideologia de gênero”, também têm elegido como prioridade os estudos *queer*. Sabemos que os estudos *queer* são bastante diversos entre si, mas alguns aspectos os unem: as críticas às normas de gênero e sexualidade e explicações sobre como elas foram construídas e naturalizadas ao longo do tempo; as evidências de como as múltiplas identidades de gênero e orientações sexuais existem, resistem e se proliferam, por não serem entidades estáveis e autênticas; as críticas às perspectivas despatologizantes em relação a essas identificações e às compreensões e saberes que tentam explicar as sexualidades e os gêneros a partir de perspectivas genéticas, biologizantes e morais; a rejeição às ideias de normalização e a problematização das categorias que estão em zona de conforto, como a heterossexualidade e a cisgeneridade, por exemplo, que se constituem não apenas como uma expressão da sexualidade e do gênero, mas como normas políticas que todos(as) deveriam seguir dentro de um modelo bastante rígido; e as críticas em relação à clássica separação entre os estudos da sexualidade e os estudos de gênero⁸. Em 2017, Judith Butler, uma das mais conhecidas expoentes desses estudos, foi atacada em São Paulo⁹. Várias outras pesquisadoras brasileiras, que estudam gênero e sexualidade, também sofreram perseguições e até ameaças de morte¹⁰.

Enfim, o crescimento do fundamentalismo religioso e seus ataques às pautas feministas e LGBTQI+ ajudaram a eleger Bolsonaro, que nos primeiros meses do seu governo acabou com algumas ações que ainda existiam no governo federal em prol do combate ao machismo e à LGBTfobia. Em abril de 2019, o Conselho Nacional LGBT, por exemplo, foi extinto, juntamente com vários outros conselhos¹¹. As pautas morais agora ganham *status* explícito nos ministérios e seus representantes, o que fica bem simbolizado na frase “meninos vestem azul e as meninas vestem rosa” da ministra da

⁸ Para saber mais sobre os estudos *queer*, ler Colling (2015). Para compreender a categoria cisgeneridade, ler Vergueiro (2015).

⁹ Para ler o que Butler escreveu sobre o ocorrido, acesse encurtador.com.br/uABT1. Acesso em: 04 ago. 2020.

¹⁰ Ler, por exemplo, as seguintes notícias: encurtador.com.br/cwEM3 e encurtador.com.br/qHJLN. Acesso em: 04 de ago. 2020.

¹¹ Fonte: encurtador.com.br/uxQZ9. Acesso em 02 de ago. 2020.

Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves¹². Inclusive nossa premiada e bem-sucedida política de combate ao HIV-Aids sofreu cortes e já sente impactos negativos¹³, em especial no aumento do número de pessoas infectadas.

E o que fazer para reverter esse quadro que, repito, não atinge somente determinadas “minorias”, mas que se constitui e reverbera em um constante ataque à democracia? Longe de propor um manual, vou elencar apenas um aspecto que, a meu ver, já está sendo pensado e executado por uma série de pessoas e coletivos. Parece cada dia mais nítido que o enfrentamento precisa ocorrer de forma interseccional. É preciso aplicar, de forma radical, o conhecimento em torno da interseccionalidade, produzido inicialmente por expoentes do feminismo negro (AKOTIRENE, 2018). E isso pressupõe uma reinvenção das pautas e políticas rigidamente identitárias que foram importantes para as conquistas dos movimentos feministas, LGBTIQ+ e negros(as), apenas para citar três deles.

Esses três grandes grupos são alvos preferenciais dessa nova onda conservadora e fundamentalista que se apresenta no Brasil e em vários outros países. E, por isso, é preciso uma fina articulação entre esses movimentos. Esse esforço já está acontecendo e um dos maiores exemplos de sua força foram os atos em torno do *Ele não*, durante as últimas eleições presidenciais. As ruas foram tomadas por pessoas desses e outros movimentos, que construíram as manifestações de um modo visivelmente interseccional, com o uso de outras atrizes e atores, linguagens, estratégias de comunicação e alianças que diferem muito dos modos mais tradicionais de se fazer política. Ou seja, não se trata de um projeto para o futuro, mas de aprender com o que já fizemos em nossa história recente. Essas pessoas e movimentos organizados da sociedade civil estão constantemente informando à sociedade que não estamos em um período regular de nossa frágil e recente democracia. E nos ensinam que tratar de temas do feminismo, da diversidade étnica, religiosa, sexual e de gênero não se resume a reivindicar direitos específicos para essas pessoas. O que está em jogo é recuperar e consolidar a democracia brasileira.

¹² Ler encurtador.com.br/lozP6. Acesso em: 02 ago. 2020.

¹³ Ler encurtador.com.br/bdrH5. Acesso em: 02 ago. 2020.

No campo das artes, também assistimos, nos últimos 10-15 anos, a emergência de uma “cena artista das dissidências sexuais e de gênero” que, na minha leitura, se configura como um grande *levante* de resistência contra essa onda conservadora e fundamentalista. Ou seja, não foi por acaso que os conservadores e fundamentalistas também elegeram os(as) artistas como inimigos(as) a serem perseguidos, como vimos desde a exposição *Queermuseum*¹⁴, que teve sua exibição censurada em Porto Alegre, em 2017.

O levante seria, então, o gesto pelo qual os sujeitos desprovidos de poder manifestam – fazem surgir ou ressurgir – em si mesmos algo como uma *potência* fundamental. [...] Levantes são, portanto, potências de ou na ausência de poder. São potências nativas, potências nascentes, sem garantias de seu próprio fim e, por isso mesmo, sem garantias de poder (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 311).

Quem procurar o perfil das pessoas e coletivos dessa cena¹⁵ irá perceber o protagonismo das pessoas trans ou pessoas que rompem, em algum grau, as normas binárias de gênero. Trata-se de um reflexo da emergência dessas diversas identidades no Brasil dos últimos anos. Além disso, a *fechação*, a não adequação às normas – corporais e comportamentais – de meninos afeminados, mulheres lésbicas masculinizadas e outras várias expressões identitárias flexíveis provocaram a abertura do fluxo antes mais rigidamente identitário. Essa proliferação de várias identidades gerou uma série de consequências, sobre o campo da diversidade sexual e de gênero no Brasil, que ainda precisam ser pesquisadas. Apenas cito aqui uma delas, analisada com mais cuidado em outro texto (COLLING, 2018): a compreensão de que as transexualidades e as travestilidades não são variações das homossexualidades, mas variações das identidades de gênero. Essa grande mudança ocorreu, a rigor, nos últimos dez anos no Brasil e em vários outros países. Antes disso, as próprias pessoas trans se autoidentificavam, muitas vezes, como homossexuais, gays ou lésbicas. Hoje, temos muitas pessoas trans que se identificam como homens ou mulheres trans heterossexuais, homossexuais, bissexuais, pansexuais e um longo *etc cetera*.

¹⁴ Para uma crítica à exposição, ler Sant’Ana (2017).

¹⁵ Ver um catálogo, ainda em construção, em <http://politicasdocus.com/artivismos/>. Acesso em 05 ago. 2020.

Curiosamente (ou não), são exatamente essas pessoas trans ou não binárias, *fechativas*, *lacradoras*¹⁶, sapatonas masculinizadas, bichas afeminadas que formam a maioria das artistas da cena das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade. E muitas dessas pessoas são negras e/ou produzem suas obras artísticas dentro de uma perspectiva interseccional (AKOTIRENE, 2018) entre questões da sexualidade, gênero e raça. Isso não é um mero detalhe; é central para qualquer análise dessa cena no Brasil.

Que possamos nos inspirar e fortalecer com essas experiências políticas e artísticas. Como disse Foucault (2010, p. 105), “não imagine que precise ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável”. Ou como diz a canção de Lazzo Matumbi e Jorge Portugal, esse último morto no dia em que encerro este texto, 3 de agosto de 2020: “Apesar de tanto não/ Tanta dor que nos invade, somos nós a alegria da cidade”.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- COLLING, Leandro. A emergência e algumas características da cena artista das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade. In: COLLING, Leandro (org.), *Artivismos das dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2019, p.11-40.
- _____. Desconstruindo as ideias do livro de cabeceira dos fundamentalistas religiosos. In: COLLING, Leandro e NOGUEIRA, Gilmaro. *Crônicas do CUS: cultura, sexo e gênero*. Salvador: Devires, 2017b, p.170-178.
- _____. Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil. In: QUILHALHA, Renan *et al.* (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p.515-531.
- _____. Quem tem “ideologia de gênero”? In: COLLING, Leandro e NOGUEIRA, Gilmaro. *Crônicas do CUS: cultura, sexo e gênero*. Salvador: Devires, 2017a, p.179-182.

¹⁶ “Lacração” e “fechação” são dois termos que determinadas pessoas brasileiras, artistas ou não, usam para se referir às suas performatividades de gênero que questionam o binarismo de gênero. Na maioria dos casos, trata-se de pessoas afeminadas, trans ou não binárias e outras formas de identificação, como viados, bixas ou bixas travestis que fazem questão de utilizar adereços, roupas e gestualidades tidas como do universo feminino. No Brasil, a geração lacre tem muito contato com as questões raciais e com a geração tombamento, que se conecta com lutas do empoderamento das pessoas negras. Ver: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/lacrao-empoderamento-e-luta-conheca-a-geracao-tombamento/>. Acesso em 05 ago. 2020.

- _____. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Levantes*. São Paulo: Ed. Sesc SP, 2017.
- FOUCAULT, Michel. Prefácio (Anti-Édipo: introdução à vida não-facista). In: MOTTA, Manoel Barros de (org). *Repensar a Política / Ditos e Escritos VI*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.103-106.
- LOWENKRON, Lara e MORA, Claudia. *A gênese de uma categoria. Entrevista com Rogério Junqueira*. Publicada em 20/12/2017, disponível em <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704> - Acesso em: 25 jul. 2020.
- SANT'ANA, Tiago dos Santos de. "Queermuseu": a apropriação que acabou em censura. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 18 set. 2017. Disponível em <https://diplomatique.org.br/queermuseu-a-apropriacao-que-acabou-em-censura/>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- SCALA, Jorge. *Ideologia de gênero e o neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Artpress Indústria Gráfica e Editora Ltda, 2011.
- SHELDON, Louis P. *A estratégia: O plano dos homossexuais para transformar a sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel Ltda, 2012.
- VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- VITAL, Christina e LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/ISER, 2013. Disponível em https://br.boell.org/sites/default/files/publicacao_religiao_e_politica_chris_vital_e_paulo_victor_14mar_webfinal.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020

Povos indígenas no Brasil: quatro perguntas e um pesadelo

Márcio Meira

Vidas indígenas importam?¹

No contexto em que ocorre o crucial debate sobre a importância das vidas negras, decorrentes das agressões e mortes contra vários segmentos dessa população em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, faz sentido afirmar que vidas indígenas também importam. Os ataques aos povos indígenas e seus direitos decorrem do mesmo racismo estrutural que marca profundamente a sociedade brasileira. Nesse sentido, as discussões acerca das ameaças a essas vidas dizem muito sobre o que é o Brasil de hoje e qual o Brasil que queremos construir amanhã. Mas vou começar este texto falando do ontem, o que me leva à segunda pergunta.

Quem sobreviveu à tragédia colonial?

A história dos indígenas no território que hoje é o Brasil remonta, pelas pesquisas arqueológicas, há pelo menos 12 mil anos antes do presente. Eles chegaram até aqui depois de um percurso muito mais antigo, de longa duração,

¹ Este artigo é uma versão adaptada da conferência proferida na 72ª Reunião Anual da SBPC, realizada em setembro de 2020.

desde o Nordeste da Ásia, vindos pelo estreito de Bering e o atual Alasca. Ao chegar às terras baixas da América do Sul, há milhares de anos atrás, desenvolveram formas próprias de viver e morrer.

Construíram e interpretaram seus diferentes mundos sem separar o que nós chamamos de “natureza” e “cultura”, estabelecendo uma relação interativa e dinâmica com as florestas, os animais e outros seres, humanos e não humanos. Dessa vivência, resultaram formas originais e variadas de línguas, expressões artísticas, xamanísticas, mitológicas e cosmológicas, cuja imensa e rica diversidade é a marca indelével desses povos.

É o que nós, de matriz cultural europeia, chamamos de culturas, ou civilizações.

Segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2012), há no país 305 povos indígenas diferentes, somando 896.917 pessoas, o que corresponde aproximadamente a 0,5% da população total. Foi importante o aumento da proporção de indígenas urbanizados, que somavam em 2010 cerca de 36%, os demais vivendo nas zonas rurais. A população total certamente já ultrapassou a marca de um milhão de indivíduos em 2020, o que somente será revelado pelo Censo de 2021.

Há também vários casos de um mesmo povo indígena que vive em ambos os lados das fronteiras do Brasil com países vizinhos, como é o caso, por exemplo, dos Macuxi (Guyana), Ticuna (Peru e Colômbia), Yanomami (Venezuela), e Guaraní (Argentina e Paraguai). Acompanhando uma distribuição espacial caracterizada pela dispersão e pelo isolamento, a diversidade linguística é elevada, totalizando 274 línguas identificadas e faladas, muitas delas ameaçadas de extinção.

Trata-se tal diversidade de um legado de imensa importância para a formação cultural dos diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira. Além dos povos originários da América, há os cidadãos de origem africana, europeia e asiática.

Na década de 1990, quando o IBGE passou a incluir os nativos no censo demográfico nacional, o contingente de brasileiros que se autodeclarava indígena cresceu 150%. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. Houve um acréscimo anual de 10,8% da população, a maior taxa dentre todas as categorias, quando a média total de ampliação foi de 1,6%.

Esse aumento demográfico não se deu apenas pelo crescimento vegetativo, mas, segundo a própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por uma possível ampliação no número de pessoas que se reconheceram como indígenas, principalmente nas áreas urbanas do país.

Um fato relevante é que dos cinco povos com maior população do país, três deles vivem fora da Amazônia Legal: os Guarani Kaiowá; os Terena, ambos no Mato Grosso do Sul; e os Kaingang, nos três estados da região Sul. Está equivocado, portanto, quem acha que só há indígenas na Amazônia: eles estão em todos os estados da federação.

Hoje, é consenso que esse *boom* demográfico dos últimos 30 anos decorreu principalmente da segurança resultante das demarcações dos territórios, na sua maioria reconhecidos pelo Estado depois de 1988. Atualmente, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), os povos indígenas localizam-se em 724 Terras Indígenas com algum reconhecimento oficial, que representam cerca de 13% do território nacional. Mais de 90% dessas terras localizam-se em estados da Amazônia Legal.²

Muita gente no Brasil contemporâneo tem suas raízes genéticas em ancestrais indígenas, principalmente mães e avós, e herdamos muitos valores e práticas das culturas ancestrais desses povos, que são compartilhados por toda a nação. É o caso, por exemplo, do consumo nacional de mandioca e seus derivados, e do uso da rede de dormir, ambas contribuições nativas originais.

Graças às etnociências, à antropologia e à arqueologia, hoje temos amplo conhecimento das imensas áreas de florestas estruturadas e conservadas através de antigos manejos agroflorestais sofisticados e complexos. Além da mandioca, plantas como o açaí, o cupuaçu, a pupunha, o cacau e outras dezenas de espécies úteis foram domesticadas pelos nativos nos últimos 10 mil anos.

A partir da chegada dos europeus nas costas desse território hoje chamado Brasil, em 1500, ocorre a tentativa de implementação lenta e gradual de um projeto colonial predatório. Trata-se de um projeto de longo termo, permanente e marcadamente violento, que busca a usurpação das vidas e dos territórios originariamente ocupados pelas sociedades autóctones.

Esse projeto promoveu um morticínio jamais visto.

² Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Um genocídio com causas e consequências variadas.

A baixa imunidade dos nativos às frequentes epidemias de gripe, varíola e sarampo, devastaram incontáveis aldeias e vilas por toda a América portuguesa, nos primeiros séculos. Para citar um desses casos: um surto de varíola e sarampo vindo de Portugal para Belém em meados do século XVIII matou 20% da população da cidade, na sua maioria indígena. Muitos, porém, sobreviveram às doenças, tornando-se imunes aos vírus exógenos.

Promoveu-se a escravidão indígena, inicialmente no litoral e nos sertões do nordeste, e em seguida na Amazônia, através dos longos caminhos fluviais. Somente na década de 1740, por exemplo, mais de 20 mil indivíduos Werekana, Baniwa, Tukano, Baré e Nadehup foram trazidos do Noroeste Amazônico como escravos para Belém e São Luís. Pesquisas históricas recentes estimam que pelo menos 110 mil indígenas foram escravizados no Grão-Pará entre 1680 e 1750 (WRIGHT, 1991; DIAS, 2019).

Massacres foram perpetrados pela expansão econômica e demográfica das fronteiras coloniais em direção ao interior do Brasil, antes e depois da chamada independência. Como foi o caso da guerra contra os Botocudo, em Minas Gerais, decretada por Dom João VI. Já no final do século XIX, a chegada de imigrantes europeus e asiáticos no sul e sudeste do país, foi marcada por conflitos com os Kaingang, Xokleng e Guarani, assassinados ou expulsos de seus territórios ocupados pelos madeireiros e depois pelo café (CUNHA, 1992).

Na virada do século XIX para o XX, o governo brasileiro decidiu expandir o sistema de comunicações telegráficas nacionais. Foram várias expedições que abriram caminho pelas florestas até o Mato Grosso e entraram em contato com vários povos, até então desconhecidos pelos brancos, como os Nhambiquara e os Paresi. Muitos morreram de gripe ou foram assassinados pelos invasores.

Nos anos 1930, Getúlio Vargas decidiu incentivar o “progresso” e a “ocupação” do Centro-Oeste e da Amazônia. Organizou um plano de migração para o centro do Brasil, onde haveria “muitas terras desocupadas”. Esse movimento ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”. Para operacionalizar esse projeto, que objetivava construir pistas de pouso entre o Rio de Janeiro e Manaus, o governo organizou uma expedição denominada “Roncador-Xingu”, para desbravar os caminhos naquela direção e abrir as bases de expan-

são aeroviária. Foi nesse contexto que ocorreram os primeiros contatos dessa frente com o mosaico de povos do alto Xingu. Os vírus da gripe devastaram a região, e muitos somente sobreviveram graças às vacinas (BOAS, 1994).

A partir de 1964, foi retomada e ampliada pelos governos militares a ideia antiga de abrir caminhos por regiões “desocupadas” do Brasil. Era a ideologia que misturava a defesa da Amazônia de uma suposta “cobiça internacional”, com a projeção delirante de um “Brasil Grande”. Era o velho projeto colonial, com nova roupagem. Foram implantados projetos rodoviários no Centro-Oeste e na Amazônia, cujos maiores exemplos, foram a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul. Esses empreendimentos se confrontaram com vários povos, inclusive muitos ainda não contatados até então.

A transferência compulsória deles pelas frentes de expansão rodoviária disseminou doenças e provocou grande mortandade. As tragédias se davam, por exemplo, com os Panará (na fronteira MT-PA), os Suruí (em RO) e os Waimiri-Atroari (na fronteira AM-RR), e ganharam manchetes na mídia internacional. No final da década de 1960, o processo de desaparecimento de povos no Brasil passou a ser visto como inevitável, caso as brutalidades da ditadura militar continuassem a ocorrer naquele ritmo, sobretudo na Amazônia (DAVIS, 1978).

Segundo o levantamento realizado pela Comissão Nacional da Verdade, inclusive em documentos oficiais como o chamado “Relatório Figueiredo”, mais de 8 mil indígenas foram mortos em consequência de massacres, esbulho de suas terras, remoções forçadas de seus territórios, contágio por doenças infectocontagiosas, prisões, torturas e maus tratos.

Na década de 1970, as projeções demográficas pareciam confirmar aquele pessimismo: os indígenas não ultrapassavam a soma de 200 mil indivíduos. Em 1979, o governo militar ainda quis, por decreto, “emancipar” os indígenas considerados por eles “aculturados”, numa manobra a mais para apagá-los e esbulhar seus territórios tradicionais. Nesses processos coloniais mais recentes, os massacres, as guerras, as epidemias e a escravidão se repetiram. Houve perdas demográficas acentuadas, e muitos povos foram extintos. Esse quadro começou a dar alguns sinais de mudança somente nas duas últimas décadas do século passado, no bojo do processo de redemocratização do país.

Os indígenas e seus mundos vêm se confrontando com o projeto colonial desde o seu início, o que provocou drásticas alterações nos seus modos de vida nos últimos 500 anos. Muitos, porém, resistiram. Uns fugiram para os sertões mais distantes. Os que permaneceram nas vilas coloniais ou regiões próximas, se adaptaram à convivência com os brancos, interferindo sobre aquele projeto, inclusive modificando-o. Todos os sobreviventes, à sua maneira, se reinventaram.

Como surgiu e se moveu o indigenismo estatal brasileiro?

Foi no contexto dos conflitos com indígenas na região sul e das expedições para o interior no final do século XIX, as “Comissões de Linhas Telegráficas”, que emergiu, na primeira república, uma política indigenista federal nova. Destacou-se, nesse período, a figura de Cândido Rondon. Engenheiro militar positivista, ele se destacou como defensor dos indígenas, e opositor das ações de extermínio, praticadas, então, no Brasil. Seu lema, “morrer se preciso for, matar nunca” se tornou legendário. Foram os argumentos de Rondon que finalmente prevaleceram no âmbito do governo, ao se criar o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910.

O SPI pretendia proteger fisicamente os indígenas, mas para transformá-los em trabalhadores nacionais. Para os indigenistas de então, a assimilação dos nativos na “comunhão nacional” seria inevitável, cabendo ao SPI fazê-la de forma “branda” e “pacífica” (SOUSA LIMA, 1995).

Getúlio Vargas, nos anos 1940, criou, também, a Fundação Brasil Central, para administrar sua gigantesca intervenção em territórios no planalto central. Essa Fundação incorporou três jovens de classe média de São Paulo, Cláudio, Orlando e Leonardo Villas Boas, que passaram a liderar a defesa da criação do Parque Indígena do Xingu.

Pela primeira vez no Brasil, em 1961, os parques do Xingu e do Tumucumaque foram criados com o pressuposto de garantir aos indígenas um território, respeitando a continuidade de seus modos de vida tradicionais. O ideário que norteou a criação desses parques era diferente das ações que o SPI vinha realizando. As pequenas terras demarcadas pelo SPI, até então, visavam a redução dos indígenas no entorno dos “postos”, integrá-los à “comunhão” nacional, liberando os territórios tradicionais para os colonos.

Nos anos 1960-1970, porém, desde a fundação de Brasília, ocorreram fortes transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil. O impulso da industrialização, o surgimento de grandes centros urbanos e o aumento vertiginoso da população, com forte crescimento da economia, ficou conhecido como o “milagre brasileiro”. A soma desses fatores sempre causou, historicamente, a expansão territorial, as migrações e a colonização de territórios indígenas.

O SPI funcionou até 1967, quando foi substituído pela FUNAI sob o argumento do governo militar de ter se tornado um órgão corrupto e mal gerenciado. A FUNAI, embora também tenha recebido o espólio da Fundação Brasil Central, abandonou a visão promovida pelos irmãos Villas Boas, que valorizava a demarcação de amplos territórios com a integridade do meio ambiente. Naquele contexto dos “anos de chumbo”, a FUNAI viveu sucessivas crises e foi duramente criticada pela sociedade civil emergente e organizações internacionais de direitos humanos (DAVIS, 1978).

Na verdade, durante o regime militar, a FUNAI manteve a concepção vigente nos últimos anos do SPI: o regime tutelar e integracionista, além da organização militarista centrada em postos e delegacias regionais. Foram intensificadas as frentes de atração e contato de povos isolados, que se davam da mesma forma compulsória do SPI, no rastro da abertura de estradas. As políticas de não contato com povos isolados, atualmente vigentes, só vieram a se estabelecer a partir de 1987, consolidando-se nas últimas décadas como referência internacional.

Para além desses fatos, a redemocratização do país, na década de 1980, veio acompanhada de um refluxo do crescimento econômico nacional, conhecido como a “década perdida”. Foi esse novo contexto de redemocratização e crise econômica que abriu espaço para lideranças indígenas passarem a atuar cada vez mais na arena política e cultural do país, de forma direta e sem intermediários, conquistando espaços importantes, inclusive na Assembleia Constituinte. A fala de Ailton Krenak no plenário do Congresso, pintando seu rosto de preto, foi um símbolo do protesto contra os parlamentares que ameaçavam os direitos indígenas.

Com o fim do regime militar, dois fatos históricos foram relevantes para uma mudança da política indigenista nos anos seguintes. Em primeiro lugar,

a promulgação da Constituição de 1988, que rompe com o regime tutelar e avança na garantia de direitos às terras tradicionais, o que, de certa forma, resgatava o ideário defendido pelos irmãos Villas Boas nos anos 1950. Em segundo lugar, a realização, em 1992, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO 92, que abriu caminho para ações focadas na demarcação de terras indígenas na Amazônia, coordenadas pela FUNAI, e que contaram com o apoio da cooperação internacional, especificamente através do Programa de Proteção das Terras Indígenas na Amazônia Legal (PPTAL), financiado pelo G7.

Nos governos de viés neoliberal de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, a agência indigenista demarcou importantes Terras Indígenas situadas na Amazônia, como as do Vale do Javari (AM), Alto Rio Negro (AM), Médio Rio Negro (AM), Yanomami (RR-AM), Wayãpi (AP). No início do século XXI, a FUNAI continuou contando com apoio financeiro do PPTAL, seguindo na demarcação de terras indígenas na Amazônia. Nesse contexto, muitas demandas por terras indígenas em outras regiões ficaram pendentes, inclusive por falta de recursos humanos e financeiros. Nos governos do PT, o órgão indigenista também protagonizou importantes demarcações, como foi o caso das TIs Trombetas-Mapuera (PA), Munduruku (PA), Zo'ê (PA), Balaio (AM), Apyterewa (PA), e outras fora da Amazônia Legal, como a TI Tupiniquim-Guarani (ES), Panambizinho e Arroyo-Korá (MS), Imbiriba (BA) e Xakriabá-Rancharia (MG).

Na verdade, em sintonia com a Constituição, esta agência conseguiu realizar desde os anos 1990 até 2015 uma obra monumental de demarcações de Terras Indígenas, realizando talvez um outro e melhor “milagre brasileiro”, reservando 13% do território nacional aos povos originários. Isto representa, o que não é pouco, a retirada dessas áreas do mercado privado de terras, preservando, também, vastas regiões de florestas conservadas pelos próprios nativos. A observação das imagens de satélite do chamado “arco do desmatamento” na Amazônia, constata que as Terras Indígenas são as únicas grandes áreas de floresta preservadas.

A FUNAI atravessou os anos 1980 e 1990 ainda imbuída do ideário integracionista e autoritário dos anos 1970. No início dos anos 2000, por falta de concursos, os servidores eram reduzidos e a estrutura logística e física da

fundação definhava drasticamente. Pareciam claras as intenções governamentais de promover uma asfixia da FUNAI, o que não se justificava nem mesmo em razão da hegemonização do assistencialismo e clientelismo na instituição. Nesse período, seguindo o novo quadro constitucional, ocorreu, também, o deslocamento das políticas de educação e saúde indígenas da FUNAI para, respectivamente, os Ministérios da Educação e da Saúde, estabelecendo, no âmbito do SUS, o Subsistema de Saúde Indígena, que passou a ser gerido pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (POZZOBON, 1999).

A partir de 2003, o Brasil retomou um período de crescimento, por meio de uma série de empreendimentos de infraestrutura energética e de transportes, minerários, além da gigantesca dilatação das áreas de plantio de *commodities* agrícolas, principalmente nas vizinhanças das Terras Indígenas. As novas obras e iniciativas agropecuárias e extrativistas se expandem principalmente na Amazônia e no Centro-Oeste, onde estão localizadas mais de 90% dos territórios indígenas já demarcados. Mais uma vez na história, um fluxo novo de expansão econômica, de caráter neocolonial, traria sérias consequências para os povos indígenas e seus territórios tradicionais.

Por outro lado, naqueles anos dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, liderados pelo PT em aliança com partidos de esquerda e alguns grupos de centro-direita, sobretudo do PMDB, adotou-se medidas que procuraram fortalecer as instituições federais nos campos da saúde, educação e meio ambiente. Foram registradas, no período, as menores taxas de desmatamento da Amazônia. Mesmo que inseridas naquele difícil contexto de disputas com interesses econômicos anti-indígenas no Executivo, no Judiciário, no Congresso Nacional e na sociedade, foram implementadas pelos governos petistas, ações de fortalecimento institucional da política indigenista.

Uma reestruturação jurídica e institucional da FUNAI, com a realização de concursos, permitiu fortalecê-la e enquadrá-la no marco constitucional de 1988. Foi instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), sob coordenação da FUNAI e do Ministério do Meio Ambiente; foi criada no Ministério da Saúde a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI); e instituídos no âmbito do MEC os Territórios Etnoeducacionais. Ademais, foi reforçada, na alçada da Advocacia Geral da União, a defesa dos direitos indígenas, e garantido o protagonismo político da

sociedade civil em diálogo com o governo, através da criação da Comissão e depois Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), com a participação direta das organizações indígenas e indigenistas (MEIRA, 2013).

Nesse período foi decisivo o posicionamento do governo petista em defesa da plenitude territorial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), disputa jurídica capital ocorrida no Supremo Tribunal Federal que questionava os procedimentos de demarcação administrativa das Terras Indígenas no Brasil. Este julgamento expressou perfeitamente a disputa travada na sociedade brasileira acerca dos direitos indígenas já estabelecidos, cada vez mais questionados pela extrema-direita e pelos setores com interesses, inclusive ilícitos, na exploração econômica das Terras Indígenas. Vale o registro que nesse período ocorreu a difícil, mas necessária, desintrusão da TI Xavante de Marawatsede (MT).

Os governos comandados pelo PT, contudo, promoveram uma visão “nacional desenvolvimentista” que se traduziu para a Amazônia e seus povos tradicionais em grandes obras dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para a realização desse programa, tal visão pressupunha, em certos setores do governo, uma compreensão do meio ambiente e dos povos indígenas como obstáculos para o desenvolvimento, o que recolocou a região amazônica no foco de preocupações e críticas ambientalistas e indigenistas, tanto no plano nacional e internacional quanto nas históricas bases sociais do PT na região.

Tensões ocorreram, por exemplo, em Altamira (PA), congregando vários povos indígenas e seus aliados, em função do processo de licenciamento ambiental de Belo Monte, usina que impacta Terras Indígenas localizadas no entorno do empreendimento; e também em Itaituba (PA), com os Munduruku, que recusavam a construção da hidrelétrica de São Luís do Tapajós, cujo licenciamento acabou por ser arquivado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). As ações do PAC, porém, estavam enquadradas na moldura institucional estabelecida pela Constituição e pelas legislações infraconstitucionais nas áreas do meio ambiente, inclusive submetidas aos ritos do licenciamento ambiental, que foram fortalecidos com a ampliação de equipes técnicas na FUNAI e no IBAMA.

Em que pese todas as pressões políticas e econômicas de setores antiindígenas, e os avanços ou reveses em relação aos direitos indígenas, as diversas

forças políticas que governaram o Brasil desde 1990 até 2015, mantiveram o respeito ao marco jurídico e institucional estabelecido em 1988, com a atuação ativa, quando necessário, do Ministério Público Federal e do Supremo Tribunal Federal.

Quais são os direitos indígenas no Brasil?

A proteção e promoção dos direitos indígenas no Brasil tem como base legal a Constituição Federal (CF) de 1988, o Estatuto do Índio – Lei 6.001/73 e instrumentos jurídicos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A CF de 1988 conta com um capítulo próprio, o oitavo, composto de dois artigos, 231 e 232, para disciplinar a matéria. O *caput* do artigo 231 reconhece aos indígenas o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam e determina que a União promova a sua demarcação e proteção dos seus bens. A demarcação serve para explicitar os limites da terra e não se configura como fonte constitutiva de direito. Nesse sentido, independentemente do processo demarcatório, as terras tradicionalmente ocupadas, por sua própria condição histórica, já são consideradas indígenas. O direito originário consagra a fonte primária da posse territorial, não havendo, portanto, qualquer título anterior a esse direito.

Em relação ao direito de propriedade, ficou estabelecido que as terras indígenas são bens da União. Portanto, os direitos indígenas sobre suas terras estão relacionados à posse permanente e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais, nos termos do art. 231, parágrafo 2º. A opção em mantê-las como propriedades da União foi uma forma de garantir que essas terras sejam resguardadas dos interesses individuais da sociedade envolvente. O caráter coletivo da posse e o direito consuetudinário dos diversos povos nativos também encontram proteção legal no ordenamento jurídico brasileiro.

Outro aspecto relevante instituído pela CF é o reconhecimento de que os indígenas, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus direitos e interesses, como preceitua o art. 232. Essa previsão constitucional fortalece a autonomia desses povos, na medida

em que podem recorrer ao judiciário sempre que houver ameaça ou lesão de seus direitos. A CF também estabeleceu como função institucional do Ministério Público Federal defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas. O MPF pode propor ações judiciais, quando provocado ou por iniciativa própria, e sua atuação é fundamental para a proteção dos direitos indígenas. Compete, também, à Justiça Federal processar e julgar as disputas nessa matéria. E tal competência se refere aos direitos coletivos, tais como questões relacionadas às terras e ao meio ambiente.

Quanto ao Estatuto do Índio, de 1973, apesar de alguns de seus dispositivos não terem sido recepcionados pela CF de 1988, os relativos aos direitos territoriais estão em pleno vigor. Garantem aos indígenas a posse permanente sobre as terras que habitam e o usufruto exclusivo das riquezas naturais nelas existentes (com exceção dos recursos minerais e hídricos, que ainda aguardam lei regulamentar). Por outro lado, a proposta “assimilacionista” embutida no Estatuto do Índio perdeu o respaldo no ordenamento jurídico brasileiro. Nesses termos, pela atual legislação não se pretende mais “integrar” os indígenas à “comunhão nacional”, mas assegurar a manutenção dos seus usos, costumes e tradições.

Pela sua indiscutível importância, os indígenas são parte constitutiva e fundamental do que chamamos de nação brasileira, devendo-se garantir a eles um lugar no presente e no futuro do país. Assim, está garantido na Constituição de 1988.

Mas, atualmente, parece que se pretende corromper a Carta Magna, tão duramente conquistada em 1988.

O pesadelo

Ao contrário dos governos eleitos até 2014, que, mesmo provenientes de diferentes espectros políticos, mantiveram o respeito aos direitos constitucionais, desde janeiro de 2019, o governo de Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente sem partido) tem se tornado um enorme pesadelo para os povos indígenas no Brasil, ameaçando suas vidas. Sua aposta é a destruição do conjunto de políticas públicas voltadas a esses povos, com ênfase no combate às demarcações de seus territórios tradicionalmente ocupados, um direito estabelecido e consagrado a partir da Constituição de 1988.

A situação já havia piorado substancialmente desde o golpe de 2016, no governo Temer. Basta lembrar o caso da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA), que foi a tentativa de liberar a mineração em áreas protegidas e Terras Indígenas, localizadas na Calha Norte no Pará e no Amapá, que malogrou graças à reação dos movimentos indígena, quilombola e ambientalista em conjunto com as forças políticas, artistas e intelectuais em todo o Brasil³. Outro exemplo foi a publicação em janeiro de 2017, pelo ex-ministro da Justiça Alexandre de Moraes, da portaria 68, que estabeleceu uma nova estrutura, ou um novo “agente administrativo” entre a FUNAI e o ministério, não previsto na legislação, para acompanhar os processos de demarcação de terras indígenas no país, com o objetivo claro de dificultar as demarcações em andamento. Essas ações, porém, eram apenas um aperitivo do pesadelo que estava por vir.

Logo depois de sua vitória eleitoral, em 2018, em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro afirmou que “no que depende de mim, não tem mais demarcação de terra indígena.” Ele não estava blefando. Em seu governo, todos os processos administrativos de demarcação encontram-se paralisados por ordem direta do chefe do executivo. Além disso, a repetição continuada da retórica belicista e agressiva do próprio presidente e seus assessores contra indígenas, quilombolas e o meio ambiente, tornou-se uma espécie de “senha” para ações de grupos que se sentem à vontade para agir fora da lei nos territórios.

Durante a campanha de 2018, e mesmo antes, considerando o histórico político antiindígena de Bolsonaro na Câmara dos Deputados, já estava claro que suas pretensões e dos grupos que o apoiavam e hoje hegemonomizam o poder executivo federal, estavam enfaticamente apontadas contra os povos indígenas no Brasil. Logo no dia primeiro de janeiro de 2019, a Medida Provisória (MP) 870, numa só tacada, transferia a demarcação administrativa das Terras Indígenas da FUNAI para o Ministério da Agricultura, e desvinculava a própria agência indigenista do Ministério da Justiça.

Na prática, ele feria de morte todos os processos de demarcação e tornava a FUNAI, na melhor das hipóteses, uma autarquia meramente assistencialista, desfigurada de suas funções constitucionais de proteção e promoção dos direi-

³ Ver aqui: <https://www.pt.org.br/entenda-o-que-e-a-renca-e-os-impactos-da-sua-extincao-por-temer/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

tos indígenas. Foram necessários vários meses para que o STF derrubasse essas medidas inconstitucionais. Mas a posição de embate é constante contra esses povos. Principalmente para aqueles que têm seus territórios localizados na Amazônia Legal, pois esta região – ou mais precisamente o que ela guarda de mais precioso, ou seja, sua enorme biodiversidade e diversidade sociocultural –, passou a ser alvo rotineiro do governo.

Desde os primeiros meses de 2019, atendendo aos sinais genocidas do governo, revivemos o contexto de aumento acentuado do desmatamento na Amazônia, que chegou a mais de 9 mil km² em 2019, refletindo um alta de 100% em cinco anos. Essa foi a maior devastação no bioma Amazônia registrada desde 2015. O ano de 2020 promete bater mais uma vez esse recorde, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para o primeiro semestre. As áreas protegidas, especialmente as Terras Indígenas, são o alvo principal das atividades ilegais de desmatamento⁴. Um exemplo recente, correlato a esse, foi a publicação pela FUNAI da Instrução Normativa 9, de abril de 2020, no *Diário Oficial da União*. Conhecida como a “IN da grilagem”, esta norma permite, de forma ilegal e inconstitucional, o repasse de títulos de terra a particulares dentro de Terras Indígenas, com processo administrativo ainda em curso⁵.

Em agosto de 2019, em discurso na Assembleia Geral da ONU, além de ofender pessoalmente o cacique Raoni Metuktire, acusando-o de não representar os indígenas brasileiros e ser “usado como peça de manobra por governos estrangeiros”, o atual presidente declarou: “Quero deixar claro que o Brasil não vai aumentar para 20% sua terra demarcada, como alguns chefes de Estado gostariam”. Bolsonaro repetia a arenga conspiratória da suposta “cobi-

⁴ As notícias abaixo são alguns exemplos que se referem somente aos primeiros dois meses de 2019: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/01/16/funai-registra-nova-invasao-a-terras-indigenas-no-maranhao.ghtml>; <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/01/03/madeireiros-invadem-terra-indigena-arara-no-sudoeste-do-pa.ghtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/cacique-xipaia-diz-que-eleicao-de-bolsonaro-acelerou-invasao-de-terra-indigena-no-pa.shtml>; <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/confitos-no-campo/4603-pelo-menos-seis-terras-indigenas-sofrem-com-invasoes-e-ameacas-de-invasao-no-inicio-de-2019>. Acesso em: 22 fev. 2021.

⁵ Ver a matéria no site do MPF do Pará: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-vai-a-justica-para-sustar-efeitos-de-portaria-da-funai-que-liberou-grilagem-em-terras-indigenas>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ça” internacional sobre a Amazônia, ideologia tributária da ditadura militar, para justificar a posição contrária aos direitos indígenas inscritos na Carta Magna. Tal ladainha é repetida constantemente pelos membros do governo federal, inclusive aqueles nas áreas de fiscalização que deveriam proteger a floresta, como o IBAMA e FUNAI.

Isso explica também por que os ataques aos direitos constitucionais indígenas se tornaram um dos consensos entre os diversos grupos de extrema-direita no governo. Quem são eles?

Primeiro: os grupos de militares encastelados no Planalto em torno do general Augusto Heleno, ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Um exemplo do que se pode esperar dessa disputa deve ser notado na reação que o governo, por meio do general Heleno, deflagrou contra a iniciativa da Igreja Católica em realizar o Sínodo da Amazônia no segundo semestre de 2019. O general ameaçou agir, em nome dos “interesses nacionais”, contra os conhecidos bispos católicos que atuam na Amazônia há décadas⁶;

Segundo: os setores ultraliberais representados pelo ministro Paulo Guedes, que defendem interesses econômicos privados nos setores, por exemplo, de energia e mineração que, muitas vezes, estão em conflito direto com a salvaguarda dos territórios indígenas;

Terceiro: os setores mais arcaicos do agronegócio, inclusive grileiros, com forte representação no Ministério da Agricultura, onde se destaca o ex-presidente da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia, acusado de organizar milícias rurais no pontal do Paranapanema, em 2003;

Quarto: os grupos de missionários evangélicos fundamentalistas representados pela ministra Damares Alves, cujo histórico pessoal está relacionado a grupos que pregam a catequese de povos indígenas em moldes medievalescos;

E *quinto:* os adeptos da chamada ideologia negacionista, seguidores de Olavo de Carvalho, como o ex-ministro Abraham Waintraub, aquele que odeia

⁶ Ver as matérias: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/02/12/quem-cuida-da-amazonia-brasileira-e-o-brasil-diz-heleno-sobre-sinodo.htm>; <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/orgao-ligado-a-igreja-catolica-critica-general-heleno-e-defende-mobilizacao-pela-amazonia/>. Acesso em: 22 fev. 2021. Lembremos também que o General Heleno, em 2008, quando era comandante militar da Amazônia, se posicionou publicamente contra a demarcação da TI Raposa Serra do Sol definida pelo STF, e chamou a política indigenista brasileira de ‘caótica’ e ‘lamentável’, recebendo uma repreensão do presidente Lula.

o termo “povos indígenas”, e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o que propõe “passar a boiada” nas regulamentações ambientais, aí incluído o marco infralegal indigenista⁷.

Como vemos, desde janeiro de 2019, há uma guerra declarada desse governo de extrema-direita, liderado por Bolsonaro, contra tudo que foi estabelecido na Constituição de 1988 relativo aos direitos dos povos indígenas, como também aos temas correlatos da cultura e do meio ambiente. Promove-se uma sabotagem quase diária contra a legislação e as políticas de proteção e promoção das florestas e recursos naturais e seus habitantes tradicionais, principalmente povos indígenas e quilombolas.

Em 2020, o ataque do atual governo aos povos indígenas foi exponencialmente agravado pela negligência criminosa em relação à pandemia do coronavírus, que atinge de forma aguda a população indígena. Uma das ações de denúncia de genocídio perante o Tribunal Internacional de Haia, feita em junho desse ano, contra o governo Bolsonaro apontava os “*crimes contra a humanidade e atos que levam ao genocídio de comunidades indígenas e tradicionais*”, no contexto de expansão dos casos de COVID-19 entre os indígenas

Parece que nesses tempos sombrios, nosso maior desafio será garantir que tais direitos sejam preservados ou tenham as mínimas perdas possíveis (que já estão ocorrendo), e para isso todos os movimentos e partidos, as igrejas, os intelectuais e artistas, os ambientalistas, os indígenas, quilombolas e populações tradicionais, enfim todos os que se alinhem na defesa dos avanços e conquistas democráticos, se alinhem numa agenda unificada de lutas em defesa dos marcos legais inscritos na Constituição de 1988.

⁷ Ver algumas falas de membros (alguns já exonerados) do governo Bolsonaro na mídia: Damares Alves sobre suas ações missionárias e mudanças na política indigenista: <https://epoca.globo.com/outra-india-tirada-da-familia-outra-polemica-envolvendo-ong-de-damares-23452460>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/ministra-diz-que-governo-bolsonaro-va-rever-politica-de-isolamento-de-indigenas.shtml>; Vélez, sobre o fim das políticas afirmativas do MEC, sobretudo com indígenas, quilombolas e sem-terra: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/velez-desmonta-secretaria-de-diversidade-e-cria-nova-subpasta-de-alfabetizacao.shtml>; Ricardo Sales do MMA, sobre a perseguição a ongs e a negação do aquecimento global: <https://ambiencia.blogfolha.uol.com.br/2019/02/05/depois-de-bloquear-ongs-no-twitter-ministro-diz-que-so-quer-receber-ambientalistas-serios/>; Araújo do MRE sobre aquecimento global: <https://www.valor.com.br/politica/5985527/novo-chanceler-ve-aquecimento-global-como-ideologia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Até porque o chamado bolsonarismo, que é movido pelo ideal de demolição das instituições republicanas, corroendo-as por dentro, conta com o apoio de parcelas significativas na sociedade, que organizam grupos que atacam frontalmente os valores e instituições democráticos estabelecidos na Constituição. Daí que os efeitos nefastos desse projeto político não recaem somente sobre os povos indígenas. Eles são, talvez, as suas mais vulneráveis vítimas, mas não são as únicas.

A questão que aponto como central é que essa postura do atual comando do governo federal, que encarna e atualiza o projeto colonial predatório, se constitui, de fato, numa agressão à soberania brasileira e ao Estado Democrático de Direito. Inclusive ao não proteger suas populações vulneráveis e o meio ambiente ameaçado pelas pressões políticas e econômicas desse projeto, agravadas agora pela pandemia do coronavírus. Isto explica o aspecto programático do plano político-ideológico representado pelo governo Bolsonaro: ele não se encaixa na Constituição de 1988, alcunhada de “cidadã” por Ulysses Guimarães. Para executar o seu plano, ele terá que golpear a Constituição.

Vou repetir, o projeto deste governo de extrema-direita é perigoso porque ele não cabe na Constituição de 1988. Para cumpri-lo, terá que rasgá-la.

Vou além, esse projeto é ameaçador porque nele não cabem as vidas indígenas. Para cumpri-lo, terá que apagá-las do ontem, do hoje e do amanhã.

Referências

- BOAS, Orlando Villas e BOAS, Cláudio Villas. *A marcha para o Oeste*. 4 ed. São Paulo, Globo, 1994.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DAVIS, Shelton H. *Vítimas do Milagre*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- DIAS, Camila Loureiro. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. *Estudos Avançados* 33 (97), São Paulo, 2019.
- IBGE. *Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- MEIRA, Márcio. Direitos indígenas no Brasil: reveses, avanços e contradições. In: VENTURI, Gustavo e BOKANY, Vilma. *Indígenas no Brasil: demandas dos povos e percepções da opinião pública*, Instituto Rosa Luxemburgo/Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2013.
- POZZOBON, Jorge. O lumpen-indigenismo do estado brasileiro. In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 85, 1999. p. 281-306.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WRIGHT, Robin. Indian Slavery in the Northwest Amazon. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, p. 149-179, 1991.

Cultura, política e periferia

João Guerreiro

*Periferia é periferia em qualquer lugar, é só observar.
Baú sempre lotado, vida dura, cheia de sonhos.
Não importa, seja no varejão, na Agrovila ou em Santo Antônio,
periferia cresce todo dia, já se perdeu de vista.
GOG, 1994.*

Traçar um panorama sobre as políticas culturais destinadas aos artistas, grupos e coletivos culturais das periferias do Brasil, na atual conjuntura, é uma tarefa simples e, contraditoriamente, complexa. As baixas ou mesmo inexistentes expectativas de integrantes da área cultural em relação às ações do governo Messias Bolsonaro começaram a se concretizar já no dia seguinte da posse. A anunciada extinção do Ministério da Cultura (MINC), antes mesmo do pleito de 2018, se concretizou através do Decreto 9.674 de 02/01/2019 com a criação do Ministério da Cidadania tendo como subordinadas as então chamadas novas Secretarias Especiais: de Cultura, dos Esportes e do Desenvolvimento Social.

A perda de *status* de ministério é a realização de uma promessa de campanha e consequência de uma verdadeira guerra cultural que passaria a ser compreendida agora pelo governo Messias Bolsonaro à Presidência da República, mas que deram sinais de sua virulência já durante a votação do processo de *impeachment*¹ da então presidenta Dilma Rousseff. Os discursos de ódio e de

¹ O discurso de declaração de voto do então deputado federal Messias Bolsonaro é uma homenagem a um dos principais torturadores identificados pela Comissão Nacional da Verdade.

aniquilação de qualquer oposição são traços marcantes desta guerra cultural instalada. E para a sua ação, o Estado não poderia ser o local de resolução de dissenso e construção de alternativas ou consensos. E não está sendo.

Entretanto, a complexidade da conjuntura se apresentou, em março de 2020, com a pandemia decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2). A crise sanitária global fez o Congresso Nacional, através da articulação e pressão da sociedade civil e de governantes estaduais e municipais, produzir modificações significativas no desenho das políticas públicas do governo federal. Um dos setores mais diretamente impactado pelo COVID-19 (doença provocada pelo novo coronavírus) foi o cultural, com a imediata suspensão de sessões de cinema, teatro, visitação aos museus, eventos ao ar livre, shows e todas atividades culturais que necessitassem de público presencial. Ao mesmo tempo, com a intensificação da pandemia, com completa inação da Presidência da República, vimos os casos de contágios e mortes se agravarem, principalmente nas periferias brasileira, expondo de forma cruel a perversidade da desigualdade socioespacial nas cidades brasileiras. Porém, como veremos a seguir, as primeiras ações de enfrentamento do COVID-19 nas periferias vieram dos grupos e coletivos culturais que formam o movimento cultural das periferias. A pandemia levou os agentes culturais populares a (re)conectarem o movimento cultural nas/das periferias na campanha de defesa da vida e sobrevivência da população mais fragilizada ao contágio do vírus, visando minimizar os impactos econômicos provocados pela impossibilidade de obtenção de renda em tempos de pandemia e atuar na conscientização sobre o vírus e a forma de prevenção.

Neste capítulo, buscaremos discutir a construção desse conceito de periferia e de produções culturais realizadas a partir das periferias e, em seguida, a conjuntura das políticas públicas federais na área cultural e as possibilidades que a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc pode trazer para as culturas de periferia.

Periferia e Culturas de periferia

Dialogando com um aluno de mestrado em Educação, *rapper* e morador de um bairro periférico de um município da Baixada Fluminense (RJ), em uma banca de qualificação de dissertação interpelei-o com uma questão: ao falar sobre a importância da produção cultural e o papel do *Rap* na produção de

conhecimento e no letramento da juventude moradora da periferia, estaria faltando, no seu texto, uma definição do que seria periferia. Dudu de Morro Agudo respondeu que refletiria sobre o assunto e, meses após, responderia assim na sua dissertação: (periferia é uma) “palavra que habita a fala do *rap*, é bem entendida por quem é habitado por ela, mas que talvez possa gerar dúvidas no meio acadêmico” (DUDU DE MORRO AGUDO, 2020, p. 29).

Realmente, periferia é um termo com vários sentidos e que vem sendo empregado por diferentes grupos – acadêmicos ou não. Porém, uma das mais notórias utilizações do termo, que acabou se espalhando para a sociologia urbana e para os debates sobre culturas nas últimas décadas, remontam ao artigo do economista argentino Raul Presbich, “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas” apresentado na Conferência de Havana (Cuba), em 1949. Resumidamente, Presbich (2011) apresenta a tese de que haveria uma divisão internacional do trabalho entre países centrais e países periféricos. Os países centrais seriam os países industrializados e os periféricos, os que produziriam as matérias-primas que os países centrais necessitariam para se manterem industrializados. Presbich defendia que essa divisão de internacional do trabalho não era natural e, como os produtos industrializados agregariam mais inovação e criatividade ao produto, essa divisão do trabalho provocaria a cristalização da relação centro x periferia.

Os debates que se seguiram a essa pesquisa de Presbich na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) marcaram o pensamento econômico da região e acabaram extrapolando esse campo do conhecimento. Com o crescimento desordenado nas metrópoles brasileiras, entre o final da década de 1960 e 1970, arquitetos, planejadores urbanos, sociólogos urbanos e economistas vão procurar entender como a desigualdade socioespacial estrutura a forma de vida nas cidades.

Paul Singer (1979), no artigo “O uso do solo urbano na Economia Capitalista”, analisando o crescimento desordenado da capital paulista conceitua periferia como:

uma área onde ainda não chegaram os serviços urbanos, por isso tem estrutura urbana precária e nela se instala a população que não pode pagar para ter acesso à uma propriedade em melhores localizações (p. 33).

Salientou, ainda, que eram: “áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos etc.” (p. 33). São, portanto, áreas sem serviços públicos, sem direitos básicos e sem infraestrutura. Resumidamente, Singer diz que: “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres” (p. 33).

Partindo da necessidade de atualizar o debate, Tanaka (2006) vai demonstrar que o termo periferia, “é uma construção social relacionada a práticas e discursos de sujeitos sociais e políticos de um contexto histórico específico” (p. 5). Assim, se no final da década de 1970, em São Paulo, o termo estava diretamente relacionado com espaços sem serviços urbanos, em outro momento histórico pode ser relacionado a outras construções sociais. Contudo, morar na periferia, passou a ser o destino da maior parcela da população brasileira: trabalhadora(e)s formais ou informais, desempregada(o)s, subempregada(o)s e/ou desprovida(o)s de renda para conseguirem alugar ou adquirir um espaço de moradia em “áreas com direitos” e serviços básicos.

Cabe ressaltar, entretanto, que não há falta de poder público nas periferias. Vemos, principalmente nas imagens e textos da mídia corporativa, as ações do poder público representado pelas “incursões” cotidianas dos órgãos de (in) segurança pública nesses territórios, levando o terror estatal para essa parte da população sem direitos básicos. Poder público há, mas é o poder dos órgãos de segurança que tratam esses territórios como locais de violência e criminalidade e que, na verdade, são eles que violentam esses territórios.

Em rodas de conversas com representantes de 29 grupos culturais coletivos da Baixada Fluminense² (RJ), entre 2014 e 2020, e com representantes de coletivos culturais de Nordeste de Amaralina, em Salvador (BA), em 2018 e 2019, nos deparamos com narrativas sobre o fato de que, uma grande parte da juventude moradora da periferia, ao expor essa condição, tornava-se submetida a diversos estereótipos.

Heraldo HB, produtor cultural morador do município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense (RJ), participante de uma das rodas de conversa,

² Pesquisa “Ações culturais na Baixada Fluminense: diálogos e autorrepresentações”, realizada pelo autor com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

relata em seu livro *Cerol fininho da Baixada*, que certa vez, quando cursava uma faculdade na zona sul da cidade do Rio de Janeiro descobriu:

um cara que também morava aqui em Caxias (Baixada Fluminense, RJ) e fui falar com ele. Disse que era vizinho e tal. O cara começou a me evitar. Parecia que tinha descoberto um segredo mortal, uma chaga. Todo o trabalho nosso é em cima disso: tirar esse estigma. Até porque se você olhar pra tudo o que se produz aqui você notará que o ouro está na Baixada Fluminense. A formação cultural do povo daqui vem de uma história de resistência (HERALDO HB, 2015).

Notícias que reforçam as atitudes desse jovem que tentava esconder seu lugar de origem, táticas de sobrevivência em uma sociedade estigmatizadora, ocupam páginas de diferentes jornais impressos e *on-line*, além do espaço nas redes de comunicação televisivas. Sendo a imprensa um veículo de comunicação capaz de gerar e fixar representações acerca de fatos, pessoas e espaços (ENNE, 2004), as análises e discursos em nome e sobre os moradores e a própria região, reforçaram essa imagem no senso comum.

Porém, como já salientou D’Andrea (2013), periferia é um termo “escorregadio em sua definição” (p. 35). Ao mesmo tempo que a periferia representa o lugar destinados aos pobres na metrópole, ela é, também, o território onde os grupos culturais que estão fora da lógica da indústria do entretenimento, vem produzindo artes das mais diversas áreas. Na música, vimos crescer a produção do *Rap* e do *Funk*; no teatro, grupos se apresentando em áreas públicas e se organizando em redes, assim como saraus e a produção audiovisual independente sendo apresentada nos diversos cineclubes existentes nas periferias brasileiras.

Nas frestas, entre a ausência de políticas públicas e direitos básicos e a potência criadora da juventude, podemos encontrar diversas táticas dos praticantes culturais (CERTEAU, 1994) para realizarem suas produções nas periferias. Saliento que compreendo os praticantes de cultura a partir da proposta de Michel de Certeau que defende uma ciência social capaz de

rastrear as modalidades específicas de práticas ‘enunciativas’, manipulações de espaços impostos, táticas relativas a situações particulares abrindo espaço para a possibilidade de analisar o imenso campo de uma ‘arte de fazer’ diferente dos

modelos que reinam (em princípio) de cima para baixo da cultura habilitada pelo ensino (do superior ao primário) e que postulam, todas elas, a constituição de um lugar próprio (um espaço científico ou uma página branca para escrever) (1994, p. 86).

O que os praticantes de cultura das periferias fazem/fizeram a partir das ausências das políticas culturais, torna-se, então, fundamental para compreendermos como a política se constitui no cotidiano desses grupos. Interessante, portanto, compreender como esses grupos, “sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe(s) impõe uma lei, ele(s) aí instauram *pluralidade e criatividade*” (p. 93).

Se uma das características das periferias é a falta de equipamentos formais de cultura, público e privados, podemos agregar outra característica ao movimento cultural nas periferias: a resignificação de espaços não canônicos para suas ações culturais. Assim, nas últimas décadas temos visto bares, quintais, praças e espaços públicos, em geral, sendo ocupados por grupos culturais. Sem negar a necessidade de investimentos em espaços culturais formais e políticas culturais que cheguem até eles, a produção cultural a partir das periferias utiliza as táticas nomeadas por Certeau ao fazerem suas ações culturais que, em alguns momentos e/ou para alguns podem ser de resistência, e em outros momentos e/ou para outros como ações culturais com expressões políticas diversas.

Assim, pensar os movimentos culturais a partir da periferia significa pensar em que contexto são produzidos. E, nesse ponto, devemos realizar um olhar mais detalhado nas políticas culturais a partir de 2019.

Há políticas culturais para territórios periféricos no governo Messias Bolsonaro?

Como afirmei no início deste capítulo, a resposta a essa pergunta é simples: não. Porém, cabe ressaltar, que o enfraquecimento das políticas culturais em direção aos territórios periféricos começa em 2011, no início do governo Dilma Rousseff (PT).

O ano de 2003 trouxe um vento de novidades ao planalto e, de lá, para as demais localidades do país. O início da gestão Gilberto Gil (2003-2008) no

MINC possibilitou que o processo de ampliação do Estado (DAGNINO, 2004) se instalasse nas diretrizes e políticas que seriam construídas no MINC a partir desse ano. As Conferências Nacionais, o Plano Nacional de Cultura, o Sistema Nacional de Cultura e todo o arcabouço institucional que serão a marca das Políticas Culturais do período serão construídos de forma participativa e democrática. As políticas culturais induziam a participação da sociedade civil, ao mesmo tempo que a fomentava. Há um fortalecimento e busca de equilíbrio em relação às três dimensões da cultura que marcaram a gestão Gil/Juca Ferreira (2008-2010) no MINC: a dimensão simbólica, cidadã e econômica. A dimensão simbólica, conforme pode ser observado na publicação “Cultura em três dimensões” (2010) buscou levar em conta a diversidade do modo de vida e do fazer cultural em um país heterogêneo como o Brasil. Já a dimensão cidadã, fortalece a visão de que cultura é um direito e implica qualidade de vida e autoestima. E a dimensão econômica percebe a cultura como um vetor de desenvolvimento, importante setor de geração de trabalho e renda e que possibilita um crescimento econômico sustentável.

Com a formação da equipe do governo Dilma (2011-2016), artistas e grupos culturais indicam a continuidade Juca Ferreira no MINC, porém, não foram atendidos. A percepção que algo de novo iria acontecer na relação MINC e movimento cultural se dá com a criação da Secretaria de Economia Criativa e o lançamento do Plano Setorial de Economia Criativa (PSEC). A gestão Ana de Holanda (2011/2012) e Marta Suplicy (2012/2014) acaba fortalecendo dimensão econômica da cultura em detrimento das dimensões cidadã e simbólica.

Conforme analisou Rubim (2007), viveu-se o único período que poderíamos definir como uma política pública de cultura federal. E, muito ainda tinha que ser aperfeiçoado. A posse de Ana de Hollanda trouxe descontentamento dos que esperavam o aprofundamento do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, com o fortalecimento das redes de solidariedade na produção simbólica e cidadã de uma cultura diversa, com participação social nas tomadas de decisão das políticas públicas como estava acontecendo desde 2003.

Contudo, a gestão no MINC foi muito atacada por grupos acostumados a se beneficiarem das verbas públicas, por não haver políticas de direcionamento democrático dos recursos. A inversão de prioridades, a definição da política

cultural e sua execução realizadas nos fóruns fortalecidos – Conselho Nacional de Políticas Culturais, Conselhos Setoriais – e com diretrizes destas políticas estabelecidas democraticamente nas Conferências de Cultura manteve a gestão do Ministério sempre como alvo dos setores mais conservadores. Esse pode ser um dos fatores que ajudam a perceber que os descontentamentos não eram oposição, mas sim, apontavam para a necessidade de correção de rumos para retornar o circuito virtuoso da definição das políticas culturais com participação popular. Porém, em 2013, ocorreram as denominadas “Jornadas de Junho” que tiveram apoio e participação de diferentes grupos e caráter diferenciado em vários municípios do país.

Mesmo sem consenso sobre se as “Jornadas de Junho” enfraqueceram ou não o governo Dilma, acho que todos concordamos que as “Jornadas” apresentaram uma inflexão entre os movimentos culturais periféricos e o MINC. As demandas desses grupos e redes de coletivos culturais que também ocuparam as ruas nessas manifestações expressas em seus cartazes exigiam um aprofundamento das políticas culturais participativas. Era hora de ir além.

Por outro lado, representantes da mídia corporativa, empresários ligados ao setor exportador, uma classe média que não aguentava mais ver suas “empregadas domésticas” obterem direitos trabalhistas e seus filhos obterem vagas em universidades públicas, viram nas manifestações uma crise de representatividade do governo. A partir das manifestações, intensificam o discurso unificado por uma genérica e pretensa luta contra a corrupção que nos embalou também em outros períodos históricos como às vésperas do golpe militar de 1964.

Já os setores mais pauperizados e grupos que tiveram a ascensão social por meio do crescimento do salário-mínimo e do valor das aposentarias, além dos beneficiários de programas de transferência direta de renda, como o Programa Bolsa Família, tiveram oportunidade de ampliar o consumo de bens duráveis e bens de consumo. Entretanto, percebemos em diversas rodas de conversas que as narrativas sobre esses ganhos foram apropriadas, entre outras, pelas narrativas desenvolvidas pelos chamados pastores “eletrônicos” das diversas igrejas neopentecostais – que anos depois agregaram novas formas de falar diretamente aos seus seguidores, através das suas ações nas redes sociais. As narrativas dos ganhos terrenos pela conversão espiritual e fruto da ideologia liberal individualizante com ênfase no empreendedorismo criou um terreno

fértil para a propagação de um determinado discurso contra os benefícios coletivos, fruto de políticas públicas.

Para tentarmos entender uma das hipóteses para a perda da disputa de narrativas, vale adiantarmos o tempo chegando até a véspera da eleição de 2018, no comício do então candidato Fernando Haddad (PT), no Rio de Janeiro. Um dos oradores convidados, o rapper paulista, Mano Brown, foi muito criticado por ter proferido essas palavras:

Tem uma multidão que precisa ser conquistada ou vamos cair no precipício? [...] Se em algum momento a comunicação do pessoal daqui falhou, vai pagar o preço. Porque a comunicação é alma. Se não tá conseguindo falar a língua do povo, vai perder mesmo. [...] Deixou de entender o povão já era. [...] tem que entender o que o povo quer. Se não sabe, volta pra base e vai procurar entender (MANO BROWN, 2018).

A fala de Brown remete para uma suposta falha de comunicação com a população que teria contribuído para uma falsa impressão de que os ganhos obtidos nos últimos 15 anos foram produto do esforço individual. Acho que avaliarmos essa hipótese é importante, principalmente depois do que vivenciamos na campanha eleitoral de 2018 com as construções das notícias falsas (*fake news*) que tanto ajudaram a fraudar a eleição. Porém, os ataques sistemáticos dos setores que perderam as quatro últimas eleições presidenciais, principalmente através das mídias corporativas até o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff podem, também, fortalecer as diversidade de fatores para a perda das narrativas e a guinada à direita da sociedade brasileira.

Voltando ao governo Messias Bolsonaro, a partir de tudo que já foi apresentado, cabe retomar o ponto em que afirmei que haveria uma complexidade na política cultural, nessa conjuntura, e que poderá transformar a total negação dessa política cultural em uma política cultural inclusiva.

A pandemia e as culturas produzidas na periferia

Como vimos, os retrocessos nas políticas culturais federal verificados no decorrer da década de 2010, se agudizaram após o golpe civil-parlamentar de 2016 até 2020. Acrescente-se a isso, a crise econômica, persistente desde 2015, e

temos um cenário desalentador para a produção cultural na pandemia. No caso da periferia, a desigualdade social associada à falta de políticas públicas vai tornar a situação mais crítica.

Os grupos culturais na periferia, porém, têm o seu enraizamento no território como origem e marca. Muitas vezes denominados de movimentos socio-culturais, tiveram as suspensões das suas produções culturais locais. Entretanto, assumiram a linha de frente na defesa da vida nas comunidades. A já propalada cultura de sobrevivência os fez ativar suas redes e se tornaram, em muitos territórios, os responsáveis pela articulação de projetos de arrecadação de cestas básicas, produção e distribuição de sabão e de campanhas de conscientização.

A emergência provocada pela pandemia e a crise iminente na cadeia produtiva da cultura provocou uma articulação nacional do setor. A partir de reuniões municipais, estaduais e nacionais, por meio de redes virtuais – webconferências – produtores culturais e artistas de todo o país cancelaram o Projeto de Lei 1075/2020, da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) que após aprovada, foi promulgada como Lei 14.017/2020, Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc³.

A Lei Aldir Blanc tem como foco principal proporcionar uma renda emergencial de sobrevivência aos artistas e grupos culturais da periferia – que não são os únicos, mas os mais afetados pela pandemia no país –, mas, também, buscar a sobrevivência de espaços culturais, equipamentos culturais comunitários e instituições culturais formais ou não. Além disso, um dos mecanismos da Lei Aldir Blanc obriga que pelo menos 20% dos recursos repassados pelo governo federal seja disponibilizado ao setor cultural através de editais, chamadas públicas e prêmios. As linhas de crédito que serão disponibilizadas são já para instituições mais estruturadas e com dinâmicas econômicas maiores.

Um dos pontos positivos da Lei é a indução à participação do agentes culturais não apenas no acompanhamento e fiscalização dos recursos, mas, também, no fortalecimento dos Conselhos Municipais e Estaduais de Política Cultural e dos Fundos Estaduais e Municipais de Política Cultural. Ao priorizar o repasse de recursos aos Fundos – sem proibir que estados ou municípios

³ A deputada federal Jandira Feghali homenageou o compositor Aldir Blanc que faleceu de COVID-19 em maio de 2020, dando o nome de Lei Aldir Blanc.

que não os tenha regulamentado recebam os recursos – a Lei Aldir Blanc joga luz sobre a importância dos Sistemas nacional, estadual e municipal de Cultura para a execução das políticas no cotidiano dos agentes culturais.

Devemos observar que apesar da pandemia, existe uma oportunidade de se produzir um novo círculo virtuoso da política cultural no país, contando com a participação popular na elaboração das políticas e no seu acompanhamento. Contraditoriamente, a Lei Aldir Blanc pode se converter, em pleno governo Messias Bolsonaro, em uma política de geração de trabalho e renda e em uma indução ao fortalecimento das políticas públicas de cultura que beneficie, principalmente os artistas, grupos e movimentos coletivos de cultura das periferias brasileira.

Este é o sentido da complexidade das políticas culturais para as áreas periféricas no atual governo. Mesmo tentando aniquilar os adversários, a pandemia trouxe novos elementos para a arena política. A articulação do campo cultural e seu papel de sensibilizar os demais campos da sociedade possibilitou uma reviravolta nas expectativas relacionadas à cultura em 2020.

Considerações intermediárias

Faltando mais de dois anos para o término da gestão Messias Bolsonaro no governo federal, observamos, no decorrer do texto, a inexistência de qualquer política pública federal de cultura ou mesmo empatia para com os moradores das periferias em geral, e com os artistas e produtores culturais, em particular.

O viés neoliberal adotado pelo ministro da Economia Paulo Guedes associado ao perfil autoritário e, por que não dizer, discriminatório do chefe de governo não aponta para qualquer ação indutora ou fomentadora de políticas direcionadas à maioria da população trabalhadora, formal ou informal, desempregada, subempregada ou precarizada.

Por outro lado, os produtores culturais da periferia e os artistas já vêm realizando suas produções sem contar com o apoio ou de políticas culturais direcionadas para eles.

A pandemia do COVID-19, no país, vem infectando e matando mais pessoas nas áreas periféricas, onde há menos serviços básicos, infraestrutura e qualidade de moradia.

Contraditoriamente, essa mesma pandemia pode estar gerando um fortalecimento das redes de afeto, articulação política e poderá ampliar a participação popular no desenho das políticas de execução da Lei Aldir Blanc em nível local.

Do completo abandono do poder público federal a uma oportunidade de novas tessituras no território. Um desafio enorme para uma sociedade que foi contaminada, anos seguidos, pelas grandes corporações da imprensa, criminalizando artistas, leis de incentivo e produções culturais procedentes de áreas periféricas.

Cabe saber quem se beneficiará, dessa vez, da disputa de narrativas sobre o possível impacto positivo que a Lei Aldir Blanc poderá trazer para as ações culturais e, principalmente, para a sobrevivência do setor cultural. E essa disputa ocorrerá!

Mas a própria (re)construção das redes de solidariedade na cultura em tempos de pandemia aponta para a possibilidade de iniciarmos um novo momento na produção de uma nova forma de pensarmos as políticas culturais, reforçando as culturas em geral e a produção sociocultural que vem das periferias urbanas do país.

Referências

- Após censura a edital com temática LGBT, Henrique Pires deixa Secretaria de Cultura. *Jornal "O Dia"*, Rio de Janeiro, 21/08/2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2019/08/5674554-apos-censura-a-edital-com-tematica-lgbt--henrique-pires-deixa-secretaria-de-cultura.html>. Acesso em 25 jul. 2020.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.
- DUDU DE MORRO AGUDO. *Rap na Baixada, rap no mundo: O RapLab tecendo redes educativas* / (Flávio Eduardo da Silva Assis). Dissertação (mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- ENNE, Ana Lucia Silva. *Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. Ciberlegenda (UFF)*, n.14, 2004.
- GUERREIRO, João. *Ações culturais na Baixada Fluminense: diálogos e autorrepresentações*. IFRJ, Nilópolis, 2020. Relatório de pesquisa (prelo)
- GOG. *Brasília periferia*. Distrito Federal: Gravadora Só Balanço, 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9geTcAG2dV8>. Acesso em 30 jun. 2020.
- HERALDO HB. *Cerol fninho da Baixada: histórias do cineclubes Mate com Angu*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora: Coleção Tramas Urbanas, 2013. 236p.

- PREBISH, Raul. *Manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- RUBIM, Albino. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. *Anais do III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)*. Salvador, UFBA, 2007.
- _____. Atuação político-cultural da gestão Messias Bolsonaro. *Alteridade*, Cidade do México, [2020?]. No prelo.
- TANAKA, Giselle M. M. *Periferia: conceito, práticas e discursos - práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, 2006.
- VAZ, Sergio. Manifesto da Antropofagia Periférica. São Paulo, 19 mar. 2015. Facebook: @poetasergio.vaz2. Disponível em: <https://www.facebook.com/poetasergio.vaz2/posts/806599542752798>. Acesso em 30 jun. 2020.

Cultura, política pública e patrimônio

Marcia Sant'anna

Introdução

A criação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (antigo SPHAN e atual Instituto) em 1937, e seu abrigo, juntamente com a Casa de Rui Barbosa, na estrutura do então Ministério de Educação e Saúde assinalam o surgimento, no Brasil, de políticas culturais associadas à educação¹. Embora instituições mais antigas, como a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional², já existissem, sua incorporação a esse ministério se deu mais tarde. Outras instituições como o Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura (1946), a Comissão Nacional de Folclore (1947), a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958), o Conselho Federal de Cultura (1967), a EMBRAFILME (1969), o Departamento de Assuntos Culturais (1970), a FU-

¹ O antigo SPHAN foi criado pela Lei 378, de 13 de janeiro de 1937 (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>, acesso em 30 jul. 2020). A Casa de Rui Barbosa, criada em 1928, foi definida por esta mesma lei como instituição de educação extraescolar e museu-biblioteca vinculada à estrutura do Ministério da Educação e Saúde (http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=73&ID_M=72, acesso em 30 jul. 2020).

² A Biblioteca Nacional do Brasil tem sua origem na Real Biblioteca, criada em 1810 após a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil (<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>, acesso em 30 jul. 20) e o Museu Histórico Nacional foi criado em 1922 (<http://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>, acesso em 30 jul. 20).

NARTE (1976), o Instituto Nacional do Folclore (1978) e a Fundação Nacional Pró-Memória (1979) deram, ao longo do tempo, relevo a essa área cultural e demonstram o longo caminho trilhado até a criação do Ministério da Cultura (MINC), em 1985, em pleno processo de redemocratização do país³.

A criação do MINC atendeu a uma reivindicação de amplas camadas da sociedade que, após 20 anos de ditadura militar e de repressão a manifestações culturais e artísticas, afirmavam a cultura e o acesso a ela como um direito fundamental e inalienável do cidadão. Embora, em outros momentos, governos ditatoriais tenham criado, no Brasil, instituições e reformulado o aparelho estatal cultural em reconhecimento ao seu poder de difusão ideológica, pela primeira vez, sua ampliação e reestruturação não foram “dadas”, mas reivindicadas por aqueles que o Capítulo 216 da Constituição Federal de 1988 denominou de “grupos formadores da sociedade brasileira”. A Fundação Cultural Palmares, criada em 1988, pertence a esse contexto e expressa algumas dessas reivindicações, dentre elas, o reconhecimento da contribuição do negro e de seus descendentes na história do país e na sua formação social e cultural (RISÉRIO, 2007, p. 379), bem como a preservação do legado cultural afro-brasileiro.

Essa transformação da cultura, de algo dado em algo reivindicado, envolveu, também, o campo do patrimônio cultural e o modo como ele foi definido na nova Constituição. Em várias de suas dimensões e vertentes, a preservação do patrimônio foi definida nesta Carta Magna como uma ação de reconhecimento da diversidade cultural e social do país e como um direito vinculado ao respeito aos diversos modos de criar, fazer e viver, à manutenção de territórios essenciais à sua reprodução, ao usufruto de ambientes urbanos de qualidade e às expressões da memória social⁴. Entretanto, embora muito firmes, essas reivindicações não foram imediatamente transformadas em políticas públicas que respondessem a essas expectativas, o que somente veio a ocorrer nos primeiros anos do século XXI. O caráter inovador e o potencial transformador dessas novas políticas são inegáveis e é possível afirmar que o seu sucesso em termos de inclusão e de diminuição de desigualdades sociais forneceu o pre-

³ O MINC foi criado pelo Decreto 91.144, de 15 de março de 1985, então presidente José Sarney.

⁴ Artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

texto para o atual desmonte da área da cultura no âmbito do governo federal. Este artigo propõe uma avaliação do período de 2003 a 2010 no contexto geral da construção de políticas culturais no Brasil, com foco na trajetória de mais de 80 anos de ações em prol da preservação do patrimônio cultural. Busca, ainda, diante de outros momentos que marcaram essa trajetória, ressaltar a importância e a riqueza desse período, assim como os objetivos que foram perseguidos. Por fim, expor o seu legado, apontar o que se consolidou e não pode ser destruído sem resistência.

A história das políticas de preservação do patrimônio no Brasil tem sido narrada a partir da identificação de dois grandes momentos: um inaugural, que vai de 1937 aos anos 1960, também definido como “fase heroica”; e um de “modernização” institucional, desenvolvido entre os anos 1970 e 80 (FONSECA, 1997, p. 87-182; CHUVA & LAVINAS, 2016, p. 75-98; CHUVA, 2017, p. 79-103). O que veio depois não tem mobilizado muito o interesse de estudiosos, surgindo, na sua totalidade, apenas em documentos oficiais ou em análises que focalizam determinados aspectos da política desenvolvida no período (IPHAN, 2010; PORTA, 2012; QUEIROZ, 2016). De todo modo, os dois momentos que comumente narram a formação do campo estatal da preservação do patrimônio no Brasil são definidos como especiais e inigualáveis em seu alcance e estatura. Defende-se aqui, entretanto, que, entre 2003 e 2010, ocorreu um outro desses momentos fundamentais de reestruturação desse campo. O período incorporou, em grande medida, experiências relevantes e conquistas anteriores, mas se destacou pelo salto que permitiu realizar uma significativa transformação da prática, sobretudo, no sentido do cumprimento das reivindicações sociais dos anos 1980, expressas no processo de redemocratização do país. Nesse período, implementou-se o que está estabelecido nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, tanto no que diz respeito à operacionalização da noção ampliada de patrimônio cultural, mediante a implementação e criação de instrumentos de identificação, como os Inventários Nacionais de Referências Culturais e da Diversidade Linguística (INRC e INDL), e de reconhecimento e fomento, como o Registro de bens culturais imateriais e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)⁵; quanto no que toca ao

⁵ Ambos criados pelo Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000.

cumprimento do princípio da participação social nos processos de gestão e salvaguarda do patrimônio cultural.

Breve panorama histórico das políticas de preservação do patrimônio cultural

A política de preservação implementada na chamada “fase heroica” teve, nos anos 1930 e 40, um caráter de forte engajamento ao projeto de construção do Brasil moderno da Era Vargas, mediante a criação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual instituto⁶. Nesse momento, a preservação do patrimônio, então definido como “histórico e artístico”, se firmou como uma “causa” e uma “missão” de intelectuais de vanguarda – principalmente poetas, juristas, arquitetos e historiadores da arte – considerados capazes de apontar, no conjunto da produção cultural brasileira, o que mereceria o *status* de patrimônio.

No hiato democrático dos anos 1950 e 60, o IPHAN assumiu um viés mais técnico, “independente” e não engajado, que contribuiu para o seu isolamento político e deixou marcas profundas em sua prática (FONSECA, 1997, p. 134-142). Durante esse momento, a instituição esteve, portanto, distante de uma maior integração com outras ações e políticas do governo federal, registrando-se um novo movimento de integração, que pode também ser definido como de modernização institucional no seu final.

Entre 1968 e 1979, após a “fase heroica”, o IPHAN voltou a se articular de modo mais intenso a uma política integrada de governo, consubstanciada no Programa de Cidades Históricas (PCH), obtendo o reforço da sua posição como instância detentora de um saber específico e melhores condições de trabalho. A função do patrimônio como recurso econômico foi posta em relevo nesse momento e articulada a outros temas e interesses fora dos campos da cultura e da educação, como o turismo e o mercado imobiliário. Esse movimento de fortalecimento e (re)abertura institucional, ocorrido em plena

⁶ Ao longo de sua já longa história, o antigo SPHAN foi transformado em Delegacia, Diretoria, Secretaria, Subsecretaria e, finalmente, Instituto. Neste artigo, utilizaremos apenas a última e atual denominação. Durante a chamada “fase heroica”, entre 1937 e 1967, a instituição foi dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, um de seus fundadores.

ditadura militar, abriu espaço para o reposicionamento político da instituição no âmbito do governo federal, e abriu caminho para a criação, em 1979, num contexto de abertura do regime, da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM)⁷ – instituição que ampliou a noção de patrimônio, redefinindo-o como “cultural”, e revolucionou a maneira de tratá-lo, ressaltando a importância das comunidades na sua produção e guarda.

A “revolução”, realizada no âmbito da Pró-Memória, foi semelhante, em alcance e magnitude, àquela promovida pelos intelectuais modernistas dos anos 1930, sendo, então, importante compreender como ela pôde ocorrer num momento de regime governamental fechado. Enfatizava a função da cultura como eixo a orientar e pautar um modelo de desenvolvimento mais adequado às características, problemas e desigualdades do país. Um projeto cujas raízes podem ser localizadas no projeto nacionalista, integracionista e desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek nos anos 1950 (ANASTASSAKIS, 2017, p. 75). Cultura e patrimônio foram, assim, de novo integrados a um projeto nacional. Não mais para dar relevo a produtos da cultura e ao patrimônio como recursos econômicos, mas como eixos mestres do desenvolvimento.

A Fundação Nacional Pró-Memória revolucionou o campo do patrimônio também de outras formas. As ideias que, em seguida, se expressaram nos debates das comissões da Assembleia Nacional Constituinte e desaguaram na redação dos artigos 215 e 216 da atual Constituição foram grandemente geradas em seu âmbito. Por meio de ações-exemplo, como os tombamentos da Serra da Barriga, em Alagoas⁸, e do Terreiro da Casa Branca do Engelho Velho, na Bahia, ou como a do Museu ao Ar Livre de Orleans, destinado ao resgate da herança de colonos europeus em Santa Catarina, uma nova concepção de patrimônio, que abarcava práticas e produtos da vida social de diferentes culturas presentes no país, foi sinalizada para a sociedade. Uma noção colocava

⁷ A fundação adotou o modelo do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), criado em 1975 a partir de uma parceria entre o então Ministério de Indústria e Comércio, Universidade de Brasília e Secretaria de Cultura do Distrito Federal, sob a direção de Aloísio Magalhães. A Pró-Memória tinha o caráter de fundação de economia mista e foi criada para funcionar como o braço executivo do IPHAN, que manteve o caráter de instituição da administração direta.

⁸ Local onde existiu o Quilombo dos Palmares.

ênfase não somente nas coisas, mas no saber e no fazer dos sujeitos produtores e intérpretes de sua própria cultura.

O processo de redemocratização do país correspondeu a um período de grande ebulição na área da cultural, mas, como já apontado, essa ebulição não produziu resultados práticos em termos de transformação da ação institucional e governamental, de modo a torná-la mais aberta, inclusiva e participativa. Contribuíram para este resultado, a morte prematura de Aloísio Magalhães, líder da Fundação Nacional Pró-Memória e principal animador do processo de abertura conceitual acima narrado, e a extinção da própria fundação, em 1990, pelo governo Collor. A importância e singularidade do que se instala a partir de 2003, com a reestruturação e renovação da área cultural realizada pelo governo Lula da Silva – o primeiro, em regime democrático, a articular cultura e patrimônio a um projeto nacional e a tratá-los como eixos importantes da política governamental – decorre também do contraste que suas conquistas estabelecem com os poucos resultados obtidos nos anos 1980.

O período 2003-2010

A política cultural formulada pelo Ministério da Cultura entre 2003 e 2010⁹ retomou a proposta, já explicitada por Aloísio Magalhães, da cultura como eixo condutor de um desenvolvimento social, econômico e ambiental mais inclusivo e adequado ao Brasil e, ainda, como um direito ao qual todos os cidadãos devem ter acesso. As noções de acesso, inclusão e diversidade nortearam as diretrizes dessa política, o que reverberou diretamente na valorização das culturas populares e do chamado patrimônio cultural imaterial. Uma das suas expressões máximas foi o inovador Programa Cultura Viva, certamente, a mais ampla e eficiente ação governamental de fomento e incentivo à produção cultural e à criatividade popular já vista no país. Essas noções reverberaram também na estrutura do MINC por meio da criação de novas unidades, como a Secretaria da Igualdade e Diversidade Cultural e o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), no IPHAN, e mediante a valorização de outras que, isoladamente, já atuavam nesse sentido como o Centro Nacional de Folclore

⁹ Foram ministros da Cultura Gilberto Gil Moreira (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010).

e Cultura Popular (CNFCP) e a Fundação Cultural Palmares¹⁰. No IPHAN, as mudanças se expressaram, ainda, na formulação e implementação da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, na reestruturação do Programa Monumenta¹¹, como uma ação voltada ao atendimento das demandas reais de preservação das cidades históricas e no aumento da capilaridade institucional, com a instalação de superintendências em todos os estados do país¹².

Em diálogo com a política cultural implementada pelo MINC, uma política nacional de patrimônio cultural foi, pela primeira vez, explicitada. Suas diretrizes, relativas à participação social, à reinserção dos bens culturais na dinâmica social e à qualificação dos seus contextos, foram claramente assinaladas e divulgadas, orientando a implementação de ações de natureza diversa nos territórios nos quais os bens culturais estão inseridos, com atenção para a compreensão da dinâmica econômica e social que os sustenta ou degrada e para as formas diferenciadas de promoção do desenvolvimento local (PORTA, 2012, p. 20).

Os processos que constituem a preservação do patrimônio cultural – identificação e documentação, proteção, reconhecimento e gestão, fomento e promoção – passaram a ser desenvolvidos em conformidade com essas diretrizes, e a incluir ações de formação e capacitação de recursos humanos dentro e fora do IPHAN. Em consonância com programas do MINC, essas iniciativas envolveram grupos sociais vulneráveis com vistas a incentivar ações de identificação, documentação e gestão de seu próprio patrimônio, e também a facilitar o seu acesso aos recursos públicos, mediante participação qualificada nos diversos editais lançados no período.

Os resultados foram positivos, notáveis e capazes de colocar o Ministério da Cultura e o IPHAN num outro patamar de ação institucional. Entre esses, cabe ressaltar o aumento da capacidade de identificação e documentação do patrimônio cultural e a ampliação de parcerias (PORTA, 2012, p. 91-93), o

¹⁰ Até 2003 o CNFCP pertencia à FUNARTE, tendo sido integrado à estrutura do IPHAN pelo Decreto 4.811, de 19 de agosto de 2003.

¹¹ O Programa Monumenta foi criado em 1999 com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Até 2006, funcionou como um programa do Ministério da Cultura, no qual o IPHAN tinha uma participação secundária e voltada para a aprovação e fiscalização de projetos nas cidades tombadas que dele participavam.

¹² Foi presidente do IPHAN, no período em foco, o arquiteto Luís Fernando de Almeida.

que compensou, em muitos estados da federação, a relativa ausência de organismos estaduais e municipais, cuja ação foi prejudicada e diminuída pelas políticas neoliberais dos anos 1990. O quadro técnico do IPHAN foi ampliado e renovado com a realização de concursos públicos em 2005 e 2009 que, literalmente, impediram o seu fechamento. Uma renovação que não foi apenas quantitativa, mas qualitativa e articulada à noção ampliada de patrimônio cultural estabelecida na Constituição, com a criação de vagas para antropólogos, geógrafos e sociólogos, além dos especialistas tradicionais do campo do patrimônio, ou seja, arquitetos, historiadores e arqueólogos.

A incorporação do Programa Monumenta ao IPHAN, em 2006, produziu um crescimento da ordem de 502% no orçamento da instituição, o que, somado aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), proporcionou um crescimento total de 175% do investimento federal em preservação do patrimônio (PORTA, 2012, p. 95). Uma melhor distribuição desses recursos no território nacional foi buscada, evitando-se, em consonância com as diretrizes do MINC, sua concentração na região Sudeste.

Outra iniciativa fundamental diz respeito aos passos dados no sentido da criação de um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), com vistas a articular as três instâncias de governo e a sociedade civil em torno de uma política de preservação comum e compartilhada. Esse sistema – que não teve condições de implantar plenamente – buscava superar a segmentação do patrimônio cultural em patrimônios de interesse “nacional”, “estadual/regional” e “local”, recusando essa hierarquia inadequada, enfatizando o trabalho conjunto e a concertação das competências e papéis de cada instância de governo. O objetivo desse sistema era implementar uma política nacional integrada que, em vez de articular as instâncias governamentais mediante o mero repasse de recursos financeiros, operasse com base numa noção comum de patrimônio cultural, no compartilhamento de informações e na pactuação de prioridades (PORTA, 2012, p. 107).

Formulado em 2009 para dar continuidade ao Programa Monumenta e funcionar como um dos eixos de articulação do SNPC, o PAC-Cidade Históricas destinava-se, em sua concepção original, à promoção da preservação do patrimônio cultural presente nessas cidades de modo integrado ao seu desenvolvimento urbano, social e econômico. De modo inovador, as ações do

programa não focalizariam apenas os perímetros tombados, mas também os setores urbanos que impactam positiva ou negativamente a sua preservação. A espinha dorsal do programa era a formulação de Planos de Ação participativos por parte de cada cidade candidata a receber seus recursos, dotados de uma visão ampla dos problemas urbanos que afetam o patrimônio, que apontasse as ações fundamentais para enfrentá-los. O PAC-CH buscava, assim, implementar a ideia de que a preservação do patrimônio urbano decorre, muitas vezes, da solução de problemas que estão localizados fora das áreas protegidas e igualmente da ação dos habitantes. Nesse sentido, destaca-se, no âmbito desse programa, o financiamento da conservação e da recuperação de imóveis privados – experiência que foi, inicialmente, desenvolvida pelo Programa Monumenta, cujo alcance social e potencial de transformação de realidades de esvaziamento e abandono existentes em cidades históricas foi grandemente demonstrado (BONDUKI, 2010, p. 268-311).

O PAC-CH e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) foram, contudo, criações desse período de reestruturação e renovação que não se desenvolveram da maneira esperada, devido a direcionamentos posteriores equivocados. Contudo, a maior parte do que foi pensado e realizado, entre 2003 e 2010, no âmbito da política nacional de preservação se consolidou e deve se projetar no futuro. A despeito de todo o recente desmonte perpetrado na área da cultura, cuja maior expressão foi a extinção do próprio Ministério, a correção e o espírito público do trabalho realizado criou raízes em unidades como o IPHAN, e vem sustentando, a despeito da catástrofe política e administrativa que é o governo Bolsonaro, uma ação técnica ainda qualificada. Mas até quando? E em que condições?

O não que não deve ser destruído, mas poderá ser

A política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial foi uma das formuladas e implementadas entre 2003 e 2010, que, por ter avançado muito e por ter logrado um alto grau de internalização institucional, vem, a despeito dos problemas que tem enfrentado, se mantendo como uma referência nacional e internacional. Em decorrência, igualmente, da solidez de seus princípios, essa política ainda realiza por boa parte do que resta de participação e inclusão so-

cial na área governamental na qual agora está abrigada a cultura. A adequação de instrumentos e ações às especificidades dos bens culturais imateriais, que correspondem a processos vivos “cujo repositório é a mente e cujo principal veículo é o corpo humano” (SANT’ANNA, 2005, p. 7), foi uma das razões do seu sucesso. De fato, a existência desses bens depende dos sujeitos (indivíduos, grupos e comunidades) que os produzem, reproduzem ou praticam e, por esta razão, a ação governamental precisa estar orientada para sua valorização. Sua participação, ainda, precisa ocorrer em todas as etapas do processo de salvaguarda ou ela simplesmente se inviabiliza, mas certas condições materiais e ambientais devem, também, estar presentes para que esses sujeitos detentores, produtores e intérpretes de patrimônios possam reproduzi-los e transmiti-los. A articulação de políticas públicas em áreas como saúde, educação, meio ambiente e justiça é, certamente, importante para melhorar e fortalecer essas condições. Em suma, o território e o lugar são bases materiais onde se assentam e se desenvolvem esses processos culturais. Como articular, então, agora, as políticas públicas necessárias se, muitas vezes, não existem ou vão em outra direção? Como garantir lugares e territórios ocupados por comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outras, se estão sendo desqualificados?

Outra noção importante que norteou desde o início a implementação da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial foi a descentralização de ações e o compartilhamento com a sociedade de metodologias de trabalho, de modo que os grupos sociais interessados pudessem avançar na preservação do seu próprio patrimônio. Logrou-se, assim, a realização de um conjunto amplo e denso de ações de inventário, registro, apoio e fomento à continuidade desse patrimônio, que aproximou a sociedade dessa política e contribuiu para a difundir seus princípios e objetivos. Entre 2002 e 2018, como fruto dessas parcerias entre Estado e sociedade, 47 bens culturais imateriais, localizados em todas as regiões do país, foram registrados e declarados Patrimônio Cultural do Brasil; mais de uma centena de inventários de referências culturais foram realizados e cerca de 403 ações de salvaguarda foram implementadas (IPHAN, 2018, p. 20-22). Como seguir sem o apoio de programas de fomento que viabilizem essas parcerias?

Um instrumento fundamental para a obtenção dos bons resultados da política de reconhecimento e valorização de bens culturais imateriais foram os

Planos de Salvaguarda. Elaborados em conjunto com os detentores dos bens culturais registrados e geridos por coletivos, liderados pelas comunidades, contemplam as ações de curto, médio e longo prazo consideradas fundamentais para a continuidade desses bens e para o fortalecimento da autonomia dos seus detentores como gestores e condutores do processo de salvaguarda. A articulação lograda no período 2003/2010 entre política cultural e política de preservação do patrimônio foi essencial para a ampliação dos resultados desses planos. Com o apoio do Programa Cultura Viva, 10 Pontões e 18 Pontos de Cultura viabilizaram a implantação de centros de referência de bens registrados e deram sustentabilidade financeira a esses processos¹³ (IPHAN, 2010, p. 30). Como se sustentarão agora ações de salvaguarda dessa natureza, sem programas como este?

O Decreto 3551/2000 determina como um dos principais efeitos do Registro de bens culturais imateriais a produção e a disponibilização do conhecimento produzido sobre esses bens e sua ampla divulgação e promoção¹⁴. O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) tem essa missão, assim como a de viabilizar parte do fomento a ações de salvaguarda realizadas pela própria sociedade¹⁵. Entre 2005 e 2015, o MINC proveu recursos para o funcionamento desse programa que passou a lançar editais anuais para o fomento a projetos de mapeamento de referências culturais no território nacional, apoio à salvaguarda de bens culturais indígenas, afro-brasileiros, de comunidades tradicionais e bens em risco de desaparecimento, pesquisa documental, tratamento, disponibilização e/ou exposição de acervos e pilotos do Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Por meio desses editais foram fomentados 140 projetos dessa natureza, encaminhados por instituições e organizações da sociedade (IPHAN, 2016, v. I, p. 11 e v. II, p. 9). A excelência dos resultados levou ao reconhecimento internacional do PNPI, que, em 2011, foi incluído

¹³ Os referidos pontões e pontos de cultura foram implantados no âmbito dos planos de salvaguarda Jongo, Samba de Roda, Ofício de Baiana de Acarajé, Círio de Nazaré, Cacheira de Iauaretê, Aarte Kusiwa Wajápi, Viola de Cocho (Cuiabá e Corumbá), Matrizes do samba no Rio de Janeiro (Museu do Samba Carioca), Feira de Caruaru, Frevo, Tambor de Crioula

¹⁴ Efeitos explicitados no Artigo 6 do referido decreto.

¹⁵ O Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAV) também financia, desde 2000, mediante renúncia fiscal, ações dessa natureza.

na Lista das Boas Práticas da Convenção da Unesco sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

A colocação da noção de diversidade no centro da política cultural e de preservação do patrimônio permitiu cumprir, no período de 2003 e 2010, os ditames da Constituição Federal, longamente debatidos durante o processo de redemocratização do país e também longamente aguardados pela sociedade. No campo do patrimônio assistiu-se, por fim, a concretização dos sonhos de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Edison Carneiro, Aloísio Magalhães e muitos outros.

A despeito de todas essas conquistas e inegáveis avanços, o Ministério da Cultura foi extinto em 2019 e muitas de suas unidades e instituições vinculadas foram desmontadas ou distribuídas aleatoriamente na administração federal, num movimento de destruição sem precedentes e, certamente, mais amplo do que o perpetrado pelo governo Collor. Segmentos sociais populares, cujas vozes foram ouvidas e incorporadas na política cultural, tiveram o apoio às suas iniciativas retirado, provocando-se a interrupção de ricos e importantes processos criativos. Junte-se a isso, os ataques que o IPHAN tem sofrido¹⁶, embora o apoio e o reconhecimento manifestados pela sociedade tenham sido importantes e evitado atos de destruição mais profundos. Devido à sua antiguidade, a rotinas e procedimentos longamente sedimentados, experimentados e aperfeiçoados, e, principalmente, a servidores comprometidos com a causa da preservação do patrimônio cultural e a um arcabouço legal forte e consolidado que a ampara, a instituição tem se protegido de desvios comprometedores. Mas até quando essa situação precária de estabilidade perdurará? O que os segmentos sociais interessados na defesa e preservação do patrimônio cultural podem fazer e o que devem exigir que se mantenha, mesmo diante do que já foi perdido e do que ainda se pode perder?

Como apontado por Ulpiano Bezerra de Meneses (2017, p. 40), a busca permanente de superação do discurso patrimonial autoritário e excludente e a aceitação das pessoas como parte essencial da preservação do patrimônio são princípios que não podem ser abandonados. Da mesma forma, a luta pela am-

¹⁶ Como foi amplamente noticiado na mídia, diversas Superintendências Estaduais do IPHAN tiveram seus dirigentes substituídos por pessoas tecnicamente despreparadas para dar cabo de suas complexas tarefas.

pliação do uso social do patrimônio (Idem, p. 40-49). O uso turístico foi visto no Brasil, a partir dos anos 1970, como um dos mais capazes de dar sustentabilidade à conservação do patrimônio das cidades. Apesar das experiências malogradas e das muitas críticas a essa postura, ela ainda está presente e poderá ser reforçada com a incorporação do IPHAN à pasta do Turismo. A consequência poderá ser, mais uma vez, o abandono de vias mais seguras e socialmente significativas de sustentabilidade, a exemplo do fortalecimento do uso habitacional nos sítios históricos e do reforço dos vínculos do patrimônio com o cotidiano e com as demandas locais (Sant'Anna, 2019, p. 57). É preciso reivindicar fortemente, portanto, que a reapresentação do turismo como a tábua de salvação do patrimônio urbano e cultural não prevaleça como ideia-norte.

Como se tentou mostrar ao longo deste texto, a distância entre a política de preservação do patrimônio cultural e a vida social e comunitária (ARANTES, 2017, p. 55) diminuiu consideravelmente no período entre 2003 e 2010. Embora seja, ainda, necessário avançar mais na incorporação das motivações, demandas e prioridades das populações às ações de preservação e salvaguarda (Idem, p. 55), bem como estimular mais o protagonismo das pessoas nessas ações, os avanços obtidos não podem ser destruídos e devem ser reivindicados pela sociedade como uma conquista que remonta ao processo de redemocratização do país. Em suma, o pandemônio político e administrativo que estamos vivenciando, não pode deixar como resultado a redução do patrimônio cultural a um mero ativo econômico ou a uma mercadoria a ser explorada. Muito menos, ainda, a um entrave (um cocô petrificado?), cuja destruição é permitida a fim de se atender a interesses puramente privados.

Referências

- ANASTASSAKIS, Zoy. A cultura como projeto: Aloísio Magalhães e suas ideias para o IPHAN. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 35, p. 65-77, 2017.
- BONDUKI, Nabil. *Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos*. Brasília: IPHAN: Programa Monumenta, 2010.
- CHUVA, Marcia; LAVINAS, Laís Vilela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75-98. jan.- abr. 2016.
- CHUVA, Marcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 35, p. 79-103, 2017.

- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.
- IPHAN. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial – 2003-2010*. Brasília: Departamento do Patrimônio Imaterial/IPHAN, 2010, 2ª ed.
- _____. *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: compêndio dos editais: 2005/2010*. Brasília: IPHAN. 2006, vol I.
- _____. *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: compêndio dos editais: 2011-2015*. Brasília: IPHAN. 2006, vol II.
- _____. *Saberes, gíngas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil – 2002-2018*. Brasília: IPHAN, 2018.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 36, p. 39-51, 2017.
- PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados*. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2012.
- QUEIROZ, Hermano F. Oliveira Guanaes e. O registro de bens culturais imateriais como instrumento constitucional garantidor de direitos. In: *Revista do IPAC*, Ano 1, nº 1. Salvador: IPAC: Brasília, IPHAN, 2016.
- RISÉRIO, Antônio. *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- SANT'ANNA, Marcia. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: *Registro e Políticas de Salvaguarda para as Culturas Populares*. Rio: IPHAN/CNFCP, 2005, p. 7-13.
- _____. A cidade-atração: o patrimônio como insumo para o turismo. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 40, p. 59-71, 2019.

Pandemia e pandemônio: impactos sobre o campo da cultura

Lia Calabre

Tempos estranhos e complexos esses atuais! Talvez a cultura e as artes nunca tenham sido tão necessárias, acionadas e, igualmente, tão perseguidas e vilipendiadas no Brasil. Bem antes da pandemia, um pandemônio havia se instaurado no país no campo das políticas públicas de cultura. O amplo significado da palavra ‘pandemônio’ se aplica com perfeição à conjuntura atual, mais especificamente ao que vem ocorrendo no país a partir do início de 2019. Temos vivenciado uma mistura, aparentemente, desordenada de acontecimentos e ações, sem sentido lógico, na cena das políticas públicas de cultura. Como exemplo, presencia-se uma situação na qual um grupo de pessoas se reúne sistematicamente para causar desordem ou desinformação, disseminando um conjunto de inverdades sobre o uso dos recursos públicos das leis de incentivo e fundos (inclusive o do audiovisual). Seguindo ainda a definição dicionarizada, temos a associação de pessoas para fazer o mal, como dirigentes de instituições federais, apoiados pelo presidente da República, desconstruindo o legado de políticas de reconhecimento de direitos, como os das comunidades quilombolas ou dos indígenas, com suas crenças e costumes, fazendo o país retroceder décadas nas políticas de reparação social.

O vírus bolsonarista, que se disseminou no país há mais de um ano, vem atacando duramente as áreas da educação e da cultura. Ambas têm busca-

do a produção de anticorpos, através da ciência e da produção de conhecimento, que as permitam sobreviver e debelar a epidemia, ou o pandemônio, criado por tal vírus. Em meio a esse contexto de busca de estratégias de resistência por todos aqueles que atuam no campo da cultura e das artes, o país foi atingido pelo COVID-19.

A ideia principal desse artigo é a de refletir um pouco sobre as transformações sofridas no campo das políticas culturais, nessas duas últimas décadas com ênfase no processo de ampliação e, mais recentemente, de redução conceitual continuada das visões sobre cultura produzidas e propagadas pelo Estado. Pretende-se, ainda, lançar um olhar sobre os desdobramentos desse processo no campo da participação e organização social, em plena conjuntura pandêmica, na luta pela sobrevivência dos trabalhadores da cultura.

De onde partimos?

Temos como hipótese que, dentro da história das políticas culturais democráticas no Brasil, o ano de 2010 pode ser tomado com um momento ápice do desenvolvimento das ações, programas e políticas construídas na direção da garantia dos direitos à cultura e a cidadania cultural. É o momento no qual o governo busca dar efetividade aos direitos previstos na Constituição Federal (CF) de 1988. Toda a riqueza e dinâmica que se expressa na primeira década do século XXI é, de alguma maneira, tributária da conjuntura de 1980, tanto nacional quanto internacionalmente falando. No cenário internacional, em 1982, foi realizada a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, a *Mondiacult*, no México, um marco na elaboração e difusão de um conceito de cultura mais amplo entre os governos, não mais restrito ao campo das letras e das artes, incluindo os modos de vida, as crenças e os saberes de um povo. A Conferência contribui, igualmente, para o alargamento do conceito de patrimônio cultural, além de chamar a atenção dos países membros para a necessidade de construção de políticas públicas no campo da cultura.

No Brasil, algumas experiências diferenciadas vinham sendo colocadas em prática, desde os anos 1970. Dentre elas, destacamos aquelas ligadas à atuação de Aloisio Magalhães na criação e implementação das ações da Fundação Pró-Memória (1979) e na Secretaria de Cultura do Ministério da Educação

(1981-82), assim como, a atuação da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), criada em 1975. Com o processo de redemocratização e de realização de eleições para os governos dos estados, em 1982, surgiram novas Secretarias de Cultura (ou foram reestruturadas as antigas) e, concomitantemente, ocorre um movimento de articulação entre esses novos secretários estaduais de cultura. Ainda que o Ministério da Cultura tenha sido criado em 1985, o grande marco sobre a afirmação dos deveres do Estado e de ganho de direitos culturais da sociedade foi a aprovação da Constituição de 1988.

As discussões que envolveram o processo Constituinte trataram da cultura não somente referida às artes, mas da cultura pensada em sua dimensão antropológica, englobando o conjunto dos saberes e dos fazeres, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural. As recomendações oriundas do processo constituinte foram na direção do reconhecimento das heranças africanas, das culturas indígenas, dedicando atenção às práticas culturais ribeirinhas, caboclas, sertanejas e outras tantas mais que compõem o país. Florestan Fernandes, sociólogo e deputado Constituinte (PT-SP) em um dos debates da Comissão, afirmou que a cultura necessitava ser vista:

Em seu sentido antropológico, sociológico, porque o Estado precisa criar condições de proteção da capacidade artística e criadora também das massas populares, daqueles artistas anônimos, desde as tribos indígenas, das populações rústicas até as favelas e inclusive os asilos, uma produção cultural que tem sido ignorada e muito rica (FERNANDES, 2009, p. 565)

Revisitando os anais das discussões da Constituinte, encontramos a seguinte síntese das questões demandadas e debatidas:

o acesso à cultura como direito do cidadão; pelo fim da censura e pela liberdade de criação e de expressão cultural e artística; – o respeito à identidade/diversidade cultural e pela democratização da cultura; a crítica à dominação, monopolização e submissão da cultura ao mercado e à influência estrangeira; relação entre desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio e das manifestações e bens culturais; pela ampliação do orçamento público e do investimento privado para a cultura; necessidade de políticas públicas para o patrimônio, os museus, o livro e a leitura, o teatro, a dança, as artes plásticas, o folclore, a música, o cinema, a

fotografia; desoneração da importação e exportação de insumos e bens culturais; valorização e proteção dos autores, artistas e professores; a Cultura em lugar de destaque na nova Constituição (BACKES, 2009, p. 565-566).

Vamos nos permitir dar um salto histórico e chegar ao ano de 2003, no início do governo do presidente Lula (PT). Foram oito anos de governo, que culminaram em 2010, com muitos acertos e também com muitos problemas, mas que, sem dúvida, marcaram positivamente a história das políticas culturais no Brasil. Esse processo teve como figura chave o ministro da Cultura Gilberto Gil e a equipe por ele convidada para, realmente pela primeira vez, colocar a cultura na pauta das políticas públicas de maneira ampla e democrática.

O documento “Imaginação a serviço do Brasil” – parte integrante do programa de governo da campanha do presidente Lula, em 2002 – que tinha como subtítulo: “Programa de políticas públicas de cultura”, já trazia a questão da necessidade da reestruturação do lugar da cultura nas políticas públicas. As propostas, que ali constavam, dialogavam com documentos e estudos internacionais (como os da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco, por exemplo) nos quais a cultura é considerada como um direito básico, em que as políticas culturais de um país devem estar voltadas para o desenvolvimento e o fortalecimento da democracia.

Ao longo desses oito anos de governo, nos quais, durante os seis primeiros, tivemos Gilberto Gil como ministro da Cultura, inúmeros projetos, ações e políticas, com diferentes graus de potencial estruturador, foram implementados. Gilberto Gil foi sucedido por Juca Ferreira, que era o secretário Executivo do MINC desde o início da gestão do presidente Lula.

Um conjunto de políticas de sustentação do setor foram elaboradas – ainda que parte de sua implementação possa ter se dado na gestão seguinte –, tais como o Sistema Nacional de Cultural, que dentro dele tem as conferências de cultura, os fundos de cultura, os conselhos de políticas culturais e os planos de cultura como elementos fundamentais. Nos governos da presidenta Dilma Rousseff (PT, 2011-2014 e 2015-2016), essas políticas já sofreram uma diminuição no ritmo de implementação e algumas ações começaram mesmo a ser descontinuadas. Com o golpe contra Dilma (em 2016), que resultou no

impeachment e no início da gestão de Michel Temer (MDB), o processo de esvaziamento das políticas de cultura ganha efetividade.

Início dos tempos de pandemônio

O primeiro ataque da gestão Temer foi o da extinção do Ministério da Cultura, que encontrou forte resistência do campo cultural e artístico, fazendo com que o governo rapidamente recuasse, recriando o MINC. O “Ocupa MINC” foi um movimento fundamental de mobilização, com debates, shows e ocupação dos diversos espaços das representações regionais em todo o país, que obrigou o governo a rever a decisão de extinguir o Ministério. Entretanto, novas estratégias de destruição do setor começaram a ser elaboradas.

Já nos primeiros meses do governo Temer, tem início um processo de gradual e permanente de descontinuação de uma série de ações. Através de estratégias tais como a de colocar sob suspeição o conjunto dos atos realizados ou iniciados pela gestão anterior, fazendo com que uma série de acordos e convênios ficassem paralisados por muitos meses e, em alguns casos, resultando no cancelamento dos mesmos. Começam as trocas constantes na chefia da pasta, com sucessivas substituições daqueles que ocupavam os cargos comissionados, afetando gravemente a continuidade da implementação das políticas e das ações, mesmo as mais rotineiras.

A sucessão de escolhas de pessoas para ocupar tais cargos começou a gerar um alto grau de instabilidade na área. Eram indicadas pessoas para os cargos de direção que ora não conheciam nada do campo da cultura e das artes, ora não conheciam nada do campo da gestão pública, ou ainda não conheciam nada de nada, com seus respectivos apadrinhados, pouco profissionais na maioria dos casos, gestando o pandemônio que se instaurou na área. Dentro desse contexto, a forma com que os governos Temer e, mais ainda, Bolsonaro, e suas equipes, vieram lidando com os servidores públicos agravaram mais ainda a situação do setor. Explico! Os quadros funcionais do Ministério da Cultura (agora Secretaria Especial da Cultura) e de suas instituições vinculadas – Biblioteca Nacional, FUNARTE, Fundação Palmares, IPHAN, IBRAM e Fundação Casa de Rui Barbosa – ficaram muito tempo sem renovação e, parte deles, começou a ser renovado no governo Lula, ainda que de manei-

ra insuficiente¹. As exceções a esse quadro de envelhecimento funcional é a Agência Nacional de Cinema (ANCINE), que teve concursos em separado e tem uma carreira própria, que atrai e retém quadros funcionais mais qualificados e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado no governo Lula e com quadros novos concursados. Os processos de repasse de conhecimento dos meandros da máquina burocrática do estado, com a memória viva dos servidores, que é saudável para a continuidade e mesmo aperfeiçoamentos dos modos de fazer, foi sendo perdida. As equipes se sucederam, com uma grande movimentação de pessoal em cargos estratégicos, sem que os repasses de conhecimento e das *expertises* do setor fossem finalizados.

Tem sido, desde então, uma verdadeira maldição, o que vem ocorrendo na área da cultura. Pois as fragilidades estruturais das políticas públicas brasileiras que são evidentes em um conjunto de áreas, quando submetidas aos incessantes ataques, como os que vêm ocorrendo na cultura, terminam por gerar um processo de paralização das atividades, acarretando perda de recursos técnicos e financeiros.

Retornando ao ex-Ministério e, em especial, as suas vinculadas, há o grave problema de um quadro funcional envelhecido, mas que se mantinha na ativa – com uma tradição de ficar até próximo ao período de aposentadoria compulsória – por uma grande identificação (afinidade) com as atividades desenvolvidas. Com os projetos de reforma na aposentadoria dos servidores, as ameaças de redução de salários e jornadas e a completa falta de confiança no cumprimento, por parte do atual governo, das obrigações com os direitos adquiridos, vem ocorrendo um número significativo de aposentadorias, fato que agrava ainda mais a situação na área pública federal da cultura. O atual governo prima por desqualificar o trabalho feito pelos servidores públicos, ameaçando as áreas com processos de privatização, com a transferência de parte das atividades e responsabilidades para área privada – como é o caso do registro e emissão do ISBN para publicações ou, ainda mais terrível, a problemática dos

¹ Os baixos salários que são pagos pelo poder executivo e a não obtenção de uma carreira funcional própria fez com que muitos dos novos concursados fossem procurar novas oportunidades de trabalho. Das instituições vinculadas tem carreira própria a ANCINE e a Fundação Casa de Rui Barbosa (mas que não conseguiu realizar concursos para as áreas finalísticas, em especial da pesquisa).

licenciamentos na área de patrimônio em geral que o governo deseja retirar da responsabilidade do IPHAN.

Desde o período da campanha eleitoral bolsonarista ficou evidente a baixa empatia deste grupo político com a área artística e cultural. Os discursos de ódio, as *fakes news* e outros ataques sistemáticos aos artistas, logo nos primeiros momentos do governo, eram indícios claros que tempos bem difíceis se avizinhavam.

O ano de 2019 já havia sido bastante ruim. Os já reduzidos recursos destinados à cultura começaram a ser bloqueados por justificativas diversas. De imediato, houve a determinação de que a PETROBRAS, a maior patrocinadora via Lei Rouanet (Lei de Incentivo à Cultura) de atividades artísticas e culturais, deixasse de atuar na área, essa não era uma prioridade do governo (dito pelo próprio presidente) e não deveria, segundo o mesmo, ser uma atividade de uma empresa da área de petróleo. Algumas tentativas de desvio e esvaziamento dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual foram feitas, na impossibilidade de retirarem os recursos da área, começaram a bloquear seu fluxo. Editais e apoios foram, teoricamente, redesenhados (mas muitos bloqueados, na verdade), ou deixaram de ser lançados.

A extinção do Ministério da Cultura esteve entre os primeiros atos do governo bolsonarista. Para sucedê-lo foi criada uma Secretaria Especial de Cultura, vinculada ao Ministério da Cidadania, que poderia, a princípio, trazer consequências não tão desastrosas. Projetos com foco na territorialização das políticas, de execução de políticas compensatórias, as atividades do Programa Cultura Viva, as Praças de Esporte e Cultura, poderiam ter sido implementados tendo como foco o fortalecimento da cidadania cultural. Mas esse nunca foi o projeto do governo Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente sem partido), muito pelo contrário, o objetivo era o de rebaixar o *status* da cultura dentro do conjunto de políticas públicas, de reduzir o conjunto das ações e sua abrangência.

As escolhas para a ocupação das presidências das instituições vinculadas, que agora estavam diretamente ligadas ao Ministério da Cidadania, foram desastrosas, baseadas em critérios muito obscuros². A visibilidade que as ações

² Temos aqui a Fundação Palmares, a Fundação Biblioteca Nacional, a Fundação Nacional das Artes, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Brasileiro de Museus e a Fundação Casa de Rui Barbosa.

no campo das artes e da cultura tradicionalmente obtém na mídia nacional e internacional, aliada à capacidade de articulação de resistência do campo, tem sido objeto de ataque sistemático dos terraplanistas, dos homofóbicos e grupos mais conservadores que compõem e cercam esse governo. A constante disputa pelo controle das instituições vinculadas ao extinto MINC, pelos grupos mais conservadores do governo, revelam o projeto de doutrinação e controle da atual presidência da República e seus aliados.

Há uma campanha contínua de tentativa de difamação de importantes e renomados artistas, por suas reafirmadas posições contrárias ao presente governo. Tal fato tem, inclusive, resultados em inúmeros processos judiciais. Verifica-se, também, um pleno desrespeito às questões dos direitos autorais, nos inúmeros casos de uso não autorizado de composições musicais, de imagens, entre outros, por parte de simpatizantes e membros do governo.

Para o ano de 2020, as expectativas em relação às ações do governo federal eram ainda piores. O ano de 2019 havia se mostrado muito ruim e os projetos de desmonte continuavam a ser construídos. Os segmentos artísticos vinham buscando outras formas de financiamento que garantissem a manutenção de suas atividades e a sobrevivência financeira. Alguns governos municipais e estaduais vinham se mostrando mais sensíveis ao conjunto de questões e problemas que atingiam a área. Os processos de construção dos sistemas municipais de cultura continuaram a ter andamento em algumas localidades, inclusive com a realização de conferências municipais de cultura, assim como as atividades dos conselhos municipais de cultura e o funcionamento dos fundos de cultura foram mantidos.

Tempos de pandemia no pandemônio

Em geral, em termos de administração pública brasileira, as atividades de todos os anos têm início, efetivamente, em março, quando retornam os expedientes dos poderes legislativo e judiciário. Com 2020, não seria diferente. Em janeiro, iniciaram as notícias do surto do vírus na China, que rapidamente se espalhou pelo mundo. O presidente da República e uma parte significativa de seus ministros ignoraram o acontecido e não se prepararam para a chegada do surto ao Brasil, mesmo quando ele já se espalhava por toda a Europa. O

governo brasileiro manteve uma postura negacionista, minimizando o risco e, por conseguinte, revelando sua face genocida – fazendo com que no início de agosto do mesmo ano tenhamos terminado o mês ultrapassando a marca trágica dos 100 mil mortos. Retomando, o resultado imediato foi, em fins de março, em especial na região Sudeste, a chegada do vírus de forma violenta, provocando o fechamento dos estabelecimentos e o início de obrigatoriedade do isolamento social amplo. As medidas de segurança foram determinadas pelos governos estaduais, contrariando as diretrizes do governo federal (ou a falta de diretrizes do governo federal, melhor dizendo).

A área da cultura está entre as primeiras que foram duramente atingidas. Assistimos ao fechamento de todos os equipamentos culturais (públicos ou privados), a proibição de aglomerações de qualquer natureza – afetando, por exemplo, feiras, exposições, festivais, mostras de qualquer tipo de atividades artística ou cultural. Naquele mesmo momento, estava em vias de assumir a Secretaria Especial de Cultura a atriz, e bolsonarista de primeira hora, Regina Duarte. Esse foi um capítulo a mais na novela de incompetência, desmandos e hipocrisia, que vem encenando esse governo desde os primeiros tempos. A ineficácia e inoperância desse governo, diante da pandemia, geraram efeitos perversos e a área da cultura foi duramente atingida. Não devemos perder de vista que deverá ser a última a retornar as atividades.

A nova secretária, que não tinha a menor ideia de como funcionava a máquina pública, mostrou-se incapaz de responder a qualquer questionamento da classe artística. Soma-se a isso o fato de que, antes mesmo de assumir, começou a ser também atacada, por parte dos grupos bolsonaristas insatisfeitos com as primeiras declarações dela, colocando em evidência a virulência dos seguidores do governo contra a área da cultura.

A área do executivo federal da cultura abandonou o conjunto dos trabalhadores à “sua própria sorte”. Aqui vale um destaque para uma série de municípios e estados, alguns logo no início da pandemia, que criaram editais especiais, auxílios emergenciais, cadastro para cestas básicas, pagamento antecipado de ingressos e outras estratégias para atender os trabalhadores locais da cultura. Entretanto, os recursos eram escassos, deixando muitos desses fazedores de cultura em uma situação crítica, não conseguindo atender a diversa cadeia produtiva da cultura.

Ante a situação de abandono da parte do executivo federal, começou a ocorrer um processo de mobilização da sociedade civil com o poder legislativo. Alguns projetos, prevendo diferentes formas de auxílios emergenciais para a área, começaram a ser elaborados por deputados de diversos partidos. Os desdobramentos das ações, na Câmara de Deputados Federal, com o amplo empenho da comissão de cultura que é presidida pela deputada Benedita da Silva, desencadearam um movimento de mobilização dos trabalhadores da cultura em todo o país. Os fóruns dos secretários de cultura tiveram um papel fundamental na ampliação das discussões e debates por todo o país.

A construção da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc teve como elemento fundamental a convocação de fóruns de discussão com diversos participantes da sociedade civil dos mais variados segmentos da cultura e dos poderes públicos de estados e municípios, permitindo que o texto estivesse o mais ajustado possível aos objetivos propostos. A complexidade do setor, a diversidade de funções, atividades e áreas que abrange, exigiu um debate ampliado com representantes de todo o país. As inúmeras videoconferências mobilizaram representantes dos governos locais, parlamentares, ativistas, realizadores e trabalhadores dos mais diversos segmentos, permitindo o acompanhamento e a contribuição para a finalização do texto.

O processo de mobilização cresceu rapidamente, até mesmo porque não devemos esquecer da célebre frase de Herbet de Souza, o conhecido Betinho, fundador do Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida, “Quem tem fome, tem pressa”. A agilidade de condução do processo de discussão e votação da Lei na Câmara e do Senado é tributária tanto à urgência do tema quanto a ampla mobilização coletiva do setor, criando grupos de pressão direta nas bases territoriais dos parlamentares.

Todo o processo de construção de políticas culturais que vinha sendo construído pelo governo federal, assentado no Sistema Nacional de Cultura (SNC) estava praticamente paralisado desde o início do governo Bolsonaro. A continuação dos processos de adesão de municípios ao Sistema, se dava por conta de desdobramentos territoriais e não mais estimulados pelo governo federal. As atualizações, do atingimento das metas do Plano Nacional de Cultura, deixaram de ser tornadas públicas, ou mesmo de ser contabilizadas. Para aumentar o pandemônio dentro da pandemia, a Secretaria Especial da Cultura

foi transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, assim como as instituições vinculadas ao extinto Ministério da Cultura também foram transferidas de Ministério, entretanto a finalização dessa operação demorou meses, servindo como justificativa para a completa paralização de inúmeras atividades, criando situações de indefinição. As disputas ideológicas pelo controle da pasta fizeram com que se estabelecessem enfrentamentos entre a secretária Especial da Cultura (escolhida pelo presidente da República) e os presidentes das instituições vinculadas. Um dos desdobramentos impen-sáveis foi a perda do poder da secretária Especial, Regina Duarte, de nomear os presidentes das instituições vinculadas (Fundação Palmares, FUNARTE, Biblioteca Nacional, IPHAN, IBRAM e FCRB) e definir as diretrizes de atuação das mesmas. O processo de desgoverno se alastrou pelas instituições federais de cultura de uma maneira geral. Teve início uma intensa campanha realizada pela classe artística cobrando ações e posicionamentos da secretária e deixando pública sua total incapacidade de gerir qualquer órgão público.

Para fazer frente a tal situação de completo pandemônio da gestão federal da cultura e, em boa medida, estimulados pelo ressurgimento do processo de articulação e mobilização em torno da aprovação de Lei de Emergência Cultural, a sociedade civil vem se articulando em fóruns permanentes de cultura, em grupos de trabalho e de pressão política. Alguns desses fóruns locais e regionais continuaram a existir nesses quatro últimos anos “pandemônicos”, mas vinham perdendo força e capacidade de atuação. O processo de construção, coletiva ativado pela construção da Lei Aldir Blanc, dentro da luta pelo reconhecimento da importância do trabalho na cultura reascendeu a discussão do papel e importância do Sistema Nacional de Cultura, em especial da função efetiva de um Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, como lugar de reconhecimento dos trabalhadores e fazeres nesse campo. Ocorreu a ativação da demanda, por parte dos militantes pela causa da cultura, da construção efetiva dos sistemas municipais e estaduais de cultura, ainda que em plena contramão do movimento do executivo federal – que continua a ser o de desmonte da área.

Em meio a plena pandemia, com a Lei de Emergência Cultural aprovada nas duas casas legislativas, com os recursos identificados, o poder executivo não tinha como justificar a não liberação do dinheiro, ainda que tenha busca-

do complexificar o processo de distribuição dos recursos. Assiste-se, então, o mais novo secretário Especial da Cultura, tecer LOAS ao governo pela liberação dos recursos, buscando trazer para si a simpatia e crença da população de que o governo está sensível com a causa da cultura, isso é, daqueles que não acompanharam toda a luta e presenciaram o desprezo do atual governo com o campo da cultura. Na busca pela resistência, a tal apropriação a mobilização do setor vai se ampliando, os debates nacionais vão se mantendo, organizações da sociedade civil vão surgindo, alguns governos municipais vêm reconhecendo a importância da cultura. O papel da sociedade civil, no acompanhamento da liberação e aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc, é fundamental.

Enquanto os esforços estão voltados para os que têm fome, os ataques ao setor continuam. As representações regionais do antigo Ministério estão sendo extintas, os servidores transferidos, as memórias destruídas. Ao falar de memória, é impossível não deixar de nos remeter ao crime do abandono da Cinemateca Brasileira, lugar que guarda a memória do audiovisual brasileiro, que deveria ser motivo de orgulho, em outro país ou em um governo que realmente tivesse responsabilidade com “a coisa pública”. Ao colocar o acervo em risco pelos diversos processos de desgoverno, esse governo comete vários crimes contra o patrimônio público, desperdiça um enorme volume de recursos que foram investidos ali nos últimos 15 anos com obras de aclimação para a preservação efetiva do material, com recuperação de originais, com digitalização de materiais diversos, isso é um crime. Para encerrar, trago rapidamente o exemplo da Fundação Casa de Rui Barbosa, meu lugar de origem, com os processos de desmonte – barulhentos e silenciosos – que continuam, sob uma cortina de fumaça criada pelo discurso de uma pseudo-competência que está sendo criada, que busca desqualificar os pesquisadores e os trabalhos que se fizeram ali, por décadas, e que muito contribuíram para a produção intelectual e crítica do país e para o fortalecimento da democracia e da cidadania cultural.

Referências

BACKES, Ana Luiza; BITHIAH, Debora de Azevedo e ARAÚJO, José Cordeiro (orgs.). *Audiências públicas na Assembleia Constituinte: a sociedade na tribuna*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

- CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- FERNANDES, Florestan. Debates. In: BACKES, Ana Luiza; BITHIAH, Debora de Azevedo e ARAÚJO, José Cordeiro (orgs.). *Audiências públicas na Assembleia Constituinte: a sociedade na tribuna*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.
- SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei nº 1.075*, de 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/142136>. Acesso em: 05 jun. 2020.

Nossa cultura em pandemia

Christiane Ramírez

Para refletir sobre o cenário da cultura no Brasil, considero fundamental re-visitarmos a nossa história. Nesse aspecto, é preciso lembrar que o Brasil é uma jovem República e um país onde mais de 70% da população não tem ainda a dimensão quanto ao significado do que é ou deveria ser um Estado Democrático de Direito. Desconhece o significado da República, e o papel que cabe aos três poderes, deixando de exercer parte do exercício dos plenos direitos de cidadania, importante considerar que grande parte das pessoas acaba ainda, por expressar uma espécie de temor à Democracia.

Estamos vivendo um cenário onde o uso de falsas informações e da deturpação dos fatos está sendo reiteradamente utilizado por poderosos movimentos que atentam contra o território nacional e à população, que acaba, contraditoriamente, reproduzindo esse comportamento. Seja pela limitação e o desconhecimento acerca da realidade brasileira, seja por desconhecer, também, por estarem velados, os reais propósitos e interesses políticos e econômicos aí envolvidos e os profundos impactos causados por esses grupos.

Além de não praticar a cultura cidadã enquanto sociedade, enfrentamos uma pandemia, um vírus que paralisou o mundo e nos mostrou um cenário político e econômico também bastante crítico no Brasil de 2020, com o desmonte das instituições, a desconstrução das políticas públicas, a imple-

mentação de uma censura silenciosa e operante, somado à negação da própria pandemia mundial. Quando o país passa a tratar a pandemia, sem qualquer esclarecimento ou plano nacional, união dos setores e força política, nada foi feito em nível nacional, fomos salvos por princípios constitucionais humanos por intermédio de estados e municípios, bastante atacados, inclusive.

A partir da inserção do “novo” na rotina, aparentemente, normal do dia a dia, temos agido como se, de fato, nada tivesse mudado, e que devemos tocar nossas vidas como se isso não significasse nada, ou seremos tachados de fracos e alarmistas. O que isso, de fato, significa enquanto sociedade, onde vamos chegar e quais os caminhos que nos levaram a esse cenário, são perguntas que não calam, mas a história nos aponta uma trajetória a ser vencida ainda.

Somos um país absolutamente miscigenado, a construção do território, das sociedades que aqui se formavam e dos povos que aqui vivem, selam uma característica do povo brasileiro, plural, misturado e rico em cultura. Temos um pouco de cada país, de cada povo, de cada um que por aqui chegou e trouxe consigo sua história e seu saber fazer. Somos um país colonizado, que foi estruturado pela criatividade e pela exploração do trabalho e escravização de homens e mulheres, algo que ainda não conseguimos, culturalmente, nos desvencilhar como estigma, o de um povo colonizado. Desconhecemos o nosso país, desconhecemos a nossa ancestralidade e a nossa cultura tem sido mantida por inanição, mesmo sendo abundante, como se apresenta a situação da fome, pois somos o país que mais produz alimentos e um dos mais desiguais, que hoje volta ao mapa da fome no mundo, negando a vocação da abundância do próprio território das terras de Santa Cruz, como era chamado nosso querido Brasil.

Uma terra promissora, rica, com uma geografia e matérias-primas e naturais abundantes e com um povo que exala arte e cultura, mas que vive guerras silenciosas, dramas e catástrofes, que refletem a nossa realidade não tão alegre, matreira ou feliz, como mostram os livros e os heróis, então representados. Vivemos um momento em que as cortinas foram abertas e os nossos preconceitos e frustrações pulsam e se mostram sem pudor. O formato defendido, de um modelo único que não contempla uma sociedade a cada dia mais plural e diversificada, não cabe organicamente em uma forma só. Manter isso é negar a evolução e a história. Vivemos um passado de ditaduras e hoje presenciamos as

estruturas da cultura, da saúde e da educação sendo destroçadas, mas a massa da existência e conhecimento segue viva e, assim, resistimos.

A pandemia é somente um fato diante dessa catástrofe no cenário político do país, considerando que tivemos um golpe em 2016 contra a pátria, que segue a passos largos e firmes. O governo, eleito em 2018, desenhou, talvez, o mais cruel golpe social e econômico que este país atravessa, com o negacionismo, mesmo com o fato da existência de uma pandemia mundial chamada COVID-19. Além de negar as condições de acesso à saúde e aos medicamentos recomendáveis e também alterar os dados informacionais e a publicidade, queimar parte do meio ambiente, os biomas e a floresta do país, junto com os povos que são parte deste ambiente natural, e negar os fatos publicamente. E, ainda, destruir as instituições e concentrar fortemente o seu ataque ao setor cultural, deixando mais de 10 milhões de trabalhadores em uma situação lastimável, sem a devida dignidade e atingidos pelos profundos impactos causados em toda essa cadeia produtiva.

Apesar dos fatos, muito pouco se move na sociedade, talvez por estarmos tão absortos pelos reiterados desmandos e pelos fatos vexatórios diários que são profanados na grande imprensa, que atuam como uma espécie de mantras, como se justificasse que o país merece ser mínimo, menor (nunca). Assim, digerimos a crueldade e a violência, e passamos a avaliar quais seriam as menos piores condições de institucionalizar o horror, como meio de vida, o que passaram a chamar, inclusive, de “novo normal”. No entanto, nada será normal enquanto não houver igualdade e respeito pelas estruturas e pelas pessoas.

De certa forma, negamos a guerra interna e cultural do nosso povo, o desinteresse político cidadão, mantido e alimentado até hoje, nesse formato de pertencimento e de mérito, algo bastante reacionário e nada justo. E que nega a grandeza e a soberania da cultura como pilar de desenvolvimento do país, a nossa identidade e a grandeza da pluralidade do nosso povo.

A memória e o trato com a nossa cultura, enquanto estrutura de base, é cruel, tanto pelo desconhecimento da sociedade brasileira, quanto com a história e seus heróis. Culturalmente desenhamos um formato e ali ficamos isolados no nosso país, sem sabermos a grandeza do que é ser brasileiro. E isso é cultural. Fomos um dos países mais escravocratas e, ainda assim, negamos o racismo e a contribuição do povo negro na construção de nosso país, o geno-

cídio, que inicia o período de colonização desse território, e mantemos a invisibilidade, a exclusão e o desmerecimento quanto à defesa dos nossos povos indígenas e originários do Brasil. Somos um país plural, embora rejeitemos essa diversidade, temos muitos povos que habitam o solo brasileiro, mas negamos o espaço e a assistência humana. Negamos a riqueza cultural do nosso território a quem o habita. Acabamos, contraditoriamente, por reproduzir, ou naturalizar, de alguma forma, em nosso comportamento, esse negacionismo que nos é imposto, e hoje selado por esse governo genocida.

A cultura no Brasil, no período entre 1808-2020, permite refletirmos sobre as diferentes etapas observadas a partir da sua institucionalização, conforme o estudo apresentado, de acordo com os períodos de avanços e fatos históricos:

- **1808-1831:** O período é marcado pela vinda da Corte Portuguesa ao Brasil, Dom João VI e a criação de importantes instituições culturais para o país, como: Biblioteca Nacional, Academia de Belas Artes e o Banco do Brasil, que já foi um dos grandes patrocinadores da cultura e hoje beira à privatização;
- **1831-1889:** Dom Pedro II inicia a relação entre as instituições e vincula a cultura à educação;
- **1930-1945:** Era Vargas inicia o período estratégico a partir da visão do estado para a cultura, e a pasta é vinculada ao Ministério da Educação e Saúde (1930-1953); logo após, passa a ser Ministério da Educação e Cultura (1953-1985); Gustavo Capanema e Mário de Andrade, com muitos nomes, implantam um projeto audacioso no país com a cultura popular e a identificação de setores da arte e da cultura;
- **1956-1963:** Era Juscelino Kubitschek, consolida a visão moderna e modernista através da arquitetura e de novas expressões como a Bossa Nova, o Samba e o Carnaval, que se tornam destaques da cultura brasileira;
- **1964-1984:** Período da ditadura, a censura e a repressão foram um dos grandes problemas enfrentados pelo setor, com o golpe militar. As expressões artísticas e culturais, mantendo a soberania da criação e do fazer artístico, expandiram, *apesar do período ser marcado por muitas instabilidades e censura na pasta*, foi um período de grande produção cultural. No setor de audiovisual, foi criada em 12 de setembro de 1969, a Empresa Brasileira

de Filmes Sociedade Anônima (EMBRAFILME) e vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura e como braço do Instituto Nacional do Cinema (INC). Sua função era fomentar a produção e a distribuição de filmes brasileiros. A empresa lançava anualmente, em média, 25 filmes. A estatal ajudou a colocar no mercado mais de 200 filmes brasileiros, entre 1969 e 1990. A cultura assume um papel de instrumento de denúncia e crítica ao regime, e após 20 anos inicia a redemocratização, em 1985;

- **1985-2002:** Marcado pela redemocratização, período conhecido como a Nova República. Celso Furtado foi um grande personagem deste período. De 1986 a 1988, quando foi ministro da Cultura do governo José Sarney, criou a primeira legislação de incentivos fiscais à cultura, quando é criado o Ministério da Cultura. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet), com os três elementos: FNC, FICART e Lei de Incentivo à Cultura – uma das grandes políticas de fomento até hoje – na ocasião o chamado era que “Cultura é bom negócio”. Período fundamental para a democracia brasileira, foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988 a Constituição Federal. Porém, mais instabilidades ao setor cultural na gestão Collor, o MINC foi extinto, e foi criada a Secretaria Nacional de Cultura, que depois voltou ao *status* de ministério. Foram dez dirigentes em dez anos (1985-1994): cinco, no governo Sarney; dois, no governo Collor e três, no governo Itamar.
- **2003-2016:** O Ministério foi reestruturado pelo então 12º ministro, Gilberto Gil, (1º de janeiro de 2003 a 30 de julho de 2008). A estrutura passa a ter como prioridade contemplar a diversidade cultural. Atuação através de políticas de Estado com bases constitucionais, como o Sistema Nacional de Cultura (art. 216-A – CF 88), uma política descentralizada, que abrange todos os entes da federação, com programas, elementos constitutivos, fortalecimento dos fundos de fomento, regularizados através de políticas de Estado e canais de interlocução direta através das representações regionais, tendo a participação social como pilar dessa construção colegiada. Foi o período do avanço de diversas políticas de Estado, estruturadas como alicerces para o desenvolvimento social e econômico do país a partir da cultura, com a implementação do Sistema Nacional de Cultura e do Programa Cultura Viva, além do fortalecimento das instâncias de participação

e do programa de políticas de Estado e com o fomento através de editais, premiações, bolsas de formação e o reconhecimento, como meio de descentralização e de acesso às bases da cultura brasileira, atuando no Brasil profundo. *A segunda revolução cultural.*

- **2016-2020:** Com o *impeachment* em 2016, a pasta foi quase extinta, mas manteve seu *status* sob diversas gestões em três anos, sendo cinco ministros. Com a extinção definitiva do MINC, até agora, a pasta passou por: dois ministérios e cinco secretários (as) de cultura. O projeto para a cultura brasileira não foi apresentado, causando instabilidade na gestão com alteração da estrutura administrativa da pasta, por quatro vezes seguidas, o período é de extinções de postos de gestão e desmonte de instituições como a ANCINE, agência reguladora do audiovisual. A tentativa de retirada da profissão de artista, a diminuição de poderes das instituições vinculadas que atuam na defesa do patrimônio e do meio ambiente, além da criminalização dos trabalhadores do setor cultural e a paralisia absoluta nas políticas de estado e de fomento à cultura brasileira. No período da pandemia do COVID-19, o governo federal brasileiro lançou uma lei emergencial chamada Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020), em meio ao processo de implementação e execução, a lei segue sendo efetuada como meio de amparo aos trabalhadores do setor e aos gestores de espaços e coletivos culturais, cujo cenário é bastante delicado. O país passa por uma grave crise de perda de empregos, a fome crescente e impactos na economia, embora o governo negue a crise e os artistas sigam sem poder exercer as suas profissões, uma vez que é preciso evitar as aglomerações; apesar de não haver comando federal sobre o combate à pandemia, estados e municípios seguem mantendo algum protocolo que mantenha a população viva e que não cause o caos absoluto. Culturalmente, a sociedade assiste inerte e sem muitas ações de defesa própria ou aos setores que estão sofrendo nesse dramático cenário.

Ao analisar o quadro da evolução do setor cultural, que apesar dos avanços muito pouco foi estruturado e tratado de forma efetiva e continuada. Mesmo com a formalização de um sistema de desenvolvimento descentralizado, como o Sistema Nacional de Cultura (SNC), e com todo o potencial do fazer artístico e cultural enquanto alicerce de desenvolvimento socioeconômico, os profissionais do setor não conseguem alcançar a base na qual devem estar ancora-

dos. Precisaremos, portanto, rever a cadeia produtiva, e as bases de cálculo do PIB e das demais estruturais econômicas do país, uma vez que o setor cultural alcançou entre 2,6% e 6% do PIB entre 2007-2018. E ainda temos muito mais a avançar através da promissora Economia Criativa e seu papel cidadão. Todos consumimos cultura diariamente e isso é absolutamente político, público, promove bem-estar e vida e é economicamente viável e fundamental.

Precisamos amadurecer e nos firmar culturalmente, com o nosso tempo, a nossa história, as nossas raízes, precisamos, conhecer e nos reconhecer na história do nosso país. Não podemos permitir, como cidadãos e cidadãs, a perseguição, o constrangimento e a censura aos nossos artistas, aos pesquisadores e pesquisadoras, aos professores e professoras, técnicos e intelectuais, não podemos permitir cerceamento de liberdade aos nossos jovens, mulheres e à sociedade como um todo. Hoje nos apontam armas e selam com a mais sórdida censura o capítulo dessa história, o da manipulação dos fatos. Alterando a desconstrução de políticas estruturais e fundamentais para a evolução da sociedade, em um convencimento dramático, da marginalização de profissões, da sordidez da retirada de direitos conquistados por séculos, aparelhando, sem nenhum compromisso com as funções e as atribuições, provocando um desmonte de nossas instituições e agindo de forma desleal e sorrateira na entrega de nosso território aos interesses exteriores e ainda escusos para a grande maioria da sociedade.

A separação de classes e a questão do merecimento e do pertencimento, tão característicos das desigualdades, colocam a cultura em patamares muito distintos da relação natural que deveria ter, portanto, talvez haja uma saída. A criação precisa ser defendida a cada dia, e, assim, no encontro do saber e fazer cultural brasileiro, vivo, pulsante, sem se acomodar ou se deturpar, alimentarmos bases da mudança a partir do conhecimento artístico e cultural. A criação é o reflexo do que vivemos na nossa realidade, no nosso país, com nossos saberes, com nossos fazeres, sejam artísticos, sejam invenções, sejam espetáculos ou obras de arte, livros que não viveríamos da mesma forma se não os tivéssemos visto, sentido ou lido. Portanto, se exigirmos o direito de produzir, se passarmos a querer e a exigir mais conhecimento e melhor qualidade de informação, se passarmos a nos enxergar como partes integrantes desse sistema social de um país chamado Brasil, e se acionarmos as asas da resistência e da ocupação

em lugares de poder como bases estruturantes de uma forma de identificar, acreditamos que conviver com a nossa cultura e enaltecê-la, poderá ser um meio de alterar a história e ter a base cultural como alicerce.

Se a massa orgânica da criatividade, do conhecimento e da produção de conteúdo, está na origem de nossa existência, há que se dar um jeito de lançarmos mão de toda essa potência criadora, infinitamente maior que todo o apagamento que nos é frequentemente imposto. Podemos chamar essa massa orgânica, também, de arte e, assim, termos um país que é soberano enquanto cultura. E a partir dessa massa, em constante movimento e evolução, podemos descobrir e ampliar novas formas de viver, de produzir e nos relacionarmos enquanto sociedade e país.

Passemos todas, todes e todos a exercer cultura, a exigir direitos e a cobrar deveres. Deixemos de lado a narrativa de nossa história contada pelos outros e passemos nós, agentes deste momento no país, a construir um novo processo, prevendo a sobrevivência através da criatividade e da interação, a partir do exercício da cordialidade, da generosidade e do compartilhamento do conhecimento, de forma mais igual, mais plural e mais diversificada. *Falar de cultura é transitar sobre as diversas formas da existência.*

Referências

- https://pt.wikipedia.org/wiki/Gilberto_Gil#Carreira_pol%C3%ADtica
<https://www.facebook.com/watch/?v=542088876333067> Gil na ONU
<https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/legislacao-em-producao-cultural/aula-02-pol.-cultural-e-lei-rouanet>
<http://bndigital.bn.br/projetos/expo/djoaovi/redescobrimento.html>
https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/mario-de-andrade/patrimonio-artistico/?content_link=2
https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_do_Patrim%C3%B4nio_Hist%C3%B3rico_e_Art%C3%ADstico_Nacional
<http://portal.iphan.gov.br/>
 Artigo *Sobre cultura, desenvolvimento e salvação*, por Claudia Sousa Leitão – Cartilha Análise e Memória da Lei Aldir Blanc, Benedita da Silva – jul. 2020.
 Centenário Celso Furtado, agosto de 2020.
 Livros cartilhas e conteúdos dos programas: Plano Nacional de Cultura e Implementação do Sistema Nacional de Cultura, Ministério da Cultura do Brasil 2006, 2016.

Constituição Federal do Brasil, 1988.

Anotações, análises e relatórios de gestão como Gestora Cultural, Christiane Ramírez.

Debates e dados do Relatório ONU – ODS 2010 -2030, out. 2020.

Câmara do Deputados e Comissão de Cultura– camara.leg.br - <https://www.youtube.com/watch?v=FU5uYvyEdjU>

Ativismo e movimentos artísticos culturais

Tony Teófilo

A conjuntura brasileira marcada pela recessão econômica, aliada a uma crise de instabilidade política que se aprofundaram com o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, favoreceu a propagação de um ambiente nacional de absoluta insegurança do Estado democrático de direito, de uma sistemática retirada de direitos sociais conquistados e de ameaças autoritárias, por parte da extrema-direita no país.

Nesse contexto, formaram-se frentes progressistas e movimentos artístico-culturais, articulados, em grande medida, para enfrentar a propaganda guerrilha cultural olavista/bolsonarista, no intuito primordial de estabelecer uma união, solidariedade e resistência no meio artístico e cultural, emanado pelo lema: “Ninguém solta a mão de ninguém”, que viralizou no Brasil inspirado em uma ilustração da tatuadora e artista mineira Thereza Nardelli e que tem sua origem apresentada no livro *Ninguém solta a mão de ninguém: manifesto afetivo de resistência e pelas liberdades* (BISPO et al., 2019).

O campo artístico-cultural, em geral, na sua grande maioria sempre se posicionou em defesa da democracia e das liberdades. Sobretudo em um país que passou por um período de conquistas importantes durante as gestões progressistas, lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) tendo à frente do governo federal na Presidência da República, Lula a partir de 2003, em seguida Dilma Rousseff até 2016.

Durante o sucessivo fracasso dos partidos da direita na disputa nacional, diversos mecanismos foram utilizados como recurso para desestabilizar a esquerda no país e, ainda assim, esteve presente um ativismo cultural com o enfrentamento social e popular, vivenciado sob uma “jurisdição constitucional no ambiente politicamente acirrado; e... de tensões judiciais e políticas, provocadas por tal acirramento” (GUIMARÃES *et al.*, 2016, p. 11). Tais acirramentos foram debatidos no livro *Risco e futuro da democracia brasileira: direito e política no Brasil contemporâneo*, publicado em 2016, pela Fundação Perseu Abramo, no qual diversos autores trouxeram reflexões, especialmente, sobre a Operação Lava Jato, a relação do direito com a democracia em tempos de crise e outros debates que envolvem direito e política.

Muito dessa articulação mais organizada dos artistas e da cultura com os movimentos sociais do campo progressista ficou evidente na formação da Frente Brasil Popular (FBP) e da Frente Povo Sem Medo (FPSM), que surgiram em 2015, segundo ano das tratativas da Operação Lava Jato, escalada do conservadorismo e das ameaças à soberania nacional. A Frente Brasil Popular foi formada em uma Conferência Nacional realizada em Minas Gerais, em setembro de 2015, conforme indica o seu *Manifesto ao Povo Brasileiro* (FBP, 2015) e a Frente Povo Sem Medo se formou no mês seguinte. Divergentes em relação à defesa do governo Dilma, inicialmente, quando a FPSM defendia abertura de novas eleições diretas imediatamente, mas que foram fundamentais na resistência ao golpe de 2016, com diversas iniciativas importantes, inclusive desenvolvendo atividades artísticas e culturais em defesa da democracia e do Estado de direito.

Embora o campo artístico e cultural brasileiro tenha sido contaminado pela projeção do ódio e, portanto, reproduzindo neste campo a divisão de opinião pública que marcou as eleições de 2014, a maioria dos artistas, ativistas e movimentos artísticos culturais se manteve em favor da democracia, ainda que esse apoio tenha se dado de forma muito dispersa. Dilma convidou Juca Ferreira, ex-ministro da Cultura, para coordenar o seu programa de cultura durante sua campanha nas eleições de 2014 e foi possível mobilizar uma ação em torno de uma rede nacional de apoio chamada “Cultura com Dilma” – o amor vai vencer o ódio, colada na estratégia que marcou a campanha de reeleição conhecida como “Muda Mais”. Logo a #culturacomdilma ocupou

também as redes sociais com a declaração de apoio de diversos representantes das artes e da cultura brasileira.

Obviamente que não havia unanimidade na adesão desse apoio dos artistas em favor da reeleição da presidenta Dilma. Principalmente daqueles que faziam parte das grandes redes midiáticas, mas, não apenas entre eles. É verdade que essa adesão não se deu em um terreno sem conflitos quanto à decisão mais correta a se tomar ou a mais coerente com os seus propósitos e com os seus princípios particulares, quando se sentia ainda, por exemplo, processos de descontinuidade de políticas e de dilemas ocorridos no primeiro governo Dilma, inclusive no campo cultural (RUBIM *et al.*, 2015)

Embora as redes sociais passassem a ocupar grande poder mobilizador e de formação da opinião pública desde as Jornadas de Junho de 2013, foi a grande mídia conservadora a grande inimiga da democracia ao pautar um discurso uníssono de combate à corrupção, mirando unicamente a gestão petista com vistas a derrubar Dilma e desmoralizar o PT. Porém, não sem haver resistência também no campo da comunicação por parte das esquerdas. Surgem, por exemplo, os blogueiros progressistas e, como disse Altamiro Borges (2016) sobre a força do ativismo digital que a cruzada autoritária da mídia monopolizada “não silenciará a diversidade e a pluralidade no mundo digital” mediante o ambiente de criminalização e de ódio instaurado pelos golpistas. Tal discurso de ódio produzido pela mídia escamoteava, certamente, os verdadeiros interesses das elites brasileiras em minar e dar um basta na conquista de direitos sociais do povo brasileiro.

É justo considerar que o apoio dos artistas e da cultura nas eleições de 2014 contribuiu de forma relevante para a conquista de uma vitória apertada na reeleição de Dilma Rousseff (PT), derrotando Aécio Neves (PSDB) ao obter 51,6% dos votos válidos.

Em seu novo governo, a presidenta Dilma criou uma plataforma digital chamada *Dialoga Brasil*, com o intuito de estabelecer um canal público de comunicação como meio de colaborar para a ampliação da participação social na gestão de políticas públicas. E em agosto de 2015, ela lançou em Salvador (BA) o tema Cultura nesta plataforma afirmando que “Sem cultura não seremos uma nação desenvolvida” (BRASIL, 2015). Em dezembro, foi aberto o processo de *impeachment* que culminou no golpe jurídico-midiático-

-parlamentar e no seu afastamento da Presidência, quase um ano depois, em 31 de agosto de 2016.

Durante a tramitação do processo de *impeachment* de Dilma no Congresso Nacional, boa parte do segmento artístico-cultural brasileiro continuou em defesa da democracia e contra o golpe, manifestando opinião crítica em relação à manobra que se orquestrava entre instituições públicas do setor do judiciário, do parlamento e da grande mídia que almejavam a queda da presidenta Dilma, a prisão do Lula e o fechamento do Partido dos Trabalhadores, como está disposto na *Enciclopédia do Golpe* (ALVES *et al.*, 2017; 2018) e em *Foi Golpe: o Brasil de 2016 em análise* (GALVÃO *et al.*, 2019), entre diversas outras publicações.

Enquanto o processo avançava no Congresso Nacional, as ruas foram tomadas por grandes manifestações, tanto contra quanto a favor do *impeachment*. Essa divisão permaneceu entre o segmento artístico-cultural, em grande parte firme na defesa pelo Estado democrático de direito e contra o golpe como agenda prioritária.

O rompimento de Michel Temer com Dilma, em 28 de março de 2016, reacendeu a luta popular, das esquerdas, das frentes progressistas e dos movimentos em defesa da democracia, sobretudo, em assegurar o resultado alcançado nas eleições de 2014.

No dia seguinte, depois de Temer abandonar Dilma, foi realizado o Ato da Cultura pela Democracia e contra o Golpe, na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, com a participação de diversos artistas, pesquisadores, intelectuais, ativistas, representantes de movimentos culturais, políticos e sociais, no qual foi apresentado o texto “Um teste para a democracia, para o Brasil e para todos nós”, sob a coordenação de Albino Rubim, professor da UFBA. Tal documento denunciava a complicada conjuntura em que se vivia no país, considerando que “a polarização excessiva da sociedade brasileira e a construção cotidiana do ódio, fabricada por determinados atores instalados na mídia, no campo político e no judiciário, prestam enorme desserviço à vida democrática” (RUBIM, 2016).

Quase duas semanas depois, no dia 11 de abril de 2016, artistas de expressão nacional lançaram o *Manifesto Cultura pela Democracia*, em Ato que lotou a Fundação Progresso, no Rio de Janeiro. Destaque de trechos das falas

durante o Ato revela a pluralidade de posicionamento dos participantes que se reuniram em torno da ameaça de um Estado de exceção e, portanto, de um processo de golpe em andamento. O mesmo sentimento que se expressa no texto, do qual recortamos:

Da mesma forma que as artes e a cultura do nosso país se expressam em sua plena – e rica, e enriquecedora – diversidade, nós também integramos as mais diversas opções ideológicas, políticas, eleitorais. Mas nos une, acima de tudo, a defesa do bem maior: a democracia. O respeito à vontade da maioria. O respeito à diversidade de opiniões [...] em respeito à Constituição, escudo maior da democracia, que seu uso indevido e irresponsável se constitui em um golpe branco, um golpe institucional, mas sempre um golpe (MANIFESTO, 2015).

Esse manifesto foi disponibilizado em plataforma virtual para abaixo-assinado e atingiu 63.227 apoiadores. O exemplo se espalhou pelo Brasil, por meio da produção de novos documentos e manifestos sobre os mesmos pressupostos, replicando, inclusive, as experiências de realização de atividade pública de lançamento e de coleta de assinaturas. Não que a produção de documentos e de declarações públicas de artistas e intelectuais sobre política no Brasil tenham origem a partir daí. E o acesso a estes materiais é de fácil localização na internet, entre os quais, podemos citar: quando artistas e intelectuais pediram aprovação de lei contra a discriminação, em dezembro de 2013; o lançamento de manifesto de artistas e intelectuais em apoio à candidatura de Dilma Rousseff, em setembro de 2014; e, em março de 2016, artistas e intelectuais prestam solidariedade a Lula quando ele deu depoimento à Polícia Federal sob acusações da Operação Lava Jato e, ainda, no mesmo mês, muitos desautorizaram a Rede Globo a utilização de sua imagem em protesto à manipulação do jornalismo que se produzia por esta emissora de televisão. (REVISTA FÓRUM, 2013, 2014, 2016a, 2016b).

Próximo à votação do *impeachment* no Senado, que viria a consagrar o golpe, em agosto de 2016, artistas e intelectuais estrangeiros divulgaram carta em apoio à Dilma na qual externaram preocupação com a situação política em curso no Brasil e se dirigiram aos congressistas na esperança de que os senadores brasileiros “respeitassem o processo eleitoral de 2014, quando mais de 100 milhões de pessoas votaram”. (REVISTA FÓRUM, 2016c).

Concomitantemente, manifestações permaneciam ocupando as ruas e as redes sociais. Vídeos de declaração de apoio de artistas famosos circularam, vários festivais foram realizados em praças públicas, na sua grande maioria mobilizada com identificações por *hashtags*, tais como: #culturapelademocracia, #culturacontraogolpe, #musicapelademocracia, #teatropelademocracia #dancacontraogolpe, e assim por diante.

Como já assinalamos anteriormente, a produção de conteúdo digital, de imagens e vídeos, torna-se imprescindível como instrumento de mobilização social, de engajamento político e demarcação de posição na disputa pela opinião pública na época. Este tipo de recurso se intensificou nas redes com o passar do tempo até os dias atuais, e o impacto em termos de difusão e circulação de informações e na produção de sentidos e de formação da opinião pública é irreversível.

Infelizmente, o golpe jurídico-midiático-parlamentar se consumou e Dilma foi afastada da Presidência em agosto de 2016, quando assumiu, interinamente, Michel Temer.

Uma das primeiras medidas que Temer adotou foi o fechamento do Ministério da Cultura (MINC), o que determinou, também, para pastas de outras áreas de políticas sociais. Criou uma Secretaria Nacional de Cultura vinculada ao Ministério da Educação e a reação popular foi imediata pela ocupação das dependências dos órgãos do MINC pelos próprios funcionários, inicialmente, mas não só por eles, em um movimento que ficou conhecido como Ocupa MINC.

Uma nova forma de mobilização surgia com o Ocupa MINC, talvez inspirada nas ocupações dos estudantes secundaristas paulistas, acontecidas em 2015. O Ocupa MINC caracterizado por uma organização horizontal e autogestionada logo se espalhou pelo país e, no dia 17 de maio de 2016 já tinha alcançado todos os estados da federação e todas as capitais. A pauta de reivindicação ultrapassou o tema da cultura, ainda sob o ambiente golpista, denunciando o ataque aos direitos conquistados e, portanto, a defesa da democracia que permanecia como a motivação que fortaleceu o movimento e o envolvimento de diversos outros movimentos sociais dentro das ocupações. Sob grande pressão, Temer acabou recuando e recriou o MINC no dia 21 de maio, representando uma conquista do movimento e a potência do ativismo cultural naquele momento.

Embora o governo Temer tenha reaberto o MINC, as políticas culturais sofriam permanente ataque, fragilizadas sob a égide de um governo federal neoliberal. O ativismo cultural brasileiro não recuou da defesa da democracia, denunciando o golpe e fazendo coro à campanha “Fora Temer” durante dois longos anos até a sua sucessão por Jair Messias Bolsonaro.

O governo Temer foi marcado pela censura deliberada contra as artes e contra a cultura. Não apenas frontalmente pelo governo federal, mas também, replicada nas demais esferas da federação. Exemplo disso, de grande repercussão nacional, foi o boicote à exposição *Queermuseu*, de curadoria de Gaudêncio Fidelis, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, no ano de 2017, sob a alegação de que aquela exposição estimulava a pedofilia, a zoofilia e a ofensa a crenças religiosas (MARTÍN, 2017). Este foi um dos acontecimentos de censura aberta que motivou a criação do movimento #342Artes, formado em outubro de 2017 por famosos artistas brasileiros, atuando no combate à criminalização e à censura. Casos de censura se espalharam por todo o país, entre as mais variadas linguagens artísticas e sob as mesmas alegações morais. Em um vídeo do #342Artes intitulado “Intolerância e censura é coisa do passado” há um trecho final quando os artistas enfatizam a denúncia contra a censura e a difamação. (#342ARTES, 2017)

Mas o engajamento e o ativismo das artes e da cultura não são restritos às pautas da cultura. Em várias ocasiões o campo cultural se posicionou sobre os mais variados assuntos, quer seja pela denúncia ou por alguma atitude cidadã e pedagógica, inclusive, no caso dos artistas, colaborando com a sua própria arte e desempenho militante, em temas como a reforma trabalhista, a reforma da previdência, o projeto escola sem partido, a defesa do meio ambiente, a defesa do patrimônio nacional ou da educação, a situação dos povos originários, são alguns exemplos. Podemos dizer, portanto, que o ativismo artístico-cultural se sensibiliza e se mobiliza tanto por temas que tenham como componentes valores morais e ideológicos quanto da ameaça de retirada de direitos ou de depreciação do patrimônio público, cultural e ambiental.

Durante o carnaval, reconhecida manifestação de grande importância na cultura brasileira, em muitas cidades, a crítica política e social se destacou a partir do golpe de 2016 e durante o governo Temer. No carnaval carioca de 2018, a escola de samba Paraíso do Tuiuti trouxe o samba enredo “Meu

Deus, Meu Deus, está extinta a escravidão?” , que levantou a questão das condições de trabalho no Brasil e a exploração do homem pelo homem. A reforma trabalhista no governo Temer, aprovada em 2017, foi cruel em termos de retrocesso aos direitos trabalhistas. A Paraíso do Tuiuti teve no último carro do seu desfile um boneco com uma faixa presidencial que caracterizava um vampiro e que ficou conhecido como o “Temer Vampiro”. A escola também trouxe uma ala chamada *manifestoches*, vestidos de verde e amarelo que remetiam aos manifestantes que marcaram os protestos em favor do *impeachment* de Dilma. Críticas que calaram comentaristas da Globo durante a transmissão do desfile. A escola Paraíso do Tuiuti foi vice-campeã na Sapucaí, mas foi aclamada como campeã pelo povo brasileiro, tamanha repercussão nacional que adquiriu com o desfile.

A escola de samba Estação Primeira de Mangueira desfilou no Carnaval 2018 com um boneco de Judas e escolheu o samba-enredo “Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco!”. A frase “Prefeito, pecado é não brincar o carnaval”, atribuída ao prefeito Marcelo Crivella (PRB), depois do corte de metade da verba da Prefeitura destinada a apoiar as escolas de samba naquele carnaval (BENDINELLI, MARTÍN, 2018).

Matéria do *El País* sobre essa crítica política e social das escolas de samba no carnaval de 2018 iniciava com o subtítulo “As críticas à situação do país passam das ruas aos sambódromos, com enredos que atacam diretamente figuras políticas e medidas do Governo” (*Ibidem*, 2018)

Um ano depois, no carnaval paulista, a Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados acusou a escola de samba Gaviões da Fiel de intolerância religiosa por conta, principalmente, de uma performance da comissão de frente com um duelo entre o Diabo e Jesus. A escola encerrou os desfiles de carnaval paulista de 2019 com uma releitura de samba-enredo de 1994, “A saliva do santo e a serpente do veneno”, em homenagem ao tabaco. A partir da repercussão crítica e religiosa contra a escola, a Gaviões da Fiel publicou em suas redes sociais nota e imagem de Jesus de braços abertos e a mensagem “Jesus vence o mal. Ele Vive!” (FOLHA DE S.PAULO, 2019)

Temer se sustentou no cargo até o final da gestão provisória quando, passadas as eleições de 2018, Messias Bolsonaro (PSL) vence e assume a Presidência em decorrência de uma campanha eleitoral conturbada, marcada por fortes

indícios de fraudes, patrocinada por esquemas de *fake news*, ataques cibernéticos em larga escala e provável interferência dos Estados Unidos em seu favor.

Grande parte do segmento cultural contribuiu para a campanha eleitoral em apoio a Fernando Haddad (PT). Setores das artes e da cultura também apoiaram as manifestações organizadas com o mote “*Ele Não*”, protagonizada pelas mulheres, composta por apoiadoras das demais candidaturas presidenciais, ou mesmo de escolha ainda indefinida, mas, todas unidas contra a campanha de Messias Bolsonaro, mediante tamanha gravidade em suas declarações durante toda a campanha eleitoral.

Messias Bolsonaro venceu, em segundo turno, em eleições que voltaram a registrar picos de abstenção de votos e já no primeiro turno atingiram o maior percentual de abstenção de votos desde o ano de 1998, em 20,3% do total. Com este resultado já se sabia que estava por vir um projeto autoritário de extrema-direita, defendido o tempo inteiro durante a sua campanha eleitoral.

O bolsonarismo concebeu uma guerra cultural na sua agenda política, na qual o ataque para com as liberdades e as diversidades, valores tão essenciais para o exercício da democracia, alimentam o discurso do ódio. Em publicação recente, João Cezar de Castro Rocha, professor da UERJ, vai dizer que “a guerra cultural é o eixo do governo Bolsonaro”, em *Guerra cultural bolsonarista – a retórica do ódio* (ESTADÃO, 2020)

Dois dias depois do resultado das eleições, uma matéria de um reconhecido *blog* de notícias da Bahia trouxe a declaração da presidente estadual da sigla partidária de Messias Bolsonaro, na época, o PSL, Dayane Pimentel teria dito que Bolsonaro se tornaria “o grande fiscalizador cuidando da agenda cultural e intelectual. Essa apologia à ideologia de gênero e doutrinação escolar por meio dos direitos humanos terá fiscalização” (ARRAZ, 2018).

A repercussão da notícia foi imediata e logo artistas, ativistas, professores, estudantes, movimentos sociais baianos se mobilizaram para uma estratégia de resistência e de articulação, atônitos com tais declarações e com o ambiente de incertezas do que estaria por vir, mediante todos aqueles ataques que já se praticava desde o golpe de 2016. Esta articulação foi denominada Movimento Cultura Bahia que, logo de início elaborou um manifesto público e passou a se reunir em espaços culturais no centro da cidade de Salvador, mobilizando diversas pessoas que estavam igualmente temerosas naquele momento de

apreensão, obscurantismo e, portanto, de ainda mais necessária solidariedade, união e resistência.

Uma reflexão e análise coletiva do contexto político nacional compuseram o texto do Manifesto do Movimento Cultura Bahia, com o título *Democracia e cultura no Brasil e na Bahia: no campo da cultura ninguém solta a mão de ninguém*, e destacamos:

Nos anos recentes, o campo cultural assumiu um vigoroso papel na luta pela democracia, pela diversidade, pelos direitos e pelas liberdades no Brasil. Ele se colocou, em sua quase totalidade, contra o golpe; lutou contra o governo Temer; [...] A situação política e cultural mudou radicalmente no Brasil desde 2016 [...] e instalou no país um estado de exceção. [...] Compelidos por estas graves circunstâncias, um grupo diverso e representativo de agentes do campo cultural resolveu organizar, com base em experiências já existentes, como o Fórum das Artes, e em novos coletivos, um movimento de ampla frente democrática da cultura na Bahia, que se pretende parte ativa da necessária frente democrática brasileira (MANIFESTO, 2018).

No documento, foram indicadas pautas de demanda de reivindicações no âmbito nacional, regional, estadual e municipal. Regional, sobretudo, inspirado no resultado das eleições, já que a Região Nordeste foi a única na qual Fernando Haddad venceu Bolsonaro em todos os estados e uma articulação dos artistas e da cultura nesta região foi proposta pelo Movimento Cultura Bahia.

O movimento promoveu uma agenda de ação política e institucional, em diversas esferas federativas, realizou agenda com órgãos da gestão pública, com parlamentares e com entidades jurídicas, como a Defensoria Pública do Estado da Bahia. Criou uma campanha audiovisual de curtas em defesa da cultura, realizou sarau e atos públicos buscando criar as mais variadas formas de articulação, de envolvimento, sobretudo, de outros movimentos políticos e sociais.

Em novembro de 2018, em Curitiba, berço da Operação Lava Jato, se formava a Frente Única de Cultura do Paraná (FUC). Isa Lavane, uma das representantes dessa frente declarou que “a cultura não pode ficar longe de outros setores da classe trabalhadora” e já no primeiro encontro de formação da FUC Paraná, além de reunir trabalhadores da cultura também envolveram representantes de movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Indígena,

Movimento Negro, o Sarau Periférico, Casa Selvática e representantes da Cultura Popular (VASCONCELOS, 2018).

A Frente Única de Cultura do Paraná promoveu atividades, debates e seminários, atuou junto às manifestações de pauta nacional como Greve Geral em defesa da aposentadoria, da educação e dos direitos trabalhistas, e participou ativamente e de forma constante de discussões realizadas nos parlamentos locais. Na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) durante ocasiões em que se debatiam as políticas culturais estaduais, a exemplo do Plano Estadual de Cultura e do Fundo Estadual de Cultura, mas, também, na Câmara Municipal de Curitiba quando, por exemplo, em Junho de 2019, compuseram mesa de audiência pública sobre a Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Curitiba.

Ainda, em seguida ao resultado das Eleições de 2018, se formou a Frente Ampla da Cultura de Pernambuco, protagonizado pela militância do PT e do PCdoB, alinhada com diversos movimentos sociais. Realizou discussões em diferentes comunidades do Recife a respeito do cenário das políticas culturais nacionais e locais. Articulou o Bloco da Democracia junto a grupos e agremiações carnavalescas, assim como, os Coletivos Lula Livre e os movimentos que organizaram ações durante o carnaval com a campanha *Fora Bolsonaro!*. A frente pernambucana de cultura também realizou em Recife, como parte da programação do Comitê Nacional Lula Livre, a etapa do ato político cultural Festival Lula Livre, no dia 17 de novembro de 2019, com a presença do ex-presidente que acabava de deixar a prisão.

Em diálogo com outras frentes progressistas de cultura e movimentos artístico-culturais, sobretudo, durante a edição do Fórum Social Mundial de 2018, em Salvador, representantes da Frente Ampla da Cultura de Pernambuco buscaram articular um encontro nacional destes movimentos artístico-culturais e frentes progressistas de cultura, com previsão para junho daquele ano, em Recife. No entanto, a proposta não chegou a avançar e não se concretizou.

No Ceará existem os fóruns das linguagens artísticas que integram o Sistema Estadual de Cultura do Ceará, pelo menos desde 2013, entre os quais o Fórum Cearense da Dança e o Fórum Cearense de Teatro que se destacaram no enfretamento ao bolsonarismo e às desastrosas consequências do governo Bolsonaro para as políticas culturais.

Dentro de uma característica de movimento específica de linguagens mencionamos o surgimento da Articulação de Trabalhadores das Artes da Cena pela Democracia e Liberdade (ATAC) que desempenha ativismo interessante de articulação em abrangência nacional desde o início de Jair Messias Bolsonaro no governo federal.

Um protesto virtual que viralizou pelas redes sociais e tomou conta do país, certamente, foi o “Cadê a Regina?” questionando o silêncio da então secretária Especial da Cultura, Regina Duarte, durante a pandemia no início de 2020. Criado a partir de um vídeo produzido em conjunto pelo ATAC e pelo Movimento Artigo Quinto, o protesto virtual estimulou diversos outros artistas, trabalhadores e trabalhadoras das artes e da cultura, que passaram a replicar a campanha perguntando cadê a Regina Duarte, cadê as ações da Secretaria Especial da Cultura do governo Bolsonaro.

O Artigo Quinto se organiza de forma semelhante ao ATAC, sem limitação geográfica estabelecida, mas composto por pessoas que atuam em linguagens artísticas diversas que não restritas às artes cênicas. Surgiu a partir de declarações dadas por Bolsonaro, no dia 19 de julho de 2019, se referindo à Agência Nacional de Cinema (ANCINE) quando dizia que:

A cultura vem para Brasília e vai ter um filtro, sim. Já que é um órgão federal, se não puder ter filtro, nós extinguiremos a ANCINE. Privatizaremos ou extinguiremos [...] Agora há pouco, o Osmar Terra (ministro da Cidadania) e eu fomos para um canto e nos acertamos. Não posso admitir que, com dinheiro público, se façam filmes como o da Bruna Surfistinha. (BOLSONARO ARTIGO QUINTO , 2020).

Uma referência direta ao Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o movimento Artigo Quinto iniciou com a publicação de uma nota de repúdio, produziu diversos conteúdos digitais, vídeos, e até mesmo, pautou a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados para audiência pública para discutir a censura.

Bolsonaro, que já tinha fechado o MINC e criado a Secretaria Especial da Cultura vinculada, inicialmente, ao Ministério da Cidadania, a transferiu para o Ministério do Turismo, em novembro de 2019, com nomeações diferentes para assumir a pasta em menos de dois anos, além das turbulentas nomeações

para outros órgãos como a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE) e a Fundação Cultural Palmares, sempre acompanhadas de episódios estarrecedores que não cabe, infelizmente, desenvolver neste artigo.

Contudo, o fechamento do MINC por Bolsonaro foi motivo de bastante reflexão dentro dos movimentos artístico-culturais e da militância cultural brasileira, de modo geral, da pertinência do retorno da pasta em governos antedemocráticos. Já no fechamento do Ministério por Temer, essa discussão já havia iniciado, mesmo que por um curto período quando foi amplamente comemorada a vitória pela decisão de reabertura do MINC. Mas, agora, com Bolsonaro, duvidou-se muito do que significaria o retorno do Ministério da Cultura. O ataque frontal à cultura é a base do projeto desse governo que é vingativo, perseguidor e que asfixia o orçamento federal da cultura, por exemplo.

Em dezembro de 2019, foi lançado o Fórum de Ação Permanente pela Cultura, do Rio Grande do Sul, com o Manifesto *Pelo direito ao direito à cultura*, no qual dizia em um trecho que:

Subtrair a cultura limitando sua plena expressão ou transformá-la em mera mercadoria é abrir mão da liberdade [...] A extinção do Ministério da Cultura e tantos outros órgãos estratégicos para a garantia das políticas públicas e direitos sociais são golpes deferidos contra a liberdade de expressão para tornar tudo em instrumento de controle da população. (MANIFESTO, 2019)

Somos levados a intuir que a ação cometida por Bolsonaro, desde a sua campanha eleitoral, promoveu alguma nova organização política e social em torno da classe artística e do segmento cultura que cada vez mais sofre com perseguição, censura, estratégias de aniquilação e de opressão por parte desse governo.

Com o advento da pandemia do COVID-19 no Brasil, as medidas de segurança sanitária e de isolamento social impactaram diretamente na já tão fragilizada atividade artística e dos trabalhadores do setor da cultura. Não é demais repetir que estes foram os primeiros a pararem e serão os últimos a terem as suas atividades restabelecidas. É nesse contexto que se elevou o protagonismo da articulação parlamentar petista, de esquerda e progressista, ao apresentar propostas em caráter emergencial para socorrer a cultura no Brasil, em atenção ampla e democrática, acionando os recursos prove-

nientes do *superávit* do Fundo Nacional de Cultura, que somam o maior montante já aplicado em políticas culturais no país, referentes ao valor de 3 bilhões de reais.

Destaca-se o desempenho da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) que conseguiu, a partir da autoria de uma lei, reunir outras propostas apresentadas com a mesma finalidade e aprimorando essa peça legislativa apresentada ao Congresso Nacional. O projeto contou com a relatoria, dedicação e articulação importante da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) que, aliada a vários outros parlamentares protagonizou uma potente mobilização social nacional, dos mais diversos setores, áreas de atuação, do campo institucional ao social, frentes municipalistas e federativas, entidades de classe, gestores, artistas, militantes e movimentos artístico-culturais que se uniram de forma intensa e constante durante toda a tramitação da Lei de Emergência Cultural até a sua aprovação no Congresso Nacional.

A Lei Emergencial da Cultura teve rápida tramitação no Congresso Nacional. Foi aprovada na Câmara dos Deputados, no dia 26 de maio, com quase unanimidade na votação, exceto pelo Partido Novo. Aprovada na Câmara, a Lei recebe o nome de Aldir Blanc em homenagem ao compositor carioca que foi vítima fatal do coronavírus. Já no Senado Federal, aí sim, a Lei Aldir Blanc foi aprovada por unânime votação a favor por todos os congressistas, no dia 04 de junho de 2020, valendo ressaltar o desempenho de articulação do relator da lei no Senado, o senador Jaques Wagner (PT-BA).

Assim, prossegue, em estado permanente de conferência nacional até que os recursos previstos sejam aplicados e destinados a todos aqueles que detêm seu direito de benefício emergencial.

No entanto, já se somam cinco meses submetidos ao regime de quarentena, de isolamento social e, portanto, meses que significam completa angústia daqueles que foram prejudicados pela pandemia e de prejuízos já verificáveis no setor artístico e cultural brasileiro, que vão desde o fechamento de portas e de empresas, até mesmo, ao luto de quem pode ter sido vítima fatal por falta de subsídio ou de assistência a recursos básicos de cuidado e saúde.

Albino Rubim (2020) faz um balanço do impacto entre pandemia e cultura no artigo intitulado “Pandemia e mortes da cultura”, abordando questões não apenas sobre o impacto da pandemia nas artes e na cultura do Brasil, mas,

sobretudo, associando-as às terríveis consequências produzidas pelo pandemônio que é a gestão Messias Bolsonaro. No texto, Rubim nos diz que:

A cultura foi um dos primeiros segmentos sociais paralisados pela quarentena, que procura amenizar o imenso poder de contágio do novo coronavírus. A crise da economia da cultura toma a cena [...] Os inúmeros movimentos político-culturais, nascidos contra os ataques à cultura desde o golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016 e intensificados na gestão Messias Bolsonaro, se mostraram capazes de unificar suas demandas em torno da Lei Emergencial da Cultura, intitulada com muita justiça de Aldir Blanc, tecida com políticos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Depois da certa letargia política causada pelos absurdos e continuados ataques da gestão Bolsonaro contra a cultura, o campo conseguiu vencer o desânimo e organizar uma manifestação político-cultural de vulto e capilaridade para aglutinar agentes culturais presentes em muitos estados e cidades brasileiras. [...] (No entanto,) no Brasil, a lista de perdas humanas de criadores culturais também é ampla. As mortes se encontram em todas as áreas culturais e em todos os territórios do país. A gestão Messias Bolsonaro tem enorme responsabilidade sobre as dezenas de milhares de mortos ocorridas no país e sobre o desaparecimento de criadores, que enriqueceram a cultura brasileira. [...] A tragédia humana que liga de modo umbilical cultura e pandemia não se reduz às mortes, por mais dolorosas e empobrecedoras que elas sejam. [...] A cultura no atual contexto brasileiro encontra-se ferida de morte, entre a pandemia e o pandemônio. (RUBIM, 2020 – parênteses nosso)

Ainda neste artigo, o autor desenvolve uma reflexão sobre a complexidade e singularidade do contexto nacional, que impactam, sobremaneira, na cultura brasileira e em toda a sociedade em decorrência da relação entre pandemia e o pandemônio.

Uma Conferência Popular Nacional já foi realizada. O debate acerca das questões, ainda em aberto, e que aguardam regulamentações da Lei Aldir Blanc tem ocupado a agenda de forma intensa e diária nas diversas cidades brasileiras e por diversos atores envolvidos na mobilização, acompanhamento e execução da lei. Gestores, conselhos, artistas, trabalhadores, movimentos, fóruns, inclusive, muitos deles surgidos em virtude da criação desta Lei aguardam e se debruçam diariamente em ações movidas por esta expectativa que,

certamente, não cessará tão breve durante a execução dos recursos benéficos e, quem sabe até, deixará um legado de mobilização nacional que renovou e impulsionou o tema da cultura pelo Brasil afora.

É nesse bojo de mobilizações em torno da Lei Aldir Blanc que o ativismo artístico-cultural prolifera no país. Não apenas pelo interesse daqueles que estão diretamente envolvidos no processo de aplicação da lei ou dos que são os possíveis interessados imediatos, mas de toda a sociedade brasileira que, de uma forma ou de outra, possa ter despertado a atenção para os benefícios que as artes e a cultura representam na vida humana. Em tempos de isolamento social, a conexão com tais benefícios se emana, se evidencia e evolui.

Referências

- #342ARTES. Intolerância e censura é coisa do passado. *Canal do YouTube*. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LUX3BON1wVM>>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- AGENDA CULTURAL BRASÍLIA. Pelo direito ao direito à cultura. 2019. Disponível em: <<https://www.agendaculturalbrasil.art.br/pelo-direito-ao-direito-a-cultura-manifesto/>>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- ALVES, G. *et al.*, GONÇALVES, M (Org.). *Enciclopédia do Golpe*. V. 1. Bauru: Canal 6, 2017.
- ALVES, G. *et al.*, TELES, B. C. (Org.). *Enciclopédia do Golpe: O papel da mídia*. V. 1. Bauru: Canal 6, 2018.
- ARRAZ, L. Presidente do PSL diz que Bolsonaro fiscalizará a agenda cultural e intelectual na Bahia. *Bahia Notícias*. 2018. Salvador, 30 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/228517-presidente-do-psl-diz-que-bolsonaro-fiscalizara-agenda-cultural-e-intelectual-na-bahia.html>>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- ARTIGO QUINTO. *Página Institucional*. Disponível em: <<https://www.artigoquinto.art.br/>>. Acesso em: 07 ago. 2020.
- ATAC. Articulação de Trabalhadores das Artes de Cena pela Democracia e Liberdade. *Página Institucional*. Disponível em: <<https://web.facebook.com/ataccultura>>. Acesso em: 07 ago. 2020.
- BEDINELLI, T.; MARTÍN, M. Assim o Carnaval de 2018 recuperou o espírito crítico com a classe política no Brasil. Brasil. *EL PAÍS*. 14 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/politica/1518446814_565470.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BISPO, T. (Org.). *Ninguém solta a mão de ninguém: manifesto afetivo de resistência e pelas liberdades*. São Paulo: Claraboia, 2019. ISBN 978-65-80162-01-7 (e-book). Disponível em: <<https://ninguemsolta.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- BORGES, A. A blogosfera contra o golpismo midiático. In: ROVAI, R (Org.). *Golpe 16: O livro da blogosfera em defesa da democracia*. São Paulo: Fórum / Publisher Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaprincipios.com.br/artigos/143/resenhas/213/golpe-16-o-livro-da-blogosfera-em-defesa-da-democracia.html>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Sem cultura não seremos uma Nação desenvolvida, afirma Dilma Rousseff*. Notícias. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/agosto/201csem-cultura-nao-seremos-uma-nacao-desenvolvida201d-afirma-dilma-rousseff>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- BRASIL DE FATO. *Artistas e intelectuais estrangeiros divulgam carta contra impeachment de Dilma*. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/25/artistas-e-intelectuais-estrangeiros-divulgam-carta-contr-impeachment-de-dilma>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- CAETANO, M. A. A cultura e a luta presente. *Revista Democracia Socialista*, nº 3. São Paulo: Associação Caetés, 2016, p.69-78. ISSN 2317-577X
- FOLHA DE SÃO PAULO. Bancada evangélica acusa Gaviões da Fiel de intolerância religiosa em desfile: cena com o Diabo duelando com Jesus em comissão de frente gerou polêmica. *Cotidiano*. Rio de Janeiro, 07 de março de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/bancada-evangelica-acusa-gavioes-da-fiel-de-intolerancia-religiosa-em-desfile.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- FRENTE BRASIL POPULAR. *Página Institucional*. Disponível em: <<http://frentebrasilpopular.org.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- FRENTE POVO SEM MEDO. *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Povo_Sem_Medo>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- GALVÃO, A. C. [et al], (Orgs.). *Foi golpe: o Brasil de 2016 em análise*, 1ª ed. São Paulo: Pontes, 2019. Disponível em: <<https://www.travessa.com.br/foi-golpe-o-brasil-de-2016-em-analise-1-ed-2019/artigo/60524116-219d-4140-b49c-3d128a0e67fb?pcd=041>>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- MANIFESTO cultura pela democracia. *Change.org*. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.change.org/p/eu-assino-o-manifesto-cultura-pela-democracia?utm_source=action_alert&utm_medium=email&utm_campaign=560552&alert_id=fogPSSNICB_kJI748DkeNTGtBB5Sz5zCZWhBFPdnR12wKUZh3SzKp0%3D>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- MANIFESTO do movimento cultura Bahia. Avaaz. Salvador, 27 de novembro de 2018. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/Agentes_culturais_Manifesto_do_Movimento_Cultura_Bahia/>. Disponível em: 10 ago. 2020.
- MARTÍN, M. Se não reagirmos, em seis meses a criminalização da arte terá sido consolidada. *Cultura. EL PAÍS*. Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/08/cultura/1507414558_523035.html>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- REVISTA FÓRUM. *Artistas e intelectuais pedem aprovação de projeto de lei contra a discriminação*. Notícias. 05 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/chico-buarque-e-outras-personalidades-pedem-aprovacao-de-projeto-de-lei-contr-a-discriminacao/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- REVISTA FÓRUM. *Artistas e intelectuais lançam manifesto em apoio a Dilma Rousseff*. Notícias. 15 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/artistas-e-intelectuais-lancam-manifesto-em-apoio-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- REVISTA FÓRUM. *Artistas e intelectuais prestam solidariedade a Lula nas redes*. 04 de março de 2016a. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/artistas-e-intelectuais-prestam-solidariedade-a-lula-nas-redes/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

- REVISTA FÓRUM. Artistas e intelectuais dizem não ao uso de sua imagem na Globo. *Blog da Maria Frô*. 23 de março de 2016b. Disponível em:< <https://revistaforum.com.br/noticias/artistas-e-intelectuais-lancam-manifesto-em-apoio-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- REVISTA FÓRUM. Artistas e intelectuais estrangeiros lançam carta contra impeachment de Dilma. In: *PT NO SENADO*. 25 de agosto de 2016c. Disponível em:< <https://ptnosenado.org.br/artistas-e-intelectuais-estrangeiros-divulgam-carta-contra-impeachment-de-dilma/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- ROCHA, J. C. de C. Introdução a ‘Guerra cultural bolsonarista: a retórica do ódio’. Estado da Arte. *ESTADÃO*. 2020. Disponível em:<<https://estadodaarte.estadao.com.br/author/jccasrorocha/>>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- RUBIM, A. *Um teste para a democracia, para o Brasil e para todos nós*. Ato cultura pela democracia e contra o Golpe. Salvador, 2016 – não publicado.
- RUBIM, A. pandemia e mortes da cultura. Conversatório. Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA. Salvador, 11 de agosto de 2020. Disponível em:<<http://www.cult.ufba.br/wordpress/pandemia-e-mortes-da-cultura/>>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- VASCONCELOS, F. Frente única de cultura faz encontro de formação no Paraná. Cultura. *BRASIL DE FATO PARANÁ*. 2018. Disponível em:<https://www.brasildefatopr.com.br/2018/11/29/frente-unica-de-cultura-faz-encontro-de-formacao-no-parana>. Acesso em: 3 ago. 2020.

Política e culturas digitais

Eliane Costa

Introdução

Escrevo este texto durante a primeira quinzena de agosto de 2020, portanto, em plena pandemia global de coronavírus que, no cenário brasileiro, adquiriu características especialmente distópicas. Acabamos de ultrapassar a marca de cem mil mortes¹, com o Ministério da Saúde à deriva, sob comando interino e gestão militar há dois meses, enquanto o vírus escancara as fragilidades de um Brasil desigual e injusto².

¹ Cf.: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/brasil-dos-cem-mil-mortos-por-covid-toca-a-vida-assombrado-por-vazios.shtml>

² As medidas de paralisação para conter a propagação do coronavírus em todo o país fecharam empresas e, conseqüentemente, provocaram perdas generalizadas de vagas de trabalho. A taxa de desemprego acaba de chegar a 13,3%, a maior em três anos, sendo que, de acordo com o IBGE, 8,9 milhões de pessoas perderam seus empregos no último trimestre. No momento, as medidas de isolamento social que ainda eram mantidas pelos governos estaduais e municipais vêm sendo relaxadas, apesar das cerca de mil mortes diárias por COVID no país e do transporte público lotado, especialmente na hora de *rush* dos trabalhadores. Nas favelas e comunidades populares, famílias numerosas convivem, na mesma moradia, em condições socioeconômicas e de saneamento precárias que dificultam a contenção da disseminação do vírus.

Apesar de termos galgado o posto de segundo país em número de óbitos do mundo³ – entre os quais se contam, até o momento, cinco caciques e mais de seiscentos indígenas de diferentes etnias⁴ – o presidente da República minimiza os impactos do vírus, se isenta de responsabilidades e incentiva protocolos que contestam a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a própria ciência.

Tais atitudes têm inspirado um contingente de seguidores negacionistas e/ou mal intencionados a compartilhar inimagináveis *fake news*, não apenas sobre a doença, geradas e impulsionadas por robôs e perfis falsos dedicados à desinformação, manipulação do debate público na rede e ataques a adversários políticos. A ação é alvo de investigações no Supremo Tribunal Federal (STF)⁵ e no Facebook que, nas últimas semanas, retirou do ar um significativo conjunto de contas falsas e páginas ligadas a parlamentares, assessores e familiares do próprio presidente, sob a acusação de “comportamento inautêntico coordenado”⁶ e disseminação em massa de notícias falsas.

É justo aí que chegamos mais diretamente ao tema deste artigo – Política e culturas digitais. Nele, procurarei descrever o que se entende por *cultura digital* e sob quais perspectivas este tema esteve presente na esfera das políticas *culturais* brasileiras. Vale ressaltar que, até então, as questões relacionadas ao universo digital haviam estado restritas a um Comitê Gestor da Internet⁷, ligado às pastas da Ciência e Tecnologia e das Comunicações ou, no máximo, ao ativismo civil. A firme adoção desse campo pela gestão *cultural* pública foi

³ Ao atingir a marca de 100 mil mortos por COVID em 08 ago. 2020, o Brasil ficou atrás somente dos Estados Unidos, com 160 mil óbitos. Considerando que a população norte-americana é 57% maior (330 milhões ante 210 milhões), os índices chegam a ser similares. Em 26 fev. 2021, o número de mortos atingiu 250 mil pessoas no Brasil [N.E.]

⁴ Cf.: <https://COVID19.socioambiental.org/>

⁵ O Inquérito das Fake News foi aberto pelo STF para investigar a existência de notícias falsas, denúncias caluniosas, ameaças e infrações que possam configurar calúnia, difamação e injúria contra membros da Suprema Corte e seus familiares.

⁶ Cf.: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/08/02/exclusivo-detalhes-ineditos-da-investigacao-do-facebook-que-derrubou-perfis-bolsonaritas.ghtml>

⁷ O Comitê Gestor da Internet (CGI) foi criado em 1995 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, juntamente com o Ministério das Comunicações. Além dos dois ministérios, o CGI era composto de entidades operadoras e gestoras de espinhas dorsais (*backbones*), de representantes de provedores de acesso ou de informações, de representantes de usuários, e da comunidade acadêmica.

reconhecida e saudada pelos maiores pesquisadores e ciberativistas do mundo. Refletir sobre essa experiência singular nos levará a 2003, com Lula na Presidência e o músico Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MINC).

Os princípios que nortearam tais políticas culturais seguem valendo – urgentes – podendo servir de inspiração para futuros enfrentamentos das complexas questões que se mostram nesse campo e desafiam o próprio Estado democrático de direito.

Cultura digital

Logo nos primeiros dias após sua posse, em janeiro de 2003, Gilberto Gil começa a participar de fóruns nacionais e internacionais relacionados aos novos impasses e possibilidades do cenário das tecnologias digitais e das redes.

O Brasil vivia, na virada do século, a novidade das câmeras digitais e a popularização dos computadores, do acesso à internet e dos telefones celulares, que logo passariam a incorporar recursos para a troca de mensagens de texto e para a produção de fotos e vídeos. Jornais *on-line*, comunidades virtuais, mecanismos de busca, correio eletrônico e diversos serviços gratuitos na rede reconfiguravam inteiramente as práticas de comunicação e sociabilidade. Os *blogs* colocavam-se como uma alternativa de informação independente e discutia-se se a agilidade editorial dos blogueiros poderia realmente significar um golpe na hegemonia dos grandes veículos de comunicação (COSTA, 2011).

A presença do ministro em eventos que discutiam os novos paradigmas digitais ratificava de forma bastante explícita sua disposição de ampliar a abrangência da pasta da cultura e de trazer os desafios e oportunidades associadas a esse “novo mundo”, para as arenas cultural e política.

A agenda ministerial conferia evidência ao reconhecimento dos impactos *culturais* do cenário das redes e enfatizava, como estratégias para o Brasil, em uma perspectiva de desenvolvimento, as oportunidades, latentes nesse cenário, de alargamento das possibilidades de expressão e produção cultural, de incentivo à diversidade dos conteúdos culturais digitais produzidos no país e de democratização do acesso ao conhecimento. Passava a sublinhar, igualmente, o papel da cultura como recurso estratégico para a redução de desigualdades

e o desenvolvimento sustentável, seu espaço no mercado de bens simbólicos, bem como as tensões entre culturas locais e globais.

Nesses fóruns, o ministro teve a oportunidade de conhecer alguns dos mais importantes ciberativistas⁸ do mundo, tecendo-se assim, logo nos primeiros meses de sua gestão, uma malha de encontros, afinidades e parcerias – entre pessoas, campos de atuação e militâncias – que viria a ser determinante na forma e no sentido com que a ideia de *cultura digital*⁹ passou a ser reconhecida, amadurecida e conquistada pelo ministério e, mais adiante, incorporada às suas políticas culturais.

Ao tomar posse em janeiro de 2003, Gilberto Gil já sinalizara seu abraço à *concepção de cultura* proposta no caderno *A imaginação a serviço do Brasil*, que integrava o programa de governo da Coligação Lula Presidente para as eleições de 2002 e apontava para um modelo de gestão cultural com maior presença e participação do Estado, em contraposição ao Estado-mínimo defendido pelos governos anteriores, desde os anos 1990.

O documento propunha ações a partir da discussão do conceito de cultura em uma perspectiva antropológica, para além das artes e das letras, de forma a incluir “os modos de vida, os direitos humanos, os costumes e as crenças; a interdependência das políticas nos campos da cultura, da educação, das ciências e da comunicação; e a necessidade de levar em consideração a dimensão cultural do desenvolvimento”¹⁰. O texto chamava a atenção, igualmente, para a necessidade de ampliação do “acesso de toda a cidadania à produção e à fruição cultural, bem como a livre circulação de ideias e de formas de expressão artística”¹¹.

⁸ John Perry Barlow (fundador da Electronic Frontier Foundation – EFF, na Califórnia, organização não governamental sem fins lucrativos dedicada à defesa das liberdades civis, da privacidade, da livre expressão, e dos direitos dos consumidores no mundo digital), Lawrence Lessig (professor e fundador do Center of Internet and Society (SCIS) na Escola de Direito de Stanford) e Richard Stallman (Richard Stallman, iniciador do movimento pelo *software* livre, fundador da Free Software Foundation) são alguns dos ciberativistas que se entusiasmaram com a experiência brasileira naquele período.

⁹ Embora a expressão tenha se disseminado mais amplamente a partir de sua adoção pelo MINC, a Coleção Folha Explica (PubliFolha) já havia publicado, em 2002, um volume com esse título, redigido pelo professor da PUC-SP, Rogerio da Costa.

¹⁰ <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-aimaginacaooservicodobrasil.pdf>

¹¹ Idem.

Nessa dupla perspectiva, os novos “modos de vida” do mundo digital – comportamentos, práticas, atitudes, valores – experimentados naquela virada de século, desde a popularização da internet¹², se habilitavam plenamente à esfera da cultura.

Em seu livro seminal, Pierre Lévy (1999), um dos principais estudiosos dos impactos da internet na sociedade, já apontava o caráter essencialmente *cultural* do campo que então emergia, ao definir a *cibercultura* como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores” que se desenvolvem a partir do crescimento do *ciberespaço*. Este é por ele descrito como “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”, onde, além da infraestrutura material da comunicação digital, estão incluídos “o universo de informações que ele abriga, assim como os seres humanos, que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 1999).

Embora o alargamento do conceito de cultura, sob a perspectiva antropológica, gerasse arriscada fluidez na delimitação da esfera de ação do MINC¹³, ele foi essencial para que a pasta deixasse de ter seu raio de ação circunscrito ao patrimônio (material) e às artes (reconhecidas), abrindo espaço para outras culturas: populares, afro-brasileiras, indígenas, audiovisuais, entre outras, inclusive a emergente cultura das redes, aqui tratada (RUBIM, 2010).

Diante das novas possibilidades de expressão e de acesso ao conhecimento suscitadas pelos paradigmas ciberculturais, e, por outro lado, diante do qua-

¹² Até 1995, a rede ainda passava ao largo de interesses comerciais: todo o desenvolvimento se dava de forma colaborativa e voltada ao compartilhamento de informação e de conhecimento. Essa tendência não se limitava ao Brasil: nos Estados Unidos, somente em 1994 a internet foi aberta à exploração comercial, passando a crescer exponencialmente. No final de 1995, ano em que se costuma localizar o início do uso disseminado da internet já havia cerca de 16 milhões de usuários conectados em todo o mundo. Nesse momento, o programador inglês Tim Berners-Lee também já havia anunciado a criação da *world wide web* (www), a interface gráfica baseada em um projeto global de hipertexto, que permitia que pessoas comuns, mesmo fisicamente distantes, pudessem trabalhar juntas e navegar facilmente em páginas da web, interagindo com textos, imagens, e mais adiante, sons e vídeos.

¹³ Em seu livro *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*, a pesquisadora Isaura Botelho (Ed. Sesc, 2016) adverte que uma política cultural orientada em perspectiva antropológica só se tornaria satisfatoriamente exequível se assumida pelo governo em sua totalidade e desenvolvida em parceria com a sociedade.

dro de *divisão digital*¹⁴ que então mostrava a imensa maioria da humanidade alijada dessas possibilidades, o MINC procura se dedicar à experimentação de políticas públicas voltadas, não apenas à ampliação do *acesso* à rede, mas também à promoção da *diversidade* e dos *direitos culturais* nesse ambiente – destacando, entre estes, os direitos relacionados não somente ao consumo e fruição cultural, mas também à *criação e produção* de cultura, bem como ao *reconhecimento* dessa produção.

Tomando o computador e a internet como pontos de partida, e não como linha de chegada, a pasta procura ultrapassar a concepção de *inclusão digital* até então consagrada, focada no acesso ao computador, e passa a incorporar uma reflexão sobre os *usos* da tecnologia no campo cultural, bem como a perspectiva da *autonomia* do usuário e do fortalecimento de uma *cultura de redes*, ou, como o Ministério preferiu chamá-la, uma *cultura digital*.

Incentivando práticas de compartilhamento, debate, articulação e trabalho colaborativo, além de ressaltar as oportunidades de acesso à informação e ao conhecimento que então se ampliavam, o MINC procura dar centralidade, não à infraestrutura tecnológica das redes, mas ao *potencial de transformação* suscitado pelos novos paradigmas de produção, circulação e fruição cultural, bem como aos novos horizontes de ressonância que se habilitavam às manifestações culturais brasileiras.

Estúdios digitais de produção audiovisual, conectados à internet, nos Pontos de Cultura

Em julho de 2004, o MINC anuncia sua primeira e principal política para a cultura digital: a implantação de estúdios digitais de produção audiovisual – conectados à internet e utilizando *software livre*¹⁵ – em *Pontos de Cultura* dis-

¹⁴ Em seu livro *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*, Manuel Castells (Ed. Zahar, 2003) identifica como *divisão digital* “a divisão criada entre os indivíduos, firmas, instituições, regiões e sociedades que têm as condições materiais e culturais para operar no mundo digital, e os que não têm ou não conseguem se adaptar à velocidade da mudança. Castells identifica esses últimos como “O Quarto Mundo”.

¹⁵ *Software livre (Open Source)* é um movimento que se baseia no compartilhamento do conhecimento tecnológico. Refere-se a programas de computador, cujo código-fonte é aberto e livre, isto é, pode ser usado, copiado, melhorado e redistribuído sob as condições estipu-

tribuídos por todo o país, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social, carência de serviços públicos e equipamentos culturais.

Para tanto, ao invés de criar novas estruturas físicas, o Ministério passou a selecionar, por meio de edital de seleção pública nacional¹⁶, iniciativas já então desenvolvidas por organizações da sociedade civil, em atividade há pelo menos dois anos.

Com recursos básicos de captação de áudio e vídeo, os estúdios estendiam, assim, a públicos periféricos, a possibilidade de *experimentação* das novas tecnologias, bem como os meios para a *produção* de conteúdos diversos em mídia digital (*sites, blogs, vídeos, fotografias, músicas, documentários, programas para rádios e TVs digitais comunitárias, arte eletrônica, bases para DJs etc.*). Ao mesmo tempo em que, conectando em rede os *Pontos de Cultura*, estimulava trocas e a circulação desses materiais. Batizada de *Ação Cultura Digital*, no âmbito do *Programa Cultura Viva*, a proposta trouxe potência, protagonismo e articulação aos *Pontos de Cultura*, ganhando caráter transversal, tanto no âmbito do programa, quanto no conjunto das ações do Ministério. Quanto à motivação para a adoção de *software livre*, ela será tratada mais adiante neste artigo.

Como pano de fundo para a concepção dos *Pontos de Cultura*, vale ressaltar que desde os anos 1990 e, mais especialmente, na virada para o século XXI, inúmeros projetos socioculturais de base comunitária, movidos por organizações não governamentais, se desenvolviam nas periferias das grandes capitais

ladas em sua licença. Isso não ocorre nos programas comerciais, cujos direitos pertencem, em sua maioria, às grandes corporações de desenvolvimento de *software*. Alguns autores e ativistas diferenciam o movimento do *software de código aberto* daquele do *software livre*. Consideram que, embora ambos tenham como premissa a produção colaborativa, o movimento do *software livre* agrega uma dimensão política que não seria prioritária na filosofia do código aberto, este último diria respeito apenas à forma de produção do *software*. Para evitar a dubiedade, a Free Software Foundation chama o *software livre* de FOS, ou seja, Free Open Source (em português, código-fonte aberto e livre). O *software livre* não deve, no entanto, ser confundido com o *software* de distribuição gratuita (*freeware*), aquele que se pode “baixar” da internet e usar sem pagar, pois nesse último caso o código-fonte pode ou não ser aberto. O exemplo mais conhecido de *software livre* é o GNU/Linux, que recebeu contribuições e melhorias de milhares de pessoas em todo mundo.

¹⁶ Até 2008, a seleção dos Pontos de Cultura foi feita mediante editais públicos nacionais lançados pelo MNC. A partir de então, a gestão dos editais foi descentralizada para os estados, no âmbito do Programa Mais Cultura, de acordo com as premissas do Sistema Nacional de Cultura.

brasileiras, especialmente na metrópole do Rio de Janeiro. Criadas e lideradas por agentes culturais locais, tais iniciativas propunham oficinas formativas envolvendo percussão, música, teatro, dança e iniciação à informática, voltadas a jovens e crianças da comunidade, além de desenvolver disputas narrativas, estéticas e de atitude sobre os sentidos de cultura e de cidade. Tais iniciativas foram coletivamente identificadas, na época, como “cultura da periferia”¹⁷.

“Cultura da periferia”¹⁸ e cultura digital serão essenciais na implantação e desenvolvimento da proposta dos Pontos de Cultura, passando a potencializar-se mutuamente, como analiso, tanto em minha dissertação de mestrado, sobre as políticas do Ministério da Cultura para a cultura digital (Costa, 2011), quanto em minha tese de doutorado, na qual discuto territorialidades urbanas no contexto de ciberculturas plurais (COSTA, 2014).

O *Programa Cultura Viva* se baseou em três pilares conceituais – autonomia, protagonismo e empoderamento – que se relacionavam às três dimensões da cultura na visão proposta pelo MINC: a simbólica, a cidadã e a econômica. O primeiro edital de *Pontos de Cultura*, ação central do programa, foi lançado dez dias após seu anúncio. Recebeu 860 inscrições oriundas de todos os estados do país, propondo as mais diversas soluções para a utilização dos recursos. Foram contempladas 210 iniciativas, como descreve Celio Turino, então secretário de Cidadania Cultural do MINC:

Orquestra de violinos na Mangueira, Vídeo nas aldeias, circo no lixão de Maceió, dança de rua interagindo com dança contemporânea em Ribeirão Preto, rádio e biblioteca comunitárias em Heliópolis, Anima bonecos no Rio Grande do Sul, cultura digital em Santarém... Tudo muito novo. [...] Como fizemos para chegar a uma rede tão diversa e complementar? Primeiro, a comparação entre propostas

¹⁷ A publicação *Juventude, cultura e cidadania*, organizada por Regina Novaes, Marta Porto e Ricardo Henriques (ISER, 2002) menciona as iniciativas Teatro do Anônimo, Afroreggae, Nós do Morro, Jongos da Serrinha, Orquestra da Cidade Alta, Armazém de Ideias, Grupo ECO/Dona Marta, CEASM/Maré e COOPPA-Roca/Rocinha, TV N’Ativa, TV Maxambomba/CECIP, site Viva Favela e Rádio Madame Satá, entre outros.

¹⁸ A expressão “cultura da periferia” foi largamente utilizada por pesquisadores como Heloisa Buarque de Hollanda (<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/>) e Hermano Vianna (www.overmundo.com.br/download_banco/central-da-periferia-texto-de-divulgacao), além de reconhecida como categoria por programas de patrocínio de grandes empresas como a PETROBRAS.

do mesmo estado, assim evitávamos o privilégio para estados com mais tradição na formulação de projetos e recebimento de recursos. Para tanto, foi criada uma equação composta por dados sobre população, IDH e propostas enviadas; após a combinação desses dados, definimos um índice que levava à proporcionalidade de Pontos para cada unidade da federação. Na sequência, uma seleção por linguagens artísticas, temas. Depois, o recorte por públicos. Pontos de Cultura com ênfase em juventude há em todos os estados, mas nem todos os estados enviam propostas para idosos, indígenas, cegos, trabalhadores rurais, gênero etc., e no conjunto da rede de Pontos estes são subconjuntos que também devem estar presentes. Da mesma forma que é necessário fazer um bom equilíbrio entre os estados, também cabe buscar equilíbrio dentro dos estados; Pontos de Cultura em capitais, nos pequenos municípios, em regiões remotas (TURINO, 2009).

Ao lado da atividade essencial proposta por cada *Ponto de Cultura*, a presença do já mencionado estúdio digital de produção audiovisual trazia os meios para que as unidades desenvolvessem a missão a eles atribuída pelo MINC: “desesconder o Brasil, reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo”¹⁹.

A proposta dos *Pontos de Cultura* invertia a lógica de atuação do Estado: em vez de levar ações culturais prontas para as comunidades, eram estas que definiam as práticas que desejavam fortalecer, com reconhecimento e apoio do governo. As iniciativas selecionadas pelo edital tornavam-se responsáveis por articular e impulsionar ações em suas comunidades, passando a receber recursos diretos do Fundo Nacional de Cultura – naquele momento, da ordem de 5 mil reais por mês²⁰.

Embora não se tratasse de uma alta quantia, ao estabelecerem a parceria com o Estado, as iniciativas selecionadas ganhavam, além do recurso financeiro, o importante reconhecimento institucional do Ministério e a *chancela oficial como cultura* para a manifestação que ali era desenvolvida, o que, em muitos casos, foi fundamental para o reconhecimento de sua credibilidade e

¹⁹ Site original do MINC, hoje descontinuado.

²⁰ O valor total correspondia a 185 mil reais, divididos em cinco parcelas semestrais, para que o Ponto de Cultura invista conforme o projeto apresentado, o que equivalia a cerca de 5 mil reais por mês, abatido o custo do estúdio. Com a descentralização dos editais para estados e municípios, o financiamento dos Pontos de Cultura passou a ser compartilhado com esses entes públicos.

legitimidade pela sociedade e pelos poderes públicos locais. A partir de 2007, a rede dos *Pontos de Cultura* foi também incentivada pelos *Pontões Digitais*, voltados à capacitação e dinamização das atividades em rede.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) apontou que, no final do governo Lula, existiam 3.500 Pontos de Cultura em todas as regiões do país, envolvendo mais de 8,4 milhões de pessoas, em mais de mil municípios. Essas iniciativas abrangiam comunidades indígenas, quilombolas, ciganas, grupos rurais e urbanos, favelas, pequenos municípios e periferias de grandes cidades, majoritariamente envolvendo grupos em situação de vulnerabilidade social.

Nos *Pontos de Cultura* estiveram explicitadas as prioridades da gestão cultural pública no governo Lula, mantidas nas gestões de Gilberto Gil e de Juca Ferreira que, em agosto de 2005, o sucedeu: *acesso, diversidade, direitos culturais (em especial o de produzir cultura), cultura digital e estímulo à articulação de redes, bem como as interseções cultural/justiça social e tradição/tecnologias de ponta*. São princípios que podem, e devem, seguir inspirando futuras políticas culturais para esse contexto, especialmente porque com a crise em curso, o Brasil vem radicalizando suas muitas desigualdades.

Já no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, algumas dessas prioridades perderam visibilidade, observando-se, ao mesmo tempo, significativo abalo no protagonismo da *Ação Cultura Digital* e dos *Pontos de Cultura*. Vale destacar, no entanto, a promulgação, em 2014, da *Lei Cultura Viva*, que transformou o programa homônimo em política nacional, buscando resguardar suas conquistas.

O ano de 2014 ficou também marcado pela conquista do *Marco Civil da Internet*²¹, a primeira lei brasileira a tratar de forma abrangente a rede. Nascido de demandas da sociedade civil e buscando resguardar direitos dos internautas, o documento foi redigido de forma colaborativa, aberto à participação pública *on-line*, na própria rede²², ou seja, exercendo a comunicação “de

²¹ Para maiores informações sobre o Marco Civil (Lei 12.965/2014), recomendo a leitura do livro *Marco Civil da Internet: Jurisprudência Comentada*, coordenado por Carlos Affonso Souza, Ronaldo Lemos e Celina Bottino, nomes que participaram ativamente do anteprojeto dessa legislação.

²² O Marco Civil da Internet (Lei 12965/2014) foi a primeira iniciativa do Poder Executivo brasileiro que se valeu da rede para ampliar o debate que leva à propositura de um projeto de lei no Congresso Nacional.

muitos para muitos” que é base da cultura digital. Ao lado das políticas para a cultura digital e para o *software livre*, também o *Marco Civil* obteve importante reconhecimento internacional: na opinião de Tim Berners-Lee, criador da World Wide Web (www), o documento brasileiro “é um bom exemplo de como governos podem desempenhar um papel positivo no avanço de direitos na web e na manutenção da rede aberta”²³.

Na segunda gestão de Juca Ferreira, já no governo Dilma, e com Ivana Bentes à frente da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do MINC, o tema da cultura digital foi revisitado, buscando-se recuperar o estímulo da pasta à formação de redes. Diante do acirramento das restrições orçamentárias, passa a ser permitida a autodeclaração de Pontos de Cultura, o que garantia a chancela do MINC a novos arranjos culturais, porém sem o apoio financeiro da primeira fase do programa.

Software Livre

Software livre (Open Source) é um movimento que se baseia no *compartilhamento* do conhecimento tecnológico. Refere-se a programas de computador cujo código-fonte é aberto e livre, isto é, pode ser usado, copiado, melhorado e redistribuído sob as condições estipuladas em sua licença. Isso não ocorre nos programas comerciais, cujos direitos pertencem, em sua maioria, às grandes corporações de desenvolvimento de software. O *software livre* não deve, no entanto, ser confundido com programas de distribuição gratuita (*freeware*), aquele que se pode “baixar” da internet e usar sem pagar, pois nesse último caso o código-fonte pode, ou não, ser aberto.

O *software livre* já inspirava políticas do governo Lula desde seus primeiros momentos. Um forte sinal de inflexão na forma como o Brasil enfrentaria o cenário digital se deu em maio de 2003, na primeira reunião do Comitê Executivo do Programa de Governo Eletrônico brasileiro já no novo governo. O programa havia sido criado em 2000, por Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de promover o uso das tecnologias de informação e comunicação

²³ Cf.: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2019/05/cinco-anos-do-marco-civil-da-internet.shtml>.

junto ao cidadão, bem como melhorar a gestão interna e a integração com parceiros e fornecedores.

Identificada como *Gov.br*, seu Comitê Executivo era presidido pelo ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República. Até aquela data, alguns grandes sistemas haviam sido informatizados, como o do Imposto de Renda e o do Voto Eletrônico. Na referida reunião, o governo recém-empossado anuncia a reformulação das diretrizes do *Gov.br*. Válidas para toda a administração pública federal²⁴, estas seguem orientadas no sentido da inclusão digital, porém incorporando a dimensão dos *direitos coletivos*, a opção pelo *software livre*, e a menção explícita ao papel relevante da transformação das organizações da sociedade civil pelo uso de recursos tecnológicos, diretriz com a qual viriam a se relacionar, em seguida, os *Pontos de Cultura*.

No mesmo momento, é anunciada, também, a criação de oito Câmaras Técnicas, subordinadas ao Comitê Executivo, que se tornavam responsáveis pelas políticas e pela atuação do governo federal em diferentes áreas. Dentre estas, encontrava-se a câmara voltada especificamente à adoção do *software livre* – a ser liderada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), ligado à Casa Civil, desde março de 2003 dirigido pelo professor e pesquisador Sergio Amadeu da Silveira, que já havia conduzido o programa de inclusão digital na prefeitura de São Paulo durante a gestão de Marta Suplicy²⁵.

Historicamente um movimento de militância civil independente, o *software livre* ganhava assim, no Brasil e pela primeira vez no mundo, *status* de política pública no nível do primeiro escalão do governo. Partia-se da premissa, que se mostra cada vez mais acertada frente às disputas políticas e geopolíticas contemporâneas, de que a opção pelo *software livre* como política pública não envolve, meramente, a troca de um produto por outro: significa apostar no compartilhamento da inteligência e do conhecimento e fazer uma escolha entre diferentes modelos de desenvolvimento. Diante de um capitalismo crescentemente cognitivo, saber programar, entender o que faz um programa, será cada vez mais estratégico para qualquer país.

²⁴ Diretrizes do Gov.br. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/principios>. Acesso em: 26 jul. 10.

²⁵ O governo Marta Suplicy (eleita pelo PT) se estendeu de 01 jan. 2001 a 01 jan. 2005.

Inicialmente, os Pontos de Cultura exigiam o uso de *software livre* em seus estúdios. Mais adiante, por dificuldades operacionais e pressões diversas, essa exigência se transformou em incentivo para seu uso, sem a obrigatoriedade do primeiro momento.

Cultura Livre e o “ministro hacker”

A questão do *software livre* deslizou para o campo cultural sob a ótica da *cultura livre*, logo abraçada pelo MINC. Diante do quadro de desigualdade existente no universo digital, marcado por grandes conglomerados de mídia detentores majoritários de direitos autorais, as políticas do MINC para a cultura digital buscaram, além de facilitar a produção de conteúdos culturais em mídia digital, também incentivar sua *livre difusão* e, mais especificamente, o *livre acesso* a eles, como ilustra o discurso do ministro da cultura na FIESP, em 14/11/2003:

O que deveria ser um fluxo intenso de trocas com alcance global, em que toda a diversidade cultural do planeta poderia se expressar, muitas vezes materializa-se na forma de um fluxo de mão única de formas simbólicas. Trata-se, portanto, de uma espécie de rolo compressor que ameaça a integridade e a criatividade dos povos dos países não hegemônicos do planeta, assim como sua sustentabilidade econômica. É nesse quadro que devemos situar a questão do comércio mundial de bens e produtos simbólicos. [...] Vale dizer, o mercado de bens simbólicos é também um mercado de visões de mundo, de estruturas da sensibilidade, de modos de vida. Um mercado de consciências. Não somos meros consumidores de imagens e de ideias, mas pessoas, comunidades, culturas. Defender a diversidade cultural é defender a criatividade humana. É defender a plenitude antropológica de cada povo. Um mundo de muitas vozes. O projeto de monoculturalizar o planeta inscreve-se no cerne mesmo de uma utopia totalitária. Mas nosso projeto tem outra cara: um planeta polifônico. É com esta compreensão de nossos desafios internos, da busca de uma nova inserção do Brasil no mundo e do papel central que o campo da cultura, com suas múltiplas potencialidades, pode e deve desempenhar, que o Ministério da Cultura atua hoje, também no campo da propriedade industrial e intelectual²⁶.

²⁶ Discurso do ministro Gilberto Gil na FIESP em 14 nov. 2003.

O posicionamento do MINC explicitou a polarização entre *acesso ao conhecimento*, a partir das possibilidades trazidas pelas tecnologias digitais e *propriedade intelectual* – especialmente na condição, majoritária, de *copyright*, em que *todos* os direitos são reservados. A potência desse confronto, e os interlocutores nele envolvidos, fez proliferarem as críticas ao MINC, bem como à sua proposta de adoção de licenças alternativas, logo apelidadas de *copyleft*, como a *Creative Commons*. Nessa forma de licenciamento, o autor poderia liberar – voluntariamente – ao menos *alguns* usos (*download*, cópia com citação do autor, compartilhamento para usos educacionais, por exemplo). Esse consentimento se colocava, inclusive, como uma prevenção contra a pirataria, diante da facilidade que passavam a ter os atos de copiar e compartilhar a partir da digitalização das obras²⁷.

Outras medidas, igualmente delicadas, trouxeram, também, críticas ao MINC, como a que propôs a transformação da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) em ANCINAV²⁸, para incluir de maneira mais ampla o audiovisual e incentivar a presença crescente de uma cultura midiática calcada na popularização das tecnologias digitais. O anteprojeto da nova agência, no entanto, despertou violentas reações e ataques ao ministro.

Em 27 de julho de 2004, no auge da crise, o ministro é convidado a proferir Aula Magna na Universidade de São Paulo (USP), com o tema Cultura Digital & Desenvolvimento. Nesse dia, Gil faz o discurso mais indignado de toda a sua gestão: começa relacionando as palavras com as quais vinha sendo, diariamente, adjetivado pelos jornais, revistas, emissoras de televisão e conglomerados de mídia, os maiores antagonistas da proposta do Ministério: “xenófobo, autoritário, estalinista, burocratizante, centralizador, leviano, estatizante, dirigista, controlador, intervencionista, concentracionista, chavista e soviético”²⁹.

²⁷ A digitalização de textos, músicas e filmes permitiu seu “descolamento” dos suportes originais e sua circulação livre na rede. Copiar (com qualidade) e compartilhar passaram a ser atividades simples e rápidas, capazes de serem executadas por qualquer internauta, sem o conhecimento ou a autorização dos titulares dos direitos autorais envolvidos. Tal contexto favoreceu a prática de cópias ilegais, a chamada pirataria.

²⁸ A ANCINAV não chegou a sair do papel. Seu anteprojeto despertou violentas reações, especialmente por parte das grandes corporações de comunicação, que a consideraram intervencionista.

²⁹ O site do Ministério da Cultura, com os discursos de Gilberto Gil e as realizações daquele momento foram descontinuados. Partes de sua Aula Magna estão registradas em meu livro *Jangada Digital: as políticas do Ministério da Cultura para a cultura digital na gestão Gilberto Gil* (Ed. Azougue, 2011).

Procurando mostrar como os novos paradigmas digitais exigiam uma reformulação do modelo da indústria audiovisual no Brasil e denunciando o “fascismo do Estado, das grandes corporações e da mídia, fascismos igualmente perigosos, igualmente autoritários, porque amparados num poder desmedido, incomensurável, que se afirma sobre a sociedade e a democracia”³⁰, prossegue se identificando como um “ministro *hacker*”, disposto a operar os mecanismos estatais de acordo com a dinâmica contemporânea e com a *Ética Hacker* que inspira a Internet desde seu nascimento:

Eu, Gilberto Gil, cidadão brasileiro e cidadão do mundo, ministro da cultura do Brasil, trabalho na música, no ministério e em todas as dimensões de minha existência, sob a inspiração da ética *hacker*, e preocupado com as questões que o meu mundo e o meu tempo me colocam, como a questão da inclusão digital, a questão do *software* livre e a questão da regulação e do desenvolvimento da produção e da difusão de conteúdos audiovisuais, por qualquer meio, para qualquer fim³¹.

A *Ética Hacker* descreve os valores morais e filosóficos da comunidade *hacker* desde os anos 1950-60. Seu ponto chave é o livre acesso à informações e o aprimoramento contínuo dos resultados a partir da criação coletiva, compartilhada e colaborativa. Foi nela que se inspirou o movimento do *software livre*, nos anos 1980. O termo *hacker* não deve ser confundido com *cracker*, este sim associado a pessoas que promovem violações maliciosas contra sistemas de computador e *sites* de instituições.

Ao se intitular *hacker* como ministro e “em todas as dimensões de sua existência”, Gil radicalizava seu compromisso com a cultura digital.

Na mesma fala, o ministro remete ao seu discurso de posse, quando anunciara o Ministério da Cultura como o espaço da experimentação de rumos novos, o território da criatividade popular e das linguagens inovadoras, o palco de disponibilidade para a aventura e a ousadia:

É com esta compreensão de nossas necessidades internas e da procura de uma nova inserção do Brasil no mundo que o Ministério da Cultura vai atuar, dentro dos

³⁰ *Idem.*

³¹ *Ibidem.*

princípios, dos roteiros e das balizas do projeto de mudança de que o presidente Lula é, hoje, a encarnação mais verdadeira e mais profunda. Aqui será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço da disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção³².

Considerações

Em janeiro de 2019, tomou posse na Presidência da República o capitão reformado e ex-deputado federal Jair Bolsonaro, extinguindo, de imediato, o Ministério da Cultura (MINC), hoje relegado a uma Secretaria³³ sem nenhuma expressão. Michel Temer (MDB), que o antecederia na Presidência, já havia igualmente tentado eliminar a pasta, incorporando suas funções ao Ministério da Educação; entretanto a decisão foi revista e o ministério se manteve existindo... ao menos no organograma.

Nos últimos cinco anos, o órgão federal de cultura já teve onze titulares³⁴, sendo o ator Mario Frias o atual mandatário. Tal período corresponde aos governos Temer e Bolsonaro, sendo que este último está, ainda, na metade de seu mandato. A fragilidade do setor, no entanto, não decorre somente das mudanças frequentes dos responsáveis pela Cultura, nem de seus sucessivos destemperos e falas desastradas, mas do franco e acelerado projeto de desmonte do setor na esfera federal.

A descontinuidade que, historicamente, marca as políticas culturais brasileiras (RUBIM, 2007) culmina, hoje, com o esvaziamento total das ações

³² *Ibidem*.

³³ O Ministério da Cultura foi substituído pela Secretaria Especial da Cultura no então recém-criado Ministério da Cidadania. Em novembro do mesmo ano, a Secretaria foi transferida para o Ministério do Turismo, onde permanece. Em abril de 1990, o ex-presidente Fernando Collor de Mello também já havia extinto o Ministério da Cultura (criado em março de 1985 no governo José Sarney), transformando-o em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República. Tal situação, no entanto, foi revertida pouco mais de dois anos depois, em novembro de 1992, já no governo do presidente Itamar Franco.

³⁴ No governo Temer, quatro titulares se revezaram na pasta: Marcelo Calero, Roberto Freire, João Batista de Andrade (interino) e Sergio Sá Leitão. No governo Bolsonaro, outros sete, até aqui: Henrique Pires, José Paulo Martins, Ricardo Braga, Roberto Alvim, José Paulo Martins, Regina Duarte e Mario Frias, o atual titular.

aqui relatadas. Os princípios que as sustentaram, no entanto, seguem válidos e inspiradores como sempre. E seus resultados, igualmente, ainda se fazem sentir.

A comunicação de “muitos para muitos”, aditivada por políticas culturais potentes, foi decisiva para agregar ao tecido cultural e político brasileiro um imenso contingente de novos protagonistas, novos sujeitos do discurso, que permanecem ativos e vibrantes na escala cotidiana das micropolíticas, nas redes e inclusive nas universidades, onde hoje disputam a “partilha do poder discursivo”³⁵.

No isolamento social imposto pela atual pandemia, é pela rede que temos podido manter a vida em movimento, em contato com as artes, os debates e os afetos.

Vital e virtual vem se amalgamando em uma totalidade cada vez mais complexa (EGLER, 2013), pondo em evidência, em diversos momentos, a frustração de nossas utopias iniciais de uma internet livre, aberta e colaborativa. Apesar da conjunção das crises política, institucional, econômica, ética e sanitária em que está mergulhado o país, com constantes ataques ao estado democrático de direito, o modelo brasileiro de internet permanece, no entanto, resguardado pelo *Marco Civil*, ainda que este sofra ameaças frequentes.

Nos últimos anos, a internet aponta interseções cada vez mais evidentes com nosso cotidiano, a cultura e a política, que vão, desde as interferências das *fake news* no debate público e nos processos eleitorais, até impasses envolvendo direitos autorais na arte digital, passando pelas “bolhas” ideológicas, “cancelamentos” nas redes sociais, ameaças à privacidade de dados pessoais e abusos relacionados à vigilância *on-line* e à tecnologia de reconhecimento facial, entre outros.

Tais desafios tornam-se ainda mais complexos quando associados ao racismo estrutural³⁶ e às desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade. Trata-se, em última análise, de discutir digitalização e democracia, missão que, certamente, transborda os limites do presente artigo.

³⁵ BENTES, Ivana. *Nós, os brancos, e a nova partilha discursiva*. In: Revista Cult, 12 ago. 2020. Cf.: <https://revistacult.uol.com.br/home/nos-os-brancos-e-a-nova-partilha-discursiva/>

³⁶ Rede de Observatórios de Segurança (<http://observatorioseguranca.com.br/>) aponta que 90,5% dos presos por monitoramento facial no Brasil são negros, como informa matéria do The Intercept Brasil, 21 nov. 2019. Cf.: <https://theintercept.com/2019/11/21/presos-monitoramento-facial-brasil-negros/>

Os impasses (e as oportunidades) da *cultura digital* seguem existindo e se multiplicando – ao largo das políticas culturais. Neste texto, busquei refletir sobre processos singulares que se desenrolaram em um período de grande efervescência na cultura e no país. Na expectativa de que as escolhas então conduzidas possam inspirar novas caminhadas, quando do esperado resgate da gestão cultural brasileira.

Como canta Paulinho da Viola... “quando eu penso no futuro, não esqueço o meu passado”³⁷.

Referências

- COSTA, Eliane. *Jangada Digital*. Rio de Janeiro: Ed. Azougue, 2011.
- _____ e AGUSTINI, Gabriela. *De baixo para cima*. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2014.
- _____. *Territorialidades urbanas em ciberculturas plurais: o vital e o virtual nas periferias do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- EGLER, Tamara. Da rede para a rua: tecnologia e reinvenção da democracia. In: EGLER, Tâmara (org). *Reinvenção da democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- _____. Políticas culturais do governo Lula. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SILVA, Frederico A. Barbosa e ARAUJO, Herton Ellery Araujo (orgs). *Cultura Viva: avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania*. Brasília: IPEA, 2010.
- TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2009.

³⁷ Versos do samba *Dança da Solidão*, de autoria de Paulinho da Viola.

Não é só folia: culturas populares, festas populares e o carnaval na pandemia

Jackson Raymundo

A chegada ao aeroporto Santos Dumont naquela quinta-feira, véspera do Carnaval, prometia. Pessoas de diferentes lugares desciam de seus voos com seus cocares, seus chapéus panamá ou de pirata, suas camisas de escolas de samba, e sorrisos que não escondiam a expectativa pelos dias de Momo. Mais uma vez o Rio de Janeiro viveu um grande carnaval, realmente, apesar da chuva constante. Nas ruas, novamente os blocos mobilizaram multidões. No sambódromo, a campeã Unidos do Viradouro homenageou as ganhadeiras de Itapuá, enquanto a Mangueira apresentou um “Jesus da gente”, igual a tantos jovens das periferias brasileiras. Economicamente, a grandiosidade se expressou em números: a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR) apontou uma arrecadação de 4 bilhões de reais no carnaval de 2020; no país, dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)¹ estimaram um faturamento de 8 bilhões de reais.

Mas todo carnaval tem seu fim. Na Quarta-feira de Cinzas, vem a público a notícia da primeira pessoa infectada pelo novo coronavírus no Brasil – um

¹ Carnaval deve movimentar 8 bilhões de reais em 2020, prevê setor do Turismo. *Governo do Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2020/02/carnaval-deve-movimentar-r-8-bilhoes-em-2020-preve-setor-do-turismo>.

homem recém chegado da Itália, que semanas após se tornaria epicentro da doença. Na quinta-feira chuvosa, de volta ao aeroporto para fazer a viagem de retorno, vejo pessoas usando máscaras, que desta vez não eram de Pierrô, Arlequim ou Colombina, tampouco de odalisca ou do Zorro.

Havia um clima pesado no ar. Definitivamente, o Carnaval 2020 havia deixado boas lembranças, mas era hora de partir e voltar à realidade – que, não se sabia àquele momento, em duas semanas seria radicalmente transformada. E, assim, o clima de Quarta-feira de Cinzas foi se arrastando ao longo do ano, encobrendo tradições da cultura popular brasileira, como as festas juninas, o boi-bumbá, a Semana Farroupilha, entre tantas outras.

As boas aglomerações, o dançar juntinho, os abraços afetuosos, os beijos apaixonados e os desprentensiosos, bem como a revivência das tradições herdadas de nossos ancestrais, radicadas nas trocas coletivas, no contato humano, no canto e na dança comunitários, tudo isso teria de esperar um novo momento para manifestar-se. Um novo momento de carnavalizar a vida.

Na história de todas as civilizações, há momentos em que o cotidiano é interrompido pelo insólito: a celebração da vida ou o lamento da morte; o início ou o fim da produção e da colheita; o culto a divindades e outras entidades superiores; a participação e a vitória em competições coletivas; a remissão a elementos identitários símbolos de um povo. Nessa relação amalgamada com o tempo, é possibilitada a alternância e a renovação tão necessárias para encerrar um ciclo e inaugurar um novo. É nas festas o momento em que um povo, ou um conjunto de indivíduos, vivencia uma experiência humana que transcende os papéis sociais cotidianos, parodiando a vida ordinária, reproduzindo tradições ou vislumbrando uma nova sociedade.

Ao estudar as manifestações populares da Idade Média e do Renascimento, tendo como *corpus* a obra de François Rabelais, Bakhtin (1987)² desenvolveu uma noção de *carnavalização da vida* essencial para a compreensão não só dos festejos daquele tempo, mas da própria ideia de cultura popular. O carnaval, em sua perspectiva, ignoraria toda distinção entre atores e espectadores e seus espectadores não apenas o assistiriam, mas eles o viveriam, já que sua

² BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara F. Vieira. São Paulo: Editora Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987 (Linguagem e cultura).

própria natureza existiria “para todo o povo” e, durante a festa, só se poderia viver de acordo com suas leis, sustentadas por uma radical liberdade. Para o pensador russo, o carnaval não era “forma artística de espetáculo teatral”, e sim “uma forma concreta (embora provisória) da própria vida, que não era simplesmente representada no palco, antes, pelo contrário, vivida enquanto durava o carnaval”.

A noção bakhtiniana de *carnavalização da vida* inspirou diversos estudos sobre as expressões culturais populares. Independentemente das particularidades da festa de Momo no medievo, a disrupção entre representação e público, entre ator e espectador, assim como o amálgama entre a arte e a vida, estão no cerne da ideia de “festas populares”. Além disso, é uma das chaves de entendimento do conceito de *cultura popular*.

O conceito de “cultura popular” é de interpretações vastas na teoria. Desde visões que antagonizam uma “alta” de uma “baixa” cultura, até os sombreamentos e contrastes com outras categorias, tais como cultura folclórica, cultura de massa etc. Por não ser o objetivo deste texto aprofundar-se no levantamento teórico a respeito do tema, cito duas perspectivas, inspirado em Arantes (1998)³: a da cultura popular como expressão das “tradições” de um povo (o próprio conceito do que vem a ser “povo” pode ser problematizado) e da cultura popular como indício de uma nova ordem social.

Se a reprodução de signos linguísticos, hábitos, danças, comidas, ritos espirituais estão no campo das tradições, limitar “cultura popular” como sinônimo de “tradição” é reafirmar a ideia de que a sua “Idade de Ouro” está no passado, lembra Arantes (1998). Nessa reflexão, um paradoxo se apresenta: aquilo que é considerado “simplório”, “rudimentar”, é justamente o que, dada a sua particularidade, acaba se consagrando como “símbolo nacional”, ou “regional”, vinculando-se a projetos de construção de identidades pátrias, regionais, étnicas. Arantes (1998, p. 12-13), em sua conceitualização sobre cultura popular, esboça uma perspectiva recheada de elementos denotativos da própria *brasilidade*, isto é, dos traços que são peculiares da formação cultural do povo brasileiro, de sua história, seus costumes.

³ ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos)

Embora nos ensinem a ter um modo de vida refinado, civilizado e eficiente – numa palavra, culto – não conseguimos evitar que muitos objetos e práticas que qualificamos de ‘populares’ pontilhem nosso cotidiano.

Samba, frevo, maracatu, vatapá, tutu de feijão e cuscuz. Seresta, repente e folheto de cordel. Congada, reisado, bumba-meu-boi, boneca de pano, talha, mamulengo e colher de pau. Moringa e peneira. Carnaval e procissão. Benzimento, quebrante, simpatia e chá de ervas.

Ressaltando que não existe uma homogeneidade na definição do que constitui a “cultura brasileira”, estando esta atrelada à formação econômica em classes, Bosi (1992)⁴ relaciona a “cultura popular brasileira” à vivência do interiorano e do pobre periférico. A cultura popular, na perspectiva de Bosi, seria aquela “basicamente iletrada, que corresponde aos *mores* materiais e simbólicos do homem rústico, sertanejo ou interiorano, e do homem pobre suburbano ainda não de todo assimilado pelas estruturas simbólicas da cidade moderna”, não havendo “uma separação entre uma esfera puramente material da existência e uma esfera espiritual ou simbólica”. Cultura popular, então, implicaria “modos de viver”.

Se aquilo que era “simplório”, “iletrado”, “não moderno” é justamente o que termina sendo categorizado como “símbolos nacionais” ou “regionais”, posteriormente processos de massificação acabam pasteurizando certas expressões e tornando-as mais “palatáveis” ao gosto de outras classes e de outras localidades. Uma cadeia produtiva se desenvolve e a tradição não fica presa à dimensão folclórica, mas interage com expressões contemporâneas (aí já estamos quase falando de outras definições de cultura, como a *cultura de massa* e a *cultura pop*, mas isso é conversa para outro ensaio).

Dito isso, falar de cultura popular, festas populares e carnaval no contexto de uma pandemia e das consequências sanitárias, sociais, econômicas e culturais que se impuseram é tarefa que não cabe na análise sob apenas uma dimensão.

Primeiramente, todas as manifestações populares têm como pressupostos o encontro, o contato entre indivíduos, a vivência comunitária. Em outras palavras, sem “aglomeração” não há carnaval, festas e outras expressões culturais populares. A interação entre criação, interpretação e público é total, muitas

⁴ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

vezes inexistindo barreiras. A performance é elemento constituinte e a sua efetividade se potencializa com a ampla participação.

Além da característica antropológica dos eventos festivos e carnavalescos e das culturas populares, é importante sublinhar a sua relevância econômica. Como mencionado no início do ensaio, os números da cadeia produtiva do carnaval impressionam. Mesmo com a diminuição do aporte de recursos públicos em boa parte dos municípios brasileiros, o retorno econômico gerado pelo carnaval continua intenso. Matéria do portal *Aos Fatos*⁵ informa que a CNC estimou um crescimento de 1% do carnaval de 2020 em relação ao ano anterior, apesar da crise econômica e de um dos maiores índices de desempregados, desocupados e desalentados da história do país. Do total aproximado de 8 bilhões de reais, mais da metade (4,8 bilhões de reais) corresponde aos ganhos do setor de alimentação fora do domicílio (bares, restaurantes etc.). As outras áreas destacadas no estudo da CNC são os transportes em geral (1,3 bilhão de reais), os serviços de hospedagem e alojamento (861 milhões de reais), as atividades artísticas e de lazer (691 milhões de reais) e as agências de viagens (270 milhões de reais). Todos esses segmentos, cabe frisar, ficaram entre os maiores prejudicados pelas consequências econômicas da pandemia.

Se o carnaval conseguiu, por pouco, escapar dos efeitos da pandemia, o mesmo não ocorreu com outras expressões culturais de diferentes regiões brasileiras. As festas juninas, por exemplo, uma tradição de boa parte do país, sobretudo de estados do Nordeste, coincidiu com o período em que a curva de crescimento do coronavírus se mostrou mais implacável. Levantamento do jornal *Folha de S. Paulo*⁶ concluiu que o prejuízo econômico com o cancelamento das festas seria de, no mínimo, 1 bilhão de reais (como o estudo foi realizado com dados de apenas quatro estados da região, é provável que esse número seja bem maior).

Além das grandes festas em si, o impacto do forçoso isolamento social decorrente da pandemia do coronavírus se deu sobre todas as linguagens ar-

⁵ MENEZES, Luiz Fernando. Desenhemos fatos sobre a economia do Carnaval. *Aos Fatos*, 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/desenhemos-fatos-sobre-economia-do-carnaval/>.

⁶ VALADARES, João; PITOMBO, João P. Nordeste terá prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão sem festas de São João. *Folha de S. Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/sem-festas-de-sao-joao-nordeste-tera-prejuizo-de-mais-de-r-1-bilhao.shtml>.

tísticas. Museus, teatros, circos e bibliotecas foram fechados. *Shows*, rodas de samba, de toada e outros gêneros não puderam mais se realizar. Saraus, performances de rua e quaisquer outras manifestações que concentrassem público tiveram de ser canceladas.

O que se viu, então, foi uma tremenda valorização de tecnologias que já estavam à disposição, porém sem a utilização em larga escala. Proliferaram-se as *lives*.

Em julho, nada menos do que 16 entre as 20 *lives* com a maior audiência do mundo eram de artistas brasileiros⁷. Afora a audiência do momento, tal resultado impulsionou o engajamento em outras plataformas e a ampliação de seguidores dos artistas e suas obras. Em relação aos gêneros musicais, o predomínio do sertanejo se manteve – apenas o grupo Raça Negra figurou entre os 20 mais; em agosto, o ícone da MPB Caetano Veloso também entra para a lista de recordes mundiais.

Se a maioria dos artistas posicionados no topo das maiores audiências eram do *mainstream* contemporâneo da indústria musical brasileira, verificou-se também uma explosão de exhibições de todos os gêneros, regiões do país e em diferentes plataformas. Com o apoio de empresas, sobretudo cervejarias, muitas *lives* se tornaram verdadeiras super-produções (algumas, inclusive, desafiando os protocolos sanitários de prevenção ao COVID-19). Uma característica recorrente foi a arrecadação de recursos para entidades beneficentes ou para os próprios músicos, prejudicados com o repentino cancelamento dos *shows* agendados.

As festas tradicionais brasileiras também se adaptaram à nova realidade social e tecnológica. Entre junho e julho, se tornaram comum as *lives* temáticas de festas juninas, de diferentes lugares e ocorrendo simultaneamente. Ainda que numa estrutura espacial e humana reduzida, buscavam manter acesa a chama da grande festa durante o período em que as cidades do Nordeste e de boa parte do Brasil estariam tomadas pela alegria. As rodas de toada e outras manifestações ligadas ao boi-bumbá, tradição do Norte do país, também se fizeram presentes. Os Centros de Tradições Gaúchas, populares no Sul e entre os gaúchos espalhados pelo Brasil, bem como os músicos e grupos nativistas, migraram para o digital o ambiente dos galpões, suas vestimentas e sua percussão peculiares.

⁷ TORRES, Leonardo. Artistas brasileiros lideram ranking das maiores “lives” do mundo. *Popline*, 2020. Disponível em: <https://portalpopline.com.br/artistas-brasileiros-lideram-ranking-das-maiores-lives-do-mundo/>.

No samba e no carnaval constatou-se a mesma tendência de migrar para as *lives* no Youtube durante o período de pandemia e isolamento social. As rodas de samba se tornaram constantes nas plataformas digitais e as escolas de samba acabaram desenvolvendo uma possibilidade antes pouco explorada: a transmissão de espetáculos pela internet nas próprias quadras das agremiações, o ano todo, cantando seus sambas-enredo e reunindo artistas das coirmãs. Além disso, proliferaram os canais dedicados ao carnaval, em especial aos desfiles das escolas de samba, dedicados a analisar desfiles antigos, receber convidados e debates outros temas atinentes ao gênero.

Em relação ao carnaval, cabe abrir parênteses antes de prosseguir.

A ofensiva reacionária alavancada a partir de meados da década de 2010 teve no carnaval um de seus primeiros alvos. Quando a crise econômica ficou mais visível, surgiu uma onda de declarações de prefeitos com o discurso de “cancelar o carnaval para investir em saúde e educação”. Para muito além da preocupação (justa) com o orçamento municipal, o que se percebeu foi o fato de o carnaval ser visto como o mais supérfluo que poderia haver em um município, tanto que poderia ser o primeiro a ser descartado. A mesma ênfase na contenção financeira em geral não era utilizada para outros possíveis desperdícios de recursos públicos.

Entranhada nesse argumento, estava, inicialmente, a visão de que o carnaval não é cultura. Era apenas “folia” e, como tal, era dispensável e poderia ser cancelado sem maiores traumas. Mas não só: permeava a visão de que cultura não é um direito, como o são a saúde e a educação. Tanto cultura quanto saúde e educação são direitos assegurados pela Constituição, e os benefícios gerados pela cultura à saúde mental são enormes e o elo da cultura com a educação é indissociável (aliás, muitas pessoas do meio cultural, ou sensíveis a ele, que se apressaram a apoiar o corte de verbas do carnaval, tempos depois lamentavam o descaso generalizado com a área, que viu seu ministério ser extinto e pessoas sem a menor familiaridade com as políticas culturais serem alçadas a cargos altos. Ou seja, o problema não estava só nos políticos demagogos, mas arraigado em preconceitos culturais, sociais e raciais).

Por fim, aquilo que considero um perigoso agravante em um contexto de movimentos por “escola sem partido”, contra “ideologia de gênero” e em que grupos abertamente pregavam a submissão do Brasil a apenas uma confissão

religiosa. O carnaval sempre simbolizou o momento de “inversão” de hierarquias sociais, de extravasar uma alegria que durante 360 dias por ano é contida pelo Estado. No caso brasileiro, multiplicou a sua dimensão e deu origem ao desfile de escolas de samba, que se firmou no século XX como um dos mais incríveis gêneros artísticos já criados pela humanidade. Ao centrifugar todas linguagens artísticas e midiáticas, reúne centenas ou milhares de atores populares (e alguns profissionais), que entoam a mesma canção por mais de uma hora, em um espetáculo que é assistido simultaneamente por uma infinidade de pessoas assentadas em diferentes lugares de uma avenida. Cada desfile é único, cada olhar sobre o desfile é único.

Esse gênero, que bebeu muito das tradições europeias, africanas e ameríndias, pode ser considerado o “mais brasileiro” de todos, e tem nas representações do Brasil e seu povo uma de suas marcas. Como elo comum na poética das escolas de samba, está a diversidade: a *brasildade* representada nas avenidas é calcada na pluralidade de existências, é multicolorida, veicula distintas narrativas, não tem receio de expor o corpo e estabelece múltiplas relações de fé. O Brasil das escolas de samba e do carnaval é radicalmente oposto ao projeto de Brasil fundamentalista, daí a necessidade de fragilizá-lo, soterrá-lo.

É nesse contexto, marcado ainda pelo golpe de 2016, por ataques aos direitos trabalhistas e sociais, pela defenestração da política promovida pela Lava Jato (com o apoio da grande mídia), e que desemboca na vitória da extrema-direita no Brasil em 2018, que as escolas de samba iniciam um ciclo de profunda crítica política e social. A crítica, que praticamente havia sido deixada de lado nos anos dourados da democracia e da política cultural (e, consequentemente, do apoio do poder público às manifestações carnavalescas), voltou com tudo, uma demonstração do amálgama entre forma artística e História existente na poética e no repertório das escolas de samba⁸. Para ficar em apenas alguns dos inúmeros exemplos, cito trechos de alguns sambas-enredo recentes

⁸ A respeito do assunto, defendi tese no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS no final de 2019. Ver: RAYMUNDO, Jackson. *A construção de uma Poética da Brasildade: a formação do samba-enredo*. 2019. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/204591>.

de escolas do Rio de Janeiro: “Me chamas tanto de irmão / E me abandonas ao léu / Troca um pedaço de pão / Por um pedaço de céu”, cantou a Beija-Flor em 2018; “Favela, pega a visão / Não tem futuro sem partilha / Nem messias de arma na mão”, alertou a Mangueira em 2020; “Pelo amor de Deus, pelo amor que há na fé / Eu respeito seu amém / Você respeita o meu axé”, bradou a Grande Rio também em 2020.

Praticamente como uma sequência dessa ofensiva reacionária – que, ressaltado, muitas vezes está tão introjetada no senso comum que embaça até mesmo visões progressistas –, quando surge a pandemia algumas vozes se apressam em condenar o carnaval que passou, ainda que o primeiro registro de coronavírus no Brasil tenha se dado após o carnaval, de um cidadão oriundo da Europa. O carnaval e o samba, diferentemente de outras manifestações festivas e de outras “aglomerações”, seguiam servindo de bode expiatório para alguns, os primeiros que deveriam ser abatidos.

Tradição herdada dos ancestrais e, ao mesmo tempo, manifestação cultural sempre viva, que ano a ano se renova, o carnaval expressa como ninguém a realidade brasileira e suas contradições. Lembra-se que é um importante ativo econômico em muitas cidades e estados do país: o número de trabalhadores que dele dependem, direta ou indiretamente, é enorme, e a despreocupação com essa categoria só acentua os graves problemas econômicos e sociais decorrentes da pandemia. Além disso, menciona-se o prejuízo terrível à cultura brasileira que seria naturalizar a perda do espaço que é a essência da expressão de nosso povo: as ruas.

Em contraponto, soluções foram aventadas por gestores públicos e dirigentes e estudiosos do carnaval ao longo de 2020, até se chegar ao adiamento dos desfiles para 2022 – condicionado pela expectativa de contar com a imunização de uma parcela ampla da população até os desfiles e demais festejos. Simultaneamente, iniciativas que tradicionalmente antecedem o carnaval (refiro-me às escolas de samba), como os concursos de escolha dos sambas-enredo, seguiram acontecendo em diversas agremiações também no formato das *lives*. Além disso, ações de solidariedade aos artistas e demais trabalhadores das escolas de samba foram promovidas. Por exemplo, uma campanha chamada “Não é só folia” buscou conscientizar acerca da importância do carnaval, que não se restringe ao aspecto picaresco: é cultura,

é tradição, é gerador de emprego e renda e é o segmento econômico que sustenta muitas famílias.

Não só em relação ao carnaval, mas beneficiando o conjunto dos trabalhadores da cultura com ações emergenciais, ressalta-se que a Lei Aldir Blanc, surgida de uma importante proposição legislativa da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), com a coassinatura de dezenas de parlamentares, contemplou centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais; os espaços culturais em comunidades indígenas; os centros artísticos e culturais afro-brasileiros; as comunidades quilombolas; os espaços de povos e comunidades tradicionais; e as festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional; entre outros espaços e manifestações culturais. Tratou-se de uma considerável vitória para todo o movimento cultural, e em especial àqueles ligados às culturas populares e tradicionais.

Voltando às escolas de samba, destaca-se que no período as agremiações de Rio, São Paulo e outras cidades não pararam. Além das já citadas *lives*, tornadas bastante frequentes durante o período de pandemia e isolamento social, seguiram trabalhando em seus enredos, ainda que sem a sua transposição para fantasias, alegorias etc. Indo além do carnaval, as agremiações muitas vezes serviram de sede para trabalhos sociais e sanitários desenvolvidos em parceria com o poder público, empresas e organizações não governamentais.

Reiterando a sintonia com o contexto histórico de 2020, diversas agremiações decidiram falar sobre o racismo, apresentar narrativas da cultura afro-brasileira ou homenagear ícones negros. Também sincronizada ao momento singular atravessado pelo país e o mundo, a Unidos do Viradouro, escola de samba de Niterói, campeã do carnaval carioca em 2020, anunciou o título *Não há tristeza que possa suportar tanta alegria*; o enredo aborda o carnaval de 1919, o primeiro após a gripe espanhola de 1918, pandemia global que vitimou um grande número de brasileiros. O referido carnaval foi considerado pela crítica como a maior festa popular que o Rio de Janeiro já vivera até então.

Em 2022, ou qualquer dia, vencidos o negacionismo e a pandemia, os brasileiros poderão novamente entrar naquele êxtase coletivo que só nós conhecemos. O certo é que a tristeza não combina com um povo que ama as ruas e o sol, que bebeu na percussividade de seus ancestrais para criar a

mais intensa e bela música popular do mundo, que tem na diversidade a sua marca e, com o peculiar *jeitinho*, nas palavras de Martinho, “Vamos renascer das cinzas / Plantar de novo o arvoredo / Bom calor nas mãos unidas / Na cabeça de um grande enredo / Ala de compositores / Mandando o samba no terreiro / Cabrocha sambando / Cuíca roncando / Viola e pandeiro...”⁹.

⁹ Trecho da canção “Renascer das cinzas”, de Martinho da Vila.

Uma abordagem comportamental dos museus e das instituições como plataformas para a democracia em situações de emergência cultural

Gaudêncio Fidelis

Não me pareceu o caso de escrever um texto que contasse a trajetória dos museus e das instituições no Brasil para então realizar uma crítica do universo museológico e institucional brasileiro. Eu inicio, então, pela desgraça. Como é possível que tenhamos chegado até aqui? E daqui para onde vamos? É factível vislumbrar um futuro para as instituições museológicas brasileiras no exercício pleno de suas funções? E, se sim, qual seria ele e de que forma poderia ser assegurado? Neste texto, tentarei contribuir para que encontremos uma resposta para essas perguntas. Irei me concentrar em museus, porque as prerrogativas aplicadas a eles servem largamente para outras instituições de arte e cultura.

Seria fácil (e simplista) dizer que o governo Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente sem partido) e os diversos segmentos da extrema-direita vêm atacando os museus porque eles são instituições de produção de conhecimento, mas é muito mais complexo do que isso. Os ataques são direcionados ao universo simbólico que museus e instituições artísticas e culturais representam. O mesmo vale para instituições de ensino, acadêmicas e para a ciência, mas a desmoralização da arte e do “sentido” da cultura na opinião pública tem um objetivo específico: produzir um profundo e irreversível dano moral nos mecanismos críticos que permitem o exercício da democracia em seu caráter

mais amplo, pois ela (a crítica) só é gerada ingressando no campo simbólico dentro de instituições artísticas e culturais e através do conhecimento por elas produzido. Tais instituições são, também, o bastião dos valores democráticos e possibilitam o exercício da democracia. Elas são, ainda, centros fundamentais na manutenção da liberdade de expressão e aqueles que oferecem as condições para o exercício dessa liberdade em todas as suas ramificações (instituições, academia, imprensa etc.). É dentro delas que a constituição encontra seu pleno exercício¹.

Os museus são, ainda, um lugar privilegiado de aprendizado, verdadeiras escolas por excelência (embora raramente reconhecidos e pensados como tal no Brasil), onde o exercício presencial de aprender pelo contato com objetos e artefatos é único. É por intermédio deles que podemos estabelecer, de uma maneira privilegiada e de fácil acesso², um contato inicial com outras culturas, com a diferença, a diversidade e as formas mais avançadas de conhecimento. É também por meio dos objetos e das estratégias de exibição empregadas nessas instituições que podemos perceber e discutir o sentido da democracia, daquilo com o qual nos identificamos e daquilo que rejeitamos na forma de preferências e inclinações do gosto³. Quando olhamos para os objetos, projetamos uma manifestação individual de preferência, que revela nossos preconceitos, indiferença, empatia, discriminação (entre uma coisa e outra), sentimentos de todo tipo e nossas opiniões. Esse contato, se refletirmos sobre ele *a posteriori* é sempre uma manifestação de nossas trajetórias de vida, por meio do que

¹ Muitos diriam que o Legislativo seria esse lugar, mas o que acontece lá é diferente, pois se trata de uma representação das diversas forças da sociedade em ação através da política, mas não existe no Legislativo o pleno exercício da liberdade nos termos que a sociedade pode produzir e exercitar.

² A discussão sobre o acesso a museus (e instituições culturais) continua a mesma de muitos anos atrás, mas é preciso compreender melhor um aspecto: de que, sejam ou não museus ainda restritos a uma parcela da população, é preciso entender que mesmo para aqueles que não os frequentam ou, por razões diversas, não se interessam pela arte e pela cultura, a existência destas instituições é indispensável. Elas influenciam e produzem um impacto na vida de todos através da produção, preservação, e difusão do conhecimento. Assim, a discussão sobre o acesso, não pode mais ser simplificada a números de frequência e precisa adquirir uma compreensão mais abrangente e avançada, sintonizada com a complexidade da vida contemporânea.

³ Esses princípios, entretanto, têm sido compreendidos erroneamente, em geral como uma autoritária afirmação da identidade individual (quase uma redundância).

conhecemos como sentimentos e emoções. Não é à toa que por tanto tempo a arte (e seus objetos) foi tida como um espelho, e de fato ela é, tanto pela capacidade de tudo representar como pela forma de muito refletir⁴. Museus não só “refletem” imagens e comportamentos, mas sabemos que eles espelham também políticas e ideologias impressas em tais políticas⁵. Assim, clarificadas essas linhas gerais das premissas que regem as instituições museológicas, para a qual museus servem de referência e cujo modelo é passível de aplicar a todas as outras instituições, podemos estabelecer uma direção que nos permita redefinir uma posição estratégica para as instituições brasileiras e pensar um (viável e possível) futuro para elas.

Um considerável progresso foi obtido pela museologia no Brasil em seus diversos setores⁶, ainda que consideremos nossa contínua (através do tempo) incapacidade de promover a institucionalização. Instituições institucionizam, é isso que elas fazem em última instância. Mas uma vida sempre claudicante das instituições brasileiras não deixaria os museus de fora. Ao contrário, talvez eles tenham sido os que mais sofreram, já que, se por um lado, os mesmos operam com a instabilidade promovida pela circulação de objetos de arte e artefatos culturais; por outro, com uma persistente incapacidade de compreender que seria preciso fortalecer seus mecanismos de institucionalização e imprimir às instituições seu caráter institucionalizante. Na maioria das vezes, foi atribuída a elas uma aparente e transitória “estabilidade institucional”, fazendo com que tivéssemos sempre a possibilidade de iniciar do zero. Quando ocasionalmente alguém tentou romper essa *tábula rasa* do gerenciamento, tais administradores foram atacados por todos os lados sem trégua (pelo centro, direita e pelos setores progressistas) frequentemente sob acusações de excessivo vanguardismo, elitismo e comunicação hermética. Esse comportamento endêmico não é mais típico apenas do Brasil. A diferença é que em países “desenvolvidos” muito cedo houve o entendimento de

⁴ As vanguardas históricas tematizaram inclusive essa propriedade do objeto artístico.

⁵ Não há problema com isso, desde que estejamos cientes que eles o fazem. Ao contrário, é indispensável que essa condição de liberdade também possa ser exercitada, de outro modo os museus não teriam função crítica.

⁶ É notável, por exemplo, a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em janeiro de 2009, por meio da Lei 11.906.

que se a crítica era bem-vinda, as instituições precisariam responder a ela de maneira produtiva se não houvesse o mínimo de consenso de setores especializados da sociedade. No Brasil, ao contrário, foram quase sempre as críticas isoladas que mobilizaram instituições, um comportamento nocivo e fundado em uma lógica de meritocracia e no poder político de quem critica. Seja de onde venha esse poder.

Não é incomum ver instituições desmoronarem sob a crítica de pequenos grupos ou indivíduos quando deveriam servir a maioria de suas comunidades. Esse “comportamento” (sim, instituições se “comportam”)⁷ corroeu as instituições brasileiras desde sempre. Parte do preço que estamos pagando hoje pelo desastre institucional brasileiro se deve a esses anos de persistente corrosão. Eles enfraqueceram a estrutura e a “espinha dorsal” destas instituições, que se veem hoje incapazes de resistir com a força necessária para enfrentar a catástrofe que as atingiu em cheio. É lamentável (e presumo até questionável para muitos) que tenhamos chegado a esse ponto, nessa curva da história e com grande responsabilidade pela desgraça. Mas seria mais fácil (como eu disse) culpar o atual governo brasileiro pela destruição completa da museologia brasileira (física – persistentes incêndios – e cultural – progressiva ausência de institucionalização), pelas iniciativas que não mais existem ou ainda pela total falta de estratégia cultural das instituições brasileiras nesses últimos anos, especialmente depois do *impeachment*⁸. Sim, o atual governo entrará para a história pelas piores e mais variadas razões, e também como um governo que destruiu as instituições brasileiras.

No entanto, há outro problema a ser enfrentado que é o fato de a maioria das instituições museológicas brasileiras estar, hoje, sob o controle de governos de direita ou extrema-direita, não só porque isso envolve boa parte daquelas pertencentes ao governo federal, mas também um vasto número de instituições estaduais e municipais que estão igualmente sendo geridas por indivíduos

⁷ Já escrevi um texto sobre o assunto, publicado em Fidelis, Gaudêncio, *O Comportamento das Bienais: Apontamentos para uma Psicologia do Perfil Institucional*, in: Duarte, Paulo Sérgio (Org.), Rosa dos Ventos: Posições e Direções na Arte Contemporânea. Histórias da Arte e do Espaço, 5ª Bienal do Mercosul, Fundação Bienal do Mercosul, Porto Alegre, 2005. p. 37-43.

⁸ Utilizo esse momento do impedimento de Dilma Rousseff como uma divisão periódica que demarca uma data.

sintonizados com as administrações as quais pertencem⁹. Em muitos países, mesmo em instituições públicas, tais agentes mantêm certa independência. No Brasil, há uma persistente identificação (melhor seria dizer, um alinhamento) desses agentes com os governos diretos aos quais pertencem, portanto não é novidade que estes estejam agora sintonizados igualmente com o governo federal. Não deixa de ser surpreendente também (mas previsível dada a história pregressa destas instituições), que mesmo instituições privadas sigam essa mesma vocação de literalmente “se alinhar” ao governo federal em curso. Portanto, agora diversos comportamentos são repetidos com eficiência: censura prévia e, *a posteriori*, o conservadorismo nas ações e iniciativas e o mais insidioso e recorrente dos procedimentos: o chamado “enxugamento da máquina administrativa”, que quando se trata de museus e instituições culturais adquire as mais nocivas e variadas manifestações. Mas este já foi praticado anteriormente e não é novidade, e mesmo quando os governos não promoviam esse procedimento administrativo nos órgãos considerados prioridade política de governo, as instituições museológicas o faziam (e continuam fazendo) como meio de servir de exemplo voluntário aos seus imediatos hierárquicos.

No Brasil, este fenômeno é quase uma tradição institucional. Instituições “enxutas” sempre foram oferecidas como forma de barganha política, uma maneira de “dar o exemplo” diante da opinião pública. Embora esse enxugamento nada viesse a contribuir para um Estado eficiente, ao contrário, sabe-se que muitas vezes ele acabou, inclusive, servindo para alimentar uma rede privada de serviços, pois aqueles que poderiam ser executados pelas instituições tiveram sempre que ser terceirizados para produtores e empresas contratadas, na maioria das vezes, pelo dobro do custo e em detrimento da excelência de resultados¹⁰. Chegamos ao ponto de presenciar um período da vida brasileira em que quase nenhuma instituição tinha a mínima autonomia, e a indústria

⁹ Daí a importância de governos estaduais manterem-se como centros de resistência. Mas quais hoje fazem isso na área da cultura de forma estratégica com capacidade para produzir um efeito de impacto nacional e preencher parcialmente o vácuo deixado por outras esferas de governo e até mesmo pela iniciativa privada? O que, aliás, é perfeitamente possível e necessário?

¹⁰ É preciso entender que a área museológica funciona de uma maneira diferente de outras como o teatro, o cinema e a música, largamente dependentes de uma vasta rede de produtores especializados.

cultural tomou conta delas, obrigando-as a se comportarem de acordo com a demanda externa de exposições e até mesmo aquisição de obras¹¹, algo que, diga-se de passagem, tem sido praticamente inexistente na política dos museus brasileiros ao longo de décadas, se comparado a muitas instituições o redor do mundo. Isso fez com que essas instituições se tornassem subservientes, verdadeiras “instituições de aluguel” sempre de portas abertas para receber exposições sem valor artístico e sem produção de conhecimento, mas bem “acabadas” e capazes de isentar a instituição da responsabilidade de executar suas atribuições mínimas.

Não demorou muito para a situação chegar a um limite. Ao final da década passada, apenas meia dúzia de instituições no Brasil tinham uma estratégia cultural independente. As outras, haviam perdido totalmente a autonomia e transformaram-se em “instituições sem alma”, ou seja, abriram suas portas para receber eventos e exposições externos (fossem de onde fossem) com zero ou quase zero produção própria (de exposições e por consequência de geração de conhecimento avançado). O resultado foram instituições incapazes de compreender o que é uma rotina institucional e como ela funciona e, mais ainda, quais são as graves consequências e o perigo de não possuir nenhuma. Como resultado, ao sinal da menor turbulência ou qualquer ataque, essas instituições não souberam como reagir. Imersas em um ambiente relativamente favorável (e confortável) da democracia dos últimos anos, até que passamos a ter um acirramento dos princípios democráticos e o início da perda progressiva do Estado de Direito, elas foram incapazes de oferecer resistência. Pior que isso, ao invés de fazê-lo, ajustaram-se rapidamente ao novo contexto político pelo instinto de sobrevivência (refletido em seus gestores, é claro), mas essencialmente porque é de fato assim que instituições se comportam na falta de uma rotina institucional, neste caso, museologicamente forte e estratégica.

Instituições são frentes de resistência em qualquer situação, já que institucionalizar é antes de tudo promover a estabilidade democrática. Muitos associam “institucionalizar” até hoje ao conservadorismo, mas, sem instituições, o mundo democrático não existiria, pois ele se funda justamente em

¹¹ Aquisição nos termos museológicos significa aquisição por compra, doação ou permuta institucional.

uma compreensão crítica dos princípios que separam instituições dos indivíduos. Instituições não são indivíduos e têm sido justamente a personificação da personalidade dentro do comportamento delas que as descaracterizou e as transformou em mecanismos fisiológicos da política partidária de qualquer tendência. Nunca devemos sucumbir ao desejo de que instituições reajam (e se comportem) de acordo com a vontade do indivíduo ou mesmo parcialmente sob o comando dele. Sempre que o fizermos, estamos destruindo-as e, assim, corrompendo o mundo democrático. Os mecanismos pelos quais a comunidade atua sobre as instituições precisam ser respeitados (conselhos, manifestações legítimas¹² e participação e mudança por meio dos resultados das eleições). Caso contrário, quando essa influência resulta de comportamentos obscuros e escusos, a instituição se comportará da mesma maneira e nada poderá preveni-las de se ajustar às prerrogativas que são impostas a elas. De fato, em muitos casos, essas premissas sequer lhe são de fato impostas, mas resultam de um comportamento voluntário, uma manifestação de sobrevivência. Se instituições sem rotina e força de institucionalização não reagissem assim, elas seriam destruídas. Trata-se de um efeito colateral resultante da incapacidade de institucionalização, uma “doença” que acomete instituições que não institucionalizam através da criação de uma rotina (institucional). Quantas vezes vimos elas se comportarem assim e atribuímos tal comportamento a causas misteriosas? É verdade que a despeito do obscurantismo que mobilizam as forças que provocam tal comportamento existe, mas sabemos que elas só operam com eficácia diante de instituições claudicantes, instáveis e fracas institucionalmente.

No entanto, há um efeito mais nocivo ainda resultante dessa incapacidade de institucionalização. Sem ela, instituições não projetam a produção artística e cultural para além de suas portas e menos ainda para uma área de influência mais distante (para fora das fronteiras), por exemplo: obras não são colecionadas e preservadas, o que impede a criação de um senso de história; elas não geram conhecimento porque justamente não produzem uma rotina (exposições, coleções, documentação, pesquisa, conservação, intercâmbio, plataformas educativas), pois é essa rotina que viabiliza o conhecimento que depende igual-

¹² Refiro-me àquelas não fundadas em motivações obscuras.

mente de estabilidade institucional; e, finalmente, a incapacidade de propiciar a sociedade e a comunidade artística e cultural, mecanismos de resistência.

Estamos vivendo no Brasil o avanço progressivo do fundamentalismo e de uma política fascista¹³. Existem, no país, dois componentes relevantes em curso: o avanço de um governo profascista e o fortalecimento de uma política fascista, cujos efeitos se encontram refletidos em vários segmentos da sociedade brasileira (em toda a diversidade dos seus extratos), sustentados por uma rede de apoio, cujas fontes são em grande parte fundamentalistas. Não é raro que isso aconteça e tem sido uma tendência ao redor do mundo dentro dessa última onda de governos autoritários, mas no Brasil ele adquire uma forma específica, adaptada ao contexto local (uma espécie de “fundamentalismo dos trópicos”)¹⁴ que tem se mostrado um dos mais perigosos. Primeiro, porque produz a existência de que um certo clichê (estereótipo) da indolência que nunca permitiria uma transição para um regime fascista ou fundamentalista, o que é um engano. Mesmo porque se há apenas alguns anos não haveria substrato para a implementação de um regime nesses termos no país, mas agora há. Trata-se de uma construção de décadas (iniciada no começo da década de 1970, para ser mais preciso) e que infelizmente encontra agora condições favoráveis para ser implantado.

Além disso, voltemos ao problema anterior e ao argumento deste texto de que as instituições não se mostram capazes de fazer frente a essa inclinação para o populismo¹⁵ e, com isso, permanecem imobilizadas diante dos persistentes ataques à sociedade a qual deveriam defender. Como elas se desenvolveram pela prática de atender a demandas de toda ordem, elas agora não diferenciam aquelas legítimas das espúrias (antidemocráticas), desde que venham da sociedade organizada. Entretanto, a ilusão de uma forma de justiça (ironicamente

¹³ Falo especificamente de uma política fascista em vez de fascismo. Pode parecer a mesma coisa, mas não é, pois a primeira envolve características do fascismo que são historicamente inscritas, mas se adaptam ao contexto político e histórico do momento em que ela (política fascista) ressurgiu e pode ou não se transformar em um regime fascista.

¹⁴ Essa caracterização requereria uma explicação mais detalhada que foge aos limites deste texto, mas não faço de maneira irresponsável ou sem consciência do que ela significa.

¹⁵ O governo é a sociedade (a menos que este seja resultado de uma tomada pela força armada), e o governo Bolsonaro foi legitimado pelas urnas, mesmo que questionemos os meios pelos quais ele assim o foi. A Alemanha, por exemplo, levou mais de uma década para compreender o perigo do Nazismo. Mesmo entre 1933 e 34, depois da ascensão de Hitler ao poder, muitos ainda acreditavam que a situação melhoraria por vias democráticas.

em grande parte inspirada em um recurso divino) tem levado a maioria a acreditar que ao perder tudo que é resultante da democracia, a população reagirá nas urnas em um próximo ciclo. Soa-me estranho esse comportamento, pois não é isso que a história mostra. A instalação do fascismo histórico e o seu ressurgimento o redor do mundo mostra outra dinâmica¹⁶.

É possível que instituições museológicas resistam diante de tamanha destruição? Sim, é possível, mas infelizmente não necessariamente desejável pela maioria delas, sempre se comportando como subservientes aos alinhamentos políticos, especialmente no caso brasileiro. Há exceções, mas elas têm sido temporárias e circunstanciais, dependentes de fatores específicos e igualmente provisórios. Um exemplo recente foi a Escola de Artes Visuais do Parque Lage (EAV). Embora não seja uma instituição museológica, depois de se tornar o maior centro de resistência institucional durante um ano que antecedeu a reabertura da exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, a despeito das extraordinárias pressões vindas de dentro daquele governo e seus aliados. Logo depois ela viria regredir à condição de subserviência a um outro governo, este de inclinação profascista e se tornar incapaz de gerar qualquer estratégia cultural de resistência e produção de conhecimento original¹⁷. Sim, nem seria possível, quando ela mesma assume sua condição de alinhamento com o governo em curso, senão por conivência, inadvertidamente.

Vejamos, por exemplo, o episódio de censura da exposição *Queermuseu* em 2017, quando o banco Santander, depois de apenas dois dias e meio de ataques do Movimento Brasil Livre (MBL), fechou unilateralmente a exposição, consolidando o maior processo de censura que aconteceu no Brasil no período

¹⁶ Não compartilho da premissa de que “a história se repete” nos termos comuns em que se aplica. Eu diria que a história frequentemente nos engana na forma de uma aparência. Ou seja, cada vez que ela ressurgir como manifestação do passado, ela nos prega uma peça, pois não vivemos no passado, e as circunstâncias do presente sempre são outras, geralmente mais desafiadoras.

¹⁷ Muitos argumentariam que a mudança aconteceu devido à troca de governo e à demissão em poucos meses de seu diretor Fabio Szwarcwald, mas essa seria apenas parte da verdade, já que instituições precisam ser independentes de seus gestores. Isso seria ignorar (por desconhecimento) o volume de pressões que a instituição sofreu durante aquele período, incluindo a demissão sumária do seu diretor (apenas algumas semanas antes da abertura da *Queermuseu* o que teria resultado no cancelamento da exposição) e que foi depois reinstituído ao cargo.

pós-ditadura. Esse episódio resultou em desastrosas consequências para a produção artística e cultural brasileira com ramificações inimagináveis em inúmeras outras áreas de atuação da sociedade. O incidente iniciou um processo de criminalização da arte e da cultura que ganhou proporções inconcebíveis que já são de conhecimento da maioria, mas pouco entendidas em sua extensão. É importante lembrar que a *Queermuseu* foi concebida como um museu provisório e metafórico para ser realizado por um determinado período de tempo¹⁸ em uma instituição não museológica, nesse caso, o Santander Cultural, instituição subsidiária do Banco Santander, em Porto Alegre. Essa estratégia bem-sucedida produziu uma resposta das forças retrógradas da sociedade brasileira nos mesmos termos de seu impacto de intervenção. É preciso lembrar, entretanto, que, ao contrário do que muitos de seus detratores anunciam, a reação não foi o resultado da exposição como uma plataforma “polêmica”¹⁹, mas da existência de forças obscuras da extrema-direita que viram na exposição a oportunidade única para fazer avançar uma agenda de costumes de caráter fundamentalista²⁰. Porém, seria justamente pelo caráter da exposição e sua dimensão institucionalizante que ela viria a se transformar em uma plataforma de enorme resistência, não só impulsionada por um arco de forças progressistas dentro do território brasileiro, mas também fora dele. A *Queermuseu* foi a apresentação de uma não instituição estruturada na forma de uma plataforma curatorial (uma exposição) agindo como se fosse uma e “dirigida”²¹ na forma

¹⁸ Eu me referi a essa premissa inúmeras vezes. Aqui estão algumas delas: “Concebido como um museu provisório, metafórico e circunstancial” no texto “O Museu do Desvio” (catálogo da exposição *Queermuseu*, Escola de Artes Visuais do Parque Lage, 2018, p. 11); “*Queermuseu* é um ‘museu provisório’, ficcional e metafórico”, no texto “Não Heterocentrismo e Não Heteronormatividade, na Exposição *Queermuseu* e seus Percursos Originais de Visitação” (catálogo da exposição *Queermuseu*, Escola de Artes Visuais do Parque Lage, 2018, p. 48); “Conceitualmente, a *Queermuseu* objetiva ser um museu fictício, provisório e metafórico que existirá enquanto estiver em exposição, um museu que prospera pela diversidade de formas, inclinações *queers* da estética, além de desvios ‘da norma canônica’”, publicado via E-flux em 1º de agosto de 2018.

¹⁹ Desde o início contestei esta denominação pois não se tratava de uma polêmica, mas de uma falsa narrativa metodicamente construída.

²⁰ É preciso entender que, apesar de todas as táticas de milícia, um comportamento fascista de uma política fascista, o caráter adotado filia-se ao fundamentalismo religioso.

²¹ Utilizo este paralelismo para estabelecer um exemplo sobre a importância da resistência através da institucionalização.

de protagonismo político, na defesa dos interesses da arte, democracia, justiça social e liberdade de expressão.

Parece impensável que isso tenha acontecido, mesmo porque a instituição Santander Cultural (que não institucionaliza) deveria ter sido a primeira a defender a produção artística que abrigava. Na sua ausência, e na declinação peremptória de seus pressupostos institucionais, um ocasional e circunstancial conjunto de forças obscuras tomou forma. Situações de resistência como esta são únicas e não acontecem duas vezes, embora nos sirvam de exemplo, mesmo porque elas dependem de um grande número de fatores agindo ao mesmo tempo, incluindo o fato de existir uma “instituição” provisional (neste caso a exposição *Queermuseu*), que assumiu as tarefas de resistência. O “trabalho” da curadoria (a direção) consistiu em mobilizar essas forças para o centro gravitacional de institucionalização, justamente a exposição que buscava invocar esse museu provisional²². Portanto, um dos mais evidentes exemplos das consequências de uma instituição cultural sucumbir às forças espúrias foi o caso do Santander e da censura da *Queermuseu*. Lembrando que, quando ele o fez, tais forças que atacaram a exposição imediatamente se fortaleceram e ganharam enorme terreno só vindo a recuar um tempo depois, graças a uma mobilização enorme dos setores progressistas da sociedade.

Se há um erro que uma instituição nunca pode cometer é abdicar de sua força (e obrigação) de institucionalizar. Trata-se de uma ação com consequências irreparáveis não só para a instituição, mas para a sociedade. O Santander Cultural (agora Farol Santander) jamais poderá ser uma instituição novamente, apenas um arremedo de uma. Instituições não podem ter em sua história uma marca de censura e menos ainda a de ter desempenhado um papel de criminalização da arte e da cultura. Porém, podemos depreender outras lições do caso *Queermuseu*. Uma delas é justamente o quanto instituições podem revolucionar a produção de conhecimento e como podem fazê-lo. A despeito do crime cometido, podemos objetivamente avaliar que até o momento da censura o Santander, este teria cumprido seu papel institucional, mesmo que o tenha negado totalmente *a posteriori*, ignorando inclusive seus então 17 anos de história institucional. Vale lembrar que instituições constroem o seu prestígio por meio das comunidades

²² Note-se que ele assim continuou sendo, com a única diferença que ele viria a durar mais de um ano em mobilização e em discussão na esfera pública.

a que servem (artísticas e seus públicos diversos) e o caso do Santander Cultural é ainda mais evidente²³. Contudo, é importante salientar que no momento que instituições abdicam de seu papel institucionalizante todo esse prestígio construído se dissipa em algumas horas²⁴. Os danos são irreparáveis, e elas os têm cometido diariamente e não compreendem depois por que se tornam tão suscetíveis aos revezes do autoritarismo que eventualmente vem bater à sua porta.

Vejamos, então, o que podemos aprender que sirva para entendermos o comportamento institucional, assim como o processo de institucionalização e os mecanismos de resistência que instituições devem propiciar. Em primeiro lugar, instituições precisam produzir uma estratégia cultural²⁵ afirmativa para seu gerenciamento com vistas às suas comunidades e com o objetivo de cooperar para a geração de conhecimento avançado e manutenção da arte e da cultura (viva)²⁶ como o pressuposto mais relevante de uma sociedade democrática. É preciso, ainda, utilizar todos os meios institucionais disponíveis para a preservação material da produção artística, cultural e teórica, bem como protegê-la diante de qualquer ataque, deterioração progressiva e difamação. Em meio a isso, as instituições precisam gerar um vasto volume de conhecimento avançado que seja próprio ao seu objeto²⁷.

²³ Por essa razão, instituições, como a Fundação Iberê Camargo (FIC) dificilmente terão legitimidade, não só pelo fato de rejeitarem sistematicamente uma relação com a comunidade que a serve e a valida, mas também porque se recusam a se relacionar com ela quando esta tenta produzir sua força exclusivamente pelo poder de seus agentes. É possível até corrigir essa vocação erroneamente impressa na natureza da instituição, mas para isso seria necessário uma mudança extremamente radical e anos de construção da relação instituição e seus públicos; em suma, uma das premissas mais elementares de uma instituição.

²⁴ É possível que em alguns casos esse trauma institucional possa ser corrigido e o prestígio recuperado, mas ele dependerá da “infração institucional” cometida e da história pregressa da instituição, assim como sua tipologia (pública, privada etc.).

²⁵ Trata-se, em outras palavras, de um plano de gerenciamento de teor político-administrativo. Parece incrível, mas a maioria das instituições brasileiras não o tem. Se perguntarmos a elas qual é o seu plano estratégico, via de regra não encontraremos resposta. De qualquer forma, essa estratégia deveria ser claramente visível na expressão de suas ações. É inconcebível que instituições não possuam um plano de gerenciamento e sejam geridas (política e administrativamente) de forma voluntarista.

²⁶ Isso significa mantê-la relevante para a sociedade contemporânea.

²⁷ Instituições que abrangem tudo acabam por enfraquecer sua capacidade de institucionalização, mesmo aquelas que são por natureza enciclopédicas.

Eu adicionaria que minha visão, baseada nos avanços da sociedade, é de que hoje as instituições museológicas têm a obrigação de produzir uma perspectiva crítica das normas institucionais (assim como de obras), aplicável ou não ao acervo sob sua guarda, com vista a promover a compreensão da diferença, da inclusividade e da diversidade²⁸, sem gerar exclusão de nenhuma forma²⁹. Na dúvida, precisamos nos perguntar que instituições museológicas brasileiras têm produzido exposições relevantes, quais têm sido revolucionárias no sentido de produzir um deslocamento epistemológico e quantas ainda conseguem fazê-lo sem perder de vista seus outros pressupostos (coleccionar e preservar). Quantas conseguiram incluir em sua visão estratégica um repertório de produção e gerenciamento de programas (exposições, publicações, colecionismo sistemático) que sejam igualmente capazes de incorporar de maneira perene a produção localizada fora da norma canônica, desviante, excluída, negligenciada pela historiografia (tais como a produção de artistas negros, artistas mulheres, LGBTQI+, entre outras historicamente suprimidas da historiografia)? Quantas conseguiram fazê-lo como forma de inclusão dessas produções em narrativas transformacionais da história da arte e o fizeram, gerando impacto político capaz de mudar as normas de produção de modelos de gerenciamento e curatoriais e ainda transformaram esses modelos em mecanismos de influência no âmbito institucional? Aquilo que poderíamos, então, chamar o “caso brasileiro”, ou seja, instituições que mudaram a feição da institucionalidade brasileira, e contribuíram para uma história de exposições e deixaram ainda, em meio a isso, um volume de conhecimento relevante consolidado? Quantas, também, melhoraram seus equipamentos, levando-os aos limites da excelência tecnológica³⁰, visto que sem condições materiais não é possível colecionar,

²⁸ Note-se que “diversidade” passou a ser banalizada e existem muitas formas de produzir uma compreensão da diversidade que não seja apenas uma “inclusão teatral” do outro, sem uma trajetória de inclusão efetiva. Por outro lado, não se pode confundir exclusão com o exercício discricionário da escolha, mesmo porque toda a escolha feita com clareza de princípios lógicos e que seja tornada transparente na esfera pública, é democrática.

²⁹ Não é a definição entre isso ou aquilo que fazem instituições serem exclusionárias, e sim a obscuridade dos princípios pelas quais atuam. Sem escolha, não há como construir institucionalização.

³⁰ Entendo como tecnologia não só equipamentos de informação, iluminação, montagem etc., mas todo o aparato contemporâneo disponível para que instituições funcionem apropriadamente.

produzir nem preservar adequadamente para gerações futuras? E, finalmente, quantas destas instituições investiram significativamente em seus quadros de pessoal, criando oportunidades de crescimento profissional e, ao mesmo tempo, oferecendo capacitação para ajudar os funcionários a enfrentar os desafios da vida institucional contemporânea e garantir a vida contínua das instituições? Isso inclui prepará-las para responder as prerrogativas da lei e ter uma compreensão abrangente e especializada, quando for o caso, e de toda a legislação que afeta as instituições, os princípios e os códigos de ética, e ainda uma compreensão mínima de política institucional. Bem, a resposta pode ficar na cabeça de cada um, mas em geral sabemos qual será ela.

É preciso, ainda, que instituições entendam mais do que nunca que elas existem para preservar em seus aspectos mais abrangentes o resultado material (seja em objeto ou ideias), o imaginário artístico e cultural. A ausência desse princípio, que é frequentemente esquecido, distorce a lógica e a natureza institucional e transforma instituições em um arremedo que apenas imita rituais institucionais e naturalmente as torna incapazes de agir e reagir quando for o caso. Instituições precisam permanecer atentas às frequentes mudanças de paradigmas estéticos, culturais e institucionais e como eles operam ao redor do mundo (mesmo no caso de instituições locais e específicas). Além disso, elas devem responder a eles de um modo ou de outro na forma de ações e modelos que venham a gerar alguma transformação (em maior ou menor escala) para a sociedade. Se essas premissas não forem satisfeitas, não podemos chamar tais organismos de instituições, ou no máximo, quem sabe, de “instituições que não institucionalizam”³¹.

Quero agora abordar outro aspecto estratégico da institucionalidade: aquele de produzir um campo e diplomacia cultural de relevância política que seja capaz de enfrentar a hegemonia artística e cultural em vários aspectos. Não falo aqui de um conceito simplificado do princípio de hegemonia cultural e de quem a obtém, pois sabendo que temos diversas periferias, também temos inúmeros processos hegemônicos em curso, dentro e fora do território geográfico, atuando simultaneamente. Se, por um lado, o objetivo é agir sobre o impacto pernicioso dessa hegemonia no contexto internacional em benefício da arte e da cultura brasileiras; por outro, é preciso lembrar que precisamos

³¹ Esse é o caso mais frequente que encontramos no Brasil.

encarar a nociva (e eterna) predominância dos dois principais centros de produção cultural e artística do país (notadamente Rio de Janeiro e São Paulo)³², mas entender que a hegemonia é pervasiva e se replica infinitamente a partir de qualquer centro em relação aos seus centros menores. Assim, criar planos estratégicos e mecanismos de projeção da produção em direção aos centros de circulação internacional (e visibilidade) é indispensável para que a produção cultural e artística realize todo o seu potencial e venha produzir, de fato, uma transformação. Trata-se também de uma estratégia política de reafirmar o terreno da arte e da cultura, ou seja, nenhum país democrático pode deixar de responder (e agir) sob pena de nunca desempenhar um papel de real relevância diante da comunidade internacional em benefício de sua produção cultural. Mas a diplomacia cultural só foi exercitada, no Brasil, sob a forma de mecanismos diplomáticos (efetivamente) sem que nunca houvesse plano estratégico a curto ou longo prazo³³. O resultado é que o Brasil nunca se reportou artística e culturalmente à comunidade internacional de forma organizada e com clareza de propósitos políticos, e as iniciativas que projetaram a arte e cultura brasileiras fora do território acabaram, em grande parte, sendo aquelas promovidas pela iniciativa de instituições estrangeiras³⁴, ou seja, pela própria ótica delas³⁵.

A verdade é que se consideramos esses determinantes, as “instituições” no Brasil são poucas, e nós nos deparamos com um panorama que é de extrema gravidade e emergência institucional. Diante de um governo federal (e vários

³² É preciso entender o processo hegemônico não como algo que deve ser combatido pela “destruição” de alguns centros (tarefa que seria não só impossível, mas equivocada pela relevância da produção desses lugares), mas trabalhar pela construção da independência e relevância de outras “periferias” ou zonas localizadas à margem.

³³ No Brasil, essas ocasionais intervenções foram sempre uma resposta aos interesses políticos do momento, motivados por iniciativas individuais (de diplomatas, produtores, Secretários de Estado etc.) e nunca por uma política perene de estratégia cultural.

³⁴ Muitas instituições museológicas estrangeiras tomaram iniciativas e as realizaram em consonância com instituições brasileiras. Em muitos casos, pareceu que a iniciativa havia partido delas. Trato de muitos destes casos em minha tese de doutorado intitulada *A Recepção e a Legibilidade da Arte Brasileira Contemporânea nos Estados Unidos (1995-2005)*, State University of New York (SUNY), Department of Art and Architecture, Binghamton, New York, 2008.

³⁵ Muitos diriam que isso não é verdade e que houve muitas iniciativas governamentais de projetos de arte e da cultura brasileira no exterior. Sim, mas não como política e estratégia culturais contínuas e consistentes de médio e longo prazo.

estaduais e municipais) que vem atacando e destruindo o campo cultural e artístico do país e, por consequência, seu patrimônio, é preciso antes de tudo um entendimento da importância dessas instituições museológicas (e outras) como centros de preservação e resistência. Sem isso, lutar por elas tende a produzir uma ineficiente estratégia de intervenção que não será bem-sucedida e, menos ainda, vencedora. Lembrando, ainda, que é preciso lutar não somente por uma vitória, mas também especialmente pela sua preservação, quando a vitória nem sempre é possível, pelo menos temporariamente.

Como se não bastasse a situação emergencial das instituições no Brasil, nos encontramos neste momento atravessando a maior crise sanitária da era moderna, com a pandemia de COVID-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2. Essa pandemia vem produzindo uma catástrofe mundial com seu vasto (e dramático) número de óbitos e infectados, que atingiu todos os setores da sociedade. Mas além disso, ela resultará em um panorama devastador para as instituições. Governos autoritários, como o brasileiro e outros ao redor do mundo, vêm se aproveitando da pandemia para instituir suas agendas ultraconservadoras e produzindo, por consequência, resultados catastróficos para a institucionalidade. Em meio às já enfraquecidas instituições brasileiras, o desafio se mostra ainda mais extraordinário e, por si mesmo, demanda um plano em separado, mas também coordenado com as ações mais elementares de resgate dos princípios institucionais. Instituições precisam se preparar para um futuro breve, em meio a uma pandemia que mostra indícios de se estender por anos. Se, por um lado, uma pandemia como esta não era esperada, ela só mostrou, mais uma vez, que nossas instituições não possuem planos de prevenção para catástrofes (conhecido como *Plano de Gerenciamento de Riscos*)³⁶, nem mesmo as mais elementares como incêndios, inundações, pragas e outras³⁷. Agora é necessário

³⁶ O *Plano de Gerenciamento de Riscos* para museus aborda os seguintes aspectos de prevenção: forças físicas, furto e vandalismo, incêndio, água, pragas, poluentes, luz e radiação, temperatura, umidade e dissociação. O referido plano determina como o corpo de funcionários da instituição, devidamente preparados, e diversos outros agentes relacionados (autoridades competentes, técnicos de outras esferas do governo, corpo de bombeiros, força policial, etc.), respondem aos riscos em questão em caso de um evento catastrófico ou um distúrbio temporário que coloque em perigo a integridade da instituição e seu patrimônio.

³⁷ É sabido que a maioria das instituições brasileiras sequer possui *Plano Museológico*, *Plano de Proteção Contra Incêndio* (PPCI) e menos ainda *Plano de Gerenciamento de Riscos*. Durante

um esforço imenso não somente para produzir um plano de ação estratégico, mas profundamente criativo e inovador para enfrentar um futuro incerto que bate à porta e que pode representar o fim das instituições como as que conhecemos ou mesmo a sua impossibilidade de enfrentar os novos desafios que a pandemia representa e os já governos autoritários representam. Estes desafios envolvem, fundamentalmente, sua sustentabilidade através da manutenção de seus públicos e recursos financeiros, assim como a profunda crise institucional de propósitos que certamente será impressa à própria natureza das instituições, transformando-as de maneira definitiva. Será preciso, portanto, o desenvolvimento de planos capazes de prever um futuro incerto e conceber uma estratégia de ação eficaz com pouca (ou nenhuma) margem de erro.

Em suma, é preciso que pensemos a institucionalidade brasileira de forma eficiente, estratégica, avançada, a médio e longo prazo. Se agora nos vemos em uma emergência de grave ameaça para a arte e para a cultura brasileira, iniciemos pelo pensamento reflexivo, pela compreensão estratégica daquilo que o país está realmente enfrentando (a natureza dos ataques e seus efeitos a médio e longo prazo)³⁸ e pelo planejamento estratégico. Mesmo assim, a pura constatação já nos ajudaria, embora seja indispensável e urgente um plano de resistência e recuperação. Nunca é demais salientar que também não é factível e estratégico pensar que uma troca de governo significaria a solução e que o problema estaria resolvido, porque isso seria, de qualquer forma, apenas o primeiro passo para a recuperação do vasto e complexo universo artístico e cultural brasileiro. Então, é preciso que nos perguntemos se os planos estão prontos. A estratégia está preparada? A política institucional está pensada para a execução? Sabemos que não. Se tivesse, a resposta parcial à crise da institucionalidade brasileira já estaria respondida (e resolvida), enquanto o que vemos é um quadro de emergência e em rápido avanço para um estágio de piora, com caráter de irreversibilidade e com perdas que talvez sejam irreparáveis

a gestão 2011-2014 quando dirigi o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) todos os três planos foram concluídos, sendo que o PPCI ficou preparado, apenas aguardando a vistoria e aprovação do corpo de bombeiros local. O MARGS na época se tornou um dos poucos museus brasileiros a possuir os três planos simultaneamente, o que apenas atesta o imenso despreparo das instituições brasileiras.

³⁸ Mesmo porque, a curto prazo já sabemos qual é.

para o patrimônio artístico e cultural brasileiro. Sim, porque tempo perdido não se recupera, obras que não foram produzidas (e, portanto, colecionadas) não se recuperam e modelos institucionais não gerados não existem somente no papel porque eles precisam do exercício da rotina institucional, como falamos anteriormente.

Se tudo isso fosse possível de retomar nos termos proporcionais aos danos causados, haveria ainda assim a imensa tarefa de reconstruir no Brasil um senso de comunidade artística e institucional que foi largamente destruído e com ele um processo de institucionalização que precisa ser retomado. Entretanto esta recuperação não pode ser realizada através dos velhos modelos falidos que foram justamente aquelas que permitiram às instituições, tão enfraquecidas, renderem-se ao obscurantismo com uma facilidade impressionante. É preciso colocar em movimento uma estratégia cultural de enorme impacto de resistência e recuperação, mas igualmente fundamentada nos princípios da institucionalidade que produzirão mudanças tão excepcionais capazes de redimensionar a sociedade brasileira para uma percepção favorável da arte e da cultura, reconhecendo sua importância, e oferecendo a ela, como alternativa, um novo sentido civilizatório, aquele que só a arte e a cultura podem desenvolver. Por vários anos, muitos acreditaram que o “papel da arte e da cultura” era outro. Na verdade, é exatamente esse.

Políticas culturais, financiamento e asfixia da cultura

Carlos B. Paiva Neto

Pano de fundo: governo federal e a criação do atual ambiente brasileiro de fomento à cultura¹

De acordo com estudo da Fundação João Pinheiro, até os anos 1980, o financiamento público da cultura estava fortemente concentrado nos estados e na União (Fundação João Pinheiro, 1998). O fomento dava-se, predominantemente, através do apoio direto, a fundo perdido. Entre as exceções a este modelo estavam a EMBRAFILME, que atuava numa lógica voltada para o mercado, com linhas de crédito a juros baixos, adiantamento sobre a distribuição e investimentos na forma de coprodução (JOHNSON, 1993), e alguns incentivos fiscais pontuais, como os concedidos à indústria fonográfica desde 1968, para estimular a produção de conteúdo local (MORELLI, 2009).

A redemocratização brasileira foi um ponto de inflexão nas políticas de financiamento à cultura. O governo Collor desmontou grande parte da estrutura institucional para a cultura construída até então, incluindo a extinção do recém-criado Ministério da Cultura, e revogou a Lei Sarney, primeira legisla-

¹ Este panorama introdutório é uma adaptação sintética de trechos de minha dissertação de mestrado (PAIVA NETO, 2019) e do texto “Modelo federal de financiamento e fomento à cultura” (PAIVA NETO, 2017). Neles este histórico é apresentado com mais detalhes.

ção abrangente de fomento à cultura. É a partir deste momento que muito do ambiente atual de financiamento à cultura será construído.

Esta construção é composta por três fases: (i) a instauração da Lei Rouanet e Lei do Audiovisual e a recriação do Ministério da Cultura (1990-1994); (ii) o fortalecimento do mecanismo de incentivo fiscal (1995-2002) e (iii) a crítica do modelo centrado exclusivamente no incentivo fiscal, com apresentação de alternativas (2003-2016). Uma síntese de cada uma destas fases é exposta a seguir, acrescidos de breve análise crítica das políticas federais e de um panorama de fomento dos estados

Constituição do modelo atual: governo federal, 1ª fase, fundamentos legais

Em abril de 1990, no início de seu governo, o presidente Fernando Collor revogou todos os incentivos fiscais vigentes, no bojo das medidas econômicas por ele estabelecidas (DURAND, 2013). A revogação partia, também, do pressuposto de que o mercado, sem qualquer interferência do poder público, daria conta do setor cultural (PONTES, 1991).

Eventualmente, diante das críticas que vinha recebendo, o próprio governo Collor, agora com o diplomata Sérgio Paulo Rouanet à frente da Secretaria de Cultura, propôs nova legislação de fomento ao setor. A lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e ficou conhecida como Lei Rouanet. Partindo do pressuposto de que a cultura é constituída de atividades de diferentes naturezas, das de caráter comercial àquelas de caráter experimental, ao invés de simplesmente recriar os incentivos fiscais, a nova legislação propunha um “Sistema de Fomento à Cultura”, assentado no tripé de mecanismos constituídos pelo “Fundo Nacional de Cultura (FNC)”, “Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART)” e o “Incentivo fiscal a projetos culturais” (MOISÉS, 1997a).

O FNC – que é o mesmo Fundo de Promoção Cultural criado na Lei Sarney, porém renomeado – adquiriu maior relevância na nova legislação, sendo explicitado como mecanismo e qualificado como fundo de natureza contábil. Foram elencadas diversas fontes de recursos, algumas inéditas para o setor, como a que previa um percentual dos concursos de prognósticos e loterias federais e

similares para custeio do FNC. Quanto aos FICARTS, a nova legislação assumiu, de forma mais explícita, o reconhecimento de atividades lucrativas no campo da cultura que poderiam atrair investimento privado. Porém, foram eliminados os incentivos fiscais que existiam na Lei Sarney, sendo mantidos os mesmos estímulos tributários concedidos a outros setores. Já o incentivo fiscal, foi reformulado, tendo como principal mudança a destinação dos recursos, que passam a ser direcionados a projetos pré-aprovados pelo Ministério da Cultura, ao invés dos aportes serem realizados para instituições previamente cadastradas. Neste primeiro, momento não havia mais previsão de abatimento integral do patrocínio, sendo sempre necessário contrapartida mínima de recursos próprios.

Regulamentada em 1992, durante os primeiros anos os resultados alcançados foram bem aquém das expectativas. A Lei foi criticada por excesso de burocracia e as principais causas do pouco uso da Lei nos seus primeiros anos são atribuídas ao novo processo de avaliação de projetos, mais moroso, e a diminuição dos tetos de renúncia fiscal. Até o final de 1994, apenas nove projetos captaram recursos e somente 19 empresas e 24 indivíduos patrocinaram ou doaram para projetos culturais. Entre 1992 e 1994, da renúncia fiscal autorizada pelo governo, foram utilizados apenas 1%, 5%, e 6%, respectivamente (MOISÉS, 1997a).

Ainda no governo Itamar Franco, foi aprovada a Lei do Audiovisual (Lei 8.685/1993), em resposta à crise que o cinema brasileiro vinha passando desde a extinção da EMBRAFILME no início do governo Collor. Esta lei reintroduz a possibilidade de abatimento integral dos aportes, dispensando contrapartida, tanto na modalidade de patrocínio como de investimento. Autoriza, de forma adicional, o abatimento nas despesas operacionais do valor do aporte, reduzindo indiretamente o valor dos impostos a pagar, resultando, na prática, em um benefício fiscal para a empresa patrocinadora superior ao valor concedido – uma aberração fiscal.

Constituição do modelo atual: governo federal, 2ª fase, fortalecimento do incentivo fiscal

O período do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), tendo Francisco Weffort à frente do Ministério da Cultura, representa a segunda

fase da constituição do atual ambiente de fomento à cultura. O novo governo elegeu como prioridade a gestão do incentivo fiscal da Lei Rouanet. Durante este período, foram introduzidas as principais mudanças que configuram a estrutura na qual o PRONAC se firmou, com suas ênfases, lacunas e distorções.

De acordo com José Álvaro Moisés (1997b), o MINC realizou três modificações para aumentar a captação. Primeiro, de forma a ampliar a capacidade de patrocínio das empresas, elevou o teto de renúncia de 2% para 5% do imposto de renda (posteriormente este patamar foi reduzido para 4%). Segundo, foi feita uma reforma nos procedimentos de recebimento e avaliação dos projetos apresentados, com vistas a diminuir o tempo de análise, permitindo maior previsibilidade para os produtores culturais. Por fim, reintroduziu a possibilidade de remuneração de profissionais para a captação de recursos.

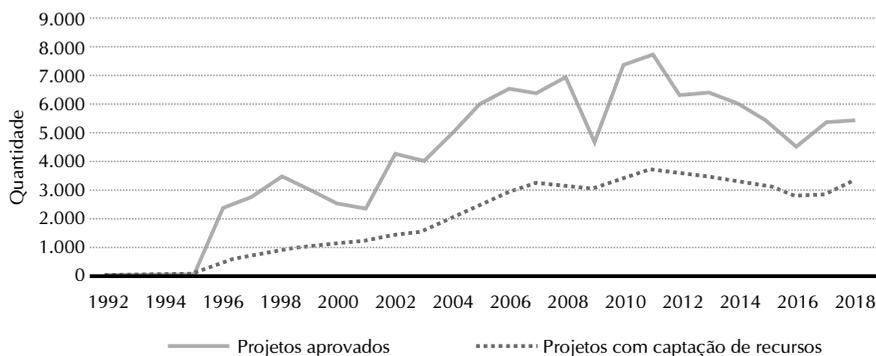
Juntamente com as mudanças administrativas, o Ministério passou a promover fortemente a Lei junto aos empresários. O envolvimento das estatais teve a recomendação expressa do presidente Fernando Henrique Cardoso e apoio enfático do ministro das comunicações, Sérgio Motta (CASTELLO, 2002).

Com essas medidas, o número de projetos avaliados e com captação de recursos elevou-se consideravelmente. Entre 1992 e 1994, apenas 75 projetos foram aprovados e nove projetos captaram recursos na ordem de 555 mil reais. Em 1995, 19 projetos são aprovados e 45 projetos conseguem captar 12,9 milhões de reais, 24 vezes o valor captado no ano anterior². A partir de 1996, no segundo ano do governo Fernando Henrique Cardoso, há uma grande elevação do número de projetos impactados pelo incentivo fiscal: 2.372 são aprovados e 451 captam um total de 111,7 milhões de reais. O crescimento durante a gestão Weffort e a dinâmica dos anos seguintes podem ser dimensionados de acordo com o Gráfico 01:

Em 1997 introduziu-se a principal alteração no projeto original da lei – o retorno da possibilidade de abatimento de 100% do aporte realizado. A mudança foi motivada pela concorrência por recursos entre segmentos, criada pela Lei do Audiovisual. Foi “o marco decisivo na cronologia da condenação

² Uma vez aprovado, o projeto fica apto a captar por até três anos. Por isso, num mesmo ano, não há relação direta entre o número de projetos aprovados e o número de projetos com captação de recursos.

Gráfico 01 – Quantidade de projetos aprovados e projetos com captação de recursos, incentivo fiscal da Lei Rouanet (1992 a 2018)



Fonte: Elaboração do autor com base no SALICNet, do Ministério da Cultura/SEFIC.

do financiamento cultural público ao inferno do incentivo fiscal”, como explica Yacoff Sarkovas (2005):

No “mercado de incentivo fiscal” que se formava, os produtores culturais que buscavam patrocínio para seus projetos pela Lei Rouanet passaram a encontrar um número crescente de empresas que já haviam esgotado a maior parte de seus recursos dedutíveis na Lei do Audiovisual. Em vez de exigirem a correção das distorções do incentivo fiscal aos filmes, agentes culturais de outras áreas reivindicavam “equiparação de benefícios”. Em 24 setembro de 1997, a MP 1.589 introduziu na Lei Rouanet a dedução de 100% [...]. Ao longo de dois anos, o governo FHC reeditou a medida provisória 27 vezes, até torná-la a Lei 9.874, em 1999.

A introdução do abatimento integral criou os jargões “Art. 18” e “Art. 26”. Os patrocínios destinados às áreas listadas no Art. 18 (artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; circulação de exposições de artes plásticas; doações de acervos para bibliotecas públicas e para museus) teriam 100% de abatimento. Projetos de demais áreas continuariam a ser enquadrados nos patamares estabelecidos no art. 26, conforme a proposta original da Lei.

Lia Calabre (2009, p. 114) afirma que, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, “as discussões e proposta de implantação e de elaboração de

políticas de cultura praticamente desapareceram da prática governamental. Foi um período dedicado ao aprimoramento das leis de incentivo (Rouanet e do Audiovisual)”. Albino Rubim ratifica esta visão, ressaltando que, apesar da estabilidade sem precedentes vivenciada no governo Fernando Henrique Cardoso, as leis de incentivo foram entronizadas como a política cultural. “Sintomaticamente, a publicação mais famosa do Ministério naqueles longos oito anos será uma brochura intitulada *Cultura é um bom negócio*” (RUBIM, 2007, p. 110). Dessa maneira, o incentivo à cultura não só se tornou a modalidade hegemônica de financiamento, como praticamente tomou o lugar das políticas culturais.

Constituição do modelo atual: governo federal, 3ª fase, crítica ao modelo vigente e diversificação

O governo Lula, tendo primeiro Gilberto Gil e depois Juca Ferreira à frente do Ministério da Cultura, inaugura a terceira fase da constituição desse ambiente, e teve, desde o início, uma visão crítica ao modelo estabelecido até então. Em um de seus primeiros discursos, o novo ministro estabeleceu três grandes desafios: 1. Retomar o papel de formulador e executor de uma política cultural para o país, de forma participativa; 2. Fazer uma reforma administrativa que dê capacidade institucional para operar tal política; e 3. Obter recursos financeiros indispensáveis à implementação desta política, inclusive avançando na área de fomento e crédito às atividades de produção de bens e serviços culturais. Ressalta, ainda, que o ministério havia perdido sua capacidade política, técnica e gerencial, tendo entregado a função de ter uma política cultural para o país “ao mercado, aos departamentos de comunicação e marketing das empresas pela via dos incentivos fiscais” (GIL, 2003, p. 249).

A questão se fez presente desde 2003, quando o MINC realizou os seminários “Cultura para Todos”, dialogando com realizadores de todo o Brasil sobre uma série de assuntos, entre eles a questão do financiamento, que sempre ocupou grande parte do tempo de debate. O tema também foi intensamente discutido na II Conferência Nacional de Cultura de 2005. A partir deste processo de debate foi apresentada a proposta de reforma da Lei Rouanet, o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (PROCULTURA). A mi-

nuta da proposta foi novamente debatida em seminários regionais e setoriais, além de ser colocada em consulta pública para colher contribuições adicionais e, por fim, enviada ao Congresso em 2010.

Mesmo com a enfática crítica ao modelo vigente e proposição do novo marco legal para o fomento, durante o governo Lula o PRONAC teve avanços consideráveis do ponto de vista de gestão. Durante esse período, muitos processos foram informatizados, através da criação do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), conferindo mais celeridade e transparência às análises de propostas. Em 2004, foi criada a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC), órgão responsável até hoje pela gestão do PRONAC. Em 2009, a SEFIC passou por uma reforma significativa, que a proveu com uma estrutura funcional que permitia melhores condições para a operação cotidiana – ante o crescente volume de projetos em análise e acompanhamento (Gráfico 01) –, assim como uma estrutura para formular marcos necessários para os avanços da pauta do fomento nacional. Também foi elaborada a primeira pesquisa de preços de referência em cultura assim como foi criado sistema de banco de pareceristas externos, que aumentou a capacidade operacional do MINC e suas entidades vinculadas. Diversos concursos proveram o MINC com um corpo de servidores estatutários, sendo a área de fomento a unidade da administração direta onde foram alocados o maior número deles. Foi durante este período que a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) passou a ter composição de representantes das diversas regiões do país, escolhidos através de edital público, e a realizar reuniões de forma itinerante, fazendo-se presente em todas as regiões do Brasil.

Em paralelo aos debates em torno da reforma da Lei Rouanet, outras iniciativas realizadas à época tornaram o panorama do fomento à cultura no governo federal mais diversificado. Três exemplos listados, a seguir, ilustram essa mudança.

Foi criado o programa Cultura Viva, com destaque para os pontos de cultura, que concedia apoios para planos de trabalho de dois a três anos para grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades em suas comunidades. Apesar de não ter sido concebido no âmbito das discussões sobre o fomento, o programa, que alcançou relevante protagonismo e reconhecimento internacional, introduz a primeira

iniciativa de apoio plurianual e foi uma das primeiras políticas culturais que, para ter alcance maior, optaram por ser executadas de forma descentralizada com estados e municípios.

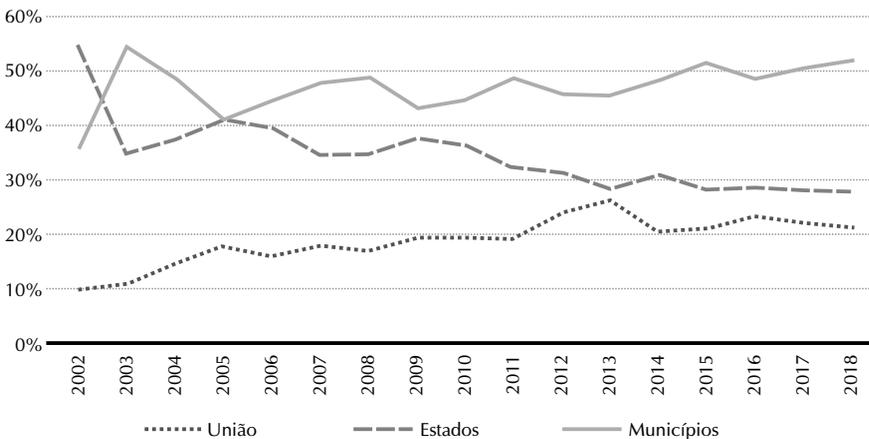
Em 2006, foi criado o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que num curto espaço de tempo alcançou ótimos resultados, em especial depois da Lei 2.485, de 12 de setembro de 2012, que inclui as empresas do setor de serviços de telecomunicações na base de tributação da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE). A ANCINE desenvolveu uma série de linhas de fomento inéditas, a exemplo da linha de apoios automáticos (ex: Prêmio Adicional de Renda), modelo alternativo ao que vem se estabelecendo de processos seletivos tradicionais. O apoio é pautado por critérios públicos e contempla tanto os aspectos econômicos (como a receita com bilheteria), quanto os artísticos (como premiação em festivais). O FSA também inovou ao realizar o financiamento público na modalidade de investimento, e não a fundo perdido. Esta modalidade de apoio tem aplicabilidade em outros setores artísticos de caráter comercial e com potencial lucrativo, e estimula que os beneficiários criem um ciclo maior de atividade dos produtos financiados e um diálogo maior com o público, indução esta que é o oposto do resultado do modelo vigente de financiamento a fundo perdido (direto, via fundos, e indireto, via incentivos fiscais).

Por fim, foi instituído o Programa de Cultura do Trabalhador, conhecido como Vale-Cultura. O programa previa o pagamento de benefício de 50 reais por mês fornecido pelos empregadores aos seus funcionários que possuem vínculo empregatício formal. O valor é cumulativo e sem prazo de validade, permitindo ao trabalhador consumir bens e serviços culturais de maior custo. Além de estimular o acesso à cultura para seus trabalhadores, qualificando-os, a empresa não paga encargos sociais sobre o valor do benefício e, até 2017, caso fosse tributada com base no lucro real, poderia deduzir os gastos com o Vale-Cultura em até 1% do imposto de renda devido. O programa foi um marco, considerado a primeira ação de fomento voltada ao consumo e às práticas culturais, em contraponto à tônica que, no Brasil, vinha se concentrado quase exclusivamente na produção.

Constituição do modelo atual: panorama estadual, espelhamentos e contrapontos

Conforme os gráficos 2 e 3 ilustram, nos anos 2000 os estados foram diminuindo sua participação nos gastos públicos em cultura e tanto a União, que havia perdido peso no financiamento público da cultura que tinha nos anos 1980 (BARBOSA, 2007); quanto os municípios, aumentaram sua participação nos gastos gerais, com estes últimos representando aproximadamente metade de todo o investimento público no campo. No entanto, se considerarmos os valores movimentados pelo incentivo fiscal da Rouanet como gastos da União, esta acaba por representar, em média, 33% dos gastos públicos, os estados, 27% e os municípios, 40%.

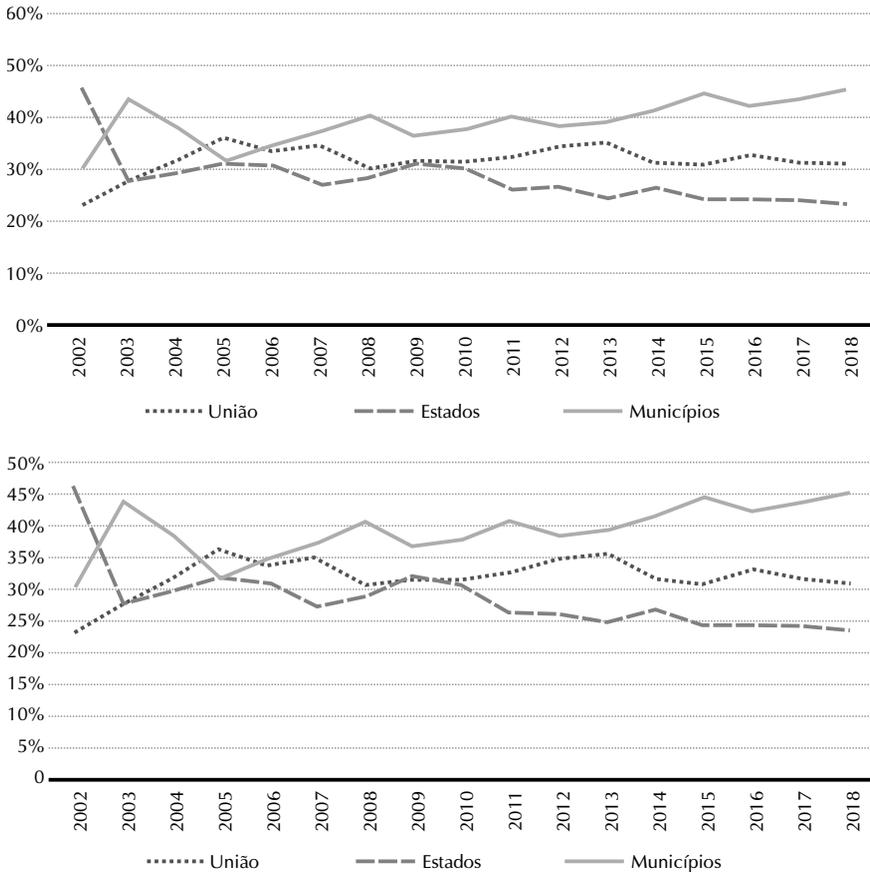
Gráfico 2 – Participação da União (sem incentivo fiscal), estados e municípios nos gastos públicos na função cultura (2002-2018)



Fonte: Tesouro Nacional, Balanço do Setor Público Nacional.

A dispersão dos gastos dos municípios diminuiu a visibilidade desses investimentos, mas merece mais atenção e estudos quanto a qualidade destes gastos. O incentivo fiscal nos estados é bem menor que o da União – tomando como referência o ano de 2014, representaria um acréscimo de apenas 10% no valor investido pelos estados, mudando pouco a configuração de distribuição de gastos por ente federativo.

Gráfico 3 – Participação da União (com incentivo fiscal), estados e municípios nos gastos públicos na função cultura (2002-2018)



Fonte: Tesouro Nacional, Balanço do Setor Público Nacional; Ministério da Cultura/SEFIC.

No período de redemocratização, o vácuo deixado pela suspensão da Lei Sarney até a regulamentação da Lei Rouanet (de abril de 1990 a fevereiro de 1992), alguns estados e municípios criaram incentivos fiscais à cultura para seu território de atuação: o município de São Paulo, o Distrito Federal e o estado do Mato Grosso. Ainda entre 1992 e 1994, anos em que a Lei Rouanet teve poucos projetos apoiados, o estado do Rio de Janeiro substituiu sua lei de incentivo e o estado de São Paulo instituiu a sua.

Ao longo dos anos 1990, treze das 27 unidades da federação, representando 70% da população, instituíram dispositivos de incentivo fiscal nos anos 1990 (RUBIM & PAIVA NETO, 2017). Nesse período, o incentivo fiscal se torna a principal modalidade existente de fomento à cultura no Brasil. Como destacam Albino Rubim e Carlos Paiva Neto (2017):

tal predominância, persistente até hoje, faz que, inclusive, grande parte da comunidade cultural tenha dificuldade de pensar o financiamento no país fora do padrão do incentivo fiscal. A atuação do estado se transforma em totalmente dependente, inclusive em termos de imaginação, inibindo sua capacidade de pensar qualquer alternativa a este modelo hegemônico. Em síntese, nestes anos, a União, os estados e o Distrito Federal convergem na adoção unilateral do modelo de financiamento e fomento à cultura baseado centralmente no incentivo fiscal (p. 118).

Esse panorama começa a mudar nos anos 2000. A partir do governo Lula, refletindo as críticas ao modelo vigente, a criação de fundos de cultura é intensificada em nível estadual, de forma que, em 2015, existiam formalmente em quase todos os estados e no Distrito Federal, sendo o Pará a única exceção. Conforme ressaltam Rubim e Paiva Neto (2017), “o descompasso de temporalidades entre o aparecimento de leis de isenção fiscal (anos 1990) e leis de fundos de culturas (anos 2000) expõe, de modo cristalino, mudanças que ocorrem nas relações entre o poder público e cultura no Brasil”. As tabelas 01 e 02 ilustram essa evolução ao longo do tempo.

Tabela 1 - Ano de criação das leis de incentivo fiscal à cultura nos estados e Distrito Federal e indicação de funcionamento

UF	ANO	UF	ANO	UF	ANO	UF	ANO
RJ	1990	CE	1995	MS*	1998	AP*	2003
DF	1991	BA	1996	AC	1999	PA	2003
MT*	1991	RS	1996	RN	1999	MA	2011
PE*	1993	MG	1997	GO	2000	PR	2011
SP	1994	PI	1997	RR	2001	SC*	2020

Fonte: Rubim e Paiva Neto, 2017

* Estados cuja lei de incentivo não estava em operação em 2020.

Tabela 2 - Ano de criação das leis de fundo de cultura nos estados e Distrito Federal e indicação de funcionamento

UF	ANO	UF	ANO	UF	ANO
SP*	1968	MS	2001	MA*	2008
CE	1975	RS	2001	AC	2010
GO	1979	AL	2002	AM*	2010
CE	1989	PE	2002	AP*	2011
DF	1991	PB	2003	PR*	2011
PI	1997	TO	2003	RN*	2011
RJ	1998	BA	2005	RO*	2012
SC	1998	MG	2006	RR*	2014
MT	1999	ES	2008		

Fonte: Rubim e Paiva Neto, 2017

* Estados cujos fundos não estavam em operação em 2020

Apesar desse novo panorama, os fundos de cultura estaduais, assim como seu equivalente federal, mobilizam menos recursos em comparação com o incentivo fiscal, de forma que a mudança no panorama não ameaçou o predomínio do incentivo fiscal, mas tornou a situação mais nuançada (RUBIM & PAIVA NETO, 2017). Para além da análise das principais referências no que diz respeito ao fomento à cultura no Brasil, há uma série de iniciativas inovadoras que enriquecem o ambiente de fomento no Brasil nesse período, algumas expostas a seguir.

O ICMS Cultural de Minas Gerais é um caso singular de fomento. Instituído em 1995, a legislação que define os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios incluiu, como uma das variáveis que aumenta ou diminui a cota municipal, a existência de políticas e investimentos realizados na preservação do patrimônio cultural. A iniciativa resultou em aumento e descentralização dos recursos para a proteção do patrimônio do estado, com centenas de conselhos municipais de patrimônio cultural em funcionamento que seguem uma metodologia adotada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). Além disso, o programa proporcionou a criação de um grande banco de dados com informações históricas e arquitetônicas, fotografias e plantas sobre bens culturais tombados ou inventariados em nível municipal.

Em 2009, no estado da Bahia, foram desenvolvidas, com recursos do fundo de cultura estadual, linhas de fomento plurianuais para tipos de apoio de caráter mais permanente ou que se repetem em tempos determinados. Como Albino Rubim e Carlos Paiva Neto (2017) relatam:

Três tipos de apoios foram oferecidos: a instituições culturais privadas, a grupos artístico-culturais e a eventos calendarizados, tais como festivais e panoramas. A confirmação de um apoio durante o período de três anos permite melhor condição de trabalho tanto para a comunidade beneficiada quanto para os gestores de fomento. Para os agentes culturais, viabiliza um melhor planejamento de suas atividades, com a possibilidade de maior qualidade nas ações realizadas e otimização dos recursos recebidos. Para os gestores, permite um melhor acompanhamento, orientação e ações adicionais de apoio, já que os ciclos de seleção não são mais realizados anualmente. O programa foi desenhado de forma que o último ano do apoio coincida com o primeiro ano da gestão seguinte, com a possibilidade de um novo gestor renovar os apoios, prorrogando por mais alguns anos, ou realizar novas seleções públicas. (p. 166)

Os apoios, via credenciamento, emergem como outro dispositivo presente em diversos estados, a exemplo de Amazonas, Bahia, Distrito Federal, dentre outros. Essa modalidade é voltada, na maioria das vezes, para atividades nas quais é possível prever o universo de demandantes, ou nos casos em que é cabível conceber apoio a todos os solicitantes, na lógica de rodízio. Como exemplos do primeiro caso, temos o programa do apoio às filarmônicas do estado da Bahia e o programa Carnaval Ouro Negro, do mesmo estado. A partir de um cadastro de todas as agremiações, é feito um chamamento público com oferta de apoio automático a todos que se enquadrarem nos parâmetros do edital, variando o valor do apoio de acordo com as características do demandante e do plano de trabalho.

A outra variação do apoio via cadastramento é mais utilizada quando o fomento se dá por meio da contratação pelo poder público para a realização de serviços culturais, como nas apresentações em espaços ou projetos coordenados pelo próprio ente público. Nesse caso, o mecanismo determina que todos os que se qualificarem como cadastrados serão contratados em sistema similar a um rodízio, permitindo igualdade de acesso a todos os interessados.

Há também linhas reembolsáveis, ofertadas por alguns estados, normalmente em parceria com bancos de desenvolvimento estaduais. Bahia, Paraíba e Rio de Janeiro são estados que desenvolveram linhas de crédito para o setor cultural em complementação à linha existente no BNDES. Em geral, destinam-se a capital de giro e/ou a investimento fixo e trabalham-se com faixas de menor valor (de 200 a 100 mil reais— apenas na Bahia se pode chegar a 1 milhão de reais) e juros subsidiados. Em alguns casos, os empréstimos se dão com aval solidário.

Síntese crítica do panorama de fomento à cultura em 2014

A proposta de um sistema de fomento à cultura plural, tal qual pensada inicialmente pelo PRONAC, não se concretizou. A permanência de lacunas e descaracterizações da lei na década de 1990 resultaram em um sistema desequilibrado, com um mecanismo superdesenvolvido, um atrofiado e outro inviabilizado.

O modelo federal de incentivo fiscal à cultura, a cada ano, atrai menos recursos privados. Em 2019, a Lei Rouanet registrou o menor aporte de recursos privados de sua história – abaixo de 1% - seguindo trajetória de baixa dos anos anteriores.³ Assim, o mecanismo deixa de exercer o que deveria ser uma de suas funções precípuas: atrair novos recursos para a cultura.

Há imensa concentração em poucos proponentes: em 2014, 10% dos proponentes que mais captam representam 57,38% de tudo que foi captado. Dentro deste grupo, os 40 maiores captadores (1,2% do total dos proponentes que captaram) respondem por 20% de toda a captação de recursos daquele ano.

Há, também, a conhecida concentração regional. A evolução de captação de recursos mostra como a configuração do incentivo fiscal do PRONAC agrava as concentrações existentes, superando qualquer outro parâmetro, como pode ser observado na Tabela 03:

O parâmetro que mais se aproxima da concentração do incentivo fiscal é o imposto de renda. Porém, é um dos parâmetros mais distorcidos, já que os impostos de empresas com atuação nacional são computados apenas na cidade em que fica a sede do patrocinador, elevando significativamente a concentra-

³ Fonte: <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/conApoioRenunciaPrivadoAno/conApoioRenunciaPrivadoAno.php>

Tabela 03 – Distribuição e incentivo fiscal do PRONAC em comparação com parâmetros demográficos e econômicos, por região

REGIÃO	Inc. Fiscal (captado)	Inc. Fiscal (gastos)	FNC	IR	PIB	População	Ocupados em Cultura
Centro-Oeste	2,3%	2,9%	11%	14,3%	9,1%	7,50%	7,6%
Nordeste	4,6%	9,0%	16%	5,2%	12,6%	26%	17,5%
Norte	0,6%	0,3%	9%	2,5%	6,5%	10%	4,8%
Sudeste	79,3%	72,5%	41%	67,2%	55,3%	42%	53%
Sul	13,2%	15,0%	19%	10,8%	16,5%	14,30%	17%

Fontes: Incentivo Fiscal (local de captação, considerando domicílio do proponente): Ministério da Cultura/SEFIC/SALICNet, ano de ref. 2015; Incentivo Fiscal (local do gasto): Henilton Menezes (2016), anos de ref. 2010-2014; FNC - Fundo Nacional de Cultura: Ministério da Cultura/SEFIC, ano de ref. 2015 (obs.: 3% não foi especificada o estado do proponente); População: IBGE, ano de ref. 2015; PIB - Produto Interno Bruto: IBGE, ano de ref. 2013; IR - Imposto de Renda: Receita Federal, ano de ref. 2014, IRPF, IRPJ; Profissionais ocupados em cultura: Bahia (2014), estudo baseado no Censo de 2010.

ção nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Analisando os números numa perspectiva histórica, a distorção fica mais evidente. Por exemplo, toda a captação dos proponentes dos nove estados da região Nordeste nos 25 primeiros anos da Rouanet (1993 a 2018) equivale a 99,1% da captação do Sudeste, apenas em 2018. A captação da soma dos 20 estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nesses 25 anos, equivale a um ano e meio de captação da região Sudeste em 2018⁴. Uma exclusão prolongada em nada condizente com a riqueza e potência cultural daquelas regiões.

Outro efeito nocivo do modelo centrado no incentivo fiscal é a falta de estímulos para atração e fidelização do público. O sistema vigente especializou os agentes culturais na captação de patrocínio empresarial, em detrimento ao financiamento via consumo ou via doações individuais, que caso fossem mais utilizadas levariam os profissionais da cultura a responder melhor às necessidades e interesses das comunidades em que estão inseridos e mitigam o risco financeiro da perda de algum apoio, já que este estaria espalhado por centenas ou milhares de apoiadores da atividade.

Enquanto o incentivo fiscal cresceu ano a ano sem qualquer restrição, o Fundo Nacional de Cultura elevou-se em ritmo mais lento e caiu drastica-

⁴ Considerando valores correntes.

mente desde 2011. Sem proteção legal, sofre os constrangimentos e restrições da política econômica, com orçamentos insuficientes e contingenciamentos ao longo do ano.

A partir de 2003, este modelo unidimensional foi fortemente questionado (GIL, 2003; FERREIRA, 2009). Além da reforma nas práticas de concessão de apoio, agora pautada em seleções e critérios públicos, estabeleceu-se uma agenda mais ampla para o fomento, sintetizada na proposta do PROCULTURA. As resistências às mudanças, em especial pelos maiores beneficiários do incentivo fiscal, ainda não permitiram a aprovação no Congresso.

Neste ínterim, outros avanços aconteceram. O Vale-Cultura inovou ao mudar o foco do fomento da produção para o consumo do cidadão. O programa Cultura Viva avançou num modelo de atuação federativa e implementou o apoio plurianual. O Fundo Setorial do Audiovisual conquistou novas receitas para a cultura, mostrou que o investimento direto pode ser feito sem dirigismo e contemplando simultaneamente dinâmicas de mercado e desenvolvimento de linguagem. Também vem apostando, cada vez mais, na descentralização para estados e municípios e implementou modalidades ainda não praticadas em outras áreas, como o investimento ou apoio automático.

Desde a implantação da Lei Sarney que as políticas pensadas e realizadas pelo governo federal influenciam tendências observadas em diversos estados brasileiros. Esta dinâmica pode ser constatada ao observar como a ampliação do debate proposto, a partir de 2003, foi absorvido por governos de diferentes inclinações e vinculações partidárias. Mesmo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, onde o incentivo fiscal tem maior impacto, a influência de ampliação do pensamento sobre o fomento foi absorvida.

O rebatimento nos estados e municípios não se dá de forma linear. Os dois mecanismos mais usuais de fomento – incentivos fiscais e fundos de cultura – possuem configurações locais bem distintas do seu equivalente federal. Considerando que estados e municípios participam com dois terços dos investimentos públicos em cultura a baixa visibilidade desta diversidade de configurações de fomento à cultura existente no país impede que se oxigene e enriqueça o debate sobre financiamento à cultura no Brasil.

Marcha ré: contração do financiamento à cultura

O orçamento federal da cultura começa a diminuir em 2014, como resultado da crise econômica e, a partir de 2016, como reflexo da redução de relevância política, iniciada com a extinção temporária do MINC no governo Temer, depois tornada definitiva no governo Bolsonaro. Essa retração é agravada pela Emenda Constitucional (EC) 95, que limita os gastos federais. Como explicam Guilherme Varella e João Brant (2020, p. 532-533):

O teto de gastos estabelecido pela EC 95 atinge em cheio as despesas discricionárias, porque elas são o único espaço de manobra das despesas primárias. Dado que, de um lado, os gastos com pessoal são uma despesa praticamente fixa e, de outro, a previdência e parte significativa dos gastos sociais com saúde, assistência social e educação são despesas obrigatórias, o impacto incide diretamente sobre as despesas discricionárias em todas as áreas. [...] Se em 2014 o MINC havia terminado o ano com 1,02 bilhão de reais liberado para seu orçamento discricionário, os 553,4 milhões de reais de 2017 significaram uma perda real de mais de 45% dos recursos em três anos. Pelo peso das despesas de manutenção e funcionamento da administração direta e das entidades vinculadas, o peso recaiu diretamente sobre as ações finalísticas.

O Programa Cultura Viva ilustra perfeitamente essa situação. O ano de 2007 talvez tenha sido paradigmático, pois foi quando o programa passou a ser executado de forma descentralizada, em parcerias com estados e municípios. Naquele ano, os gastos foram de 147,3 milhões de reais (BARBOSA & FREITAS FILHO, 2015). Em 2018, último ano do governo Temer, o programa tinha uma existência simbólica, como Guilherme Varella e João Brant relatam:

O orçamento da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, responsável pelo Cultura Viva, minguou para 12 milhões de reais [...]. Não à toa, o Ministério silenciosamente descontinuou o Programa Cultura Viva (que tem previsão legal desde a lei 13.018/2014), anunciando nas linhas miúdas que o Prêmio de Cultura Popular, que não é uma política, mas um simples prêmio para 500 projetos de 20 mil reais, entraria em seu lugar (2020, p. 553).

Os programas com gastos indiretos também enfrentam problemas.

O Programa de Cultura do Trabalhador (Vale-Cultura) ficou estagnado a partir de 2016. O crescimento observado nos primeiros quatro anos de implementação começou a perder força a partir do governo Temer (ver Tabela 4). O benefício fiscal de 1% expirou em 2017 (ano-calendário 2016), e, ao contrário do que acontece com outros incentivos fiscais da cultura, não contou com a atuação do governo nem do setor cultural para renovação do benefício fiscal, apesar de ainda estar em fase de implantação e consolidação.

A médio ou longo prazo o programa poderia trazer impactos significativos no financiamento à cultura. Como parâmetro, caso alcançasse 10% de todos os trabalhadores de carteira assinada do Brasil em 2015, mobilizaria mais de 2 bilhões de reais por ano para consumo em produtos e serviços culturais, valor equivalente a 150% dos recursos mobilizados pelo incentivo fiscal da Lei Rouanet à época.

Tabela 4 – Dados gerais (acumulados) sobre execução do Programa Cultura do Trabalhador (2013-2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Consumo (R\$ mil)	0,239	79.126,6	250.040,1	401.649,1	468.349,4	486.951,1
Trabalhadores beneficiados	806	367.003	467.398	467.398	537.092	551.760
Empresas beneficiárias	22	856	1.182	1.283	1.397	1.444
Empresas receptoras	5	6.281	38.626	40.731	42.541	45.568

Fonte: Relatório de Gestão do Ministério da Cultura 2018

Mesmo o incentivo fiscal da Lei Rouanet, que vinha passando com algumas oscilações pelas crises econômicas a partir de 2014, em 2020 quase que não resistiu à crise da COVID-19. De acordo com o SALIC, entre janeiro e agosto o nível de captação foi 30% menor que a média dos últimos cinco anos para o mesmo período. Porém, a redução ao longo do ano foi recuperada no último mês de 2020, fechando o ano com captação em patamar similar ao de anos anteriores, mostrando grande resiliência e capacidade de adaptação dos que utilizam o mecanismo.

Não foi só o governo federal que diminuiu os gastos em cultura. Comparando os gastos em cultura de 2011 com 2018, enquanto o governo federal

havia diminuído 6% do total os governos estaduais retraíram em 27% os gastos com cultura e os municípios 10%. No agregado, os gastos públicos em cultura caíram 15% no período. Considerando que, igual ao governo federal, as despesas com pessoal nos estados e municípios se mantiveram em crescimento, a diminuição dos investimentos foi muito maior. Uma parte dessa queda no dinamismo poderia ser atribuída à queda do investimento federal, que, de maneira limitada, induzia parte dos investimentos de estados e municípios (a exemplo da execução descentralizada do FSA), mas não apenas.

Tabela 5 – Despesa total com cultura, segundo as esferas de governo - Brasil - 2011-2018

	Total	Federal	Estadual	Municipal
2011	11.136.745	2.136.029	3.564.767	5.435.949
2012	11.703.019	2.755.847	3.622.372	5.324.800
2013	12.621.310	3.312.378	3.581.827	5.727.106
2014	11.256.003	2.324.181	3.471.427	5.460.395
2015	9.852.258	2.148.000	2.786.458	4.917.800
2016	8.983.061	2.087.462	2.516.423	4.379.176
2017	9.162.230	1.993.220	2.549.313	4.619.698
2018	9.484.997	2.002.138	2.605.169	4.877.689

Fonte: IBGE, SIIC 2007-2018. Valores atualizados pelo IPCA de dezembro de 2018.

Além da diminuição dos investimentos públicos em cultura, diretos ou indiretos e em diversos níveis federativos, críticas pontuais a aprovação de projetos em incentivos fiscais, em especial à Lei Rouanet, que circulavam de forma difusa nas redes sociais, passaram a se intensificar. O posicionamento de grande parte do setor cultural contra o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; o debate em torno de recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) de que o governo federal suspendesse a aprovação de projetos que “se apresentem lucrativos e autossustentáveis” e que “não teriam dificuldade na obtenção de patrocínios privados” (recomendação esta, depois sustada); e a operação Boca Livre de 2016. Essas ações alimentaram ainda mais os ataques ao setor, culminando com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar supostas irregularidades na Lei Rouanet.

Após oito meses de atividade, em maio de 2017, a CPI conclui seu trabalho, endossando críticas antigas à Lei Rouanet, ratificou o apoio aos órgãos de controle que tinham identificado desvios pelo grupo Belini e propôs ajustes na legislação vigente, abordando muitas das distorções que o PROCULTURA visa corrigir, em especial o reforço ao FNC.

As polêmicas em torno do financiamento a políticas culturais, porém, não cessariam e voltariam às manchetes com o fechamento da exposição “*Queer-museu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*” pelo Santander Cultural, após campanha promovida “pela sociedade civil e alguns grupos organizados, entre eles associações religiosas e o MBL (Movimento Brasil Livre)” (BARROS & BERNER, 2017). A plataforma conservadora, em relação ao financiamento da cultura, tem no candidato ganhador da eleição presidencial de 2018 seu maior apoiador. Aproximando-se da metade do governo Jair Bolsonaro, até o momento esta animosidade para o campo cultural tem se manifestado na extinção do Ministério da Cultura e sua redução a uma secretaria, vinculada ao Ministério da Cidadania e depois ao Ministério do Turismo; à alternância de dirigentes, tendo nomeado o quinto responsável pelo setor em junho de 2020; através de agressões a artistas e produtores culturais; e, por fim, na declaração de planos para dismantlar as políticas, programas e projetos culturais inaugurados no período 2003-2016 (RUBIM, 2020). A composição do quadro de profissionais para os órgãos de cultura também tem sido alvo de muitas críticas, com indicação de pessoas sem trajetória no setor ou qualificação técnica para as responsabilidades das funções dos cargos.

Considerações finais

Como é de se esperar, os desafios atuais são compostos por uma combinação da herança de problemas não superados e de questões mais recentes.

O afastamento da presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016, representou uma fissura no processo de acúmulos e avanços de diversificação e qualificação das políticas de fomento à cultura, mesmo diante do adverso quadro fiscal enfrentado a partir de 2014. A partir do governo Michel Temer, houve uma brusca redução da agenda pública, levando o debate para o estágio em que se encontrava no final dos anos 1990, em que o modelo

unidimensional e limitado do incentivo fiscal era considerado opção prioritária de fomento à cultura.

Esta redução se deu diante da forte resistência do setor cultural ao governo Temer (a exemplo do “Ocupa MINC”) e ao governo Bolsonaro. Os únicos interlocutores que restaram foram os beneficiários do incentivo fiscal federal, históricos críticos da reforma das políticas de fomento sintetizadas no PROCULTURA e pouco interessados na agenda mais ampla que vinha se constituindo.

Na ausência de uma liderança nacional que advogue por um sistema de fomento mais diversificado e completo, aos poucos o *status quo* vai se estabelecendo e se reforçando. Os grandes debates voltam a girar apenas em torno do incentivo fiscal da Lei Rouanet, como se isso representasse toda a política de fomento. Não à toa, um dos grandes debates do governo Temer e do governo Bolsonaro eram ajustes na instrução normativa desse mecanismo, numa redução vergonhosa das políticas de fomento.

Este quadro reforça a persistência do modelo de incentivo fiscal brasileiro à cultura como central no fomento à cultura no país, apesar do conjunto bem documentado de sérias deficiências e limitações: dificuldade em atrair novos recursos para a cultura, concentrado em poucos agentes culturais, alta concentração regional, dificuldade em atrair doações de pessoas físicas. A prevalência deste modelo exclui a maior parte dos trabalhadores da cultura no país (CANEDO & PAIVA NETO, 2020), reforça desigualdades e perpetua um modelo ineficiente de fomento à cultura.

Este estreitamento de horizontes de possibilidades de financiamento veio acompanhado de uma redução drástica de recursos. No caso do governo federal, em decorrência da EC 95 e da falta de prestígio da cultura nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Mas esta redução também se viu em nível estadual e municipal, reduzindo as alternativas para aquelas dinâmicas em que o fomento direto compunha parte importante de sua receita.

Diante da crise da pandemia de COVID-19, em que a atuação do poder público deveria ser central, esse modelo restritivo está cobrando o preço. Os patrocínios caíram drasticamente em 2020 e não havia uma estrutura consolidada de fomento direto para atuar de forma contra cíclica. O que nos leva ao outro problema estrutural relevante: a ausência de um sistema nacional de fomento à cultura.

Desde 2007 havia uma tendência de descentralização de programas federais para execução por estados e municípios. Tanto o programa Cultura Viva quanto o FSA avançaram bastante neste sentido. Na segunda gestão do ministro Juca Ferreira, a política para as artes e a execução do FNC também avançavam nessa direção (FUNARTE, 2016; PAIVA NETO, 2016b). Há também a incrível experiência mineira do ICMS cultural, num exemplo bem-sucedido de descentralização de estados para municípios. Além de uma série de benefícios como o aumento de investimentos em cultura e maior qualidade da alocação de recursos (PAIVA NETO, 2016a), a descentralização ajudou a estimular o fortalecimento dos órgãos de cultura de governos subnacionais. Porém as medidas não foram suficientes a ponto de estabelecer um sistema. Essa insuficiência se fez sentir com a aprovação da Lei 14.017/2020, conhecida com Lei Aldir Blanc, que previa a execução descentralizada com volume de recursos inéditos: de 3 bilhões de reais para todos os estados e municípios. Ao longo da regulamentação muitos estados e municípios se declararam com dificuldades de administrar os novos recursos, em parte pela falta de hábito de receber aportes desta monta do governo federal. Caso houve tradição de repasses, pactuados através do Sistema Nacional de Cultura, as dificuldades relatadas seriam menores.

A predominância do modelo de incentivo fiscal, que, indiretamente, inibe a prática do cultivo da relação com públicos consumidores e de apoiadores, agrava a situação, dificultando que organizações possam recorrer a estas fontes de receita para auxiliar o enfrentamento deste momento.

O cenário, com a proliferação de esforços de criminalização das políticas culturais, foi agravado com a eleição de Jair Bolsonaro. Para além do rebaixamento institucional e dos ataques dos dirigentes aos profissionais do setor, não há mais nenhum pensamento estruturado do que deveria ou poderia ser uma política de fomento à cultura no Brasil. Até o persistente incentivo fiscal da Rouanet, que havia passado pelas crises recentes sem queda significativa de recursos e com a permanência de profissionais com qualificação para a função na SEFIC, teve na indicação de um capitão da Polícia Militar sem experiência no tema um registro de que esta área também seria afetada. A partir do final de 2020 muitos projetos deixaram de ser aprovados para captação, situação que persistia no primeiro trimestre de 2021.

Este quadro só fez deixar mais exposta uma estrutura com muitas deficiências. Mas mesmo o setor audiovisual, que tinha construído uma política de fomento setorial robusta, com fontes de recursos que permitia patamares altos de investimento (em comparação com outros setores da cultura), combinando diferentes tipos de incentivo fiscal e de financiamento direto, este último principalmente em decorrência do fortalecimento do FSA, se viu atingido pela crise econômica e política.

Alterações na composição ao Conselho Superior de Cinema (CSC), com redução de representantes da sociedade civil e da indústria, assim como sua transferência para a Casa Civil, limitam a capacidade executiva do CSC e aumentam o risco de ingerência política do governo. Foi anunciada também a intenção de se transferir o FSA da ANCINE para a Secretaria Especial de Cultura, um retrocesso haja vista a expertise técnica constituída pela ANCINE ao longo dos últimos anos (ALCÂNTARA, 2019). Vale ressaltar que em toda a existência das políticas de audiovisual dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff as políticas de fomento ao audiovisual sempre alcançaram artistas e produtores notoriamente contra aqueles governos. As atuais alterações trazem o risco de censura contra criadores, algo que não se via desde a ditadura militar, num momento de reconhecimento de crítica (a exemplo de “Bacurau”) e público (a exemplo de “Minha Mãe é uma Peça 3”) do cinema brasileiro, fruto de políticas sustentadas ao longo das últimas décadas.

Por fim, não tem como usar a palavra asfixia sem fazer uma remissão ao caso do assassinato de George Floyd, em maio de 2020 nos EUA, inúmeros equivalentes de violência diária no Brasil, a exemplo de Ágatha Felix e João Pedro Mattos e o problema histórico que simbolizam. As políticas de financiamento à cultura não se constituem no vácuo. Elas também refletem as desigualdades presentes na sociedade brasileira, inclusive as de viés racial, de gênero e de renda, para além dos desequilíbrios territoriais e setoriais mais comumente debatidos. Quase não há estudos para precisar o grau destas desigualdades, mas é fundamental que esta dimensão seja incorporada de forma mais consistente nos debates sobre financiamento à cultura. As políticas de fomento devem almejar refletir a abarcar nossa riqueza e nossa diversidade, assim como contribuir para uma sociedade mais justa e menos desigual.

Referências

- ALCANTARA, Rosana dos Santos. A volta da censura. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 de julho de 2019.
- BARBOSA, Frederico; FREITAS FILHO, Roberto. Financiamento cultural: uma visão de princípios. *Texto para discussão 2083*. Brasília: IPEA, 2015.
- BAHIA (Estado). Secretaria de Cultura. *Infocultura – Ocupação e trabalho na economia criativa do estado da Bahia – 2010*. Salvador, v. 1, n. 7, dez. 2014.
- BARBOSA, Frederico. A. O financiamento das políticas culturais, 1995-2002. In: BRASIL. Ministério da Cultura. *Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. p. 167-195.
- BARROS, J. O. C.; BERNER, V. O. B. Queermuseu: Os perigos da censura e do avanço conservador para a democracia. *Revista Cult - Coluna Márcia Tiburi*, São Paulo, 13 set. 2017.
- BRASIL. *Relatório de Gestão do Ministério da Cultura 2018*. http://www.mds.gov.br/webarquivos/cidadania/auditoria/Relatorio_gestao_cultura.pdf Acesso em: 10 de agosto de 2020.
- CANEDO, Daniele P. ; PAIVA NETO, Carlos B. (Coord.) *Pesquisa impactos da COVID-19 na economia criativa: Relatório final*. Santo Amaro, 2020.
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2009. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade e Cultura)
- CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Org.). *A era FHC*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. p. 627-656.
- DURAND, José Carlos. *Política cultural e economia da cultura*. São Paulo: Ateliê Editorial: Edições SESC SP, 2013.
- FERREIRA, Juca. Uma lei à altura da cultura brasileira. In: *Interesse Nacional*, n. 6, 2009.
- FUNARTE. *Política Nacional das Artes: Relatório de atividades, março de 2015 a maio de 2016*. Disponível em: <http://culturadigital.br/pna/files/2016/05/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-da-Pol%C3%ADtica-Nacional-das-Artes-4.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2018.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- GIL, Gilberto. Pronunciamento na Comissão de Educação, Cultura e Desporto – Câmara dos Deputados. 2003. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz, SIQUEIRA, Maurício (Org.). *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010 / Gilberto Gil & Juca Ferreira*. Rio de Janeiro: Versal, 2013. p. 244-257.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- JOHNSON, Randal. Ascensão e queda do cinema brasileiro, 1960-1990. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 19, p. 31-49, 1993.
- MENEZES, Henilton. *A Lei Rouanet muito além dos (f)atos*. São Paulo: Distribuidora Loyola, 2016.
- MOISÉS, José Álvaro. Democracia e financiamento da cultura no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro; BOTELHO, Isaura. (Org.). *Modelos de financiamento da cultura: os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997a. p. 13-22.

- _____. Diversidade cultural, parceria e financiamento da cultura no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro; BOTELHO, Isaura. (Org.). *Modelos de financiamento da cultura: os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997b. p. 106.
- MORELLI, Rita C. L. *Indústria fonográfica: um estudo antropológico*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2009.
- PAIVA NETO, Carlos Beyrodt. O desafio de políticas estáveis de financiamento à cultura: possíveis soluções institucionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 12., 2016a. Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2016a. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult/2894-2/>>
- _____. Notas sobre os atuais desafios do fomento à cultura no Brasil. In: Silvio Lima Figueiredo... *et al.*. (Org.). *Amazônia, cultura e cena política no Brasil*. 1ed. Belém: NAEA, 2016b, v. 1, p. 23-34.
- _____. Modelo federal de financiamento e fomento à cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (Org.). *Financiamento e fomento à cultura no Brasil*. Estados e Distrito Federal. 1. ed. Salvador: Editora da UFBA, 2017. p. 15-61.
- _____. Análise comparativa da política federal de fomento à cultura e da política estadual de fomento à cultura da Bahia. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019
- PONTES, Ipojuca. *Cultura e modernidade*. Brasília: Secretaria de Cultura, 1991.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Galáxia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 101-113, 2007.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Atuação político-cultural da gestão Messias Bolsonaro. Mimeo. 2020.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; PAIVA NETO, Carlos Beyrodt. Panorama do financiamento e fomento à cultura: estados e Distrito Federal. In: RUBIM, A. A. C.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e Distrito Federal*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 99-178
- SARKOVAS, Yacoff. O incentivo fiscal no Brasil. In: *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 62, maio, 2005. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/cultura/o-incentivo-fiscal-no-brasil&page=0,0>>. Acesso em: 01 out. 2016.
- VARELLA, Guilherme e BRANT, João. Do Estado de cultura ao Estado anticultural. In: *Brasil: Estado social contra a barbárie*. CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Marcio (organizadores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 523-538.

Um glossário para as políticas culturais brasileiras

*Antonio Albino Canelas Rubim
e Márcio Tavares*

O Brasil atravessa um dos mais difíceis ciclos para as políticas culturais. São diárias as notícias do desmonte do setor protagonizado pelo governo federal, por meio do corte de recursos essenciais para irrigar a ação do setor, bem como de perseguição direta aos agentes culturais. Além disso, a pandemia do coronavírus complexificou ainda mais a conjuntura, uma vez que o mundo da cultura foi duramente afetado pelas restrições para a propagação do vírus e pelas incapacidades do governo em prover a segurança sanitária do povo. Diante desse cenário negativo, pode parecer complicado vislumbrar o futuro. Porém, nos parece que a saída para esse período obscuro está justamente na construção de uma agenda comum e compartilhada por quem pensa, faz e produz cultura que seja capaz de catalisar as esperanças de transformação do país e do setor, entendendo-o finalmente como um vetor fundamental para o desenvolvimento.

Para a construção dessa agenda, o legado do que desenvolvemos entre 2003-2016 é uma base fundamental de nossa reflexão. Assim como o são as experiências exitosas em governos locais e estaduais desenvolvidas pelos governos petistas e de esquerda. A memória dessas formulações é uma bússola que ajuda a orientação nesse terreno complexo em que nos movemos. Contudo, não é nossa pretensão esgotar o debate neste texto, mas iniciá-lo de modo mais

consistente. Por isso, optamos pela estrutura de um glossário em que cada um deles se aborda um conceito ou tópico que são estruturantes para a elaboração de uma agenda de futuro para as políticas culturais no Brasil.

Cidadania cultural

Em uma definição ampla, cidadania é direito a ter direitos. Por óbvio, a noção implica igualmente deveres. A construção da noção moderna de cidadania está imbricada com a conquista de direitos. A noção já dispõe de uma razoável bibliografia a seu respeito. Em termos sintéticos, pode ser afirmado que a cidadania cultural envolve pelo menos três horizontes articulados: o direito a viver e ter reconhecida sua própria cultura, o direito de experimentar a criação cultural e o direito de participar dos debates e decisões a respeito das políticas que incidem sobre a cultura. Aliás, a cidadania cultural aparece como um dos objetivos mais relevantes de políticas culturais democráticas e emancipatórias.

Conceito ampliado de cultura

Todas as políticas culturais trazem, de modo explícito ou implícito, um conceito de cultura. Durante muito tempo, no mundo e no Brasil, a noção de cultura, que predominava nas políticas culturais, abrangia apenas patrimônio, em geral material, e artes, em especial consagradas. No mundo, a partir da Conferência Mundial de Cultura, organizada pela Unesco, em 1982, na Cidade do México, e no Brasil, desde a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, o conceito, que passou a ser acionado, foi ampliado, acolhendo: artes em abrangência mais larga, patrimônio material e imaterial, modos de vida, concepções de mundo, valores, pensamentos, culturas populares, identidades culturais, culturas digitais e diversas outras modalidades de cultura. O conceito ampliado permitiu superar uma visão elitista de cultura, até então dominante, e abrir as políticas culturais para a diversidade cultural e para novos agentes, grupos, comunidades, organizações e instituições culturais, antes não acolhidas e reconhecidas com pertencentes e pertinentes à cultura, democratizando o campo e as políticas culturais.

Cultura cidadã

É inegável que hoje o mercado tornou-se um vetor predominante e pervasivo na sociedade com impacto cultural gigantesco. Inescapáveis também são os efeitos do racismo estrutural, preconceitos arraigados e de nossa tradição autoritária e patrimonialista. Essa situação termina influenciando a produção cultural. A desigualdade de oportunidades e resultados converte-se, também, em uma realidade com efeitos diretos e indiretos no campo cultural e as condicionantes regressivas que atravessam a sociedade muitas vezes extravasam para os conteúdos das produções, oportunizando debates complexos sobre o mundo da cultura. É importante lembrar que os artistas e fazedores de cultura, em sua maioria, sempre estiveram na linha de frente das lutas por democracia, direitos e liberdades no país. São destacados os serviços que as artes brasileiras prestaram nas lutas contra as ditaduras e toda forma de autoritarismo. Contudo, ainda que o setor historicamente sempre esteve majoritariamente ao lado da emancipação, existe uma parcela do setor cultural que atua no sentido de reforçar a ideologia do conservadorismo, dos fundamentalismos e de preconceitos. Isso acontece porque a cultura como qualquer manifestação humana é perpassada pelas contradições de classe, de raça e gênero, dentre outras, inerentes à sociedade capitalista. Deste modo, é importante salientar que a cultura não é um santuário imune aos efeitos opressivos dos sistemas de poder, mas um campo de disputa (e em disputa) de valores, consciências, sentimentos e percepções de mundo. Conceber a cultura em complexidade e em disputa implica afirmar que as políticas culturais devem estar em sintonia com valores democráticos como a diversidade, a pluralidade, a defesa dos direitos humanos e a promoção da igualdade e equidade social. O fomento de projetos culturais deve buscar ações que estimulem a ampliação de repertório, a reflexão crítica de indivíduos e coletividades, e o combate a preconceitos e discursos de ódio. A cultura não é neutra, ainda que exista um admirável campo de convergências possíveis, e diante disso a noção de cultura cidadã parece ser uma boa alternativa. Trata-se de uma cultura comprometida com valores, por conseguinte, não inscrita em alguma ilusória neutralidade. Seus compromissos com a cidadania, implicam assumir as conquistas históricas da luta por cidadania: direitos individuais e coletivos, como os sociais, políticos,

ambientais e culturais como elementos estruturantes no desenvolvimento das políticas públicas.

Cultura e comunicação

A cultura e a comunicação existem em todas as sociedades humanas. Na modalidade de comunicação interpessoal, ela está presente em toda história. Diferentes atos e condições produziram a partir do século XIX um outro tipo de comunicação mediada por aparatos sociotecnológicos. Esta comunicação, inicialmente presente em algumas sociedades, se expandiu e ganhou o mundo. Ela foi intitulada de social, coletiva, massiva, dentre outros termos problemáticos. A comunicação midiática ou midiaticizada, por meio das velhas mídias (jornal, rádio, televisão etc.) e de das novas mídias digitais, tornou-se ambiente cultural predominante na atualidade. Os denominados meios de comunicação são, a rigor, meios de produção e distribuição de bens culturais. Impossível desconsiderar sua enorme atuação da cultura na atualidade. Eles têm relações umbilicais com a cultura e marcam profundamente a cultura contemporânea, circunscrevendo processos sociais e contribuindo para a definição de comportamentos coletivos e individuais. Atualmente, o domínio das mídias digitais, sobretudo das redes sociais, implica a criação de políticas culturais específicas, absorvendo temas como arte digital, audiovisual e o *streaming*, por exemplo. Nesse ponto, tomando-se o cuidado da garantia da pluralidade, diversidade e desconcentração da produção e fruição cultural.

Cultura e desenvolvimento

O campo cultural, os entes políticos democráticos e de esquerda, os segmentos explorados e oprimidos e a cidadania não podem aceitar a visão simplificadora que iguala desenvolvimento com desenvolvimento econômico. O surgimento de indicadores, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), já colocou em xeque tal reducionismo ao agregar obrigatoriamente as dimensões sociais ao conceito de desenvolvimento. Tal contestação orientou governos democráticos e de esquerda, em todo mundo e no Brasil, a darem atenção às políticas sociais como condição do desenvolvimento. Além das duas dimen-

sões já citadas, uma concepção contemporânea de desenvolvimento deve incorporar a dimensão ambiental, buscando um desenvolvimento sustentável, e uma política, que implica o desenvolvimento da cidadania, do pluralismo e da democracia, não apenas formal, mas substantiva, que seja capaz, efetivamente, de assegurar direitos e socializar deveres. O desenvolvimento possui uma imprescindível dimensão cultural focada no desenvolvimento: da cidadania cultural; das identidades e diversidades culturais; dos diálogos interculturais; da autoestima cultural de grupos e territórios; do reconhecimento cultural de agentes e comunidades; dos processos culturais de crescimento da individualização e dos indivíduos. Sem desenvolvimento (da dimensão) cultural não existe desenvolvimento possível.

Cultura e educação

Inerentes a todas as sociedades humanas, cultura e educação mantêm íntimas relações. A educação, informal e formal, pode ser considerada como a transmissão da cultura para novas gerações. Antes informal, a educação se institucionaliza e se formaliza por meio da escola e de sua universalização. Cabe à escola (pública) não só transmitir conteúdos e formatações da cultura, mas garantir acesso universal a elas, inclusive criando hábitos de visitação às diferentes modalidades culturais. Sem uma sólida conexão com a educação, o aprimoramento da própria cultura de cada indivíduo e o acesso à diversidade de culturas se encontra em grave risco. Estimular os enlaces entre cultura e educação é vital para o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos. Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis políticas educacionais que reabilitem o ensino de artes e literatura nos currículos escolares, a formação de professores para essas áreas, a preparação das instituições culturais para o recebimento do público escolar com sólidos programas de arte-educação, bem como a presença no ambiente escolar de bibliotecas e equipamentos para a difusão da produção cultural.

Culturas identitárias

Ver identidades culturais.

Cultura política

Aparentemente, o tema da cultura política parece distante do campo cultural e bem mais pertinente ao mundo político. Existem tendências na área cultural a esquecer que as políticas culturais dialogam com a política, inclusive porque implicam escolhas, ainda que se queira encobrir tais decisões como meras questões técnicas, de modo ilusório. Em contraposição a essa perspectiva de invisibilização ideológica das deliberações assumidas pelas políticas culturais, existe a alternativa de deixar explícito que um dos objetivos das políticas culturais – além de responder às demandas culturais da população, desenvolver a dimensão simbólica da sociedade, assegurar os direitos culturais e garantir a cidadania cultural – é transformar a cultura política vigente na sociedade. Impossível uma política cultural, democrática e emancipadora, não lidar com o tema dos valores presentes da sociedade e no próprio campo da cultura. As políticas culturais de esquerda devem buscar de modo explícito a mudança na cultura política existente, marcada pelo autoritarismo, clientelismo, desigualdade, privilégios, preconceitos e discriminações. Dentre os objetivos principais da ação cultural nos governos democráticos-populares devem constar a consolidação de valores democráticos, comprometidos com as liberdades, a igualdade, a solidariedade, a honestidade e a promoção dos direitos humanos e de cidadania.

Democratização da cultura e democracia cultural

No final dos anos 50 e durante a década de 60 do século XX, a França não só inaugurou o Ministério de Assuntos Culturais como também inventou os primordiais modelos de políticas culturais uma vez desenvolvidos. O primeiro deles, conhecido como democratização da cultura, buscava tornar a cultura consagrada, reconhecida e acessível aos mais diversos segmentos populacionais da sociedade. Termos como dar acesso à cultura e levar cultura fazem parte do universo simbólico e ideológico desse modelo, com todas as dificuldades que acarretam. A formulação de dar acesso ou levar cultura supõe, de modo perigoso, que existam pessoas sem cultura e que exista uma cultura, com C maiúsculo, possuída pelas elites e acima das contradições e tensões da sociedade e da própria cultura. Este modelo entrou em crise com as manifestações político-

-culturais, que culminaram com o maio de 1968. Nestes anos, emerge um outro modelo, o da democracia cultural. Apesar dos termos muito semelhantes, eles têm sentidos mesmo antagônicos. O modelo da democracia cultural reconhece que todas as pessoas estão imersas em ambientes culturais e vivenciam cultura. Ou melhor, culturas. Agora trata-se de reconhecer, incentivar e dar visibilidade a esse conjunto de culturas. Por óbvio, esses modelos não existem de modo puro, muitas vezes eles estão mesclados em níveis diferenciados. De qualquer modo, eles inauguram os modelos de políticas culturais e, apesar do tempo transcorrido, eles possuem impressionante vigência até a atualidade, devido à instabilidade e a falta de memória que marcam as políticas culturais em muitos lugares do planeta, dentre eles o Brasil.

Descentralização cultural

A maioria dos países padecem do fenômeno da alta concentração de atividades, poderes e recursos. Isto afeta, inclusive de maneira profunda, o campo da cultura. Não parece nada surpreendente, por exemplo, que os equipamentos culturais se concentrem nas grandes metrópoles ou nas capitais ou nas zonas centrais das cidades. Para enfrentar estas e outras modalidades de concentração cultural foram desenvolvidas em muitos países, estados ou cidades políticas de desconcentração cultural. Elas visam tornar a distribuição e o acesso aos bens e serviços culturais mais acessíveis, inclusive em termos do espaço geográfico. A descentralização cultural é fundamental para enfrentar os processos imanentes de concentração em geral e na cultura, que são imanentes ao capitalismo.

Diálogos interculturais

A área da cultura tem desenvolvido embates com visões elitistas e hegemônicas, que identificam cultura apenas com a cultura consagrada e reconhecida pelas elites, inclusive culturais. Em contraposição a essa visão elitista, emergiram diferentes maneiras de olhar a cultura em horizonte mais plural. As teses multiculturalistas e aquelas próximas à diversidade cultural buscam enfatizar e reconhecer, a partir de perspectivas teórico-conceituais e políticas diferenciadas, a rica pluralidade própria da cultura. Tais posturas afins de superação

da posição elitista não estão livres de perigos. Impossível tratar de todos eles, pois eles variam, a depender do olhar escolhido entre essas duas alternativas. Os diálogos culturais evidenciam um deles. O risco da conformação de guetos culturais petrificados por alguma ênfase fundamentalista no multiculturalismo ou na diversidade cultural. Para evitar o nocivo enquistamento dessas posturas, torna-se necessário estimular e desenvolver abertos e intensos diálogos interculturais. Afinal de contas, cultura é troca, é intercâmbio com outras culturas. Toda vez que se propôs uma cultura pura, o resultado foi sempre nefasto para a cultura e para a sociedade. A cultura é sempre impura, porque aberta aos diálogos interculturais. Mas cuidado, também eles podem ser corrosivos para a cultura, quando se tornam desiguais, a partir de imposições de poderes. Aqui em lugar de diálogos o que se tem são imposições culturais, nefastas ao rico desenvolvimento cultural.

Direitos culturais

Os direitos culturais, com exceção dos direitos autorais, nascem já na contemporaneidade. Das lutas liberais emergiram os direitos individuais ou civis. Das lutas democráticas floresceram os direitos sociais, políticos, ambientais e culturais. Dado seu caráter recente, ainda não existe uma demarcação consensual de tais direitos. A delimitação mais clara dos direitos culturais encontra-se em processo. Apesar disto, eles alimentam muitas lutas político-culturais, estão inscritos em diversas constituições nacionais, como a brasileira, e se fazem presentes da agenda pública internacional. Dentre os direitos culturais, podem ser lembrados: o direito a viver e ter reconhecida sua identidade cultural, o direito a conhecer e vivenciar outras culturas, o direito à diversidade cultural e aos diálogos interculturais.

Diversidade cultural

Quando se buscou criar regras para o comércio internacional alguns países, com destaque para os Estados Unidos, afirmaram que os bens e serviços culturais deveriam ser tratados como quaisquer mercadorias. Outros países, dentre eles a França, defenderam que o caráter singular destes bens e serviços impli-

cava que eles fossem tratados como “exceção cultural”, com normas que contemplassem seu papel na constituição de identidades. Com o acirramento dos debates, a tese evoluiu para a ideia da diversidade cultural como riqueza a ser preservada e promovida para o desenvolvimento cultural dos países e da humanidade. A Unesco criou, depois de mobilizações e debates internacionais, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, em 2001, e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em 2005. Esta movimentação e regulamentação internacional tornou a diversidade cultural tema obrigatório dos debates e deliberações das políticas culturais internacionais e nacionais em todo mundo. Entretanto, o entendimento da noção de diversidade cultural não é unânime, pois suas ênfases interpretativas variam. Na Europa, por exemplo, o tema da diversidade cultural encontra-se muito associado ao audiovisual e ao embate contra a dominação brutal do mercado mundial pelos Estados Unidos, enquanto nos países latino-americanos o eixo orientador da diversidade cultural se volta para as variadas culturas presentes no contexto de formação latino-americana: povos originários, afro-americanos etc. Seja qual for o entendimento, a diversidade cultural orienta as políticas culturais na atualidade.

Economia criativa

A noção de economia criativa está na moda. Ela hoje é uma espécie de “conceito ônibus”, termo cunhado por alguns autores para nomear noções que aceitam múltiplos significados e são aplicados de modo indiscriminado para designar fenômenos os mais diversos. O risco de se tornar uma noção sem rigor é imenso. Outro complicador: sua extensão indiscriminada a todas as manifestações culturais em uma perspectiva utilitária e reducionista em que somente os resultados econômicos do investimento em cultura ganham importância. Ou seja, a recaída na visão economicismo da cultura se impõe outra vez, depois de tantos prejuízos causar ao necessário entendimento das relações entre economia e (a dimensão econômica da) cultura. O termo, definido de modo mais rigoroso, pode acenar para o entendimento do momento contemporâneo das relações entre a produção de bens materiais e a produção de bens culturais ou simbólicos. Antes distintas, agora cada vez

mais a dimensão simbólica ou cultural passa a sobredeterminar a produção de bens materiais, inclusive seu processo de acumulação. *Design*, marca, moda, regiões de origem e outros dispositivos de nítido cunho cultural ou simbólico tornam-se componentes vitais para o processo de produção, circulação e acumulação de bens materiais. Diferente da economia da cultura, que trata das relações econômicas que hoje permeiam determinadas áreas da cultura, a economia criativa aponta para algo novo e contemporâneo: o extravasamento do simbólico ou cultural e a invasão da esfera da produção material pela imaginação e inventividade.

Economia da cultura

Apesar do capitalismo ter seus primórdios no século XVII, ele só conformou um modo de produção, especificamente capitalista, no século XIX. A longa passagem de uma subsunção formal a uma subsunção real do trabalho ao capital ocorre apenas na esfera da produção de bens materiais. No âmbito dos bens culturais, a situação permanece quase inalterada não fossem algumas experiências de mercantilização de alguns deles, a exemplo do surgimento de um mercado para livros. No século XIX, o capitalismo começa a alterar a produção dos bens culturais. A noção de indústria cultural busca reter este processo de subsunção da produção de bens culturais a uma lógica capitalista. Isto é, os bens culturais serem elaborados, desde seu processo de produção, como mercadoria. Agora o bem cultural não se torna mercadoria, via circulação, mas já nasce produzido como mercadoria. Tais transformações inauguram uma economia da cultura que se desenvolve desde o século XX. Ela se consolida no século XX. Hoje, a produção de bens e serviços culturais cresce em patamar superior à produção dos bens e serviços materiais. A dimensão econômica da cultura não pode ser desconsiderada na contemporaneidade. Mas isto não pode significar que a cultura possa ser reduzida à economia da cultura.

Federalismo cultural

Com a implantação da República, o Brasil se tornou um país de organização federativa, congregando União e estados. Desde a Constituição Federal de

1988, a federação brasileira incorporou os municípios como membros. Tal estrutura federativa, entretanto, tem grandes dificuldades de ser efetiva, devido a demasiada concentração de poder e de recursos na união. A atuação do Estado nacional no âmbito da cultura, em razoável medida, tem desconsiderado o seu caráter federativo. Na gestão Gilberto Gil, no Ministério da Cultura, o horizonte federativo começou a ser olhado em alguns programas relevantes, a exemplo do Sistema Nacional de Cultura. Na sua construção emergiu, talvez pela primeira vez, toda uma importante reflexão sobre o federalismo cultural. Isto é, como União, estados, Distrito Federal e municípios podem atuar de modo coletivo e complementar no campo da cultural. A fim de garantir o pleno desenvolvimento cultural, o princípio do federalismo cultural necessita ser considerado com atenção nas agendas das políticas culturais.

Financiamento e fomento à cultura

O financiamento e fomento à cultura no Brasil não possui um efetivo sistema organizado e depende de modo acentuado do incentivo fiscal. Ele apresenta, por conseguinte, distorções e problemas nada desprezíveis. Além de ser insuficiente, ele privilegia o financiamento e fomento de manifestações culturais de caráter mercantil, com apelo de marketing, envolvendo celebridades e realizadas nas grandes cidades, com grande mercado de consumidor, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro. As demais atividades, bens e serviços culturais têm dificuldades para obter financiamento e fomento. O Brasil necessita construir um complexo sistema democrático de financiamento e fomento que possa contemplar a complexidade do campo cultural e a diversidade da cultura brasileira. O sistema precisa envolver múltiplos tipos de mecanismos, tais como: fundos, incentivo fiscal, *endowments* culturais, microcréditos, financiamento colaborativo, premiações, empréstimos subsidiados e outros a serem inventados. Os diferenciados procedimentos buscam ser adequados às peculiaridades das distintas áreas e manifestações da cultura, permitindo que o conjunto das expressividades culturais tenha acesso a fontes de financiamento adaptadas às suas necessidades. Tais mecanismos devem funcionar de maneira articulada, colaborativa, complementar, democrática e transparente para financiar e fomentar toda riqueza da cultura no Brasil.

Formação em cultura

Em grande parte das conferências de cultura acontecidas no Brasil entre 2005 e 2016 – nacionais, estaduais, territoriais, municipais e setoriais –, o tema da formação em cultura sempre emergiu como uma das principais demandas dos agentes e das comunidades culturais. Tais reivindicações determinaram diversas iniciativas no sentido da formação em cultura. No plano nacional o programa de formação e qualificação em cultura foi inscrito como componente obrigatório do Sistema Nacional de Cultura e o Ministério chegou a ter uma secretaria voltada à formação, além de desenvolver inúmeras iniciativas de formação em cultura, inclusive diversos cursos de gestão cultural. Nos estados, municípios e Distrito Federal, igualmente ocorreram variadas iniciativas, com destaque para a constituição de redes dedicadas à formação cultural, com a participação de universidades públicas, Sistema S, entidades da sociedade civil e outras instituições culturais. A formação aparece como uma das agendas mais primordiais da cultura e das políticas culturais.

Hegemonia cultural

Diversos autores atribuem diferentes sentidos à noção de hegemonia. O sentido hoje mais comum identifica hegemonia como resultante da disputa político-cultural em sociedades complexas, nas quais a sociedade civil encontra-se desenvolvida. Tal disputa envolve a mobilização de classes e grupos sociais, por meio de aparelhos de produção e difusão de concepções de mundo, visando o convencimento intelectual, emocional e moral, para conquistar a hegemonia na sociedade. A disputa pela hegemonia pressupõe a existência de ambientes democráticos e do pluralismo político, nos quais os adversários políticos e culturais sejam reconhecidos como legítimos participantes do jogo político democrático. Ela difere, de maneira radical, da guerra cultural, termo hoje muito em voga na atualidade, inclusive na brasileira. A guerra cultural, longe de ser uma efetiva disputa de ideias e emoções, aciona a cultura para produzir um clima social que viabilize o uso da violência, simbólica e/ou física, não para derrotar, mas para aniquilar os adversários, transformados pela construção do ódio e de falsas notícias em inimigos a destruir. A guerra cultural pretende acabar com a disputa político-cultural em circunstâncias democráticas e insta-

lar um regime autoritário. A disputa por hegemonia se inscreve no campo da democracia e a guerra cultural no registro do autoritarismo.

Identities culturais

Os processos de construção de identidades culturais variam na história. No século XIX e boa parte do século XX as ênfases predominaram para a construção das identidades culturais nacionais e classistas. Elas atuaram como atores políticos e culturais dominantes e potentes. Durante o século XX e nos inícios do século XXI múltiplas identidades culturais emergiram e ganharam força política, em decorrência das lutas de novos movimentos político-sociais. Identidades culturais etárias, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, dentre outras, passaram a ser componentes constitutivos do cenário político e da cena cultural contemporâneos. Estes movimentos identitários gestaram culturas identitárias significativas, que constróem em uma dinâmica fluída e com maior mobilidade os sistemas de reconhecimento individuais e coletivos na contemporaneidade. As identidades culturais dos povos originários, afro-descendentes, feministas, jovens, da infância, dos idosos, das comunidades LGBTI+ tornaram-se elementos cada vez mais presentes e visíveis na vida cultural nacional e internacional, apesar das tensões e, muitas vezes, dos ataques e da repressão a que são submetidas. Fenômenos como o fundamentalismo, o racismo, a xenofobia, a LGBTfobia e os distintos preconceitos colocam as identidades culturais em risco e são um estímulo à violência, à polarização e à divisão social, devendo ser alvo de combate pelos governos, também no domínio cultural. No âmbito das políticas culturais, na contemporaneidade, deve-se contemplar as reivindicações por reconhecimento público das distintas identidades culturais, bem como garantir o convívio pacífico e respeitoso entre as diferentes identidades.

Participação cultural ou participação político-cultural

Ainda que o termo em outros países, até de maneira predominante, se aproxime do significado de usuário ou consumidor de bens e serviços culturais, no Brasil a noção tomou o sentido de atuação política acerca da cultura e, com

destaque, das políticas de cultura. Nessa perspectiva, em especial, a partir do governo Lula e da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura o termo ganhou mais vigência com a criação de um conjunto de canais e procedimentos de participação político-cultural. As conferências nacionais, desdobradas em seu processo de realização em diversas etapas, aparecem como mecanismo mais visível de participação político-cultural. Marilena Chauí, em seu livro sobre a cidadania cultural, detalha entre os três eixos da cidadania cultural: acesso à cultura, experiência na criação de bens culturais e, por fim, possibilidade de participação nas definições acerca da cultura e das políticas culturais. Logo, a participação político-cultural é componente da cidadania cultural, princípio orientador de políticas culturais democráticas de esquerda. Na atualidade, os mecanismos de participação cultural devem contemplar os presenciais e digitais, permitindo a construção porosa e democrática da gestão cultural.

Redes culturais

As redes existem há algum tempo. Nos tempos contemporâneos elas adquiriram uma posição notável e cada vez mais pronunciada até se tornarem um fenômeno tão típico da atualidade, que ela pode ser nomeada como sociedade rede. A expansão tentacular das redes está intrinsecamente associada à emergência das sociotecnologias digitais. Desde os anos 1990 do século XX, com o surgimento da rede das redes ou internet, o fenômeno se generalizou. As redes culturais também são anteriores às sociotecnologias digitais, mas, a partir de seu nascimento, as redes culturais proliferaram. Hoje parece impossível desenvolver políticas, inclusive políticas públicas, em qualquer esfera da sociedade, sem recorrer à existência e ao trabalho em e com redes presenciais e digitais.

Sociabilidade contemporânea

As modalidades de vivenciar relações em sociedade assumem múltiplas formações. Na modernidade, a dimensão da convivência ocupava espaço de destaque em um mundo no qual as relações presenciais físico-geográficas eram substantivas. Na contemporaneidade, a sociabilidade se torna composta. Agrega-se à convivência, a possibilidade de vivência à distância, derivada da

presença planetária e em tempo real, de pessoas e realidades. É viabilizada pelas redes sociotecnológicas, criadas a partir do século XIX, mas ampliadas de modo superlativo nos anos finais do século XX e no século XXI. O modo de viver o mundo contemporâneo combina, cotidianamente, convivência e televivência (vivência à distância); espaços físico-geográficos e virtuais; local e global, tão bem sintetizados na expressão glocal. A sociabilidade contemporânea tem impacto profundo sobre a cultura contemporânea e ela, por sua vez, age fortemente sobre a sociabilidade.

Sustentabilidade da cultura

A transposição da noção de sustentabilidade para o campo da cultura tem sido bastante problemática. No meio ambiente a ideia de sustentabilidade qualifica e, ao mesmo tempo, delimita o desenvolvimento. No campo cultural, de maneira simplificadora, a noção serve, muitas vezes, para cobrar que as atividades culturais tenham sustentabilidade econômica. Cobrança desmedida, pois diversas manifestações culturais não têm e nunca terão em qualquer sociedade condições de se manter financeiramente sem recursos externos, sejam do estado, da sociedade e/ou das empresas. Em uma lista não exaustiva: manifestações populares, culturas de vanguardas, artes experimentais, museus específicos, determinadas áreas de patrimônio, setores das humanidades, dentre outras. Acontece com a cultura algo similar ao que ocorre com as ciências. Enquanto a ciência aplicada pode ser financiada por empresas, a ciência pura deve ser bancada pelo Estado e pela sociedade. Deste modo, a sustentabilidade da cultura não se reduz a uma dimensão econômica, pois está relacionada a um conjunto de condições para se desenvolver sem comprometer o futuro. Pelo contrário, para aprimorá-lo.

Territorialização da cultura e das políticas culturais

Terminologia recente no campo da cultura, ela veio precedida de outras noções de algum modo aproximadas, tais como desconcentração, descentralização e interiorização, das quais se distingue, em uma perspectiva mais rigorosa. A territorialização não é uma mera interiorização, pois incide, inclusive, sobre

as cidades litorâneas e sobre as capitais e suas periferias. Também não se trata de uma simples descentralização, ainda que implique neste procedimento. Territorialização vai além disso. A noção de territorialização nasce a partir da constatação/construção que território é cultura. Isto é, que todo e qualquer território possui uma ambiência simbólica, que é e produz cultura. Assim, o território sempre deixa sua marca cultural. A territorialização parte desse reconhecimento básico e propõe considerar o território como componente das políticas culturais específicas. Daí surgiram as políticas de territorialização da cultura, que foram desenvolvidas em alguns estados e cidades brasileiras. As políticas culturais contemporâneas não podem, de modo algum, desconsiderar a dimensão territorial da cultura e, em consequência, as políticas de territorialização da cultura.

Transversalidade da cultura

Uma das palavras em cena nos debates culturais chama-se transversalidade. Ela tenta traduzir a ideia que a cultura perpassa e mantém relações íntimas com muitos campos sociais, a exemplo da educação, comunicação, turismo, economia, política, ciência e tecnologia, política etc. Daí a possibilidade e mesmo necessidade do desenvolvimento de atividades conjuntas. Tais atuações devem contemplar os interesses de ambas as áreas e não, como por vezes ocorre, subordinar a cultura a interesses e lógicas de outros campos. Aliás, as políticas culturais na atualidade para serem substantivas precisam exercer a transversalidade, de modo criativo, com inúmeros outros campos sociais, com destaque para educação e comunicação.

Sobre os autores e autoras

Antonio Albino Canelas Rubim

Pesquisador do CNPq e professor do Programa multidisciplinar de pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Ex-secretário de Cultura da Bahia na gestão de Jacques Wagner (PT). Autor do livro *As políticas culturais e o governo Lula* e organizador do livro *Política cultural e gestão democrática no Brasil*, ambos da Fundação Perseu Abramo, dentre outros.

Carlos Paiva

Mestre em Cultura e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Administração Pública pela HKS. Foi superintendente de Promoção Cultural do estado da Bahia (2009-2014) e secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura – MINC (2015-2016). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do estado da Bahia; atualmente, é assessor do Teatro Castro Alves, titular do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Salvador e pesquisador do Observatório de Economia Criativa da Bahia.

Céli Regina Jardim Pinto

Professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em História pela UFRGS, obteve os títulos de mestrado e

doutorado em Ciência Política na University of Essex, na Inglaterra. Sua produção científica – expressa em livros, capítulos de livros e artigos – trata de Teoria Política com ênfase em teoria da democracia e teoria feminista. Também atua na área de História do Brasil República. É pesquisadora 1b do CNPq. Atualmente, é professora titular aposentada da UFRGS, atuando como docente permanente no Programa de pós-graduação em História dessa mesma universidade.

Chris Ramírez

Gestora e produtora cultural, atua na cultura desde 1991. A partir de 2003 trabalhou na implementação das políticas públicas como o Sistema Nacional e Plano Nacional de Cultura. No Ministério da Cultura, coordenou as últimas eleições para composição Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC (2015-2017). Atualmente, é assessora técnica da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados e foi uma das organizadoras da Lei Aldir Blanc. É publicitária e cursa o último ano de Gestão Pública.

É autora do livro *A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990* (2017).

Eliane Costa

Doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologias pela UFRJ/HCTE. Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo CPDOC/FGV-Rio. De 2003 a 2012, foi gerente de Patrocínios Culturais da PETROBRAS. Coordenadora do MBA em Gestão e produção cultural da FGV-Rio. Autora do livro *Jangada Digital* (2011), sobre a cultura digital na gestão de Gilberto Gil no MINC.

Gaudêncio Fidelis

Doutor em História da Arte pela State University of New York – SUNY e mestre em Arte pela New York University – NYU. Publicou, entre outros, o livro *O cheiro como critério: em direção a uma política olfatória em curadoria* (Argos, 2015). Foi membro integrante do Conselho Museológico Brasileiro do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, e é membro do Conselho do Museu Oscar Niemeyer (Curitiba/PR). Foi diretor do Museu de Arte do Rio Grande Sul –

Margs entre 2011 e 2014. É pesquisador na New School University – Parsons School of Design, em Nova Iorque, por meio dos programas Scholars Rescue Fund – IIE e The New University in Exile Consortium – UIE.

Jackson Raymundo

Mestre e doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem textos publicados sobre literatura, canção popular e políticas culturais. Atualmente, é coordenador de cursos *lato sensu* da Universidade de Brasília. Militante da cultura, já foi secretário de Cultura do PT-RS. É autor da tese *A construção de uma Poética da Brasilidade: a formação do samba-enredo*, indicada ao Prêmio Capes de Tese 2020.

João Guerreiro

Doutor em serviço social. Professor de Políticas Culturais da graduação e da pós-graduação do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Nilópolis (RJ). Pesquisador das produções culturais realizadas a partir das periferias e conselheiro estadual de Políticas Culturais/RJ (2021/2022). Sua última publicação, junto de Luísa Reis, é o artigo “Porto, praça e palco: as ruas da cidade como espaços de educação”, na *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura* (março de 2021).

João Roberto Peixe

É *designer*, arquiteto e gestor cultural. Formado em 1972 pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde, também, fez os cursos de Artes Gráficas e Percepção Visual e de Fotografia. Fundou, em 1972, a MultiDesign – uma das pioneiras do *design* brasileiro. Foi presidente da Associação Profissional dos *Designers* de Pernambuco – APD/PE (1978 a 1981); secretário geral da Asociación Latinoamericana de Diseño Industrial y Gráfico – ALADI (1984 a 1989) e da Associação Nacional de Designers Brasil – AND/BR (1988 a 1991). Militante político desde 1968, foi presidente da União dos Estudantes de Pernambuco – UEP e preso político na ditadura militar, no ano de 1970. Em 1980, foi um dos fundadores do PT e seu primeiro presidente em Pernambuco. Em 1995, foi Secretário do Patrimônio Cultural e Turismo da cidade de Olinda. De 2001 a 2008, foi Secretário de Cultura

da cidade do Recife, quando ocupou a presidência do Fórum de Dirigentes de Cultura das Capitais e Municípios de Regiões Metropolitanas, e foi seu representante no Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC. De 2009 a 2013, integrou a equipe do Ministério da Cultura, na qual ocupou o cargo de secretário de Articulação Institucional, quando coordenou o processo de estruturação e implementação do Sistema Nacional de Cultura, trabalho esse que culminou com a aprovação e promulgação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional 71/2012, que instituiu o SNC. É membro, como convidado permanente, do Coletivo Nacional de Cultura do PT. É um dos autores do livro *Política Cultural e Gestão Democrática no Brasil*, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

Leandro Colling

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas; professor associado II do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – IHAC – Professor Milton Santos; e professor permanente do Programa multidisciplinar de pós-graduação em Cultura e Sociedade, da UFBA. É um dos criadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades – NuCuS. Presidiu a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH; fez parte da primeira composição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT; e também já foi membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. É autor do livro *A vontade de expor – arte, gênero e sexualidade* (EDUFBA, 2021).

Lia Calabre

Doutora em História, pesquisadora em políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB (2002-2019), presidente da FCRB (2015-2016). Professora do PPG Memória e Acervos – FCRB e PPG Cultura e Territorialidades – UFF. Autora de Escritos sobre políticas culturais pela Ed. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

Marcia Genésia de Sant’anna

Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade de Brasília (UnB), mestre e doutora em Conservação e Restauro pela Universidade Federal da Bahia

(UFBA). Trabalhou por 25 anos junto a organismos governamentais de preservação do patrimônio cultural, tendo sido diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN de 2004 a 2010. É professora da Faculdade de Arquitetura, do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e do mestrado profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia.

Marcia Tiburi

Professora da Universidade Paris 8, Artist Protection Fund (APF) Fellow do Institute of International Education. É autora de diversos livros, entre eles: *Como conversar com um fascista* (2015); *Ridículo Político* (2017); *Delírio do Poder* (2019); *Como derrotar o Turbotecnomachonazifascismo* (2020); e *Complexo de vira-lata* (2021).

Márcio Meira

Antropólogo e historiador do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG/MCTI e professor do Programa de pós-graduação em Diversidade Sociocultural do MPEG. Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio (2017); mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (1993); graduado em História pela Universidade Federal do Pará – UFPA (1987). Desenvolve pesquisas sobre história e antropologia de povos indígenas na Amazônia desde 1985. É filiado ao PT desde 1983. Participou da demarcação de terras indígenas do médio rio Negro (Amazonas) no início da década de 1990. Foi presidente da Fundação Cultural do Município de Belém – Fumbel durante a gestão do PT (1998-2002). Foi membro da Comissão Nacional de Programa de Governo e da Equipe de Transição Governamental de Lula em 2002, e fez parte do coletivo de criação da Secretaria de Cultura do PT. Durante os governos do presidente Lula, foi secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas – SPMAP; Secretário de Articulação Institucional – SAI do Ministério da Cultura – MINC (2003-2007); e presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, entre março de 2007 e abril de 2012. Durante o governo Dilma, foi assessor especial do Ministro da Educação – MEC (2012-2016). Em 2018, publicou o livro *A Persistência do Aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico*, pela EdUFSCar.

Márcio Tavares

Historiador e curador. Graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutorando em Arte pela Universidade de Brasília – UnB. Foi coordenador de Memória, História e Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura do estado do Rio Grande do Sul, diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do Memorial do Rio Grande do Sul e fundador e primeiro diretor do Museu dos Direitos Humanos do Mercosul – MDHM. Foi curador-adjunto da 10ª Bienal do Mercosul – Mensagens de Uma Nova América. Atualmente, é secretário nacional de Cultura do PT.

Miguel Jost

Professor, pesquisador e doutor em Estudos de Literatura e Cultura pela PUC-RIO.

Sérgio Mamberti

Ator, diretor e produtor cultural com mais de 60 anos de carreira, permanece na memória de todos como o eterno Doutor Victor do programa Castelo Rá-Tim-Bum. Além de um artista versátil, foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores e esteve à frente de diversos cargos no Ministério da Cultura nos governos Lula e Dilma. Atualmente, se prepara para lançar seu livro autobiográfico *Eu Senhor do Meu Tempo*, pelas Edições SESC.

Tony Teófilo

Doutorando e mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia UFBA; especialista em Gestão Estratégica de Políticas Públicas pela Fundação Perseu Abramo (FPA) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); graduado em Relações Públicas pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB); presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador; membro do Coletivo Nacional de Cultura do PT e do Movimento Cultura Bahia.

Valter Pomar

Técnico em artes gráficas e historiador, professor do bacharelado de relações internacionais e da pós-graduação em Economia Política Mundial da UFABC, diretor da Fundação Perseu Abramo (FPA) e integrante do Diretório

Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT). Autor de vários livros, entre os quais *Comunistas do Brasil*, Editora Página 13, 2021.

Venício A. de Lima

Jornalista e sociólogo, ex-membro do Conselho Curador da EBC (2015-2016), pesquisador sênior do Cerbras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB). Dentre outros, publicou *Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil – Ensaios em defesa da liberdade de expressão* (1980-2015), EdUnB, 2015.

